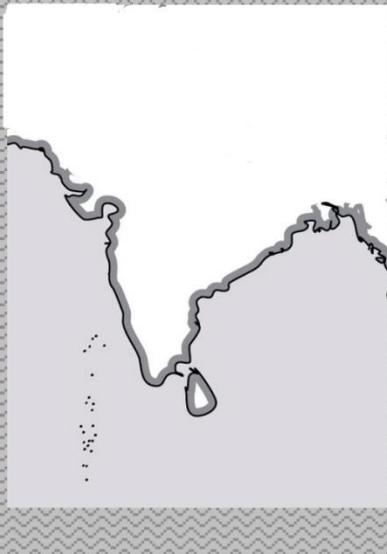
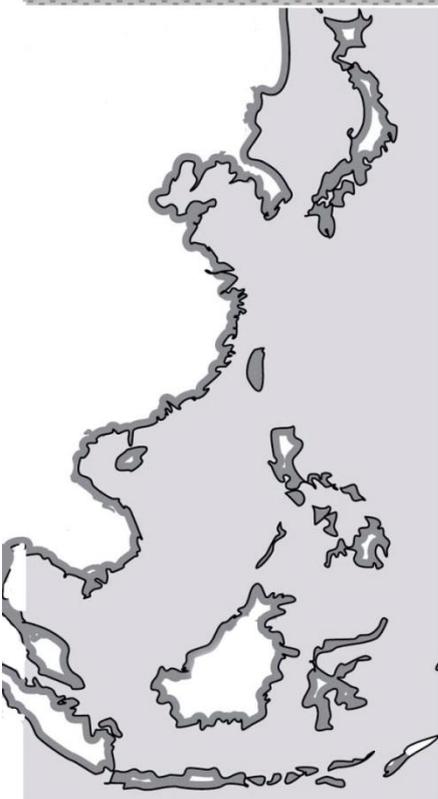


2014

Encontro Europa Oriente, Oriente Europa

Perspectivas coloniais dos séculos XIX e XX



Maria Fernanda Rollo, Célia Reis e
Adolfo Cueto Rodríguez (Coordenadores)

ORGANIZAÇÃO

Instituto de História Contemporânea (IHC)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Rede de História Contemporânea



Rollo, Maria Fernanda, Reis, Célia, & Cueto Rodríguez, Adolfo (Coords.). (2014). *Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa. Perspectivas Coloniais dos Séculos XIX e XX*, [Documento electrónico]. Lisboa: IHC

Ficha técnica

Revisão e Design:

Cristina Luísa Sizifredo

ISBN: 978-972-96844-2-5

INDICE

Introdução.....	4
O Orientalismo em «Arts and Crafts» Revisitado. Trocas e Interações: As Lições do Oriente. John M. MacKenzie	7
As Colónias Portuguesas do Oriente na Literatura Colonial - Do Ultimatum ao Fim da República. Célia Reis	24
Os Projetos do Colonialismo Italiano na Ásia entre a Época Liberal e o Ventennio Fascista. Mario Ivani	44
Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952) Alfredo Gomes Dias	53
Deportação, Colonialismo e Integrações Culturais em Timor: O Caso dos Deportados nas Décadas de 20 e 30 do Século XX. Madalena Salvação Barreto	69
Reynaldo dos Santos e a Embaixada Cultural a Goa, em 1954: Estratégias de Cooperação Cultural Portuguesa. Sara Cristina Silva	89
A Questão de Goa através da Imprensa: A Visão da Oposição (1950- 1961). Filipa Lopes	103
Timor e o Relacionamento Portugal / Indonésia (1945-1975) Fernando Figueiredo	123
Idealismo y Nación en Salazar. José J. Sanmartín	148
Anexos.....	173

Introdução

O conjunto de textos que aqui se reúnem corresponde a uma parte das comunicações que foram apresentadas no «Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa - Perspectivas Coloniais dos Séculos XIX e XX», que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 23 e 24 de Maio de 2013.

A realização deste primeiro evento destinava-se à análise de questões da mais diversa índole que se relacionassem com a expansão europeia para este continente, considerando também as diferentes estruturas de cada uma das potências envolvidas e a sua inserção no fator mais global do colonialismo e imperialismo.

A preparação do Encontro proporcionou interessantes reflexões, desde logo pelo espaço: onde começa o Oriente. Trata-se de uma questão cultural ou geográfica? O Norte de África integra o Oriente? Um português dirá que não ou pensará duas vezes? Mas um espanhol responde imediatamente que sim! Então, o que parecia, inicialmente, uma questão fácil de responder tornou-se mais complexo com as propostas recebidas juntamente com esse questionamento. Na realidade, o tema assume, indubitavelmente, uma dimensão mais vasta.

Não coube, neste Encontro, a resposta a estas questões, mas muitas outras foram contempladas. Aqui, com a perspectiva de cada comunicante, se tratou de preocupações políticas e diplomáticas, literatura, línguas, arte, antropologia, movimentos migratórios, etc. Por outro lado, foi possível integrar as questões portuguesas, naturalmente que as mais analisadas, num pano de fundo mais vasto, envolvendo, para além das questões mais gerais que nos foram sintetizadas por John M. MacKenzie, a expansão italiana para o Oriente e as dificuldades sentidas pela Espanha em Bornéu.

John M. MacKenzie colocou-nos perante o Orientalismo. O tema, central nas análises de Edward Said e dos seus seguidores, não contempla, para este eminente historiador, apenas a dominação; pelo contrário, Oriente e Ocidente interrelacionaram-se numa troca cultural muito frutífera e diversificada, com múltiplas manifestações e que representavam, mais do que apenas uma submissão dos orientais, um percurso em que se cruzavam simultaneamente o tradicional e o moderno. Centrando-se essencialmente

Introdução

no império britânico, de que é conhecido especialista, mostrou igualmente como a mesma ótica encontra paralelos noutros países, procurando salientar igualmente aspetos portugueses.

Célia Reis, numa visão mais restrita a Portugal, realizou a análise da literatura publicada sobre as colónias asiáticas ao longo de quarenta anos, entre o *Ultimatum* e o final da República, considerando os seus diferentes aspetos. Na realidade, não obstante a preocupação central se encontrar então em África, em Oriente a Índia, Macau e Timor mantinham um espaço próprio, integrando um todo inalienável. Deste modo, a afirmação de Portugal perante as potências, particularmente em momentos mais difíceis para a soberania, impunha o levantamento das suas potencialidades e necessidades, mas também dos aspetos realizados à missão civilizadora, onde a referência aos «Usos e Costumes» constituía um ponto importante.

Era Timor que constituía o ponto mais distante da deportação e Madalena Salvação Barreto, depois de considerar algumas referências anteriores, centrou-se aqui nos deportados do Revirinho que foram enviadas para aquela ilha, alterando significativamente o seu aspeto; numa análise centrada sobretudo na antropologia, traça algumas das histórias destes homens e da sua integração na vida local.

Mário Ivani fez o esboço da expansão italiana para o Oriente nas suas diferentes fases: as primeiras tentativas para aquisição de territórios na ilha de Bornéu; seguiu-se o estabelecimento da concessão em Tientsin, que se manteve de 1901 a 1947 e cuja evolução foi aqui analisada; finalmente, algumas aflorações do Fascismo em direção ao Médio Oriente.

Os movimentos migratórios envolvendo Macau, Hong Kong e Xangai foram trazidos por Alfredo Dias Gomes. Nascidas na sequência da I Guerra do Ópio, as ligações internacionais a estas duas últimas cidades transformaram-nas. Nelas cresceram comunidades portuguesas, especialmente provenientes de Macau, analisadas aqui considerando a sua importância, o seu espaço, a sua posição político-económica e a sua evolução.

A questão de Goa chegou-nos através de Sara Silva e Filipa Lopes. A primeira, a partir dos seus estudos no âmbito da História da Arte, trouxe-nos o papel que o grande vulto

Introdução

da cultura portuguesa que foi Reynaldo dos Santos desempenhou como embaixador do Governo português, na viagem realizada à Índia e no seu relacionamento com as elites locais. Já Filipa Lopes debruçou-se sobre a visão da oposição ao regime através de três jornais, o *República*, de circulação legal, e dois oposicionistas, o *Avante!* e *O Militante*. Nas suas páginas acompanhou o debate entre a defesa do império, contra as tentativas anexionistas de Nehru, a situação do mesmo e a visão descolonizadora mais internacionalista.

No quadro do pós-guerra e da afirmação da Indonésia no espaço internacional, o seu relacionamento com Portugal centrou-se, naturalmente, em Timor. Fernando Figueiredo analisou essa relação ao longo de trinta anos, desde 1945 e a tentativa de retomar a situação anterior entre as autoridades portuguesas e as das, então, Índias Neerlandesas. Pouco depois a Indonésia tornou-se independente e, nas décadas seguintes, durante os regimes liderados por Sukarno e Suharto, a defesa da parte oriental da ilha de Timor foi uma constante para Lisboa. Todavia, a questão estava integrada, para além das perspetivas indonésias, na vaga anticolonialista que atingia Portugal. Foi neste ambiente que, depois da revolução portuguesa, a Indonésia ocupou aquele território, alterando, naturalmente, o relacionamento até aí mantido.

José J. Sanmartín optou por uma perspetiva mais vasta, apresentando a sua visão sobre a ideia que Salazar tinha da Nação, após a década de 1950. Para ele, o idealismo salazarista estava intrinsecamente ligado à nação portuguesa, considerada pluriétnica. Esta dimensão esteve ligada à manutenção das províncias africanas e asiáticas, sendo mesmo a partir das questões ligadas à Índia que para ele ganharia maior forma.

Devido a outros compromissos editoriais não nos foi possível reunir aqui os textos de todas as comunicações, que levaram à abrangência já referida. Desta forma, este «Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa» tornou-se um espaço próprio nas análises sobre a colonização, centrando-as numa área mais específica. Conscientes da importância destes debates, esperamos que os mesmos prossigam, permitindo-nos uma análise mais ampla da história.

O Orientalismo em «Arts and Crafts» Revisitado. Trocas e Interações: As Lições do Oriente*

John M. MacKenzie

Lacaster University

Portugal esteve, naturalmente, na vanguarda dos primeiros encontros do Ocidente com o Oriente. As narrativas das primeiras viagens ao Oriente, juntamente com os artefactos e ideias que os primeiros navegadores trouxeram para a Europa no final do século XV e no século XVI suscitaram um grande interesse nos círculos das elites europeias. Portugal começou a construir fortalezas e cidades na Ásia, que eram baseadas nos modelos europeus mas que não puderam deixar de assumir um pouco das qualidades e traços do Oriente. Às vezes, como nas grandes fortalezas de Mascate, em Omã, a arquitetura militar portuguesa sobrepôs-se aos modelos islâmicos anteriores. A botânica, a história natural, a zoologia e os recursos da Ásia criaram toda uma nova cartografia mental, enquanto o mapeamento das regiões exóticas do mundo se tornou uma parte central das visões mais amplas sobre o globo. Grande parte de tudo isto foi bem sintetizada na exposição montada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2013, e no seu impressionante catálogo¹. Uma exposição anterior, com o título ‘Goa e o Grão Mogol’, que também teve lugar na Gulbenkian, enfatizou o fascínio inspirado pelo encontro português com o Oriente, bem como as influências e fusões entre a arte ocidental e oriental – na cerâmica, no fabrico de móveis, nas carpetes, no *design* de vários artefactos e nas artes visuais². De qualquer forma, o próprio Calouste Gulbenkian, na sua intensa ação pessoal de colecionador, começou a reunir carpetes, cerâmicas, trabalhos de metal e diferentes formas de escultura de diversas áreas do Oriente, agora em exibição no grande museu fundado em seu nome³.

* Tradução de Célia Reis. Agradeço o apoio de Ivo Veiga.

A opção pela manutenção no título de expressão “Arts and Crafts” deve-se ao facto de a mesma ser correntemente usada na História de Arte em Portugal (NT).

¹ (1913), *360° Ciência Descoberta*, Lisbon, Fundação Calouste Gulbenkian.

² SILVA, N., FLORES, J. (editores). (2004), *Goa and the Great Mughal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

³ DIAS, J. (coord.). (2011), *Calouste Gulbenkian Museum*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

É tudo isso que torna um grande prazer visitar e falar novamente em Lisboa. A minha especialização no Império britânico levou-me inevitavelmente a um interesse pelo Império português, como um precursor impressionante, e eu tive a sorte de poder enriquecer a minha compreensão sobre o imperialismo britânico com a visita a muitos lugares associados ao expansionismo lusitano. Em Portugal já visitei Lagos e Belém, ambos impregnados de viagens e atividade marítima e comercial. Além-mar, estive em Moçambique e no Forte de Jesus, em Mombaça. Vi as grandes fortalezas portuguesas de Mirani e Jalali em Mascate, no sultanato de Omã, tão representativas da integração árabe e europeia, o indígena e o intruso. Também tive a sorte de visitar a Velha Goa, a grande Lisboa do Oriente. Aí, assim como no Sri Lanka e em Malaca, na Malásia (estiveram ambos no meu percurso académico), os impérios sobrepõem-se uns aos outros como um palimpsesto cultural e histórico, um documento físico e ambiental traçando a ascensão e queda de impérios. Também visitei Macau antes de ter sido transferido de volta para a China, tendo inevitavelmente viajado para lá a partir da então britânica Hong Kong. Fora da Ásia ainda cruzei o Rio de la Plata, a partir da Argentina, para ver a fascinante cidade de Colónia, no Uruguai, enclave português entre 1680 e 1822, com o seu centro arquitetónico dos séculos XVII e XVIII classificado como Património Mundial⁴. Sem dúvida que os portugueses estabeleceram uma teoria da fusão do Ocidente e Oriente ajustado aos seus objetivos políticos. Em 1956, António Salazar, comentou, de forma célebre, que "Goa é a transplantação do Ocidente nos territórios orientais e a expressão de Portugal na Índia" (fazendo-o parecer um processo unidirecional). No mesmo período, Gilberto Freyre, o brasileiro, desenvolveu sua teoria do Luso-tropicalismo, mais uma vez enfatizando a capacidade da sociedade portuguesa e da sua história em juntar culturas. Tais ideias andaram a par com a ideologia da continuação do império, mas, no entanto, as formas culturais de artes e ofícios produziram fusões que nem sempre foram reconhecidas na época.

Mas é claro que eu não estou aqui para falar de Portugal mas sobre a Grã-Bretanha. O império britânico no Oriente, dado o declínio do português e, em seguida, do holandês, foi, de facto, incrivelmente extenso. Este império abrangeu todo o sul da Ásia, a península malaia, partes da ilha de Bornéu e o que se tornou o grande porto de

⁴ Todas essas viagens foram realizadas entre 1967, quando visitei pela primeira vez Mombaça e Moçambique, e a atualidade.

Singapura, enquanto, ainda mais a leste, havia Hong Kong, juntamente com os portos de tratado do século XIX, na costa da China. No século XIX também estendeu os seus tentáculos à Pérsia ou ao Golfo Árábico, estabelecendo bases, muitas vezes de natureza informal, em grande número de locais, mas principalmente no Kuwait e Bahrain. Áden tornou-se uma etapa vital na rota pelo Canal de Suez e pelo Mar Vermelho. No século XX, com a derrota do Império Otomano, obteve mandatos no Levante. Os britânicos também exerceram uma grande influência na Pérsia (Irão), o que nos remete de novo para Gulbenkian, que fez uma imensa fortuna com as concessões de petróleo, não só aí como também no Império Otomano⁵. Assim, as posições britânicas, formalmente controladas e informalmente influenciadas, poderiam ser encontradas em todos os lugares do Médio ao Extremo Oriente. A marinha mercante britânica, juntamente com vários tipos de agências mercantis, tinha a supremacia por toda a parte. Esse império poderia ter sido ainda mais extenso se os britânicos não tivessem devolvido Java aos holandeses, após as Guerras Napoleónicas. Os holandeses, conseqüentemente mantiveram a supremacia nas Índias Orientais, agora Indonésia, enquanto os franceses, mais tarde, conquistaram o seu império da Indochina e os portugueses se mantiveram numa série de enclaves. No subcontinente indiano, os franceses e os dinamarqueses deram lugar a toda a panóplia do poder britânico.

É natural que este vasto império tivesse uma influência considerável sobre a própria Grã-Bretanha e, não menos importante, sobre muitos aspetos da vida cultural britânica. Como os portugueses já tinham demonstrado, os navios transportavam mais do que cargas e pessoas. Eles também levaram ideias, artefactos, cerâmicas, imagens visuais e impressões do Oriente. Estas cargas culturais influenciaram muitos aspetos da vida literária e artística britânica. Uma importante literatura imperial surgiu nestes territórios lidando com questões de relações interculturais. O empenho missionário britânico foi influenciado por atividades cristãs nessas regiões. A vida académica e intelectual foi fortemente afetada a partir do século XVIII⁶. Mas a cultura material britânica, nas artes visuais e fotográficas, na arquitetura e engenharia e em muitos ofícios diferentes

⁵ TCHAMKERTEN, A. (2012), *Calouste Sarkis Gulbenkian: The man and his work*, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation.

⁶ Veja-se, por exemplo, POWELL, A. (2010), *Scottish Orientalists and India: the Muir Brothers, Religion, Education and Empire*, Woodbridge, Boydell.

também foi afetada⁷. Este artigo interessa-se principalmente pelos aspetos das influências culturais associados a estas artes.

Um dos debates centrais na apreciação histórica do imperialismo britânico prende-se com a questão de perceber a sua verdadeira hegemonia em termos culturais. Há alguns académicos que parecem sugerir que o império britânico no Oriente era todo-poderoso, que suprimiu totalmente a voz dos indígenas e que produziu transformações em todas as áreas da vida social e política⁸. Para outros, o império britânico foi construído sobre más fundações — um império instável, saturado de retalhos e remendos, nunca plenamente capaz de fazer valer a sua autoridade⁹. Como historiador do ambiente (e este é um campo em que os historiadores da cultura e política raramente entram), penso que o imperialismo britânico pôde ter um efeito verdadeiramente forte, em termos de uso da terra, política florestal, irrigação, desenvolvimento de infraestruturas, crescimento urbano e muito mais. Por vezes, políticas supostamente muito positivas - a reabertura e ampliação do sistema de canais Mogóis na Índia é um exemplo -, acabaram por se tornar muito menos benignas do que o esperado. (Em poucas palavras, o resultado destes vastos planos de irrigação foi o aumento da incidência de salinização e também a difusão de problemas de saúde como a malária.) Além disso, restam poucas dúvidas de que as vidas das pessoas foram transformadas pela reorientação das economias asiáticas para a exportação no âmbito da economia mundial. As linhas ferroviárias, cidades portuárias e muito mais foram orientadas para a adoção de culturas de exportação, por vezes, com um efeito dramático e prejudicial para a subsistência rural. Essas políticas, com o objetivo de se exportar a produção, por um lado levaram à escravização de

⁷ Para a coleção e arte no Império Britânico, veja-se JASANOFF, M. (2005), *Edge of Empire: Conquest and Collecting in the East, 1750-1850*, London, Fourth Estate, e HOOK, H. (2010), *Politics, War, and the Arts in the British World, 1750-1850*, London, Profile.

⁸ Enquanto as bolsas de estudos para pós-colonialismo têm contribuído para algumas abordagens novas e valiosas, há uma tendência entre alguns estudiosos para seguir rigorosamente esta linha hegemónica. Os estudos académicos subalternos têm necessariamente de recentrar a atenção sobre os povos indígenas, especialmente aqueles que constituem a ponte social entre governantes e governados. A história da arte tem sido inevitavelmente influenciada por ambas as escolas de pensamento, mas é necessária uma abordagem mais equilibrada, particularmente uma que aceite os conceitos de negociação e influência mútua.

⁹ Talvez os dois maiores expoentes dessas ideias sejam John Darwin e Bernard Porter. Para o primeiro, ver, entre outras obras, DARWIN, J. (2009), *The Empire Project*, Cambridge, Cambridge University Press, e DARWIN, J. (2012), *Unfinished Empire*, London, Allen Lane. A afirmação mais concisa dos pontos de vista de Porter pode ser encontrado em in PORTER, B. (2012) 'Cutting the British Empire Down to Size', *History Today*, Volume 62, issue 10, October 2012, pp. 22-29. Ambas as visões necessitam de revisão.

muitos povos asiáticos e, por outro, conduziram às grandes fomes que afligiram a Índia britânica.

Mas quando se trata de história cultural, parece-me que o imperialismo britânico na Ásia, assim como em África, era muito menos dominante. O subalterno, ou indígena, de facto, retorquia. Mesmo no contexto das relações de poder totalmente desiguais - em termos políticos, tecnológicos e de eventos militares - os britânicos encontravam-se numa situação que pode ser descrita como uma negociação, um intercâmbio com as pessoas que eles governavam, mesmo um cenário colonial no qual as pessoas do império eram tão influenciadas pelos seus súbditos como o contrário.

É neste ponto que eu introduzo o nome de Edward Said. A sua obra *Orientalismo* foi amplamente sedutora, exercendo uma forte influência que se estendeu muito para além do seu próprio campo literário¹⁰. Para dar apenas dois exemplos, tornou-se o texto fundador dos historiadores que se abrigam sob a corrente de estudos “pós-colonialismo”; também influenciou uma série de historiadores da arte, que encontraram nele novas formas de interpretar a arte Oriental¹¹. Para eles, o extraordinário florescimento de expressões artísticas de temas orientais poderia ser explicado como mais um modo ocidental de representação e, portanto, de deturpação do Oriente na época do imperialismo ocidental. Tais expressões artísticas poderiam ser vistas como uma forma visual de apropriação de temas do Oriente pelo Ocidente, um instrumento adicional de poder e autoridade. Tais imagens enviesadas do Oriente poderiam ser encontradas não só nas telas de grande número de artistas que viajaram e pintaram o Oriente, mas também em vários outros artefactos culturais, incluindo representações teatrais. Estas representações, invariavelmente, envolviam a arte do pintor de cenários, outro importante meio de apresentar o Oriente ao público ocidental¹². Assim, o Oriente

¹⁰ SAID, E.W. (1978), *Orientalism*, London, Routledge.

¹¹ A declaração clássica é NOCHLIN, Linda. (1983), ‘The Imaginary Orient’ *Art in America*, May, 1983, pp. 118-31, 187-91. Veja-se também KABBANI, Rana. (1986), *Europe’s Myths of Orient: Devise and Rule*, London, Macmillan. O orientalismo, em geral, tem gerado uma vasta literatura e a onda de publicações que não mostra qualquer sinal de diminuição.

¹² O notável artista orientalista David Roberts começou sua carreira artística como pintor de cenários em Glasgow e, em seguida, em Londres.

também foi o cenário para peças de teatro e óperas, começando no século XVIII e florescendo totalmente no século XIX¹³.

No meu caso, o afastamento do paradigma Saidiano aconteceu por ocasião de uma conferência de historiadores da arte (nos anos 80), na qual Edward Said fez uma apresentação multimídia sobre a *Aida* de Verdi, cujo texto foi posteriormente publicado no seu livro *Cultura e Imperialismo*¹⁴. Esta palestra surpreendeu-me, pois Said parecia estar a falar de uma ópera totalmente diferente da que eu conhecia. Isto aconteceu porque, devido a um interesse de longa data pela música e ópera, eu tinha refletido muito sobre a *Aida*, uma ópera absolutamente intrigante sob um ponto de vista ideológico e de cruzamento cultural. Embora Said parecesse saber contextualizar esta ópera de uma maneira impressionante — em termos da história do Egito de então, das intrusões do Ocidente e da abertura do Canal de Suez, das atividades de sábios e arqueólogos na revelação do Antigo Egito, bem como das reações de Verdi à comissão expressas na sua extensa correspondência—, ainda assim algo não soava a verdadeiro.

O meu problema residiu no facto de Said nunca ter mencionado o próprio texto da ópera, nunca ter analisado a sua ideologia aparente, ou mesmo os centros de gravidade da sua música¹⁵. A frase chave para mim foi que Verdi tinha produzido, de acordo com Said, uma trama "que termina num impasse sem esperança e no sepultamento"¹⁶. No entanto, a imolação de Radamés e Aida no auge do drama parecia encaixar-se no grupo antigo de amantes maldados que encontram a união na morte - Hero e Leandro, Romeu e Julieta, Desdémona e Otelo. Eu sempre tinha considerado que a ópera era sobre o nacionalismo, sobre a resistência aos egípcios imperialistas e sobre a relação entre paisagem e o patriotismo. Há também uma forte presença do bem conhecido anticlericalismo do compositor, evidente na condenação do herói pelos sacerdotes no ato final. Em todos estes elementos, Verdi estava a seguir as suas predileções – a sua

¹³ MACKENZIE, (J. M.) (1995), *Orientalism: History, Theory and the Arts*, Manchester, Manchester University Press, capítulo 7; ZITER, E. (2003), *The Orient on the Victorian Stage*, Cambridge, Cambridge University Press; IRWIN, Robert. (2006), *The Lust for Knowing: The Orientalists and their Enemies*, London, Allen Lane.

¹⁴ SAID, E. W. (1993), *Culture and Imperialism*, London, Chatto and Windus, pp. 134-57. A conferência foi a da British Association of Arts Historians, Brighton, 1986.

¹⁵ A minha crítica à leitura de Said da *Aida* foi originalmente publicado em MACKENZIE, (J. M.). (1994), 'Edwardian Said and the Historians', *Nineteenth-Century Contexts*, special issue 'Colonialisms', vol. 18, no. 1, pp. 9-25, particularly pp. 16-18.

¹⁶ Said, *Culture and Imperialism*, p. 148.

celebração de figuras condenadas pela sociedade (como Violeta em *La Traviata*), bem como suas paixões nacionalistas e anti imperiais. O cerne da ópera, parecia-me a mim, era a ária de *Aida* “O patria mia”, em que ela invoca a grande beleza física de sua terra natal, a Etiópia¹⁷. A melhor música de Verdi está aqui e o sepultamento é uma Apoteose, um sinal de esperança triunfante. Em suma, os etíopes pareciam ter "todas as melhores toadas".

Assim, o fascínio de Verdi com o ‘oprimido’, tão evidente em muitas das suas óperas, parecia estar igualmente aqui presente. Afinal a protagonista é uma princesa da Etiópia e não a do Egito. Esta última, Amnérís, falha no amor e parece disposta a procurar vingança. O triunfalismo da celebrada marcha do 2º Ato nunca me pareceu inteiramente convincente. Não seria o caso de Verdi estar quase a satirizar os esplendores marciais, uma vez que é sabido que ele tinha pouca simpatia para com o imperialismo britânico ou para com o italiano?¹⁸ Não seria possível que Verdi estivesse realmente a fazer um elogio muito indireto ao Quediva do Egito, que havia encomendado a ópera, e aos membros da elite europeia e egípcia da audiência, que apreciaram o espetáculo na nova Ópera do Cairo? E não podia isto oferecer uma pista para as mensagens ocultas - ou em alguns casos, as intenções mal veladas - de tanta arte orientalista? Não pode tal arte transmitir uma crítica das sociedades ocidentais em vez das orientais que são representadas?

O desencanto com esta obra de Said confirmou-se quando li as suas palestras Wellek sobre música¹⁹. Aqui, novamente, ele parecia propor um binarismo estrito em construções culturais do Ocidente e do Oriente, ao passo que a experimentação dos compositores com formas orientais — mesmo que, no início, o uso dos modos orientais fosse artificial e rudimentar — parecia-me representar os seus esforços para levar a música ocidental em ritmos orientais numa tentativa de escapar a convenções sufocantes e ao domínio da tradição alemã, produzindo novas sensações a partir de um exotismo que se baseava nos contatos russos com a Ásia Central, por um lado, e na experiência

¹⁷ Ó pátria, eu nunca te verei de novo!
O céu azul, brisas suave de minha terra natal,
Onde eu morava na manhã tranquila da minha vida.
O colinas cobertas de erva, ó correntes aromáticas etc.

¹⁸ Verdi ficou encantado quando os italianos foram derrotados na batalha de Adua, na Etiópia, em 1896. BUDDEN, J. (1985), *Verdi*, London, Dent, p. 150.

¹⁹ SAID, E.W. (1991), *Musical Elaborations*, New York and London, Columbia University Press.

francesa do Norte da África e no Médio Oriente, por outro. Os compositores franceses foram galvanizados pelo aparecimento dos músicos de gamelão balineses na Exposição de Paris de 1889. Os russos viram o Oriente como parte de seu próprio espaço nacional, um grande reservatório de música que lhes oferecia um inegável traço russo, divorciado das tradições europeias ocidentais.

Além disso, parecia-me que faltava à obra de Said, bem como a alguns dos seus seguidores, três dimensões fundamentais: os fatores-chave da classe social, dos modos de consumo de produtos Orientais e do mercado em pinturas e artefactos²⁰. Também parecia razoável argumentar que as vítimas do imperialismo e da visão do mundo imperial de alguma forma mantiveram a sua ação, apesar de ameaçados ao longo da experiência imperial. Mantendo tal independência cultural, os povos não-europeus pareciam expor a fraqueza essencial do poder imperial e manter processos de troca dentro dos padrões de dominação. Em breve foi evidente que alguns historiadores da arte, por exemplo, Emily Weeks, estavam, de facto, a aplicar estas ideias²¹. Achei a sua abordagem ao artista britânico John Frederick Lewis, que trabalhou no Egito e absorveu as normas sociais e culturais egípcias nesse processo, muito atrativa. Esta autora, bem como outros académicos, pareciam confirmar a perspectiva de que o caminho era considerar a realidade de reciprocidades, mesmo dentro desses padrões reconhecidos de desigualdade de poder.

Na realidade, o imperialismo, longe de ser a força invencível que alguns contemporâneos do século XIX e alguns «saidianos» pareciam imaginar, carregava dentro de si um grande paradoxo. O imperialismo parecia representar o triunfo do moderno, embora para muitos as expressões de tal modernismo - como em artefactos produzidos industrialmente - fossem uma fonte de dúvida e ansiedade. A realidade é que muitas das expressões culturais da época envolviam a justaposição, quase ubíqua, do

²⁰ Estes foram os elementos que tentei introduzir em MacKenzie, *Orientalism*, chapter 3, 'Orientalism in Art'. Para uma poderosa crítica de Said e seus seguidores por outros motivos, ver IRWIN, R. (2006), *The Lust for Knowing: the Orientalists and their Enemies*, London, Allen Lane.

²¹ WEEKS, E. M. (2007), 'A veil of truth and the details of empire: John Frederick Lewis's The Reception of 1873' in Timothy Barringer, Geoff Quilley and Douglas Fordham (eds.), *Art and the British Empire*, Manchester, Manchester University Press, pp. 237-53; WEEKS, Emily M. (2008), 'Cultures Crossed: John Frederick Lewis and the Art of Orientalist Painting' in Nicholas Tromans (ed.), *The Lure of the East: British Orientalist Painting*, London, Tate Publishing, pp. 22-32.

moderno e do anti moderno²². Modernismo e modernidade estão, naturalmente, carregados de significados diversos e complexos, mas, para os fins deste artigo, os termos moderno e anti moderno podem ser usados simplesmente para transmitir o mundo da produção industrial ocidental do século XIX e o da consequente conquista e colonização global, contraposta às ansiedades sobre estes desenvolvimentos, os quais eram constantemente expressos em termos dos valores que foram sendo perdidos. Os artefactos produzidos industrialmente, embora capazes de afirmar o poder de maneiras surpreendentes (por exemplo, através das tecnologias de viagens e de armas de fogo), ainda careciam, para muitos contemporâneos, do valor artístico dos artigos artesanais. Muita da história e comentários sobre a arte do século XIX podem ser vistos como representando esta reconhecida dicotomia entre valores industriais e os do artesanato.

Por isso, o que impressiona realmente nas expressões do moderno no século XIX é que a sua suposta antítese esteve sempre presente. A Grande Exposição de Londres de 1851 é um exemplo perfeito. O envoltório arquitetónico em que a exposição foi realizada parecia representar a essência da modernidade. O grande Palácio de Cristal, de ferro e vidro, de Paxton, teve as suas origens em estufas e laranjais, mas tornou-se a linguagem clássica - e de facto global - da estação ferroviária, do edifício de mercado vitoriano e de muito mais²³. Foi, naturalmente, dependente da produção em escala industrial de ferro e vidro. Mas, curiosamente, o interior continha muito do que parecia o anti moderno. Claro que a exposição foi dedicada à aplicação dos valores estéticos aos artigos industriais, mas de alguma forma tais valores só podiam ser transmitidos através da celebração do artesanal. Assim, aquele invólucro modernista puro continha uma grande mistura de produtos artesanais e industriais. Foi tal o caso que um académico, Jeffrey Auerbach, argumentou que não constituía a expressão de uma confiança industrial e imperial arrogante, como frequentemente sugerido, mas, na verdade, um sinal de ansiedade, um medo da fraqueza em face do que, por exemplo, eram vistos como valores superiores franceses²⁴. A referência de Emily Weeks a atitudes positivas

²² MACKENZIE, J. M. (2009), 'Some reflections on aspects of Modernity' in Trevor Harris (ed.), *Art, Politics and Society in Britain (1880-1914): Aspects of Modernity and Modernism*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 1-19.

²³ RICHARDS, J., MACKENZIE, J. M. (1986), *The Railway Station: a Social History*, Oxford, Oxford University Press.

²⁴ AUERBACH, J. A. (1999), *The Great Exhibition of 1851: A Nation on Display*, New Haven, Yale University Press.

para com os comerciantes de bens artesanais, no possível autorretrato de J. F. Lewis em *O Vendedor de Carpetes*, deve fazer-nos pensar na transferência de tais valores para a Europa²⁵.

Todas as exposições vitorianas subsequentes pareciam perpetuar essa dicotomia entre o industrial e o não-industrial, o moderno e o anti moderno, inscrevendo no processo a significância deste paradoxo ainda mais profundamente. O Museu de South Kensington em Londres — mais tarde, o museu Victoria and Albert (V&A) — foi fundado especificamente para tentar elevar os valores de um (o industrial) por meio do estudo do outro (o artesanal)²⁶. Isso estimulou uma grande indústria, por assim dizer, do revivalismo artesanal. Na Índia, outro V&A, agora fantásticamente renovado como Museu Bhau Daji Lad, foi fundado em Bombaim (Mumbai) e inaugurado em 1872²⁷. Foi originalmente projetado para promover precisamente os mesmos princípios do de South Kensington. Um dos seus curadores mais influentes foi George Birdwood, que reverenciava o que ele entendia ser a produção artesanal ideal e os valores estéticos da aldeia indiana. John Ruskin, apesar de não admirar a arte indiana, também estava interessado no reflorescimento de valores artesanais. De volta à Grã-Bretanha, Birdwood tornou-se o maior teorizador dessas noções que posteriormente alimentaram a obra de William Morris e seus companheiros no movimento *Arts and Crafts*²⁸. Morris era um grande admirador de tapetes orientais e outros produtos artesanais, procurando representá-los no seu ideal de casa, em Kelmscott. Também vendia cerâmicas orientais e outros artigos na sua loja situada na Red Lion Square, em Londres²⁹. Entre outros vários exemplos, o artista Frederic Leighton procurou reproduzir as técnicas e a atmosfera de tal trabalho no seu Salão Árabe (por George Aitchison) na sua casa em Holland Park, Londres, enquanto William Burges trabalhou na reprodução do *design*

²⁵ Weeks, 'Cultures Crossed', pp. 22-23.

²⁶ BURTON, A. (1999), *Vision and Accident: the Story of the Victoria and Albert Museum*, London, V&A Publications.

²⁷ MACKENZIE, J.M. (2009), *Museums and Empire: Natural History, Human Cultures and Colonial Identities*, Manchester, Manchester University Press, chapter 10.

²⁸ MACKENZIE, *Orientalism*, pp. 121-124.

²⁹ MACCARTHY, F. (1994), *William Morris*, London, Faber and Faber, pp. 395-396, 402-406, 410, 597.

islâmico para o riquíssimo Marquês de Bute, no Castelo de Cardiff³⁰. Como pormenor, referira-se que a sua fortuna foi baseada no carvão e nas docas de Cardiff.

Para a maior parte dos defensores do reflorescimento dos valores artesanais este foi um movimento social e estético. O artesanal representava as relações sociais da aldeia, mais do que o da unidade industrial. Era, assim, rural em vez de urbano. O artesanal envolvia o que era entendido como a dignidade da produção individual na sua estreita relação recíproca com a dos outros artesãos. Tais produtores também tinham ligações mais estreitas com clientes e patrões, mesmo que nós vejamos agora algumas dessas ligações como sendo economicamente exploradoras. Isto contrastava com os valores estéticos supostamente degradados do produto realizado industrialmente, no qual a produção em massa assegurava que os produtores — que tinham relações com máquinas e não com a verdadeira matéria-prima e estética artesanal —, estavam separados dos seus mercados. Isto, obviamente, representava a teorização de um ideal em vez de uma realidade que muitas vezes assegurava que os produtores artesanais recebiam uma recompensa inadequado pelo seu trabalho, tal como acontecia com os trabalhadores da indústria. No entanto, a maioria das célebres exposições do século XIX serviram como vitrinas para o artesanal e os seus produtos e muitas delas trouxeram artesãos da Índia e de outros lugares do Oriente para demonstrar o seu trabalho numa variedade de formas - madeira, metal, tecidos, carpetes, cerâmica e joalharia. Muitas vezes, as imagens mais marcantes de tais exposições são realmente os artesãos no trabalho e os ‘bazares’ nos quais os seus produtos eram vendidos. O artista austríaco Rudolf Swoboda (1859-1914) produziu uma série notável de retratos dos artesãos indianos que trabalharam na Exposição Colonial e Indiana, em Londres, em 1886³¹. Estes impressionaram tanto a Rainha Victoria que ela, posteriormente, o encarregou de ir para a Índia para pintar cenas e alguns de seus "súbditos" de lá³².

³⁰ SWEETMAN, John. (1988), *The Oriental Obsession: Islamic Inspiration in British and American Art and Architecture 1500—1920*, Cambridge, Cambridge University Press, particularmente o capítulo 5. Veja-se também CAMPBELL, L. (1999), ‘Decoration, Display, Disguise: Leighton House Reconsidered’ in Tim Barringer and Elizabeth Prettejohn (eds.), *Frederic Leighton: Antiquity, Renaissance, Modernity*, New Haven, Yale University Press.

³¹ Algumas dessas pinturas podem ser encontradas no corredor da sala de jantar de Durbar em Osborne, Isle of Wight.

³² MATHUR, S. (2002), *An Indian Encounter: Portraits for Queen Victoria*, London, National Gallery. Houve uma exposição destas pinturas na National Gallery, em novembro de 2002 - janeiro de 2003.

Além disso, este fascínio por formas artesanais orientais (e outras) entrou na produção britânica. O trabalho ornamental de ferro é um exemplo claro. As célebres empresas que produziram tais materiais (o trabalho em ferro Saracen, de Walter Macfarlane, em Glasgow, é um excelente exemplo) adotaram muitos motivos orientais no seu trabalho, que foi exportado por todo o Império Britânico e outros lugares. As exposições desta empresa, tal como na Exposição Internacional de 1888, em Glasgow, tinham um traço tipicamente oriental, como teve o magnífico catálogo dos seus produtos³³. Esta exposição de Glasgow, que foi parcialmente projetada para mostrar a produção da indústria pesada da cidade, ocorreu em edifícios temporários tão ao estilo orientalista que foram apelidados Bagdade, por Kelvin³⁴. A exposição também ostentava uma sala de receção real mourisca, o quiosque de tabaco de Howell, que foi anunciado como um salão oriental para fumadores, com divãs, e o pavilhão indiano de Doultou, para a exposição de cerâmica. Mais uma vez, o industrial foi justaposto em contraponto às artes pré-industriais, o que parecia ser representado nessas formas orientalistas. Mas é claro que, contra as interpretações de Said e seus seguidores, isso não foi feito para denegrir ou para rebaixar o pré-industrial, mas para demonstrar a necessidade de se manter fiel aos seus ideais, mesmo numa idade industrial.

Além disso, o trabalho do arquiteto Owen Jones promoveu esta preocupação com o *design* oriental, através dos seus estudos sobre a arquitetura islâmica da Alhambra, em Granada (de grande interesse na primeira metade do século XIX), as suas atividades em relação ao Museu V&A e a sua preocupação com as exposições no Palácio de Cristal, em especial após a mudança para Sydenham³⁵. A sua magnífica *Gramática do Ornamento*, de 1856, (usando os grandes avanços na reprodução cromolitográfica) procurou mostrar exemplos de ornamentação do Médio Oriente, sul da Ásia e do Extremo Oriente com os mesmos objetivos³⁶. Isto alimentou o *design* de tecidos, papéis de parede e muito mais.

³³ O *Catalogue of Macfarlane's Cast Iron Manufactures* foi publicado pelo menos entre a década de 1860 e os primeiros anos do século XX. Veja-se também ROBERTSON, E. G., e ROBERTSON, J. (1977), *Cast Iron Decoration, a World Survey*, London, Thames and Hudson.

³⁴ KINCHIN, P., e KINCHIN, J. (1988), *Glasgow's Great Exhibitions 1888, 1901, 1911, 1937, 1988*, Wendlebury, White Cockade Publishing, pp. 16-53.

³⁵ Para Jones e o Alhambra, ver PUERTAS, A. F. (1997), *The Alhambra*, London, Saqi, e IRWIN, Robert. (2004), *The Alhambra*, London, Profile Books, pp. 150-159.

³⁶ JONES, O. (1868), *The Grammar of Ornament, illustrated by examples from various styles of ornament one hundred and twelve plates*, London, Bernard Quaritch. A primeira edição foi publicada em Londres por Day and Son em 1856; a edição de 1868 está disponível on-line. Veja-se também www.vam.ac.uk/content/articles/a/a-higher-ambition-owen-jones/ (Consultado em dezembro, 2011).

Havia de facto uma onda de moda na segunda metade do século XIX, abrangendo os *designs* do Norte de África e Médio Oriente, bem como exemplos do sul da Ásia e do Extremo Oriente. O fascínio pelo japonismo, embora muito satirizado por Gilbert e Sullivan e outros, influenciou determinadas áreas de produção, especialmente cerâmica, durante um longo período de tempo³⁷. Enquanto, um pouco mais diretamente, a Liberty's Store, em Londres, fez todos os tipos de *designs* do Médio Oriente e artefactos da moda para uma temporada, muitas formas de exotismo também entraram na arquitetura de lazer na Grã-Bretanha e em outros lugares³⁸.

Este fascínio com o artesanal liga-se muito convenientemente com a arte orientalista. No entanto, outro dos paradoxos do industrialismo é o fenómeno apontado há algum tempo pelo historiador americano Martin Winner³⁹. O facto é que muitas figuras industriais na Grã-Bretanha converteram a sua riqueza em práticas completamente não-industriais: investiram em grandes casas e propriedades rurais; tentaram juntar-se à aristocracia rural nas suas práticas sociais; e, de forma surpreendentemente contraditória, também procuraram glorificar o pré-industrial. Um bom exemplo é Sir William Armstrong, de Newcastle, um grande empresário que fez uma enorme fortuna com engenharia e munições. Mas o seu arquiteto, Norman Shaw, criou em Cragside, em Northumberland, uma residência que combinou *pastiche* em arquitetura antiga e artesanal com hidráulica e outras técnicas modernas, produzindo, assim, uma composição pitoresca e muitas vezes medievalizada, apesar de imbuída de conforto moderno⁴⁰. Aí, o banho de imersão, com os seus azulejos azuis, tem uma aparência manifestamente orientalista, enquanto muitos deslumbramentos semelhantes podem ser encontrados à volta da casa. Calouste Gulbenkian (1869-1955) fez sua fortuna com a mais moderna das atividades, a produção de petróleo, mas virou-se para o artesanato oriental na sua procura como colecionador. O mesmo fez Sir William Burrell (1861-1958), o armador de Glasgow, que se virou igualmente para o artesanal de toda a Ásia

³⁷ BIRKS, T., e DIGBY, C. (1990), *Bernard Leach, Hamada and their Circle*, Oxford, Phaedon. Veja-se também LACAMBRE, Geneviève. (2007), 'Le Japonisme: Exotisme et Assimilation' in Paulo Amalfitano and Loretta Innocenti (eds.), *L'Oriente: Storia di una figura nelle arti occidentali (1700-2000)*, Vol. 1, Dal Settecento al Novocento, Rome, Bulzoni Editore, pp. 625-634.

³⁸ MACKENZIE, J. M. (2007), 'Orientalism and the Architecture of Leisure in Britain' in *ibid*, pp. 657-672.

³⁹ WIENER, M. (1981), *English Culture and the Decline of the Industrial Spirit, 1850-1980*, Cambridge, Cambridge University Press.

⁴⁰ (1985), *Cragside*, Northumberland, National Trust.

na formação de sua grande coleção, agora alojada no Burrell Collection em Glasgow - um paralelo muito interessante para a Gulbenkian, aqui em Lisboa.

Entre as atividades pré-industriais que a classe dos ricos empresários perseguiu com fervor estavam o fascínio com cavalos e caçadas. A Escócia tornou-se o alegre campo de caça da elite que em breve se espalhou para fora da Grã-Bretanha em busca de emoções novas e aparentemente atávicas à volta do mundo⁴¹. Infraestruturas modernas como navios a vapor, caminho-de-ferro e telégrafo permitiram-lhes ir mais e mais longe na sua busca irónica do pré-industrial e supostamente primitivo. A caça levou tais viajantes para África, América do Norte, Índia e Nova Zelândia. A caça combinou o moderno (armas de fogo por exemplo) com o pré-moderno, o racional com o irracional, o romance de paisagens exóticas com contato com os povos indígenas. Este contexto cultural essencial ajuda a explicar a popularidade de certos temas na pintura orientalista. As representações de árabes a cavalo, caça com falcões ou com várias formas de armamento, de Eugene Fromentin, encaixam-se perfeitamente nessas obsessões. (Veja-se, por exemplo, de Fromentin, *Caça com Falcão: Recordando Argélia*, na Galeria Nacional da Irlanda)⁴². E, claro, Fromentin (1820-1876) teve muitos imitadores menores, tais como Francesco Coleman (1851-1918) e George Washington (1827-1910). *Árabes Viajando no Deserto* (1843) de E. J-H. Vernet (1789-1867) enfatiza igualmente cobertores coloridos de camelo, tecidos e armas de fogo produzidos por artesãos.

Os viajantes europeus caçadores também desejavam preencher as suas casas com artefactos que os seus visitantes pudessem admirar. Cada grande casa de campo era invariavelmente um museu privado no qual podia ser exibido o melhor artesanato - carpetes, cerâmica, trabalhos de metal, bem como esculturas e pinturas. Estas eram, por vezes, de natureza antiquária, mas também eram muitas vezes contemporâneas. Este foi um interesse que pode ser também encontrado entre a rica burguesia branca no Canadá,

⁴¹ MACKENZIE, J. M. (1988), *The Empire of Nature: Hunting, Conservation and British Imperialism*, Manchester, Manchester University Press.

⁴² Esta pintura foi usada na capa de THOMPSON, J. (1988), *The East Imagined, Experienced, Remembered*, Dublin, the National Gallery of Ireland and Liverpool, National Museums and Galleries on Merseyside. Acompanhava uma exposição orientalista do mesmo ano, um dos primeiros exemplos do que parece ser um fascínio duradouro. Outros catálogos e obras a partir do qual foram extraídas exemplos pictóricos podem ser encontrados na bibliografia selecionada. A maioria das imagens também está disponível na web.

África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Às vezes, o material exibido era simplesmente saque imperial recolhido por funcionários e outros em campanhas coloniais, na Etiópia, Sudão ou Índia. Este saque podia incluir armamento, armaduras, escudos. As pinturas orientalistas representando esses materiais são muitas. Esta análise não é, no entanto, baseada em questões de valor estético. O importante é sublinhar que um grande número de artistas parece ter encontrado um mercado disponível e, independentemente da qualidade, as suas pinturas exibem aspetos de fabrico artesanal, gosto e aquisição.

Qualquer investigação das várias exposições de pinturas orientalistas realizadas nos últimos anos, dos seus catálogos, ou dos muitos outros livros sobre o orientalismo nas artes visuais revelam muitos exemplos. Entre os artistas de primeira linha, podemos identificar os escoceses, David Wilkie (1785-1841) e David Roberts (1796-1864), produzindo no início do século XIX⁴³. Para mencionar apenas dois exemplos, *O Escritor de Cartas Turco* (1840), de David Wilkie, supostamente inspirado numa cena que tinha presenciado no pátio de uma mesquita em Constantinopla (Istambul), reside sobre os tecidos do traje do próprio escritor e nas duas mulheres que estão a olhar, mas o olhar é captado por um cachimbo de vidro bem talhado, com forma de gota, com uma base e outras partes de latão (ambos, um esboço de aguarela e uma pintura a óleo acabada, Galeria de Arte de Aberdeen). Uma das célebres litografias de David Roberts é o *Bazar dos Caldeireiros*, no Cairo. Mais tarde, este tema foi desenvolvido em *Um Caldeireiro, Cairo* (1884) por Charles Wilda (1854-1907), mostrando o artesão trabalhando em alguns vasos de cobre magnificamente polidos.

Os temas de artesanato, gosto, produção e vendas também podem ser encontrados em pinturas como *Na Loja do Negociante de Arte* pelo orientalista italiano Gustavo Simoni (1846-1926) ou *A Nova Aquisição* (1886) pelo checo Rudolf Weisse (1859-1930 - que também pintou *A Loja Antiga e o Mercador de Carpetes*). Estes apresentam os têxteis e a padronização das roupas dos mercadores e clientes, juntamente com trabalhos de metal, carpetes, uma arma de fogo ocasional e cerâmica fina. Um fascínio semelhante com o artesanato está expresso em *Um Mercado, Cairo*, realçando particularmente os trabalhos de metal, por Leopold Muller (1834-1892) ou em *Uma Pechincha*, pelo artista

⁴³ Para Roberts, ver GUITERMAN, H, e LLEWELLYN, B. (1886), *David Roberts*, London, Barbican Art Gallery and Phaidon Press.

americano, Edwin Lord Weeks (1849-1903), com trabalhos em metal, azulejos, e tecidos. Os títulos de muitas destas pinturas ilustram precisamente os temas acima mencionados.

Arthur Melville (1855 -1904) estava fascinado pelo Médio Oriente e Norte da África e várias das suas pinturas são justamente célebres. Entre estas estão *Interior Árabe*, que demonstra o jogo de luz através das telas de madeira perfuradas conhecidas como *mashrabiyya*, proporcionando efeitos surpreendentes às roupas coloridas do homem sentado no sofá com os seus têxteis estampados e almofadas, juntamente com a mesa de latão batido e copos.

As duas pinturas de Melville *Esperando uma Audiência com o Pasha*, de 1887, e *Esperando o Sultão, Marrocos*, perseguem temas semelhantes de contrastes surpreendentes de luz e sombra, detalhes arquitetónicos, carpetes e roupas das pessoas que esperam. Na segunda, o fascínio equestre de muitas dessas pinturas é representado por um cavalo branco belissimamente conseguido, também esperando pacientemente. Outras pinturas, como *A Vida no Harém*, de J. F. Lewis (1804-1876), têm certamente implícitas críticas das relações de género (um tema comum da época), mas também oferecem um banquete de tecidos e uma *overdose* de *design* abstrato, que lembra a exposição de ornamentos de Jones.

O fascínio com o artesanal, dos quais estes são apenas alguns exemplos, é frequentemente combinado com outros aspetos do que se entende da vida do Médio Oriente, o que também teve ressonâncias para os que estavam ansiosos com o grande industrialismo que estavam a promover em casa. Três exemplos são a representação frequente de espiritualidade, da música e da aprendizagem. Exemplos do primeiro são de J. F. Lewis, *O Comentador do Alcorão*, onde cerâmicas, azulejos, tecidos e flores são combinadas com um respeitável estudo, reflexão e religiosidade, ou *Em Oração*, pelo imensamente prolífico austríaco Ludwig Deutsch (1855-1935), que produziu grande número de pinturas que ilustram todos os temas deste ensaio. O fascínio com a música é ilustrada em *A Lição de Música*, por Frederick Leighton (1830-1896), cujas excursões artísticas para o Oriente têm sido insuficientemente estudados, e *Dois Músicos*, por Osman Hamdí Bey (1842-1910), ambos celebrando a beleza dos instrumentos musicais criados artesanalmente; enquanto a aprendizagem é admirada em *El- Ashar*, a

Universidade Árabe do Cairo, de Ludwig Deutsch, ou *O Jovem no Estudo*, de Osman Hamdi Bey.

Assim, a arte orientalista, longe de expor o primitivo ao olhar industrial, longe de produzir uma sensação de uma construção binária estrita entre o moderno e o pré e anti moderno, estava, na verdade, a revelar as ressonâncias visuais que grandemente apelavam aos contemporâneos vitorianos. Era um mundo que eles tinham, até certo ponto, perdido, e era um mundo que desejavam recuperar. Isto deve fazer-nos pensar na referência de T. E. Lawrence à "doença da civilização". É um facto fascinante que as consideráveis vendas de tal arte orientalista sejam agora feitas através de galerias de Londres, como o Mathaf. Nos tempos modernos, os habitantes ricos de um Médio Oriente quebrado pelo petróleo, com as suas indústrias e excesso de riqueza, também procuram um mundo mais antigo, mais suave e atraente⁴⁴. A classe média vitoriana e os habitantes modernos do Médio Oriente têm, surpreendentemente, muito em comum.

Assim, estou convencido de que a modernidade industrial sempre foi culturalmente inquieta. Sempre houve uma crítica no seu interior, uma ansiedade que foi desvalorizada e foi perdendo a sua ligação com materiais belos e artesanais, muitos dos quais ainda poderiam ser encontrados em execução no Oriente. Assim, os valores artesanais orientais e os seus produtos eram altamente valorizados. Além disso, a arte que retratava o Oriente procurava acima de tudo admirar e não denegrir. Na minha opinião Said e os seus seguidores não perceberam isto. As representações eram geralmente positivas em vez de negativas. O Ocidente e o Oriente estavam em conversação. Embora este artigo tenha incidido principalmente sobre a Grã-Bretanha, essa conversação pode ser encontrada em muitos locais da Europa. É minha convicção de que paralelismos com os fenómenos que acabei de descrever podem ser encontrados em Portugal e em outros lugares. A minha esperança é que os estudiosos em Portugal, Espanha e outras partes da Europa com conexões asiáticas examinem essas trocas, essas interações. A hegemonia europeia foi frequentemente mitigado por tais influências mútuas.

⁴⁴ Informação privada, Brian MacDermot, the Mathaf Gallery.

As Colónias Portuguesas do Oriente na Literatura Colonial – do Ultimatum ao Fim da República

Célia Reis

Instituto de História Contemporânea
FCSH/UNL

Introdução

No século XIX, inserida num contexto de uma transformação muito mais vasta, a expansão ultramarina ganhou nova forma e dinâmica, colocando em causa a permanência dos portugueses em espaços dos continentes africano e asiático e obrigando o país à procura de novas soluções. No ano de 1890, o Ultimato britânico marcou um momento decisivo na vida colonial portuguesa, entrando-se numa nova fase na qual a ocupação efetiva constituiu a resposta aos perigos que essa expansão mais vasta trazia à manutenção das suas colónias. Às ações governativas somavam-se as tomadas de posição das mais variadas proveniências, advogando, quase todos, esta defesa e os meios para o desenvolvimento dos territórios ultramarinos¹. Contudo, nesta fase, era a África que imperava, pelo ambiente internacional e pelas probabilidades de riqueza, não obstante Portugal conservar três possessões na Ásia e Oceânia, o Estado da Índia, Macau e Timor².

¹ Entre outros, seguimos sobretudo, ALEXANDRE, V. (1998), “A Questão Colonial no Portugal Oitocentista”, em *O Império Africano. 1825-1890*, vol. X da *Nova História da Expansão Portuguesa*, coord. por Valentim Alexandre e Jill Dias, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 21-165; ALEXANDRE, V. (1998), capítulos “A Viragem para África”, “Nação e Império”, “Situações Coloniais: I - A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890)”, e “Situações Coloniais: II - O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação (1890-1930)”, em *Do Brasil para África (1808-1930)*, vol. IV da *História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 61 a 211; IDEM. (2000), *Velho Brasil/ Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Ed. Afrontamento; IDEM. (2004), “O Império Português (1825-1890): Ideologia e Economia”, *Análise Social*, vol. XXXVIII, (169), pp. 959-979; TELO, A. J. (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos.

² Para além de alguns aspetos específicos, o enquadramento geral sobre estas colónias encontra-se sobretudo em FIGUEIREDO, F. (2011), *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa; MARQUES, A. H. (dir. de). (2000), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Macau e Timor do Antigo Regime à República*, vol. 3.º, Lisboa, Fundação Oriente; MARQUES, A. H. (dir. de). (2003), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Macau e Timor no Período Republicano*, vol. 4.º, Lisboa, Fundação Oriente; PÉLISSIER, R. (2007), *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa. 1847-1913*, Lisboa, Estampa; REIS, C. (2001), “Índia”, em

Neste texto procuro fazer uma primeira abordagem³ à forma como se apresentaram os principais assuntos relativos às colónias não-africanas nos livros publicados em Portugal continental entre 1890 e o final da República⁴. Estava no meu horizonte inicial verificar se, no contexto mais geral do colonialismo africano, foram esquecidos estes espaços ou se os mesmos comungaram das perspectivas do país; a primeira constatação

O Império Africano. 1890-1930, vol. X da *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 585-654; IDEM. (2007), *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte.

³ Com outros propósitos mas com elementos essenciais, parte desta literatura foi analisada sobretudo em SILVA, C. N. (s.d.), “Natives Who Were Citizens and Natives Who Were Indigenous in the Portuguese Colonial Empire (XIX-XX Centuries)”, disponível em www.upf.edu/iuhjvv/_pdf/CristinaNSilva_Eclipsesofempire.pdf (consulta em 13-1-2012).

⁴ AA.VV. (1902), *Congresso Colonial Nacional. Actas das Sessões*, Lisboa, A. Liberal; AA.VV. (1924), *Théses e Actas das Sessões*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa; BARBOSA, José. (1912), *Administração Colonial*, Lisboa, typ. Bayard; CARVALHO, T. (1900), *Les Colonies Portugaises au Point de Vue Commercial*, Paris, Aillaud; CASTRO, A. (1927), *As Colónias Portuguesas e Alguns dos Principais Problemas que as Interessam*, Porto, Companhia Portuguesa; CAYOLLA, Lourenço. (1912), *Sciencia de Colonização*, 2 vol., Lisboa, typ. da Cooperativa Militar; COSTA, Eduardo da. (1903), *Estudo sobre a Administração Civil das Nossas Possessões Africanas. Memória Apresentada ao Congresso Colonial Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional; DORES, R. (1903), *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional; GARRETT, Tomás de Almeida. (s.d.), *Administração Colonial*, s.l., ed. do autor; IDEM. (s.d.), *Questões Coloniais. 1914-1915*, Lisboa, Escola Colonial; MAGALHÃES, A. (1907), *Estudos Coloniaes. I - Legislação Colonial. Seu Espírito, sua Formação e seus Defeitos*, Coimbra, F. França Amado; MARTINS, Álvaro. (1902), *Quarteis no Ultramar. Memória*, Lisboa, Imprensa Nacional; MELLO, Lopo Vaz de Sampayo. (1910), *Política Indígena. Questões Coloniaes*, Porto, Magalhães & Moniz; MOURA, Carneiro de. (1910), *A Administração Colonial Portuguesa*, Lisboa, A.M. Teixeira; NEGREIROS, A.L.A. (s.d.), *Les Organismes Politiques Indigènes, Colonies Portugaises*, Paris, Augustin Challamel; IDEM. (1902), *L'Épopée Portugaise. Histoire Coloniale*, Paris, Augustin Challamel; IDEM. (1907), *Les Colonies Portugaises. Études Documentaires, Produits d'Exportation*, Paris, Augustin Challamel; IDEM. (1909), *L'Instruction dans les Colonies Portugaises*, Bruxelles, Eta. Généraux d'Imprimerie; ORNELAS, A. (1903), *A Nossa Administração Colonial. O que É, o que Deve Ser, Conferências Preliminares ao Congresso Colonial Nacional*, Lisboa, Sociedade de Geografia; PENHA GARCIA, Conde de. (1911), *La Lutte contre l'Alcool aux Colonies Portugaises*, Genève, Imp. Paul Richter; IDEM. (1912), *L'Oeuvre Coloniale du Portugal Pendant les Trente Dernières Années*, [Paris], s.n.; PINTO, C. (1903), *O Antigo Imperialismo Portuguez e as Leis Modernas de Governo Colonial. Memória*, Lisboa, Imprensa Nacional; SAMPAYO, J. (1901), *O Bicho de Seda Indígena da Índia, Conferências Preliminares ao Congresso Colonial Nacional*, [Goa, s.n.], 1901; SILVA, A., MIRANDA, C. (1916), *Lições de Administração Colonial. Em Harmonia com as Prelecções Feitas pelo Ex.mº Professor Sr. Dr. Magalhães Collaço ao 3º Anno Jurídico de 1915-1916*, Coimbra, Livraria Neves - Editora; SILVA, F. (1915), *Colonização e Colónias Portuguesas. 1864-1914*, Coimbra, F. França Amado; SOUSA, A. (1906), *Administração Colonial. Prelecções Feitas ao Curso do 4.º Anno Juridico do Anno de 1906-1907*, Coimbra, typ. França Amado; ULRICH, R. (1908), *Sciencia e Administração Colonial, Volume I, Introdução. Lições Feitas ao Curso do 4.º Anno Juridico no Anno de 1907-1908*, Coimbra, Imprensa da Universidade; IDEM. (1909), *Política Colonial. Lições Feitas ao Curso do 4.º Anno Juridico no anno de 1907-1908*, Coimbra, Imprensa da Universidade; IDEM. (1910), *Economia Colonial. Lições Feitas ao Curso do 4.º Anno Juridico no Anno de 1909-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade; VASCONCELOS, E. (s.d.), *Portugal Colonial*, Lisboa, Livraria Profissional; VASCONCELOS, Ernesto de. (1896), *As Colónias Portuguesas. Geographia Physica, Política e Economica*, Lisboa, typ. da Comp. Nac. Ed.; IDEM. (1901), *As Colonias nas Suas Relações com o Mar, Conferências Preliminares ao Congresso Colonial Nacional*, [Lisboa, Soc. Geografia]; IDEM. (1929), *As Colónias*, Lisboa, Imp. Nac.; IDEM. (1930), *Timor. Alguns Subsídios para o Estudo do seu Clima*, Lisboa, tip. Carmona, 1930; VILHENA, E. Jardim de, (1910), *Questões Coloniaes. Discursos e Artigos*, Lisboa, E. J. de Vilhena.

foi a da sua integração nas diversas publicações, existindo mesmo algumas que se lhes dedicaram em exclusivo.

O conjunto de livros produzidos nesta época foi muito diversificado. Uma parte deles correspondeu à temática exclusiva das campanhas militares e da colonização africana – naturalmente que não consideradas aqui - e alguns dos autores mais citados encontraram-se entre os que aí desempenharam missões militares e políticas; o exemplo mais significativo foi, talvez, Eduardo da Costa.

Vários destes escritores tinham também relações mais ou menos profundas com as colónias do Oriente: o mesmo Eduardo Costa era filho e sobrinho de antigos governadores de Macau e Timor; outros desempenharam aí funções, como Armando de Castro, na Fazenda, Ernesto de Vasconcelos, cartógrafo na delimitação de Timor, Rafael das Dores, militar, e o juiz Albano de Magalhães, que exerceu em Macau e Timor. Christovão Pinto, por seu lado, provinha da Índia, representando-a na Câmara de Deputados. Noutros casos havia elos a outras colónias, não obstante publicarem sobre todas, como aconteceu com António Lobo de Almada Negreiros, com vínculo de funcionário a S. Tomé e Príncipe; este autor preparou mesmo um livro sobre Macau que, infelizmente, não chegou à estampa⁵.

Porém, nem todos os que escreveram sobre a colonização ou as colónias passaram pelas mesmas, apesar de analisarem os seus aspetos económicos, sociais e políticos.

Várias publicações debruçaram-se com maior ênfase sobre o Direito, porque os seus autores eram professores na respetiva Faculdade – casos de Marnoco e Sousa, Ennes Ulrich e Fernando Emygdio Silva, frequentemente citados por outros – ou alunos – que editavam conteúdos sintetizados das preleções dos mestres. Ao mesmo âmbito escolar juntaram-se as análises dos docentes da Escola Colonial, como Lourenço Cayolla. Há, no geral, grande continuidade nestes livros.

Um momento especial nesta produção ocorreu com a realização dos Congressos Coloniais, em 1901 e 1924, onde se conseguiram observações diversificadas, quer nas conferências preliminares quer durante a realização do evento.

⁵ Embora realçando essencialmente a África, veja-se PACHECO, C. (2004), *O Pensamento Económico-Colonial de António Lobo Almada Negreiros (1868-1939)*, Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Nesta panóplia juntaram-se, assim, aqueles que tinham conhecimentos próprios, adquiridos no terreno, aos que os conseguiam por meios indiretos, nem sempre corretos ou atualizados. Todavia, algumas destas pessoas desempenharam funções públicas na área das colónias. Além disso, embora sem estudos mais aprofundados, podemos colocar a hipótese de terem sido inspiradores para os homens que, em cada momento, detinham a capacidade governativa. Aspeto de igual importância é o que se prende com o carácter propagandístico de, pelo menos, algumas destas publicações, apontando características especiais ou potencialidades das colónias e do próprio país. Neste caso atentemos, por exemplo, nos livros de Almada Negreiros, maioritariamente escritos em francês e publicados fora de Portugal. Sintomáticos são igualmente as obras de Ernesto de Vasconcelos: em 1896, descreveu a geografia física, política e económica de cada uma das províncias ultramarinas e deixou expressa a sua necessidade e oportunidade desta obra, para sua integração no ensino secundário e pela indispensabilidade do seu conhecimento num momento de defesa da soberania; partia também dos modelos estrangeiros, de nações (como a Alemanha) que não descuravam os seus interesses coloniais e que, por isso, promoviam o seu conhecimento⁶; no final da década de 1920, ao escrever para a secção portuguesa na Exposição de Sevilha, foi nítida a intenção de fazer sobressair a grandeza do império e o seu desenvolvimento⁷.

A Situação

Escrevendo em 1915, Fernando Emygdio da Silva realçou a situação das colónias não-africanas:

«A nossa India como extensão territorial é uma relíquia do passado esplendor. Macau é uma feitoria. E Timor, onde há altas riquezas agrícolas, pouco aproveitadas e uma zona de colonização digna de travar relações com outros portugueses além dos abrangidos nas malhas do Código penal e das leis de excepção apaga-se diminui de importância quer pela sua distância, quer pela

⁶ VASCONCELOS. E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 5–6.

⁷ *Idem, Ibidem*

sua extensão, quer pelas suas faculdades, perante a grandesa e a acuidade do nosso problema africano»⁸

De facto, o quadro traçado para o Oriente era diferente do africano mas cada colónia tinha características próprias. À Índia salientaram o marasmo perante a expansão da colónia vizinha⁹; Almada Negreiros notou-lhe o conservadorismo, mesmo pela conservação da designação de «Estado», o que fazia parte da forma de estar dos portugueses¹⁰; mas era principalmente o marco de um passado glorioso que mais se realçava nesta colónia.

Também Macau se encontrava absorvido pelo crescimento à sua volta, sobretudo o de Hong Kong; era, apontado como feitoria de comércio, que se mantinha desenvolvido, e significava igualmente uma posição política no Extremo Oriente¹¹. Algumas das fontes notaram outros aspetos: Morais e Castro descreveu o espaço «das enfeitadas perspectivas e do nacar e *gris* pérola»¹², enquanto Ernesto de Vasconcelos se referiu à mais pequena das nossas colónias, «mas decerto a mais bela»¹³.

Quanto a Timor, revelavam-se duas posições diferentes: os que viam a parte portuguesa da ilha para perspetivar todas as suas potencialidades e os que reparavam essencialmente na distância, na falta de ligação a Portugal, no atraso, ou mesmo na falta de soberania¹⁴; no início do novo século, Almada Negreiros, colocando-a a par da Guiné, descreveu-as com as duas únicas que, desde a descoberta, «demeurent dans une situation, sinon désespérée, du moins desesperante»¹⁵. Assim se compreende que outras análises apontassem a sua inutilidade¹⁶.

Foram ideias análogas que levaram a considerar a possibilidade de venda de algumas colónias, as que se situavam para além da África ocupavam aí posição cimeira. Para

⁸ SILVA, F.E., *Colonização e Colónias Portuguesas*, pp. 27–28.

⁹ MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 93.

¹⁰ NEGREIROS, A.L.A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 118–119.

¹¹ VILHENA, E., *Questões Coloniais*, p. 61.

¹² CASTRO, A. A.G. M., *As Colónias Portuguesas*, p. 47.

¹³ VASCONCELOS, E., *As Colónias*, p. 38.

¹⁴ DORES, R., *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*, p. 6.

¹⁵ NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 139.

¹⁶ Por exemplo, COSTA, E., *Estudo sobre a Administração Civil das Nossas Possessões Africanas*, p. 111.

além das mais conhecidas teses de uma venda mais generalizada¹⁷, foi sobretudo Timor que se impôs a alguns destes autores. Assim aconteceu com Ernesto de Vilhena num discurso parlamentar de 1908, reproduzido num dos seus livros: para este autor faltavam as relações comerciais com a metrópole e aumentavam as exigências de subvenções, justificação essencial para a sua alienação e futura aplicação dos capitais resultantes nas outras possessões¹⁸. Juridicamente, vários autores consideraram a possibilidade de transação de territórios¹⁹. Restava, porém, a questão mais vasta, a imperial. Marnoco e Sousa pronunciou-se assim:

«Moçambique, a Índia, Macau e Timor, quanto mais não valham, e isto é muito, valem para fechar a cadeia dos nossos domínios que vão do Atlântico ao Pacífico. Assim poderemos tractar alianças, porque podemos oferecer pontos estratégicos de altíssimo valor. Reduzidos aos domínios do Atlântico, teríamos perdido essas optimas estações que ainda nos tornam uma potencia colonial»²⁰.

A População

Apesar da diferenciada, a população indígena²¹ de cada uma das colónias era considerada civilizacionalmente inferior. Neste sentido, Ruy Ennes Ulrich explicou que, apesar das discrepâncias entre as colónias, havia características comuns:

«Assim todos os indigenas, seja qual fôr a colonia a que pertençam, são primitivos, com poucas ideias simples, impregnados de crenças tradicionaes e preocupados sobretudo com interesses materiaes, não concebendo em geral fórmias de governo, que não sejam despoticas»²²

Mas inferioridade em graus diferentes.

¹⁷ Sobre o tema, sobretudo, ALEXANDRE, Valentim. (2008), *A Questão Colonial no Parlamento. 1821-1910*, vol. I, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, pp. 161, 182; vejam-se também, “A Questão Colonial no Portugal Oitocentista”, p. 91, e “Nação e Império”, p. 104.

¹⁸ VILHENA, E., *Questões Coloniaes*, p. 61.

¹⁹ SOUSA, M., *Administração Colonial* cap. V; ULRICH, R. E., *Política Colonial* cap. IV.

²⁰ SOUSA, M., *Administração Colonial*, p. 287.

²¹ É grande o número de obras que se referem à situação dos indígenas. Por todos, SILVA, Cristina Nogueira da. (2009), *Constitucionalismo e Império. A Cidadania no Ultramar Português*, Coimbra, Almedina.

²² ULRICH, R. E. *Política Colonial*, p. 686.

Para Timor considerava-se frequentemente a «selvajaria em que vivem»²³ - embora Rafael das Dores também se referisse às autoridades portuguesas «que por vezes teem parecido mais selvagens do que elles»²⁴. Outros realçavam a raça inculta²⁵, mas sobretudo indolente²⁶. Todavia, a aposta na colonização não deixou de levar autores que assim a classificavam a mostrar outra visão: foi o caso do Conde de Penha Garcia que, na mesma tese que referia a ociosidade, integrou os timorenses num «estado de civilização que já permite o aproveitamento de parte da sua capacidade de trabalho»²⁷, ou Lourenço Cayolla que escreveu que a raça indígena, além de numerosa, contava «com uma organização politica bastante adiantada» e com valiosas qualidades físicas e morais²⁸.

Diferente era a situação da Índia e Macau, a quem se reconhecia a pertença a civilizações antigas e superiores. Deste modo, Sampayo e Mello considerava-as como colónias com organização económica e social que as elevava a «um grau de civilização aproximado do europeu»²⁹. Albano de Magalhães não regateou palavras para lembrar o seu avanço quando Portugal ainda nem era nação, tendo, todavia, parado na sua evolução; tratava-se essencialmente de uma questão de tempo: o Ocidente procurando ultrapassar o passado, o Oriente voltado para ele³⁰.

Vários autores insistiram numa ligação especial dos povos a Portugal, embora nem sempre consensual: Albano de Magalhães, ao citar o relatório de uma comissão (1866) em que, comparando Macau à Índia, se escrevera que nesta última os «naturaes» aceitaram as instituições portuguesas como se o amor pelas mesmas lhes viesse das origens, não conseguiu deixar de mostrar a sua incredulidade pela afirmação, colocando três pontos de interrogação a seguir à palavra «amor»³¹.

²³ Também referida por DORES, R., *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*; MAGALHÃES, A., *Estudos Coloniaes*, p. 9.

²⁴ DORES, R., *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*, p. 8.

²⁵ MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 338.

²⁶ GARCIA, C. Penha, «Colonização de Timor», in AA.VV., *Congresso Colonial Nacional*, pp. 75, 77; MELLO, L. V. S., *Politica Indígena*, p. 434; NEGREIROS, A.L.A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 139–140.

²⁷ GARCIA, C. Penha, «Colonização de Timor», pp. 75, 77.

²⁸ CAYOLLA, L. *Sciencia de Colonisação*, [vol. I], p. 258.

²⁹ MELLO, L. V. S., *Politica Indígena*, p. 92. Noutras páginas classificou-as como «raças civilizadas» - por ex., p. 193.

³⁰ MAGALHÃES, A., *Estudos Coloniaes*, p. 184.

³¹ *Ibid.*, p. 144.

Já para os timorenses, foi o Conde de Penha Garcia quem salientou a devoção dos timorenses aos reis de Portugal e às antigas bandeiras; deste modo se justificava que, apesar das frequentes guerras, os exércitos (arraiais) fossem maioritariamente constituídos por indígenas³².

A Ação Civilizadora

A inferioridade face aos europeus impunha a estes uma ação civilizadora sobre todos os povos das outras culturas, embora em graus diferenciados: usando as palavras de Albano de Magalhães, em África e Timor os povos «carecem de ser arrancados das trevas da mais densa ignorancia», enquanto na Índia e na China «carecem de ser desviados do caminho que veem trilhando, há séculos, com plena satisfação de tudo o que se lhes apresenta como necessidade. O estado de relativa civilização na Índia e China recommenda que se desviem esses povos de praticas, theorias e preconceitos que a concepção moderna da sociedade não aceita»; portanto, «Nuns é preciso primeiro tudo derruir, noutros desde o inicio tudo crear!»³³.

A ação civilizadora, naturalmente lenta, exigia a conservação prolongada dos «usos e costumes» em detrimento da legislação metropolitana³⁴: seguindo novamente Albano de Magalhães, «Não basta um decreto para que o preto saiba usar dos seus direitos políticos, não basta uma lei para que os indios olvidem as castas, não ha dictadura que force um china a não recrutar concubinas»³⁵.

De facto, a necessidade de respeitar as regras próprias de cada povo constituiu um dos principais tópicos, destacando-se a história jurídica e as suas limitações – por exemplo, o reconhecimento dos «Usos e Costumes» apenas das Novas Conquistas, em 1869, ou a

³² GARCIA, C. Penha, «Colonização de Timor», p. 76.

³³ MAGALHÃES, , *Estudos Coloniaes*, pp. 11–12.

³⁴ Sobre esta questão, particularmente, SILVA, Ana Cristina Nogueira da. (2004), “«Missão Civilizacional» e Codificação de Usos e Costumes na Doutrina Colonial Portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, vol. t. II, 33-34; *Constitucionalismo e Império*.

³⁵ MAGALHÃES, A., *Estudos Coloniaes*, p. 11.

restrição do decreto de Agosto de 1880 (relativo a Macau) às heranças e aos chineses naturalizados³⁶.

Muito mais empenhados na defesa dos princípios gerais da colonização, a maior parte dos autores concedeu maior peso a esta questão. Já Albano de Magalhães, pela sua experiência pessoal, foi mais descritivo nas análises que fez, de alguma forma impressionado essencialmente com aspetos familiares chocantes para um europeu - por exemplo, o recrutamento de numerosas «segundas mulheres» e concubinas nos lupanares, «nas mais requintadas orgias», para depois as levarem para casa «a fim de procrearem filhos e serem muitas vezes as educadoras e companheiras de suas filhas, já grandes, e servas, pouco dilectas em geral, da sua esposa legítima!»³⁷; juntavam-se-lhe outros pontos como o infanticídio ou o aborto.; para a Índia analisou sobretudo as questões de castas³⁸.

Estando esta questão habitualmente ligada à vida familiar e social, não se podem deixar de salientar as preocupações do mesmo juiz com as repercussões económicas da legislação que modificava as práticas tradicionais: segundo a sua visão, a propriedade estava organizada em bases modelares, com «minuciosos registos e aggremações, e levada a um extremo de produção, como ainda os sabios da agronomia europeia não conseguiram», pelo que não se poderia derruir «com uma pennada»³⁹; da mesma forma, a prática comercial e industrial impunha a adaptação das leis portuguesas às circunstâncias locais, para não perturbar esse reconhecido desenvolvimento⁴⁰: de forma absolutamente pragmática, lembrou a inconveniência de contrariar e incomodar os chineses pelo modo de vida «porque a nossa rica colonia de Macau formam-a... elles!»⁴¹.

Em correlação, a contestação ao alargamento indiferenciado das leis metropolitanas às realidades específicas de cada colónia era uma constante na literatura. Mais específico sobre os casos concretos foi naturalmente o juiz Albano de Magalhães, descrevendo, por

³⁶ SOUSA, A., *Administração Colonial*, p. 204.

³⁷ MAGALHÃES, A., *Estudos Coloniaes*, p. 129.

³⁸ *Ibid.*, pp. 170–172.

³⁹ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁰ *Ibid.*, pp. 38, 181–185, 189.

⁴¹ *Ibid.*, p. 189.

exemplo, alguns erros do Regimento de Justiça do Ultramar, como a impossibilidade de nomear juízes populares ou a inacessibilidade da justiça para lá da capital de Timor⁴².

Em Lisboa, e não obstante o reconhecimento dos «usos e costumes», Sampayo e Mello acentuou aspetos em que vigorava a legislação metropolitana, o trabalho livre dos indígenas, a organização do registo civil ou a resolução de causas pelos tribunais portugueses para concluir que «caminhou-se muito, e durante muito tempo, na senda da assimilação política, para que se possa aconselhar hoje qualquer extemporaneo retrocesso»⁴³. O mesmo, comparando os naturais de Macau com os de outras colónias, destacou para ali em questões de jurisdição civil⁴⁴; mas também reconheceu a diferente situação no concernente a legislação comercial, pois só eram julgados sumariamente valores em litígio até 180 patacas e a existência de jurados não se coadunava com o meio social dos chineses; deste modo, impunha-se a modificação de processos para que os chineses se habituassem a recorrer aos tribunais portugueses sem receio de perda de tempo e dispêndio – caso contrário, apelariam às suas próprias associações de classe ou a outros indivíduos «que só podem concorrer para prejudicar a aplicação da justiça e para tirar o prestígio indispensável aos tribunais judiciais estabelecidos na colónia»⁴⁵. Assim, a adaptação dos modos às circunstâncias eram, de facto, uma forma de imposição pela captação da «boa vontade» e do reconhecimento das vantagens oferecidas.

Em geral, apesar da importância atribuída aos «usos e costumes», o maior relevo foi dado à Índia e a Macau, sem dúvida pela sua precocidade neste campo, uma vez que aqui surgiram os primeiros Códigos e a instituição da Procuratura dos Negócios Sínicos⁴⁶. Com menor incidência de descrições generalizadas para Timor, também aqui se considerava que esta forma de direito consuetudinário tinha um papel essencial na

⁴² A. Magalhães propôs uma reorganização dos serviços de justiça e escreveu que os mesmos foram, com pequenas alterações, convertidas no decreto de 27 de dezembro de 1897. *Ibid.*, p. 206.

⁴³ MELLO, L. V. S., *Política Indígena*, p. 173.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 174–176.

⁴⁶ Sobre esta instituição, ARAÚJO, Maria Carla Faria.(2000), *Direito Português e Populações Indígenas. Macau (1846-1927)*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

organização dos povos, impondo-se por isso o seu conhecimento com vista à colonização⁴⁷.

Uma outra acentuação foi a opção de Almada Negreiros: referindo-se à miséria e tirania imposta pelos reis timorenses, escreveu que os portugueses procuraram acabar com os procedimentos bárbaros e que os funcionários portugueses não toleravam a aplicação da pena capital que estava suprimida no Código Penal Português – o que, se na realidade se compraz com a descrição de que sendo aplicada a pena de morte a numerosos delitos também podia ser facilmente comutada em dinheiro⁴⁸, não contempla, pelo menos, a derrota dos inimigos, que implicava a decapitação⁴⁹.

Instrução e Religião

As perspectivas de colonização, baseadas nas noções de superioridade/inferioridade, incidiam igualmente no ensino, também diferenciado para colonos e indígenas; para estes deveria ser dirigida à instrução para o trabalho⁵⁰. Neste campo, todavia, para além das enumerações das existências⁵¹, poucas foram as questões levantadas para estas três colónias. A Christovão Pinto deveu-se o principal plano proposto para a Índia, abrangendo a instrução entre outras áreas; deveria passar pelo estabelecimento de missões religiosas educadoras, abarcando as vertentes agrícola-industriais ou artísticas nas Novas Conquistas e Praganã de Nagar-Avely, mas abertas a todos os cultos; pela introdução das línguas indígenas faladas em Goa, Damão e Diu no ensino público oficial; pelo apoio às escolas de associações e corporações; pela propaganda em favor do ensino da mulher não cristã⁵².

⁴⁷ GARCIA, C. Penha, «Colonização de Timor», pp. 75–76.

⁴⁸ NEGREIROS, A.L.A., *Les Organismes Politiques Indigènes*, p. 313, e *Les Colonies Portugaises*, pp. 142–143.

⁴⁹ Entre outros, ROQUE, Ricardo. (2010), *Headhunting and Colonialism. Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire*. 1870-1930, New York, Palgrave Macmillan.

⁵⁰ Para além de outras referências, veja-se, por exemplo, JERÓNIMO, Miguel Bandeira. (2010), *Livros Brancos, Almas Negras. «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

⁵¹ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonisação*, vol. II, 1912, pp. 361–365; GARRETT, T. A., *Questões Coloniais*, pp. 70–72, 323; NEGREIROS, A.L.A., *L'Instruction dans les Colonies Portugaises*; E. Vasconcelos, *As Colónias*, pp. 362–364.

⁵² *Congresso Colonial Nacional*, p. 162.

Contudo, a conceção apresentada por Sampayo e Mello era que, para além de Cabo Verde e da Índia, estava tudo por fazer; propunha, por isso, a entrega da instrução em Timor, Angola, Moçambique e Guiné a uma organização missionária, por serem colónias onde esta poderia frutificar - ao contrário da Índia e Macau, cujo grau de civilização inviabilizava a sua ação⁵³.

Estava-se, de facto, numa fase da história portuguesa em que a dimensão religiosa da colonização teve algum impacto nas discussões, particularmente pela importância assumida pelas missões portuguesas ou estrangeiras e pelo papel que deveriam desempenhar⁵⁴. Todavia, foram poucas as referências a este assunto.

Uma das poucas e primeiras constatações em matéria religiosa neste conjunto de livros foi a que José M. Barreto fez numa proposta que enviou ao Congresso de 1901, onde, protestando contra as dificuldades levantadas à Missão Suíça, lembrou a liberdade religiosa existente na Índia Macau e Timor⁵⁵. A permissão para administração de instituições de culto e de auxílio mútuo e ensino fazia igualmente parte das propostas de Christovão Pinto para a Índia, apresentadas durante o mesmo evento⁵⁶.

Esse papel foi também realçado por Sampayo e Mello, para quem «a maior perfeição social dos indígenas hinduístas, musulmanos, budhistas ou confucionistas, e a tenacidade com que se apegam às respectivas crenças e fórmulas litúrgicas, fazem aconselhar uma política religiosa de absoluta tolerância e respeito pelos cultos estabelecidos»⁵⁷. Criticou, no entanto, uma organização em que, não obstante a liberdade conferida a outros cultos, se despendiam avultadas verbas nacionais que deveriam ser desviadas para serem aplicadas «na moralização e na civilização do indígena africano», embora através da atividade missionária⁵⁸.

Este foi, na realidade, um dos poucos autores que se referiram ao Padroado «da Índia»: a obrigação moral dos portugueses era de civilizar e não aceitava que aqueles direitos e

⁵³ MELLO, L. V. S., *Política Indígena*, pp. 115, 93.

⁵⁴ Sobretudo, REIS, C., *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*.

⁵⁵ *Congresso Colonial Nacional*, pp. 238–239 (anexo 3).

⁵⁶ *Ibid.*, p. 163.

⁵⁷ MELLO, L. V. S., *Política Indígena*, p. 93.

⁵⁸ *Ibid.*, pp. 95–96.

deveres implicassem tais gastos com a «conservação ostentosa d'essas inuteis e custosas reliquias de tempos que não voltarão»⁵⁹.

Todavia, o Padroado ganhou nova dimensão sobretudo na década de 1920, encontrando-se expressões com as de Moraes e Castro que o viu «como uma afirmação do valor da nossa raça» apesar da cobiça suscitada⁶⁰, ou de Ernesto de Vasconcelos, que, em 1929, também o associou à grandeza do passado⁶¹.

Aspetos económicos e financeiros

Alterando-se o Direito colonial a partir da última parte do século XIX, Carneiro de Moura sintetizou: agora «só é respeitada a posse das metrópoles que podem e querem tornar progressivas, livres e ricas as suas colónias»⁶². Havia, portanto, uma nítida associação entre o progresso e a conservação, pelo que aquele se impunha - ou pelo menos, a sua publicitação.

De facto, não obstante os elementos negativos, a literatura consultada revela, sob diversas formas, as potencialidades de desenvolvimento que se encontravam nas colónias mais longínquas.

A Índia

Alguns autores fizeram a descrição de todas as produções indianas⁶³, mostrando as suas possibilidades uma vez que a principal aposta se encontrou sempre na agricultura. Juntaram-se menções aos recursos minerais, sobretudo ferro e manganês.

Foram vários os temas que coincidiram nas análises sobre a Índia. O sistema de propriedade baseado nas comunidades agrícolas foi um dos mais consensuais, embora

⁵⁹ *Ibid.*, p. 96; Marnoco e Sousa referiu-se ao Padroado a nível geral, ao dizer que a Junta Geral das Missões Portuguesas e Real Padroado tinha sido criada em 1887 para esclarecer e aconselhar o real padroeiro. *Administração Colonial*, p. 344.

⁶⁰ CASTRO, A. A.G. M *As Colónias Portuguesas*, p. 94.

⁶¹ VASCONCELOS, E., *As Colónias*, p. 32.

⁶² MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 99.

⁶³ NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 121–125; ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. Vol. I, pp. 120–121; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 328–336.

tratado de várias formas. Enquanto Ulrich manifestou maior interesse pelo tema geral⁶⁴, Cayolla colocou o seu fortalecimento e transformação como um dos elementos importantes para a expansão da agricultura⁶⁵; já Sampayo e Mello, depois de as historiar e de se debruçar especificamente sobre a legislação das últimas décadas, salientou o seu descabro administrativo e financeiro, mas lamentando a falta de garantia para as associações que também asseguravam obras de previdência e socorro; integrou-as, por outro lado, na defesa que fez da manutenção das instituições existentes⁶⁶.

Para a colónia, de solo fértil, mas com processos atrasados⁶⁷, identificavam-se os elementos necessários ao desenvolvimento, entre os quais os trabalhos de irrigação; estas surgiram repetidamente como obra de alteração do quadro mais geral, mesmo no campo médico sanitário, pois a drenagem resolveria o problema de febres palustres⁶⁸.

A riqueza das matas constituía um elemento tradicional nas análises da sua economia e assim se manteve nesta coleção de livros, salientando-se a necessidade do seu aproveitamento; Ernesto de Vasconcelos avançou um pouco mais neste campo: era a metrópole que deveria estar interessada nestas florestas, para uso na construção naval e civil, pelo que deveria dispor de uma flotilha para transportar as madeiras para a Europa⁶⁹.

As descrições económicas da Índia passavam, naturalmente, pelas referências ao caminho-de-ferro e porto de Mormugão e às possibilidades que ofereciam à colónia, embora dependentes de fatores a ela externos. Foi o caso dos problemas encontrados na viragem do século, pela competição de outras linhas através de uma verdadeira guerra de tarifas, ou da necessidade de vencer a concorrência no porto, no qual a navegação portuguesa deveria ter um papel fundamental⁷⁰.

⁶⁴ ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, p. 445.

⁶⁵ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonisação*, [vol. I], p. 251.

⁶⁶ MELLO, L. V. S., *Política Indígena*, pp. 410, 414.

⁶⁷ VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, p. 326.

⁶⁸ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonisação*, [vol. I], p. 253; MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 100; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 123; E. Vasconcelos, *Portugal Colonial*, p. 76.

⁶⁹ MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 100; NEGREIROS, A. L. A., *Les colonies portugaises*, p. 125; ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. Vol. I, pp. 121–122; VASCONCELOS, E., *As Colónias portuguesas*, pp. 333–334.

⁷⁰ CARVALHO, T.A., *Les Colonies Portugaises au Point de Vue Commercial*; CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonisação*, p. 252; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, p. 308.

Reconhecidamente povoada e com uma população de civilização mais avançada, não era a colonização com elementos de fora que se impunha aqui. Ainda assim, João de Mello Sampayo, numa conferência preliminar ao Congresso Colonial de 1901, propôs a cultura do bicho-da-seda como meio de incentivar o estabelecimento de «alguns homens práticos dos distritos vizinhos, ou mesmo da Europa»⁷¹.

Macau

O tráfico dos coolies fizera fortunas. Suspenso por pressões estrangeiras, restavam agora as suas consequências, pois transformara Macau numa colónia de economia dominada pelos chineses⁷². Aqui desenvolvia-se essencialmente o comércio, realçado nesta literatura como sendo notável pelo trânsito de mercadorias⁷³.

Internamente, Negreiros, entre alguns outros autores, salientou igualmente a sua importância industrial e comercial, com grande número de estabelecimentos em diversas áreas: o ópio à cabeça, complementado com fogos-de-artifício, fitas e tecidos de algodão, seda, tabaco, vinhos, chá, arroz, artigos de madeira, etc.⁷⁴. Uma das produções mais destacadas era o chá, embora desprezado em Lisboa quando podia dar ocasião a que Portugal se tornasse um verdadeiro entreposto na sua venda para a Espanha e para as suas possessões⁷⁵. Todavia, na economia local era o tráfico do ópio que ganhava maior peso, alargando-se igualmente a uma dimensão política importante⁷⁶, o que justifica as referências na literatura, embora com poucas análises aprofundadas⁷⁷. O início do período republicano, todavia, coincidiu com grandes mudanças devidas à internacionalização desta questão, o que levou Cayolla a analisar os resultados da Conferência de Haia e a prorrogação do prazo para que se acabasse com

⁷¹ SAMPAIO, J. M., *O Bicho de Seda Indígena da Índia*, p. 10.

⁷² VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 374, 379–380.

⁷³ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonização*, p. 253; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 126–126, 128–131; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 377–379.

⁷⁴ NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 128–131.

⁷⁵ ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. Vol. I, p. 123; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, p. 376.

⁷⁶ Questão analisada essencialmente por DIAS, Alfredo Gomes. (2004), *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*, Macau, Livros do Oriente; a ligação política ao tratado coma China foi também feita em REIS, Célia. (2012), *Macau no seu Contexto Internacional. A Visão dos Deputados (1885-1910)*, Comunicação apresentada no *Atas do I Congresso Anual de História Contemporânea*, IHC/CEIS20/Rede de História, 2013, pp. 597-605: <http://hdl.handle.net/10362/10684>.

⁷⁷ ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. Vol. I, p. 122.123; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 374–375.

este comércio, possibilitando a Macau o tempo necessário para remodelar o seu sistema financeiro (também, em grande parte, ligado à exploração de loterias)⁷⁸. Este autor, publicando em 1912, evidenciou-se, de facto, pela sua crítica ao sistema «defeituoso» existente em Macau, baseado na exploração de exclusivos, e pela percepção da necessidade de mudança, desenvolvendo as suas potencialidades próprias proporcionadas pela localização geográfica e condições naturais⁷⁹.

A base financeira de Macau salientou-se frequentemente pela existência de saldos positivos que transitavam para cobrir os défices de outras províncias, com destaque para Timor⁸⁰. O facto contrariava a lógica administrativa advogada pela generalidade dos autores, que pretendiam a especialidade das leis para cada colónia complementada com a sua autonomia financeira. Eram perentórias as palavras de Eduardo da Costa: considerando a possibilidade moral dos cidadãos portugueses contribuírem para as colónias pelo proveito obtido, era contudo inadmissível «que em Macau se paguem tributos para custear as despesas de Timor que nada importa e em nada serve a Portugal...»⁸¹. Numa perspectiva eurocêntrica, fazia-se sentir a defesa de uma expansão essencialmente voltada para os metropolitanos com correlativa exploração do trabalho local: Ernesto de Vasconcelos e Ruy Ennes Ulrich sustentaram que a iniciativa teria de caber a europeus, que aproveitariam a mão-de-obra abundante e barata⁸². Mas, naturalmente, impunha-se também a ligação marítima a Portugal⁸³, considerada essencial para o pretendido progresso da colónia.

Por outro lado, o desenvolvimento de Macau ligava-se ao melhoramento do seu porto, apesar do avanço concorrencial dos chineses, que procuravam atrair a navegação⁸⁴. Poucas foram, no entanto, as referências ao seu complemento através do caminho-de-

⁷⁸ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonização*, [vol. I], p. 254.

⁷⁹ *Ibid.*, pp. 50–51, 254–256.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 253; Por exemplo DORES, R., *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 127, 136; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 381, 399; VILHENA, E., *Questões Coloniaes*, p. 58.

⁸¹ COSTA, E., *Estudo sobre a Administração Civil das Nossas Possessões Africanas*, p. 111.

⁸² VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 373–374; ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. I, p. 122.

⁸³ NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 128.

⁸⁴ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonização*, pp. 4, 255; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 128; R. ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. Vol. I, p. 123; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, p. 379.

ferro até Cantão⁸⁵. O aproveitamento destas faculdades e a abertura do rio do Oeste ao comércio, pela China, deveria tornar Macau, no dizer de Cayolla, «um magnifico exemplar d'uma colonia de commercio»⁸⁶.

Timor

Um dos aspetos que mais se destacou nos estudos sobre Timor foi o do seu clima, procurando desfazer a fama de insalubridade: várias vezes se afirmou que, apesar da capital, pela sua localização junto a pauis e terrenos alagadiços, se caracterizar pelas piores condições neste campo (embora, numa época posterior, se notasse que as obras realizadas tinham ultrapassado essas deficiências), outras zonas tinham todas as condições para o estabelecimento de europeus⁸⁷. Este era, afinal, o objetivo, pois deles se esperava que ultrapassassem os processos agrícolas aí primitivos usados e que modernizassem a criação de gado⁸⁸.

Todavia, atendendo à reconhecida dificuldade em canalizar a população diretamente da Europa, a solução preconizada (na continuação de outras propostas anteriores) foi a utilização da colónia portuguesa formada nas Ilhas Sandwich desde 1878 – que atravessava uma situação difícil devido à concorrência de outros emigrantes⁸⁹. Os chineses também constituíam uma possibilidade importante⁹⁰. Carneiro de Moura dedicou igualmente alguma atenção aos já existentes colonos em Timor, para mostrar a sua falta de iniciativa devido ao providencialismo estatal: comparando-os com os do vizinho território holandês, a quem eram dadas inicialmente condições de vida para depois ficarem entregues a si mesmos, «os portugueses com promessas de uma perenne protecção criam ilusões aos colonos que nada fazem, crentes de que em se lhes

⁸⁵ CAYOLLA, L, *Sciencia de Colonisação*, [vol. I], pp. 256–257.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 4.

⁸⁷ PENHA GARCIA, C., «Colonização de Timor», pp. 74–75; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 134; VASCONCELOS, E., *Portugal Colonial*, p. 88, *As Colónias Portuguesas*, pp. 391–392, *As Colónias*, p. 43, *Timor. Alguns Subsídios para o Estudo do seu Clima*.

⁸⁸ PENHA GARCIA, C., «Colonização de Timor», pp. 76–77.

⁸⁹ *Ibid.*, pp. 77–80, 82.

⁹⁰ Também NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 139.

acabando os recursos fornecidos aos casaes, novos recursos do Estado hão de vir. Este providencialismo do Estado é fatal!»⁹¹.

Relativamente às potencialidades da mão-de-obra local, Penha Garcia advogava que deveriam ser aproveitadas através de um sistema semelhante ao javanês, com a obrigatoriedade do cultivo de café – na senda do que pretendia o governador Celestino da Silva⁹².

Na continuação desta questão, discutiu-se o tipo de imposto preferível para a colónia. A substituição das fintas⁹³ pelo imposto de capitação, em 1906, mereceu a crítica de Sampayo e Mello (que continuou a opinião de Cunha Gonçalves), por não se ter preferido o tipo do mussoco zambeziano, com exigências de prestações de trabalho que obrigassem os timorenses a ultrapassar a «sua pernicioso indolência» e levassem à exploração das grandes riquezas agrícolas da colónia⁹⁴. Este autor pretendia sobretudo incrementar a noção do trabalho, propondo mesmo um presidio que funcionasse como escola para trabalhadores agrícolas⁹⁵.

Não obstante a distância e todo o ambiente que rodeava Timor, a colónia aparecia frequentemente realçada por para todas as suas aptidões: o solo fértil para a agricultura, a cultura do café, as capacidades para grande variedade de plantas e produções – trigo, arroz, cacau, sândalo, etc⁹⁶; a riqueza mineira, em ouro, cobre, ferro e, sobretudo, petróleo⁹⁷. Cayolla referiu-se-lhe mesmo como «uma das que se contam nos nossos domínios ultramarinos mais rica em produtos naturais», onde também haveria a possibilidade de colonização por contar com indígenas numerosos, organizados e com qualidades físicas e morais valorosas⁹⁸. Bem diferente tinha sido, alguns anos antes, a opinião de Almada Negreiros, para quem faltavam aí todos os elementos necessários: aí

⁹¹ MOURA, C., *A Administração Colonial Portuguesa*, p. 173.

⁹² PENHA GARCIA, C., «Colonização de Timor», pp. 77, 82.

⁹³ A finta era imposta aos reis indígenas submetidos, que a repartiam pelos súbditos; cobrava-se em dinheiro ou géneros.

⁹⁴ MELLO, L. V. S., *Política Indígena*, p. 434.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 201.

⁹⁶ PENHA GARCIA, C., «Colonização de Timor», pp. 73–83; DORES, R. *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*, pp. 6–7; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 134, 138; ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. I, pp. 123–124; VASCONCELOS, E., *As Colónias Portuguesas*, pp. 392–393.

⁹⁷ DORES, R., *Apontamentos para um Dicionário Chorographico de Timor*, p. 7; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 134; VASCONCELOS, E., *As Colónias*, p. 10.

⁹⁸ CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonização*, vol. I, p. 258.

não havia dinheiro, nem mão-de-obra, nem colonos, pelo que «Tant qu'on ne poura pas les lui trover, elle restera ce qu'elle est: une possession de richesse... nominale...»⁹⁹.

Em complemento, sobressaía o peso do seu comércio de importação e exportação, embora Ulrich opinasse que as trocas eram pouco importantes devido às guerras de pacificação¹⁰⁰. Se a maior parte das suas produções se dirigia, no momento, às ilhas neerlandesas, o seu mercado deveria alargar-se a outras regiões do Extremo Oriente, como Hong Kong, Austrália, Japão, ou, sobretudo, Macau, que seria o entreposto para a sua ligação à China – e mesmo o apoio a uma futura carreira que unisse Lisboa ao Extremo Oriente¹⁰¹.

Em suma, o que faltava verdadeiramente para a sua exploração era, seguindo Cayolla e Almada Negreiros, a comunicação direta com a Europa, com o estabelecimento de carreiras regulares¹⁰².

A Navegação

A necessidade de navegação para o Oriente assumiu, de facto, grande importância pela estreita ligação que se pretendia entre as colónias e as metrópoles, medida essencial para se aferir da utilidade daquelas; seria assim este vínculo que permitiria o desenvolvimento e aproveitamento dos seus recursos. Saliente para as três colónias e presente nos mais diversos livros, a questão destacou-se também nos Congressos Coloniais.

Na tese sobre «Navegação Colonial» apresentada em 1901, mostrava-se a necessidade da navegação de longo curso que, para além da então existente linha para a África ocidental, se prolongasse numa carreira para a outra face do continente, de onde, com transbordo em Áden, serviria a Índia, Macau e Timor¹⁰³. Esta, além de possibilitar a

⁹⁹ NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, pp. 140–142, 134.

¹⁰⁰ ULRICH, R. E., *Economia Colonial*, vol. I, p. 124.

¹⁰¹ PENHA GARCIA, C., «Colonização de Timor», pp. 76–78.

¹⁰² CAYOLLA, L., *Sciencia de Colonisação*, pp. 258–259; NEGREIROS, A. L. A., *Les Colonies Portugaises*, p. 132.

¹⁰³ *Congresso Colonial Nacional*, p. 69.

exploração dos recursos económicos, teria ainda um papel especial para evitar a desnacionalização¹⁰⁴.

A ligação entre a economia e o nacionalismo teve igualmente grande relevância na tese que Henrique Monteiro Corrêa da Silva apresentou ao Congresso de 1924, mas aqui ganhou destaque a importância que atribuiu às colónias do Oriente¹⁰⁵. Mais do que referências gerais, como as que tinham sido feitas, encontramos-nos perante uma maior assunção daquelas colónias, o que se deveu, sem dúvida à ligação estreita deste futuro ministro das Colónias a Macau (onde nascera e que já governara algum tempo antes), assim como ao desenvolvimento do projeto de um novo porto nesse território.

Conclusão

Ao longo das muitas páginas publicadas nos livros consultados são constatáveis algumas linhas marcantes. A importância dos «Usos e Costumes» nas perspetivas de colonização é, sem dúvida, uma delas. Foram os espaços orientais que primeiro se identificaram com esta forma de Direito, por isso estas colónias tiveram um papel especial como exemplificadoras de um processo em que as realidades locais assumiam grande relevância.

Outro fio destacado na análise desta literatura prende-se com as perspetivas de desenvolvimento. Baseadas no princípio da expansão económica como garantia da posse, importava também demonstrá-las.

No geral, não obstante o «olhar para África», cada vez mais se considerou a integridade de todo o território: o valor moral fortalecia-se, os «despojos» da glória passada significavam a afirmação do presente .

¹⁰⁴ VASCONCELOS, E., *As Colónias nas suas Relações com o Mar*, p. 11.

¹⁰⁵ «A Navegação Mercante Nacional entre a Metrópole e as Colónias e entre elas», *Théses e Actas das Sessões*.

*Os Projetos do Colonialismo Italiano na Ásia entre a Época Liberal e o Ventennio Fascista*¹

Mario Ivani

Instituto de História Contemporânea
FCSH/UNL

As origens do colonialismo italiano remontam aos primeiros anos da unidade política da Península realizada sob a coroa dos Saboia, ou seja à década de sessenta do século XIX². Concentrado quase inteiramente no continente da África (Eritreia, Somália, Líbia, Etiópia) e prolongando-se até a queda do regime fascista, o colonialismo italiano incluiu, ao longo de cerca de 80 anos de história, várias tentativas de penetração em diferentes áreas do vasto continente asiático.

O primeiro colonialismo italiano em África foi motivado por exigências de prestígio internacional e teve início em 1882, com a aquisição do porto de Assab, no Mar Vermelho, da companhia de navegação Rubattino³. Esta tinha-o adquirido três anos antes, em 1869, com o fim de o empregar como base de apoio do comércio para o Oriente feito pela sociedade do seu fundador, Raffaele Rubattino, um armador genovês.

Entre 1885 e 1890 – estamos sempre no Mar Vermelho – o controlo italiano alargou-se à cidade portuária de Massawa, com o beneplácito da Grã-Bretanha, que tencionava, por

¹ A ocasião do congresso sobre as «perspectivas coloniais dos séculos XIX e XX» no cruzamento entre Europa e Oriente inspirou-me a presente reflexão sobre as relações entre Itália e Oriente no período em causa. A melhor forma de apresentar um contributo neste sentido pareceu-me ser a realização de uma síntese que, por razões de espaço, acaba por privilegiar a história política, focando a atenção sobre alguns momentos-chave dum assunto multifacetado que ofereceria inúmeras ideias de aprofundamento, em particular, entre outros, no campo da história das trocas culturais e da circulação dos saberes.

² As etapas conclusivas do longo processo que levou à unificação política italiana foram, resumidamente: a conquista do Reino das Duas-Sicílias por parte do exército regular do Reino da Sardenha e dos patriotas garibaldinos (1861); a Terceira guerra de independência – dentro da mais ampla guerra austro-prussiana de que a Itália constituiu a frente Sul, - que, embora perdida pelo seu exército no campo de batalha, valeu pela anexação do Veneto graças à vitória do aliado prussiano (1866); a *breccia di Porta Pia* (20 de setembro de 1870) e a anexação seguinte de Roma ao Reino de Itália e o fim do Estado Pontifício (1870).

³ Fundada em 1838 por Raffaele Rubattino (1809-1881) à semelhança dos fundadores do Lloyd de Trieste que do ramo dos seguros navais passaram à criação duma sociedade de navegação a vapor. Orientado politicamente em sentido liberal, Rubattino apoiou a causa da unidade da Itália. Após a abertura do Canal de Suez (1869), estendeu a sua actividade comercial à Eritreia. Em 1869 adquiriu a baía de Assab por intermédio do missionário-explorador Giuseppe Sapeto. O território foi, em seguida, vendido ao governo italiano (1882) e constituiu o primeiro núcleo dos seus domínios coloniais (veja-se o volume coletâneo recém saído organizado por Paolo Piccione, *Raffaele Rubattino. Un armatore genovese e l'Unità d'Italia*, Silvana, Cinisello Balsamo 2010).

um lado, opor-se à expansão francesa e, por outro, conter a revolta dos independentistas sudaneses de Muḥammad Aḥmad (conhecido como o *Mahdi*⁴). Em 1890, após a estipulação do chamado *Trattato di Ucciali* (1889) com o negus Menelik II, imperador da Etiópia, a região tomou oficialmente o nome de *Colonia Eritrea*⁵. Nos desígnios dos partidários da expansão colonial, Massawa tinha a tarefa de constituir o ponto de partida para a conquista do Corno de África.

Porém, o tratado assinado entre Itália e Etiópia incluía um subtil engano, devido ao conteúdo diferente entre o texto em italiano e o texto redigido em amárico. Isto iria constituir uma das razões da eclosão da guerra que teve lugar entre a Etiópia e a Itália em 1895-1896, que terminou com a derrota italiana de Adwa a 1 de março de 1896⁶.

No entanto, já nos anos Sessenta de oitocentos a diplomacia do novo estado unitário italiano tinha tido feito várias tentativas para obter algumas concessões territoriais no Oriente. Um projeto significativo neste sentido, e que merece aqui menção, foi o que se relacionou com a tentativa de adquirir uma concessão sobre um território no norte da ilha do Bornéu⁷, com o fim de instituir aí uma colónia de desterro para os milhares de presos da repressão do chamado *brigantaggio meridionale*. Tratou-se de uma maciça campanha militar interna que teve início logo após a anexação do Reino das Duas Sicílias (1861) por parte das forças unitárias chefiadas pela monarquia dos Saboia e prolongada por um decénio. Apesar de as crónicas oficiais apresentarem a questão da resistência à conquista enquanto problema de mera criminalidade endémica e típica das regiões do Sul da Itália, apenas uma mínima parte dos «briganti»⁸ que se opuseram à conquista *sabauda* pode ser considerada como expressão de criminalidade comum. Na realidade tratava-se em grande medida de grupos armados irregulares, formados por ex soldados borbónicos do derrotado Reino das Duas Sicílias, por camponeses sem terra e por refractários ao serviço militar obrigatório introduzido pelo novo estado unitário. Cruzavam-se então questões diferentes, entre a criminalidade preexistente, a guerrilha

⁴ Do árabe «bem guiado por Deus».

⁵ A capital será Massawa.

⁶ Cfr. DEL BOCA, A., *Gli italiani in Africa orientale*, Vol. I, Laterza, Roma-Bari 1976. O conflito entre o Reino de Itália e o império da Etiópia é conhecido em Itália como *Guerra di Abissinia* (*Abissinia* era o antigo nome da actual Etiópia), ou também como *Campagna d'Africa orientale* ou ainda *Prima guerra italo-etiopea*. A denúncia do Tratado de Ucciali é do 1893.

⁷ Historicamente disputada entre dinamarqueses e ingleses, a zona norte acabará por ser controlada pela British North Borneo Company entre 1882 e 1941.

⁸ Bandidos.

borbónica e a rebelião social e económica. Contra os opositores em armas e contra as populações mais ou menos envolvidas foi dirigida uma verdadeira guerra colonial, de maneiras expeditas e brutais, feita de execuções sumárias, massacres de populações inermes, estupros e pilhagens⁹.

Depois do aprisionamento de milhares de presumidos «*briganti*» (os que tinham sobrevivido às execuções sumárias), os governantes tiveram que encarar o problema da criação de prisões especiais. Ao longo de uma dezena de anos os ministros *sabaudi* tentaram, embora sem êxito, obter uma concessão territorial, o mais longe possível da pátria, para aí estabelecer uma colónia penal de desterro. A história destes acontecimentos foi recentemente reconstituída num bem documentado livro de autoria do jornalista Giuseppe Novero¹⁰.

A concessão colonial¹¹ de Tientsin, 1901-1947

A Itália apareceu na China após a derrota de Adwa (1896) atrás mencionada, momento culminante da guerra da Abissínia que tinha marcado um duro golpe para as ambições coloniais da jovem nação. Com efeito, a Itália tinha sido vencida pelo negus Menelik II numa decisiva batalha que custou 5000 mortos ao seu exército¹². A derrota de Adwa seria retomada pela propaganda do fascismo – quarenta anos depois – entre as razões avançadas para justificar a agressão à Etiópia em outubro de 1935; uma guerra que, além das reivindicações colonialistas, foi apresentada também como resgate e vingança italiana.

Em 1899, no entanto, a diplomacia italiana tentou obter a sua própria zona de influência em território chinês (San-Mun), seguindo o exemplo das outras potências coloniais. Contudo não teve êxito. Estávamos nos anos da grande competição para conquistar o

⁹ DEL BOCA, A., *Italiani, brava gente? Un mito duro a morire*, Neri Pozza, Vicenza 2005, p. 57.

¹⁰ NOVERO, G., *I prigionieri dei Savoia. La storia della Caienna italiana nel Borneo, Sugarco*, Milano 2011.

¹¹ Settlement.

¹² Embora seja considerada como a primeira derrota dum exército europeu numa batalha campal por parte dum exército africano, já em 1887 as forças armadas italianas tinham sofrido uma outra derrota por parte das forças abissínias em Dogali, durante a primeira expansão colonial. A este respeito, além dos livros de Angelo Del Boca, é útil citar aqui também: Nicola La Banca, *In marcia verso Adua*, Einaudi, Torino 1993; Carlo Diotti (org. de Matteo Dominioni), *Prigioniero d’Africa. La battaglia di Adua e l’impresa coloniale del 1895-96 nel diario di un caporale italiano*, Nodo libri-Istituto di storia contemporanea Pier Amato Perretta, Como 2006.

controlo de concessões de mineração, empreitadas ferroviárias e, em geral, áreas de influência no continente, como bases de expansão da hegemonia política e económica das grandes potências na China.

A iniciativa da diplomacia italiana reproduzia uma tentativa semelhante da Alemanha, que tinha obtido recentemente uma concessão pelo prazo de 50 anos na baía de Kiautschou. O fim do governo italiano consistia em transformar a região do Zhejiang (região que, aliás, já se encontrava na esfera de influência britânica) na sua própria zona de domínio económico. O projeto falhou por causa da hostilidade do governo inglês¹³.

A esta primeira tentativa seguiu-se a participação italiana no contingente militar internacional enviado para reprimir a revolta dos Boxers, no ano seguinte (1900)¹⁴. A participação italiana foi ditada pelo propósito de recuperar o prestígio perdido a Adwa e, além disso, representou uma retorsão para com o governo chinês, que tinha negado a concessão de San-Mun¹⁵. A Itália participou na missão repressiva com um contingente de cerca de 2000 soldados, juntamente com japoneses, ingleses, americanos, franceses, alemães e austro-húngaros.

Sobre o empreendimento temos vários relatos de militares que tomaram parte na expedição, através dos quais sabemos que, pela improvisação e pelo insuficiente conhecimento da região, esta foi péssimamente organizada. Os militares foram enviados com uniformes concebidos para as tórridas temperaturas das colónias africanas, sem saber que, naquelas zonas, no Inverno, a temperatura podia descer até vários graus

¹³ Cfr. QUARTARARO, R., “L’affaire di San-Mun. Un episodio dell’imperialismo coloniale italiano alla fine del secolo XIX”, in *Clio*, 1997, vol. 33, n. 3, pp. 453-598.

¹⁴ Os Boxers (*yihetuan* em chinês, ou seja “os punhos da justiça e da concórdia”) representaram um movimento que se opôs em armas à intrusão económica colonialista ocidental, cuja lógica industrial era culpada de subtrair postos de trabalho aos chineses. Os militantes anticolonialistas perpetraram inúmeros actos de violência e indiscriminados assassinios, em particular sobre missionários europeus, católicos e protestantes, sobre chineses convertidos ao cristianismo mas também contra engenheiros europeus, vistos como portadores da revolução industrial (vd. Diana Preston, *The Boxer Rebellion*, Berkley Books, New York 2000). Em junho de 1900 os Boxers assediaram o bairro das legações em Pequim, com o apoio de unidades do exército regular e «o consentimento tácito da imperatriz Tsú-hsi» (DEL BOCA, A., *Italiani, brava gente? Un mito duro a morire*, Neri Pozza, Vicenza 2005, p. 89).

¹⁵ Sobre o contingente italiano veja-se Ludovica De Courten e Giovanni Sarger, *Le Regie truppe in Estremo Oriente, 1900-1901*, Ufficio storico dello Stato maggiore dell’esercito, Roma 2005 e o livro recém saído de Stefano Ales, *Il Corpo di spedizione italiano in Cina*, CISM, Roma 2012.

abaixo de zero. Os militares italianos que pararam alí tiveram então que adaptar-se a vestir uniformes compostas de elementos heterogéneos de feitio típico local¹⁶.

A repressão da revolta dos Boxers, como se sabe, acabou com a vitória do contingente multinacional imperialista, cujas tropas de ocupação foram responsáveis por enormes violências sobre a população civil e por inúmeras execuções sumárias de resistentes.

Em consequência, Roma obteve a propriedade duma pequena área na cidade de Tientsin (a atual Tianjin), com cerca de 46 quilómetros quadrados de extensão e uma população de 17 mil habitantes, que tinha funções de porto de Pequim, de escasso valor económico mas situada numa óptima posição estratégica, precisamente entre a capital chinesa e o mar. A base de Tientsin, que permaneceria italiana até à queda do fascismo, seria transformada, no decurso dos anos, numa montra da italianidade no Oriente; constituiu também uma base logística para as tropas do *Corpo di spedizione italiano in Estremo Oriente*, encarregado de combater ao lado dos “brancos” contra os bolcheviques durante a guerra civil que se seguiu à Revolução de Outubro.

Entretanto, o debate sobre a «segunda África» estava-se tornando muito intenso na Itália e tinha alinhado, em frentes opostas, apoiantes e opositores dos projetos de expansão colonial na Ásia¹⁷. Além disso, nessa altura estava no auge da sua fortuna literária Emilio Salgari (1862-1911), escritor fecundo e traduzido em muitos países, que tinha situado os seus romances de aventuras num Oriente imaginário, por ele conhecido unicamente nos livros sobre os quais se ia documentando pormenorizadamente antes de criar as suas fantásticas histórias, sem nunca ter visto as regiões que descreveu tão sugestivamente¹⁸.

Rebentada a Grande Guerra, em 1917 o governo chinês ocupou a concessão do império austro-húngaro em Tientsin, área que foi cedida à Itália em 1927 e unificada ao território que já se encontrava sob a sua jurisdição.

¹⁶ Cfr. PAOLETTI, C., *La Marina italiana in Estremo Oriente*, Ufficio storico della marina militare, Roma 2000.

¹⁷ Um importante texto coevo donde partir para introduzir-se neste assunto é o de Lodovico Nocentini, *L'Europa nell'Estremo Oriente e gli interessi dell'Italia in Cina*, Hoepli, Milano 1904.

¹⁸ Para uma introdução à obra de Salgari limito-me em indicar, entre muitos outros estudos, os de TRAVERSETTI, B., *Introduzione a Salgari*, Laterza, Roma-Bari 1989 e o de LAWSON, A., *La ricerca dell'ignoto. I romanzi d'avventura di Emilio Salgari*, Olschki, Firenze 2000. Veja-se também o livro organizado por BESEGHI, E., *La valle della luna. Avventura, esotismo, orientalismo nell'opera di Emilio Salgari*, La Nuova Italia, Scandicci 1992.

A concessão italiana estendia-se inicialmente sobre um terreno em grande parte paludoso, que foi bonificado e submetido à planificação urbanística (o primeiro regulamento urbanístico foi do 1913), o que a transformou num bairro-modelo, com um estrutura viária racional e fortemente influenciada quer pela retórica celebrativa da vitória na Grande Guerra, quer pelos monumentos e pela toponomástica que visavam à criação duma identidade nacional baseada na epopeia do *Risorgimento*, tanto na metropole como nas colónias¹⁹, quer, anos depois, pela nova estética arquitectónica do fascismo.

O centro urbano era constituído por edifícios públicos (o grande quartel intitulado a Ermanno Carlotto²⁰, uma catedral, um hospital, uma central telefónica, a escola italiana e a *Casa degli italiani*) e por casas independentes com jardins cercados por muros. Em 1930 residiam acerca de 8 mil habitantes, dos quais 400 italianos e 150 outros europeus.

Outro elemento a ter em conta sobre a presença italiana na China foi a criação de missões católicas, situadas com frequência ao longo dos rios. A sua instituição envolveu, em várias ocasiões, as unidades da marinha militar para lhes assegurar protecção. A este respeito, no sentido de conjugar a exigência de protecção dos missionários com a da extensão do raio de acção das unidades militares italianas foram utilizadas duas canhoneiras de média tonelagem, capazes de subir os rios mais pequenos²¹.

No início da segunda Guerra Mundial o Japão invadiu as concessões das potências inimigas. A 10 de Setembro, após a mudança de aliança do governo do Sul italiano que se afastou do fascismo, o Japão tomou posse também da concessão italiana, enviando os militares que se recusaram a colaborar para um campo de prisão situado na Coreia.

Por longo tempo, os acontecimentos da falhada concessão de San-Mun de 1899 e do pequeno território de Tientsin foram considerados quase como separados pela política

¹⁹ Exemplar, neste sentido, é o monumento dedicado à vitória situado na praça Regina Elena (esposa do rei Vittorio Emanuele III) em Tientsin.

²⁰ Soldado caído durante a revolta dos Boxers.

²¹ Trata-se da “Sebastiano Caboto”, chegada na China em 1914, e da pequena canhoneira dedicada a Ermanno Carlotto construída pela Shanghai Docks and Engineering Company e lançada ao mar em 1921. A primeira regressou a Itália em 1935, enquanto a “Carlotto” foi afundada pela própria tripulação em Shanghai, após o armistício com os Aliados do 1943, juntamente com os navios “Lepanto” e “Conte Verde” (notícias, bibliografias e interessantes documentos da época encontram-se no site <www.trentoincina.it>).

externa ou pela política de potência, primeiro da Itália liberal, depois da Itália fascista: não eram integrados na evolução geopolítica e apareciam descontextualizados em termos históricos, pelo que surgiam como acontecimentos isolados. Os escassos e breves trabalhos à nossa disposição, concentrados sobretudo no âmbito da história militar e da memorialística e frequentemente celebrativos e pouco analíticos, contribuíram em grande parte a perpetuar esta leitura. Para uma nova interpretação da presença italiana em território chinês, dentro do mais amplo contexto das políticas de expansão da Itália liberal e da Itália fascista, temos agora ao nosso dispor uma tese de doutoramento amplamente documentada, defendida há pouco tempo na Universidade de Pisa por Simona Trafeli²².

Hoje a ex-colônia de Tientsin é objecto dum amplo projeto de recuperação urbanística, posto em marcha em 2004 em consequência de acordos bilaterais. Em março de 2012 foi inaugurada a Casa Meng Joss, a velha hospedaria italiana edificada em 1912, que está a tornar-se na sede comercial da representação e exposição do *made in Italy*.

Com a exceção do edifício da Câmara Municipal, o bairro manteve a sua estrutura arquitectónica substancialmente íntegra, ao contrário das estruturas dos outros países que desapareceram completamente e cujo lugar foi tomado por modernos arranha-céus.

Fascismo e Oriente.

As ambições colonialistas da Itália, quer na época liberal quer no *ventennio* fascista, voltaram, por várias vezes, a apostar no continente asiático. No final da Grande Guerra a Itália tentou impor a sua influência sobre a Anatólia a partir das ilhas do arquipélago do Dodecaneso que tinha subtraído à Turquia em 1912²³. A tentativa de realizar uma colónia estável na Ásia Menor falhou depois de três anos de ocupação militar de uma ampla zona da costa sul da Turquia. As tropas italianas abandonaram a Anatólia no Outono de 1922, após a vitória de Kemal Atatürk na guerra com a Grécia (1919-1922) e o restabelecimento da independência turca.

²² TRAFELI, S., *Italia e italiani in Cina. Progetti di espansione e rappresentazioni culturali nel colonialismo italiano tra XIX e XX secolo*, Tese de doutoramento, Università di Pisa, tutor Luca Baldissara, 2012.

²³ Sobre a guerra italo-turca pelo controlo das regiões da Tripolitania e da Cirenaica (1911-12) e as sucessivas operações militares contra a resistência libica remeto, por último, ao livro de LABANCA, N., *La guerra italiana per la Libia (1911-1931)*, il Mulino, Bologna 2011.

Além disso, a complexa política desenvolvida pelo fascismo nos países árabes promoveu o desenvolvimento de ambiciosos projetos geopolíticos, como, por exemplo, a tentativa de realizar um protetorado no Iémen. Um projeto foi concebido em 1926 pelo dinâmico governador da colônia eritreia, Jacopo Gasparini; Mussolini, que se encontrava nessa altura em boas relações com a Inglaterra, não quis tentar a sua realização para não comprometer o diálogo com Londres.

Ao longo dos anos vinte o fascismo ainda não pensava em desenvolver uma política pró-árabica. Obstaculizavam-na o empenho bélico pela reconquista das zonas do interior da Líbia, as negociações pela Concordata com a Igreja Católica e a mesma política de amizade com a Inglaterra. Todavia, uma vez fortalecido no poder e assinada a Concordata em 1929, ao longo dos anos Trinta as ambições de grande potência no Mediterrâneo teriam levado o regime a uma progressiva abertura ao mundo árabe e ao Médio Oriente²⁴.

O fascismo não conseguiu reconhecer no interior do mundo árabe um interlocutor principal. Nem no plano religioso, onde não existia uma estrutura hierárquica piramidal tal como no caso da religião Católica; nem no plano político, em que agiam grupos nacionalistas e independentistas de escassa confiança, enquanto o influxo da França e da Inglaterra sobre as elites políticas árabes permaneceu muito forte. Neste difícil contexto, o fascismo resolveu apoiar as instâncias islamistas e antiburguesas de alguns movimentos nacionalistas, fomentando o crescimento de organizações de inspiração pró-fascista e militarista, em particular em Egipto e Síria, e cuidando das relações com os movimentos palestinos adversos à imigração hebraica na Palestina²⁵.

²⁴ Para uma visão geral da política externa do fascismo veja-se o clássico texto de DI NOLFO, E., *Mussolini e la politica estera italiana (1919-1933)*, Cedam, Padova 1960, e o mais recente livro de H. James Burgwyn, *Italian Foreign Policy in the Interwar Period, 1918-1940*, Praeger, Westport Conn.-London 1997. Uma instituição significativa do renovado interesse pelo Oriente è o *Istituto Italiano per il Medio ed Estremo Oriente*, com sede a Roma, fundado em 1933 (vd. V. Ferretti, *Politica e cultura: origini e attività dell'IsMEO durante il regime fascista*, in "Storia contemporanea", a. XVII, n. 5, 1986, p. 779-819).

²⁵ Veja-se a este respeito DE FELICE, R., *Il fascismo e l'Oriente. Arabi, ebrei e indiani nella politica di Mussolini*, il Mulino, Bologna 1988; GALOPPINI, E., *Il fascismo e l'Islam*, Edizioni all'insegna del Veltro, Parma 2001; GOGLIA, L., *Il Mufti e Mussolini: alcuni documenti italiani sui rapporti tra nazionalismo palestinese e fascismo negli anni trenta*, in «Storia Contemporanea», a. XVII, n. 6, 1986, pp. 1201-1253. Um recente estudo sobre a política e a propaganda do fascismo em Médio Oriente que merece atenção é a tese de doutoramento de PIRAS, M., *Politica islamica e propaganda fascista in Siria e Libano (1932-1940)*, Università di Cagliari, tutor Cecilia Novelli, 2011.

Nessa época crucial do século passado o regime cultivou a ambição de colocar-se como ponte entre o Oriente e o Ocidente; a 18 de março de 1934 Mussolini proclamou que «os objetivos históricos da Itália têm dois nomes: Ásia e África. Sul e Oriente são os pontos cardeais que devem suscitar o interesse e a vontade dos italianos»²⁶.

Nota conclusiva

Como vimos, a presença colonial italiana, ou melhor, as tentativas de penetração colonialista italiana em Ásia foram ditados principalmente por exigências de prestígio. Nunca se chegou a obter uma significativa contrapartida económica. Tal como aconteceu com outros países, a Itália também tentou instalar no Extremo Oriente uma colónia penal de desterro para opositores políticos, embora estes fossem considerados oficialmente meros criminais. Todavia o projeto duma Caiena italiana falhou.

Na China, o bairro italiano de Tientsin foi, antes de mais, um posto militar avançado para favorecer uma eventual exploração económica da região. Afinal acabou por representar uma amostra da italianidade no Oriente que passou quase desconhecida, mas que produziu um conjunto arquitetónico harmonioso que, apesar da modesta extensão territorial, refletiu as ambições da política de potência, quer da Itália liberal quer da Itália fascista, com as devidas diferenças simbólicas e ideológicas entre as duas.

Por fim, a política do fascismo em Médio Oriente representou mais um exemplo da macroscópica desproporção entre as desmedidas ambições da política de potência da Itália fascista e o efectivo peso exercido por ela sobre o panorama geopolítico mundial.

²⁶ «Gli obiettivi storici dell'Italia hanno due nomi: Asia ed Africa. Sud ed Oriente sono i punti cardinali che devono suscitare l'interesse e la volontà degli italiani. Al Nord c'è poco o nulla da fare, ad Ovest nemmeno: né in Europa né oltre Oceano [...] Di tutte le grandi potenze occidentali di Europa, la più vicina all'Africa e all'Asia è l'Italia. Poche ore di navigazione marittima, pochissime di navigazione aerea, bastano per congiungere l'Italia coll'Africa e coll'Asia. [...] Non si tratta di conquiste territoriali, e questo sia inteso da tutti e vicini e lontani, ma di una espansione naturale, che deve condurre alla collaborazione fra l'Italia e le genti dell'Africa, fra l'Italia e le nazioni dell'Oriente [...] L'Italia può far questo: il suo posto nel Mediterraneo, mare che sta riprendendo la sua funzione storica di collegamento fra l'Oriente e l'Occidente, le dà questo diritto e le impone questo dovere. Non intendiamo rivendicare monopoli o privilegi, ma chiediamo e vogliamo ottenere che gli arrivati, i soddisfatti, i conservatori, non s'industrialino a bloccare da ogni parte l'espansione spirituale, politica, economica dell'Italia fascista!». (*Il discorso del duce alla seconda assemblea quinquennale del regime, Roma 18 marzo XII E.F.*, Il lavoro Fascista, Roma [1934], pp. 11-12).

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

Alfredo Gomes Dias

Centro de Estudos Geográficos
Escola Superior de Educação de Lisboa

Introdução

Em 1842 inicia-se o primeiro período da Diáspora Macaense, que se prolongou até à II Guerra Mundial. Este movimento migratório teve como principais destinos as cidades de Hong Kong e de Xangai.

A comunidade macaense, que se formou ao longo da história da cidade de Macau desde meados do século XVI, é o resultado do encontro de diferentes movimentos migratórios que convergiram para aquela cidade. Este encontro foi-se enriquecendo a partir de meados de oitocentos, quando se iniciou o movimento migratório dos macaenses, e com ele as comunidades foram estabelecendo novos laços, ligações e vínculos, reconstruindo constantemente a sua identidade.

Com este artigo pretende-se apresentar uma caracterização sociodemográfica dos movimentos migratórios entre Macau, Hong Kong e Xangai, privilegiando os migrantes naturais de territórios asiáticos. Recorrendo fundamentalmente à consulta dos Livros de Registo dos Consulados de Portugal em Hong Kong e Xangai, é possível observar uma grande diversidade destes territórios de origem, entre os quais se incluem Macau, Estado da Índia e Timor, e ainda outros portos da China, Japão, Singapura, Tailândia e Filipinas.

A questão do ópio

No final do século XVIII, a balança comercial entre a Grã-Bretanha e a China mantinha-se favorável ao Celeste Império. Uma realidade que, pondo em causa o sucesso comercial do Império Britânico e, em particular, da Índia, era necessário alterar. A China manteve-se disponível para continuar a vender chá, seda e porcelanas, mas a

Grã-Bretanha pouco ou nada tinha para oferecer em troca a não ser a prata com que pagava aqueles produtos. Deste modo, entre 1750 e 1800, mais de 26 milhões de libras, em prata, entraram na China pela mão dos mercadores britânicos.¹

A partir de 1820, a Grã-Bretanha encontrou a fórmula para resolver este problema, recorrendo à produção do ópio em larga escala na Índia (regiões de Bihar e de Benares) e transformando a China num extenso mercado consumidor. No início do século XIX, a China importava cerca de 4 mil caixas de ópio em cada ano. No entanto, este número foi crescendo, aproximando-se das 20 mil caixas em 1836 e, dois anos depois, atingiu as 40 mil caixas.² Deste modo, milhões de libras passaram a sair da China para pagar todo o ópio que entrava clandestinamente no seu litoral. Assim, durante “o século XIX, o ópio foi transportado em quantidades crescentes da Índia para a China, transformando-se na mercadoria que despoleta as grandes mudanças que se operaram no Extremo Oriente, a partir das Guerras do Ópio (1839-1860)”.³

Macau não esteve fora deste comércio. O próprio Governador de Macau, Adrião Acácio da Silveira Pinto (1837-1843), o confirmava num ofício para Lisboa “O género por assim dizer único em que comerceiam os moradores desta terra é o Ópio que não podendo ser hoje introduzido dentro da Cidade faz-se lá fora por toda essa Costa da China em Navios Ingleses e com tripulações Inglesas (...) Os Navios dos Moradores do Estabelecimento empregam-se em exportar géneros de produção Chinesa e de propriedade Chinesa, e de importar outros em troco e por conta dos mesmos Chinas por quanto com pequeníssimas exceções ou nenhuma exceção os Portugueses só comerceiam em Ópio...”⁴

O seu envolvimento no comércio do ópio conduziu também à tentativa britânica de alcançar o apoio de Macau quando iniciou a I Guerra do Ópio (1839-1842), obrigando as autoridades governativas do Estabelecimento a um complexo jogo diplomático,

¹ Cf. LOVELL, J. (2011), *The Opium War*, London, Picador.

² Cf. GERNET, J. (1991), *El Mundo China*, Barcelona, Crítica.

³ DIAS, A. (2004), *Portugal, Macau e a Internacionalização da Questão do Ópio (1909-1925)*, Macau, Livros do Oriente, p. 27.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Ofício Nº 171 de 21 de Janeiro de 1842 do Governador Adrião Acácio da Silveira Pinto para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. AHU/MACAU/ACL/SEM/DGU/Série 005/Caixa 0009/1842. (Na transcrição dos documentos, a ortografia foi atualizada, respeitando-se as maiúsculas e os sinais de pontuação originais).

colocando-se mais próximo das pretensões chinesas do que dos desejos britânicos, aquilo a que podemos chamar de uma política de neutralidade pouco equidistante.⁵

A I Guerra do Ópio, sino-britânica, terminou com a assinatura do Tratado de Nanquim em 29 de agosto de 1842 que, resumidamente, obrigou a China a ceder a ilha de Hong Kong, a pagar uma indemnização no total de 21 milhões de dólares e a abrir mais quatro portos ao comércio internacional, para além de Cantão: Xiamen, Fuzhou, Ningbo e Xangai.⁶

Com a I Guerra do Ópio abriu-se um novo capítulo na história de toda a Ásia Oriental e a China foi obrigada a integrar-se no mercado mundial. Na década seguinte foi a vez do Japão.⁷ Pelo seu lado, também Macau conheceu fortes repercussões políticas, económicas e sociais na sequência do primeiro conflito sino-britânico, em particular, o arranque da emigração macaense com destino a Hong Kong e a Xangai, a partir de 1842.

O nascimento das comunidades macaenses de Hong Kong e Xangai

Os sítios⁸ de Hong Kong, naquela época cidade Vitória, cobriram uma área que incluía Queen's Road (o primeiro eixo urbano desenhado pela administração britânica em 1842), Pottinger Street, Gough Street, Jervois Street, Spring Gardens e Happy Valley. Esta foi a área onde se fixou a comunidade britânica. Muito próximo, na Queens Road, iniciou-se também a construção do Bazar Chinês, onde se concentrou a mão-de-obra e as atividades que apoiaram o início da construção da cidade e a fixação das outras comunidades.

⁵ Cf. DIAS, A. (1993), *Macau e a I Guerra do Ópio*, Macau, IPOR.

⁶ Cf. *Agreement Between the United Kingdom and China relating to Opium, signed in English and Chinese Texts at Peking in Treaty Series*. 1911, Nº 13, May 8, 1911, London, His Majesty's Stationery Office, 1911.

⁷ Cf. DIAS, A. (2009), "Macau, Portugal e o Japão no Século XIX. O Tratado de 1860". *Revista de Cultura*, 30, pp. 104-119.

⁸ Conceito de "sítio", enquanto núcleo urbano que está na origem de uma cidade. Cf. BARATA SALGUEIRO, T. (1992), *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, p. 149.

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

Em Wellington Road, uma rua paralela a Queen's Road East, fixaram-se os primeiros macaenses, cerca de cinquenta em 1846,⁹ dispersando-se pelas principais atividades que insuflaram o primeiro oxigénio à cidade nascente. Leonardo d'Almada e Castro e o seu irmão, José Maria d'Almada e Castro, são os nomes mais conhecidos desta primeira comunidade de macaenses que se instalou na nova cidade, para muitos considerados como os primeiros emigrantes da diáspora macaense. Funcionários da Superintendência do Comércio Britânico em Macau, eles acompanharam a transferência deste organismo para Hong Kong, em 27 de fevereiro de 1842. Em 1846, outros macaenses já colaboravam na administração colonial de Hong Kong: João de Jesus (intérprete no Chief Magistrates Office), F. de Noronha (Police Rate Assessment Office), e J. B. dos Remédios e D. J. Barradas (Post Office). Para além do setor público, encontramos os primeiros macaenses no setor tipográfico, área de atividade que vai contar com uma forte presença da comunidade macaense. O primeiro jornal foi publicado no dia 1 de maio de 1841, *Hong Kong Gazette*, noventa e quatro dias depois de ter sido içada pela primeira vez a bandeira britânica, o que revela a importância da imprensa na construção da cidade, constituindo-se como um importante canal de circulação da informação. Seguiu-se o setor bancário, nestes primeiros anos representado por José M. de Noronha no Oriental Bank. Finalmente, o setor comercial que absorveu o número mais significativo dos macaenses que decidem partir da sua cidade natal com destino à nova cidade. As principais firmas ocidentais que operavam na região do delta instalaram-se em Hong Kong, progressivamente, e sob a pressão das autoridades políticas britânicas que desejavam garantir o sucesso do novo espaço inserido no seu mundo colonial: uma rede empresarial que contará com a colaboração de muitos macaenses. A título de exemplo, podemos identificar alguns nomes como Eduardo Pereira e Joaquim Caldas (Dent & Co.); I. P. Pereira e J. A. de Jesus (Rawle, Duus & Co.); Q. da Silva, S. Rangel, P. J. Loureiro, D. Eliado Sasson e A. de Miranda (Russel & Co.); João Braga, Miguel do Rozário e José Leão (Victoria Dispensary).¹⁰

⁹ “Num dos primeiros recenseamentos publicados em Hong Kong, em 1846, são indicados cerca de 50 portugueses com actividade profissional, um terço dos quais funcionários do governo”. ANDRADE DE SÁ, L. (1999), *The Boys From Macau. Portugueses em Hong Kong*, Lisboa/Macau, Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, p. 30.

¹⁰ Cf. DIAS, A. (2007), “De Macau para Hong Kong: de Hong Kong para o Mundo”. *Revista de Cultura*, 23, pp. 14-23.

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

Passados quarenta anos, de acordo com um recenseamento realizado à população de Hong Kong, confirmou-se a importância da comunidade macaense nas primeiras décadas da história desta cidade, assumindo-se como a população não chinesa mais numerosa (61,5%) a residir na colónia britânica (Tabela 1).

Quanto à cidade de Xangai, ao longo da sua história conheceu transformações que lhe conferiram especificidades em grande medida influenciadas pelo impacto das migrações, internacional e chinesa, despoletadas com a abertura do porto ao mercado mundial na década de 1850: a diversidade cultural que convivia no interior da cidade; o desenvolvimento urbano, registado entre a última década do século XIX e a II Guerra Mundial, permitiu à cidade crescer mais rapidamente, em população e território, do que qualquer outra cidade da China; o elevado nível de concentração de indústrias muito

Tabela 1 – Europeus e americanos, com residência fixa (1881)¹¹

Nacionalidades	Total	%
Portugueses	1869	61,5
Britânicos	785	25,8
Alemães	188	6,2
Americanos	70	2,3
Franceses	42	1,4
Italianos	40	1,3
Dinamarqueses	10	0,3
Holandeses	8	0,3
Russos	7	0,2
Suíços	6	0,2
Espanhóis	5	0,2
Suecos	4	0,1
Austríacos	3	0,1
Turcos	2	0,1
Belgas	1	0,0
Total	3040	100,0

diversas na cidade, protagonizado por operários, trabalhadores(as) do sexo, comerciantes, escritores, jornalistas estrangeiros, realizadores de cinema, condutores de

¹¹ AHU. Adaptado de “Hongkong Census of 1881”, in Ofício Nº 132 de 28 de Junho de 1881, do Governador Joaquim José da Graça para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. AHU/MACAU/ACL/SEM/DGU/1R/002/Caixa 0002.

riquexós, marinheiros, atores, conferindo a Xangai uma ampla diversidade de ocupações de características urbanas; a singularidade da sua administração repartida pela Concessão Internacional, Concessão Francesa e Município Chinês, estabelecida desde meados do século XIX.

Contudo, Xangai é uma cidade com um longo passado e uma localização geográfica favorável que deve ser equacionada como um importante fator explicativo para compreendermos o seu papel político e económico, particularmente nos últimos cento e cinquenta anos. Xangai é uma cidade litoral localizada no centro da linha costeira chinesa. Atravessada pelo rio Huangpu, encontra-se no centro de uma complexa rede fluvial dominada pelo delta do rio Yangtze, um dos quatro principais rios chineses, o que lhe permitiu assumir-se como uma ponte de ligação do mundo exterior além-mar com o interior da China. Em meados do século XVII, Xangai afirmou-se como uma cidade portuária e comercial, desenvolvendo algumas indústrias locais como, por exemplo, os têxteis de algodão. Em 1842, Xangai controlava algumas importantes rotas marítimas (norte – Yingkou, Shannon e Yantai; sul – Zhejiang, Fujian, Taiwan e Guangdong; oeste – portos disseminados ao longo do rio Yangtze), mas o seu comércio externo era inexistente devido ao exclusivo desta atividade estar confinado às cidades portuárias de Cantão e Macau. Esta situação alterou-se com a I Guerra do Ópio e a assinatura do Tratado de Nanquim que incluiu Xangai no conjunto dos cinco portos abertos ao comércio internacional, uma das cláusulas impostas pela Grã-Bretanha à China, como vimos anteriormente. Alguns anos depois, em 1854, nasceram as concessões estrangeiras sob a tutela britânica, francesa e americana.¹²

O traço mais característico da comunidade migrante estrangeira que foi afluindo, anualmente, a Xangai, particularmente à C.I., prende-se com esta sua ampla dimensão plurinacional (Tabela 2).

A comunidade britânica foi a primeira a instalar-se em Xangai, abrindo as portas aos imigrantes de outras nacionalidades. Acompanhou o decréscimo que se registou no total da população estrangeira no final da década de 1860 e, depois, manteve um contínuo crescimento até 1930: uma presença humana que refletia o protagonismo que assumiu

¹² Cf. DIAS, A. (2008), “The Origins of Macao’s Community in Shanghai – Hong Kong’s Emigration (1850-1909)”. *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 17, pp. 197-224.

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

na abertura de Xangai ao comércio internacional. Só a partir de 1915 é que perde a liderança de comunidade estrangeira mais populosa da cidade, sendo então ultrapassada pela comunidade japonesa. Um efeito direto dos resultados da I Guerra Mundial e também do processo de desenvolvimento económico do Japão que correspondeu à

Tabela 2 – Censos (1865-1930) da população estrangeira da Concessão Internacional, por nacionalidades¹³

Nacionalidades	1865	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930
Britânicos	1372	894	1057	1574	2691	4465	5341	6221
Japoneses	—	7	168	386	736	3361	10215	18478
Russos	4	3	3	7	47	317	1266	3487
Americanos	378	255	230	323	562	940	2264	1608
Portugueses	115	104	285	564	978	1495	1301	1332
Alemães	175	138	159	244	525	811	280	833
Franceses	28	16	41	114	176	330	316	198
Polacos	—	—	—	—	—	—	82	187
Italianos	15	5	9	22	60	124	171	197
Espanhóis	100	46	76	229	111	140	186	148
Dinamarqueses	13	9	32	69	76	113	175	186
Gregos	7	3	4	5	6	36	73	121
Suíços	22	7	13	22	37	69	89	125
Checo-eslovacos	—	—	—	—	—	—	65	100
Noruegueses	4	3	10	23	45	86	96	104
Holandeses	27	5	5	26	40	52	73	82
Coreanos	—	—	—	—	—	—	46	151
Letões	—	—	—	—	—	—	43	106
Romenos	—	—	—	—	—	15	47	54
Suecos	27	8	12	28	63	72	78	87
Austríacos	4	7	31	38	83	102	8	88
Húngaros	—	—	—	—	—	—	8	37
Estónios	—	—	—	—	—	—	47	27
Belgas	—	1	1	6	22	31	30	27
Turcos	—	—	3	18	41	83	9	13
Brasileiros	—	—	—	2	3	7	8	13
Persas	—	—	—	1	2	49	7	48
Arménios	—	—	—	—	—	—	6	34
Lituânios	—	—	—	—	—	—	—	28
Sírios	—	—	—	—	—	—	—	2
Sérvios	—	—	—	—	—	—	—	12
Finlandeses	—	—	—	—	—	—	—	4
Árabes	4	—	—	—	—	14	2	1
Argentinos	—	—	—	—	—	—	—	3
Peruanos	1	—	—	—	—	—	—	3
Chilenos	—	—	1	—	—	—	—	—
Jugoslavos	—	—	—	—	—	—	—	9
Egípcios	—	—	—	—	—	11	2	12
Búlgaros	—	—	—	—	—	—	1	8
Filipinos	—	—	—	—	—	—	—	387
Montenegrinos	—	—	—	—	—	—	—	—
Venezuelanos	—	—	—	—	—	—	—	—
Iraquianos	—	—	—	—	—	—	—	56
Indianos	—	—	4	89	296	804	954	1842
Malaios	—	—	—	28	157	—	—	2
Mexicanos	1	—	—	—	—	—	—	4
Diversos	—	155	53	3	17	9	18	6
Total	2297	1666	2197	3821	6774	13536	23307	36471

expansão dos seus interesses na região da Ásia-Pacífico. A partir de 1905, a expansão

dos interesses japoneses na China começou a ter tradução em Xangai com a afirmação da sua presença na cidade, não só económica mas humana, com o aumento acelerado do número de migrantes japoneses, assumindo então uma liderança que só perdeu quando, derrotado na guerra de 39-45, foi obrigado a abandonar Xangai. De registar que a influência do Japão se estendeu à China num outro sentido: aquele que levou muitos jovens das elites chineses a procurarem naquele império a sua formação universitária. Até 1905, a comunidade japonesa disputou com a comunidade portuguesa/macaense o segundo lugar. Nos recenseamentos de 1890, 1895 e 1900, a comunidade macaense surge claramente como a mais numerosa, mas muito abaixo do número de migrantes britânicos a residir em Xangai. Este facto pode ser considerado um indicador do nível de participação da comunidade macaense no processo de transformação de Xangai na mais importante metrópole chinesa do século XX. Por seu lado, a presença americana é diferente daquela que a comunidade macaense representou, isto é, a sua influência em Xangai é menos medida pelo número de migrantes que se fixou na cidade, mas mais pelo seu poder político e económico. Corresponsável pela governação da Concessão Internacional com os britânicos, a sua presença em Xangai integrava-se na estratégia norte-americana de criação de uma forte área de influência no Pacífico. Por esta estratégia passou o seu protagonismo na pressão desencadeada junto do Japão, a partir da década de 1850, para que este império se abrisse ao mundo, o último que faltava integrar no sistema capitalista mundial.¹⁴

As origens asiáticas das comunidades migrantes macaenses de Hong Kong e Xangai

É grande a diversidade de origens dos migrantes portugueses que se instalaram em Hong Kong e Xangai, matriculando-se nos respetivos consulados (Tabela 3).

Reconhece-se com clareza os três principais territórios envolvidos, que são os lugares de naturalidade de quase 85% dos migrantes: Macau, primeira cidade de origem da emigração macaense que assume o primeiro lugar com 31,77%; segue-se Xangai

¹³ Cf. FEETHAM, R. (1931), *Report of the Hon. Richard Feetham, C. M. G. to the Shanghai Municipal Council*, Shanghai, North-China Daily News and Herald, Ltd., pp. 51-52.

¹⁴ Cf. DIAS, A. (2012), *A Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*, Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

(29,91%) e Hong Kong (23,07%), envolvendo os emigrantes de segunda geração, filhos dos primeiros migrantes que se deslocaram para aquelas cidades e que totalizam quase 53%. Esta elevada percentagem representa, em síntese, o nível de permanência/integração dos migrantes macaenses nas sociedades de acolhimento. Estes 85% de migrantes naturais de Macau, Hong Kong e Xangai constituíram o núcleo fundamental deste fenómeno migratório protagonizado pelas famílias macaenses.

Tabela 3 – Número de migrantes macaenses registados no Consulado de Portugal em Hong Kong (1879-1949) e de Xangai (1880-1952), por nacionalidade

Naturalidade	Hong Kong (Nº)	Xangai (Nº)	Total (Nº)	Total (%)
Macau	1263	1122	2385	31,77
Xangai	292	1953	2245	29,91
Hong Kong	1261	471	1732	23,07
China (outros)	139	232	371	4,94
Japão	29	109	138	1,84
Portugal	61	56	117	1,56
Poss. Port (Índia)	77	29	106	1,41
Leste Eur./Rus/Man	5	98	103	1,37
EUA	1	66	67	0,89
Ilhas Britânicas	11	36	47	0,63
Filipinas	28	14	42	0,56
Alemana / Áustria	3	30	33	0,44
Poss. Port (África)	16	12	28	0,37
Singapura	9	13	22	0,29
Tailândia	5	17	22	0,29
Poss. Port (Timor)	15	3	18	0,24
França	1	8	9	0,12
Chile	5		5	0,07
Indonésia	3		3	0,04
Guatemala	2		2	0,03
México	2		2	0,03
Peru	2		2	0,03
Austrália	1		1	0,01
Índia	1		1	0,01
Sri Lanka	1		1	0,01
Birmânia	1		1	0,01
Palestina	1		1	0,01
Suíça	1		1	0,01
África do Sul	1		1	0,01
Total	3237	4269	7506	100,00

Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. Arquivo do Consulado de Portugal em Macau. Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Hong Kong. Cálculos do autor.

Apesar desta esmagadora maioria, importa observar a origem geográfica dos restantes 15% dos migrantes registados nos consulados. A primeira nota deve centrar-se na grande dispersão geográfica, superior em Hong Kong (29%) e menor em Xangai (17%),

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

mas em qualquer dos casos não se pode deixar de sublinhar a existência desta grande diversidade de origens dos migrantes presentes nestes dois territórios.

Muitas destas origens são também asiáticas e representam dois tipos de migrantes: filhos de macaenses que já haviam emigrado para estes destinos, principalmente por força do seu envolvimento em casas comerciais que operavam na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático; nativos destes territórios, com quem os macaenses casaram e que emigraram com o conjugue macaense para Hong Kong e Xangai.

Outros migrantes têm origem em países europeus, com um forte envolvimento no tecido social e empresarial daquelas cidades, como os casos da Grã-Bretanha e da França, aos quais importa juntar os EUA. Estes migrantes são, geralmente, homens e mulheres que casaram com macaenses e que adotaram a nacionalidade portuguesa, inscrevendo-se no consulado. Uma particular referência para o elevado número de migrantes europeus de nacionalidade austríaca e alemã: trata-se de refugiados de origem judaica que encontram em Xangai refúgio na década de 1930 e que, reclamando origens portuguesas, se inscreveram provisoriamente no consulado português.

Encontramos depois alguns migrantes naturais da América do Sul (México e Perú), cuja relação com a cidade de Macau e com a comunidade macaense remonta ao fenómeno de emigração chinesa (cules) para as Américas no terceiro quartel de oitocentos.

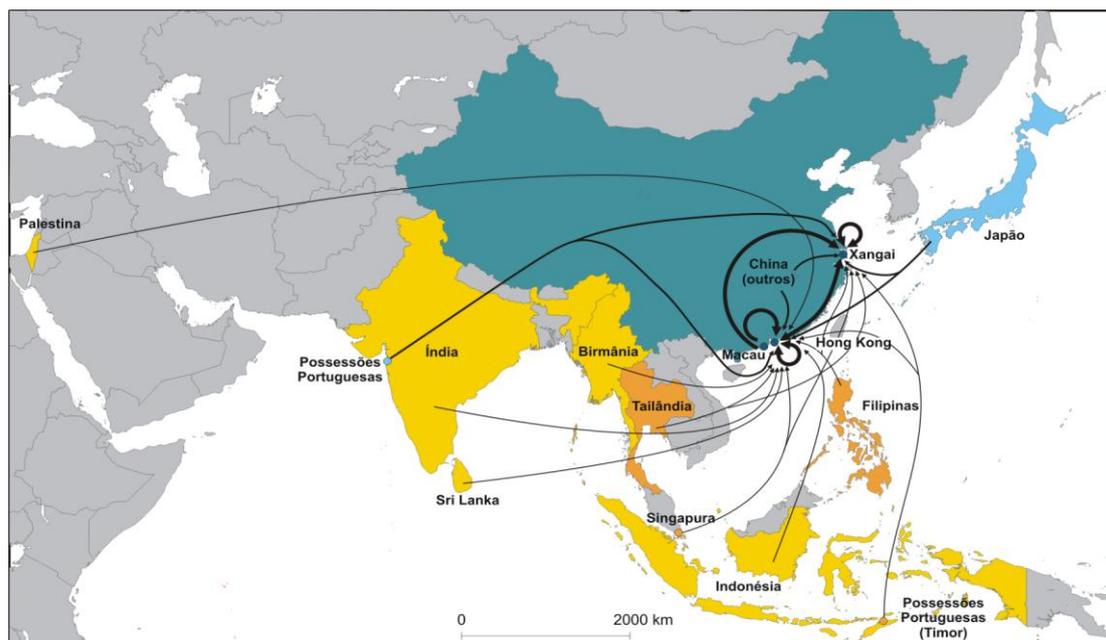
Três fatores podem ser destacados para explicar a mobilidade dos migrantes que se concentraram nos dois principais destinos da diáspora macaense neste primeiro período, que se iniciou em 1842, estendendo-se até à II Guerra Mundial: a proximidade geográfica, os laços histórico-coloniais e a atração económica dos territórios. Estes fatores, em conjunto e de forma dinâmica, explicam a escolha dos migrantes por Hong Kong e Xangai, com sociedades caracterizadas por uma forte componente plurinacional.

Centremos agora a nossa atenção nas origens asiáticas dos migrantes. Estes representam, no total, 94,4% de todos aqueles que se encontram registados nos livros consulares daquelas duas cidades.

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

A distribuição geográfica dos territórios de origem asiática dos migrantes, por cinco anéis distintos, permite-nos aprofundar a análise da composição étnica das famílias macaenses envolvidas na diáspora (Figura 1).

Fig. 1 – Territórios e circuitos migratórios asiáticos da diáspora macaense (1879-1952)



Fonte: AHD-MNE, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. ACPM, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Hong Kong. Mapa do autor.

O primeiro anel inclui os três territórios nucleares da diáspora macaense: Macau, Hong Kong e Xangai, representando quase 90% das origens asiáticas das comunidades macaenses que se fixaram nestas duas últimas cidades, confirmando-se tudo o que foi dito anteriormente. O segundo anel engloba todos os migrantes naturais de diversas cidades portuárias chinesas, designadas no mapa genericamente por “China (outros)”, envolvendo pouco mais de 5% das origens asiáticas destes migrantes, muito distante do primeiro anel, mas também do terceiro. São famílias macaenses, algumas delas envolvendo mulheres chinesas nativas que casam com macaenses que se deslocam de acordo com as necessidades das redes empresariais, ocidentais e chinesas, em que trabalhavam. O terceiro anel compreende dois territórios de características diferentes: o Japão e o Estado da Índia. Do Japão salienta-se a proximidade geográfica e as relações comerciais com muitas cidades portuárias chinesas; do Estado da Índia ressaltam as

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

relações históricas e coloniais com Macau. O quarto anel agrupa as Filipinas, Singapura, Tailândia e, ainda, a possessão portuguesa de Timor, espelhando as relações sociais e comerciais entre as cidades do sul da China e os territórios do Sueste Asiático. O quinto e último anel junta uma grande variedade de origens como a Palestina, o atual Sri Lanka, a Birmânia e a Indonésia.

Se a atração económica exercida sobre todos os territórios é um fator explicativo constante nestes cinco anéis de distribuição geográfica atrás identificados, salienta-se que esta dispersão reforça também a importância da proximidade geográfica das origens asiáticas dos migrantes, assim, como os territórios de maior ligação histórico-colonial a Macau, como são o caso da Índia portuguesa e de Timor-Leste.

No que diz respeito às idades, no caso de Hong Kong (Tabela 4), podem ser observadas duas situações: a primeira, refere-se à ausência de idades inferiores a 15 anos; a segunda reporta-se às percentagens de dois dígitos que se concentram entre os 15 e os 39 anos de idade.

Tabela 4 – Idades no Momento de Matrícula dos Migrantes Macaenses no C. P. em Hong Kong, naturais de Macau, Xangai, China, Japão, Singapura, Tailândia, Filipinas, Índia (P) e Timor (1880-1952)		
Idades	Nº	%
15 - 19	65	10,0
20 - 24	148	22,8
25 - 29	82	12,6
30 - 34	77	11,9
35 - 39	73	11,2
40 - 44	52	8,0
45 - 49	50	7,7
50 - 54	43	6,6
55 - 59	34	5,2
60 +	25	3,9
Total	649	100,0

Fonte: AHD-MNE, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. ACPM, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Hong Kong. Cálculos do autor.

A ausência de crianças com idade inferior a 15 anos não significa que elas não tenham estado presentes nos movimentos migratórios dos macaenses. O registo dos filhos era

Diversidade das Origens Asiáticas da Diáspora Macaense (1850-1952)

feito em ato adicional à ficha de matrícula no consulado, pelo que não temos esta informação disponível.

No que diz respeito à população adulta, considerando que esta se inicia nos 15 anos, salienta-se que até aos 39 anos de idade, concentram-se 68,5% dos migrantes, ascendendo aos 76,5% se incluirmos também os grupos etários dos 40 aos 44 anos. Se nos limitarmos apenas às idades entre os 20 e os 29 anos encontramos, em Hong Kong, 35,4% dos migrantes.

Analisando os dados disponíveis no Consulado de Portugal em Xangai (Tabela 5), encontramos uma situação semelhante: 44,5% dos migrantes tinham entre 20 e 29 anos de idade; no entanto, se alargarmos este intervalo, englobando as idades desde os 15 aos 44 anos, esta percentagem ascende quase aos 79%.

Tabela 5 – Idades no Momento de Matrícula dos Migrantes Macaenses de Xangai e Hong Kong, naturais de Macau (1880-1952)

Idades	Macau (%)	Hong Kong (%)	China (outros) (%)	Japão (%)	Sing/Tai/Fili (%)	Média Geral
0 - 4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
5 - 9	0,2	0,7	2,2	1,9	0,0	1,0
10 - 14	0,8	3,8	13,4	1,9	0,0	4,0
15 - 19	3,3	7,8	15,2	9,7	7,5	8,7
20 - 24	19,3	26,4	30,4	46,6	25,0	29,5
25 - 29	12,7	13,7	12,5	5,8	30,0	14,9
30 - 34	12,3	12,6	5,8	6,8	2,5	8,0
35 - 39	10,6	8,4	9,8	6,8	12,5	9,6
40 - 44	13,6	6,9	5,4	6,8	7,5	8,0
45 - 49	10,0	5,8	0,9	2,9	2,5	4,4
50 - 54	6,5	4,4	4,0	5,8	5,0	5,2
55 - 59	4,5	3,5	0,0	3,9	5,0	3,4
60 +	6,0	5,8	0,4	1,0	2,5	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: AHD-MNE, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. ACPM, Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Hong Kong. Cálculos do autor.

Estes valores revelam uma das principais características dos fenómenos migratórios desta fase das migrações internacionais, isto é, a emigração era essencialmente protagonizada por pessoas em idade ativa, disponível para oferecer a sua força de trabalho às necessidades das sociedades de acolhimento.

Esta característica da comunidade migrante macaense relaciona-se diretamente com as atividades profissionais que estes migrantes desempenhavam, quer em Hong Kong, quer

em Xangai. Neste particular, não há diferenças dignas de registo entre estes dois destinos: a maior parte (cerca de 75%) dos migrantes são integrados nas estruturas das casas comerciais e financeiras das empresas ocidentais e chinesas instaladas naquelas duas cidades, beneficiando das competências multilinguísticas dos macaenses e da sua experiência profissional nestes setores, tradicionais em Macau.

A única diferença a assinalar reporta-se ao número de migrantes que trabalham no setor da administração pública colonial: em Xangai, até 1952, foi possível identificar uma percentagem que se situa à volta dos 4,5%, mas em Hong Kong, esta percentagem ascende aos 8,5%, entre os migrantes contabilizados até 1949. Sabemos também que esta forte presença na administração colonial em Hong Kong motivou muitos migrantes macaenses a optarem pela nacionalidade britânica, a fim de poderem ascender a cargos mais elevados, por exigência da lei britânica.¹⁵

Duas outras atividades que mobilizam alguns migrantes de origem asiática não macaense referem-se às atividades marítimas e à prestação de serviços domésticos, que atraem para Hong Kong e Xangai, um importante número de migrantes de origem indiana.

Embora em número reduzido, não deixa de ser importante sublinhar que os migrantes macaenses se dispersam por muitas outras atividades profissionais: a primeira que importa sublinhar refere-se ao trabalho em tipografias o qual se deve associar à imprensa; seguem-se os professores e as religiosas, músicos e médicos, ajudantes de farmácia e engenheiros; barbeiros e costureiras; enfermeiras e advogados, carcereiros e polícias. É uma lista infindável de profissões que nos dão uma imagem das comunidades macaenses dispersas pelo tecido social que lhes era oferecido pelos territórios de acolhimento.

Notas Finais

Consideramos que o estudo das migrações é fundamental para compreender o processo de formação do tecido social de Macau, quer a partir dos movimentos que convergiram

¹⁵ ANDRADE DE SÁ, L. (1999), *The Boys From Macau. Portugueses em Hong Kong*, Lisboa/Macau, Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau.

para esta cidade, quer dos que dela divergiram para diferentes continentes, em particular o que se refere à diáspora macaense.

Todos estes movimentos migratórios deram o seu contributo para a formação da comunidade macaense luso-asiática, com traços identitários que resultam de um longo processo de miscigenação humana e de hibridismo cultural.

Tendo por referência o quadro cultural da comunidade macaense e o processo histórico que conduziu à sua formação, a emigração que protagonizou é, por um lado, a síntese de todas as migrações que tiveram Macau como destino e, por outro lado, a resultante dos processos de integração nas diferentes sociedades de acolhimento por onde se dispersou ao longo de mais de um século.

Das diferentes teses sobre o processo de formação da identidade étnica macaense, somos tentados a adotar a tese que Amaro nos apresenta. Numa primeira fase, prevaleceram as ligações dos portugueses em Macau, privilegiando as mulheres luso-asiáticas, primeiro malaias e indianas, posteriormente japonesas, cochinchinesas e timorenses. Deste modo, constituíram-se núcleos familiares que progressivamente se isolaram de reinóis e chineses, oferecendo à sociedade de Macau a formação de um grupo étnico com uma identidade própria. Numa segunda fase, ocorreu uma acelerada miscigenação entre portugueses e chineses em Macau, a partir do final do século XIX e princípios do século XX.¹⁶

Tendo em conta que a comunidade macaense, na sua origem, resulta de um processo complexo de miscigenação humana e hibridismo cultural que, em última análise, se traduz numa nova síntese cultural, oferecendo um novo quadro de referências culturais aos seus “filhos da terra”, esta só se explica considerando que todos os processos de identificação étnica se constroem, de forma dinâmica, ao longo do tempo e integrando as mutações que ocorrem no decurso dos diferentes processos de integração. De todas estas componentes de análise que explicam a formação da comunidade macaense

¹⁶ Cf. AMARO, A. (1988), *Filhos da terra*, Macau, Instituto Cultural de Macau e DIAS, A. (2012), *A Diáspora Macaense*. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952), Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.

ressalta esta síntese cultural, com uma forte componente asiática que, neste artigo, pretendemos salientar.

Foi com as mudanças políticas, económicas e sociais que se registaram na China e na Ásia Oriental após a I Guerra do Ópio (1839-1842) que se geraram novas dinâmicas urbanas (Hong Kong e Xangai) devido à integração da China no mercado mundial. A partir desta década e até à II Guerra Mundial, consideramos que a diáspora macaense viveu o seu primeiro período ainda muito centrada nos destinos asiáticos, num triângulo territorial formado por aquelas duas cidades localizadas em território chinês, aos quais se deve associar Macau, enquanto território de origem. Seguiu-se depois um segundo período que corresponde, grosso modo, à segunda metade do século XX.

Os macaenses, oriundos de Macau e de outras cidades chinesas, são os protagonistas desta migração, integrando também portugueses oriundos de outros territórios asiáticos, nomeadamente do Japão, Goa, Filipinas, Singapura e Tailândia, continuando a oferecer à comunidade uma forte diversidade de origens.

Ao longo deste primeiro período da diáspora macaense, a comunidade ocupou um importante lugar no tecido social da nova colónia britânica de Hong Kong e nas concessões estrangeiras de Xangai. Esta relevância, para além de ser evidenciada pelo peso demográfico dos macaenses no conjunto da população estrangeira a residir naqueles dois territórios, é também marcada pelo espaço social que ocuparam no tecido empresarial das casas comerciais e financeiras onde se empregam, tirando partido das suas competências multilinguísticas e profissionais desenvolvidas na sociedade de origem.

Não obstante a sua maioria se concentrar nas atividades comerciais e financeiras, é possível identificar um imenso leque de profissões entre os macaenses que se instalaram em Hong Kong e Xangai, dando-nos uma imagem da sua capacidade de se integrarem nas dinâmicas sociais de cada território, oferecendo, simultaneamente, os recursos necessários ao desenvolvimento de uma comunidade que desejava preservar a sua identidade cultural.

Deportação, Colonialismo e Interações Culturais em Timor: O Caso dos Deportados nas Décadas de 20 e 30 do Século XX

Madalena Salvação Barreto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Timor como “Colónia Penal”

A presença portuguesa em Timor, desde a chegada dos primeiros missionários nos inícios do século XVI até meados do século XIX, resumiu-se a apenas alguns pontos ocupados no litoral, tendo o interior do território permanecido largamente isento de uma presença territorial expressiva que marcasse a soberania ou assinalasse uma colonização do espaço feita por comunidades de portugueses.¹

Timor era uma ilha retalhada em pequenos reinos independentes, pequenas “repúblicas democráticas²” bem diferenciadas política, social e etnologicamente umas das outras, cada uma governada pelo seu *Liurai* (régulo) que fazia guerra ou alianças políticas e matrimoniais com os vizinhos, ou com o Governo português, conforme entendia. Somente a partir de meados do século XIX, continuando o processo já no século XX, é que a autoridade portuguesa se estendeu a todo o território timorense, organizada administrativamente por postos de comando, onde um oficial militar deveria gerir a vida da sociedade timorense.³

As terríveis condições de comunicação com o exterior e mesmo a nível interno, transformaram Timor numa Colónia praticamente sem colonos europeus. Mesmo a guarnição militar era na sua grande maioria originária das restantes Colónias.⁴ Numa

¹ THOMAZ, L. (1998), *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa.

² DURAND, F. (2009), *História de Timor-Leste, da Pré-história à actualidade*, 2a edição, Lidel, Lisboa, pág. 42-44.

³ DUARTE, T. (1930), *Timor: antecâmara do inferno*, Famalicão, Tip. Minerva.

⁴ No ano de 1927 (não refere mês, pelo que não podemos concluir se estes número já incluem os cerca de 60 deportados chegados neste mesmo ano), a população europeia de Timor era de: 378 portugueses (grande parte, funcionários estatais e 155 naturais de outras províncias ultramarinas) e 11 ocidentais estrangeiros. A população local era de 449.356 timorenses e havia ainda 1678 chineses. Informação retirada de: Idem, p.122.

colónia “sem colonos”, os poucos europeus que ali viviam eram missionários, militares ou degredados.

Os primeiros registos encontrados de degredados a serem enviados para Timor datam do século XVIII. Até então, a existência de colonos europeus civis em Timor era muitíssimo reduzida e assim continuou durante largas dezenas de anos. Para além dos degredados, existem muito poucas referências a indivíduos que se tenham fixado nesta ilha.⁵ O degredo para as várias possessões ultramarinas foi muitas vezes utilizado pela coroa portuguesa como pena por crimes cometidos. Na realidade, tratava-se de tentar aproveitar os presos para resolver o problema da falta de capital humano europeu nas colónias. De resto, mesmo os militares que prestavam serviço em Timor, na sua maioria, eram enviados para aquele local como castigo e raramente a título voluntário. Por esta razão, Timor foi ganhando fama de Colónia penal e assim ninguém queria ali servir.⁶

Entre os anos 1712-1769, há registo de 104 degredados enviados para Timor, a grande maioria originária da Índia, e alguns presos de Macau e Portugal.⁷ Ao longo do século XIX, Fernando Figueiredo refere a existência de cerca de 236 degredados provenientes da Índia, Macau, África e de Portugal continental. Entre estes, cerca de 110, presos de ambos os sexos e das mais variadas idades, eram originárias das índias inglesas. Anos mais tarde, tendo em conta a dificuldade que tiveram em se adaptar às condições da Colónia, as mulheres do grupo foram autorizadas a regressar aos seus locais de origem.⁸

Num levantamento populacional feito nos inícios da década de 1880, o Governador Bento da França refere a existência de 97 degredados a residir no território. Este Governador chega a redigir uma carta direccionada ao Governo da metrópole, pedindo que não envie mais degredados para Timor. O Governador afirmava que Timor não tinha condições para acolher degredados: as prisões eram pequenas e as tropas que as guardavam eram, na sua maioria, também elas constituídas por soldados degredados,

⁵ MATOS, A. (1974), *Timor Português 1515-1769*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 192-204.

⁶ FIGUEIREDO, F. (2004), *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto, pp.230-236.

⁷ Ob. Cit., *Timor Português 1515-1769*, pp. 192-204.

⁸ Ob. Cit., *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, p.378-383.

pelo que, com pouca motivação para fazer um trabalho exemplar. Segundo Bento de França, tornava-se difícil dar o bom exemplo às populações locais e isso impedia o bom desenvolvimento social da ilha.⁹

No Jornal da Noite de 11 e 12 de Março de 1886, existe uma referência a 48 degredados a residir em Timor e em 1896, na sequência de umas pedras lançadas ao Rei e na explosão de uma bomba em Lisboa, o Governo de Hintze Ribeiro decretou a pena de degredo a qualquer indivíduo que utilizasse explosivos de forma criminosa, pelo que uma nova leva de degredados é enviada para Timor.¹⁰

Infelizmente, não foram encontradas fontes suficientes que nos permitissem estudar as vidas dos degredados supracitados, pelo que não nos é possível desenvolver a sua história em Timor de uma forma pormenorizada. Alguns destes reconstruíram as suas vidas em Timor e ali permaneceram.¹¹ Por exemplo, o caso de Luís António Nogueira sobre quem aparecem várias referências no Boletim Oficial de Timor, trabalhou como encarregado nas obras públicas e anos mais tarde ajudou os grupo de deportados em estudo a ali recomeçarem as suas vidas.¹² Infelizmente, devido à escassez de fontes, não nos é permitido tirar grandes conclusões sobre a influência deste grupo e dos anteriores na colonização portuguesa em Timor. Poucas informações temos relativamente ao seu tempo de permanência na Colónia, onde viveram, o que fizeram durante a sua estadia, como foram integrados na vida social, portuguesa ou timorense, etc...

Deportados sociais e deportados políticos

A 15 de Maio de 1925 dá-se o atentado a João Maria Ferreira do Amaral (1876-1931), comandante da PSP de Lisboa, responsável por uma severa repressão a todas as

⁹ Idem, p. 371.

¹⁰ MÓNICA, M. (1985), *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Nac.-Casa da Moeda, Inst. Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, p.99 e Ob. Cit., *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, p. 492.

¹¹ " T j m o r . A ignorada^ Ulustração Portuguesa, 2." série, Lisboa, Empreza do Jornal O Século, n.º 172, 7 de Junho de 1909, pp. 733-734.

¹² CARDOSO, A. (2007), *Timor na 2a Guerra, O Diário do Tenente Pires*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.

organizações desafectas ao Governo, em especial contra as juventudes sindicalistas, comunistas, socialistas e anarquistas, movimentos que desde o início dos anos vinte tinham vindo a ganhar grande expressão e aos quais um grande número dos deportados estavam associados. Atuavam no sentido de chamar a atenção para as precárias condições de vida, quer dos trabalhadores, quer das famílias em geral e faziam-no geralmente através da greve, embora uma dessas organizações, a “Legião Vermelha”, optasse pela via revolucionária, sendo que já há alguns anos vinha a ser protagonista de diversos ataques bombistas.¹³

Ferreira do Amaral foi alvejado a tiro quando saía de casa de manhã. Sobreviveu ao atentado mas a reação das autoridades não se faz esperar. Nos dias seguintes, várias rusgas culminaram no fecho de uma série de jornais, sindicatos e várias prisões no forte de Monsanto. Várias detenções foram feitas, umas sem culpa formada, outras por alegadamente pertencerem à “Legião Vermelha”. Alguns destes homens foram logo enviados para as colónias, outros foram mantidos presos até Abril de 1927, altura em que foram embarcados no navio Pêro D’Alenquer, rumo a Timor.¹⁴

O navio saiu de Lisboa a 14 de Abril de 1927 e chegou a Timor após sete meses de viagem. Passou por Cabo Verde e pela Guiné, locais onde desembarcaram alguns homens e embarcaram outros. O navio chegou a Timor com um grupo de cerca de 75 deportados, todos desembarcados em Aipelo, um pequeno porto a 15 milhas de Díli, onde tinha sido preparado alojamento provisório para os deportados.¹⁵ Sobre este grupo de deportados, mais tarde caracterizados como sociais, falarei pormenorizadamente mais adiante. Por um conjunto de razões que explicarei, este grupo é fundamental para a investigação em curso.

Em 1931, chegaram a Timor mais dois navios, Pedro Gomes e Gil Eanes. O navio Gil Eanes partiu de Lisboa a 28 de Junho, fazendo algumas paragens pelo caminho em Cabo Verde, Guiné e Angola para desembarque de alguns deportados e embarque de

¹³ RODRIGUES, E. (1982), *Oposição Libertária em Portugal, 1939-1974*, Editora Sementeira, Lisboa.

¹⁴ POLICARPO, A. (2003), *José da Silva Gordinho 1899-1948, Memorial de um anarquista Almadense*, Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

¹⁵ MORNA, A. (1931), *Transporte de Guerra Pêro de Alenquer, Relatório da viagem ao extremo Oriente 1927-1928*, Imprensa da Armada, Lisboa.

outros.¹⁶ No total, neste navio chegaram a Díli 90 deportados. O navio Pedro Gomes partiu de Belém às oito da manhã do dia 2 de Setembro e seguiu diretamente pela rota do Mediterrâneo, pelo Canal do Suez para Timor.¹⁷ Transportava cerca de 358 presos, 271 civis e 87 militares.¹⁸ Segundo um grupo de deportados que viria a fugir a 28 de Fevereiro de 1932 e que escreveram uma declaração intitulada de “Um Grupo de deportados de Timor à Nação portuguesa”, não houve qualquer julgamento antes da deportação.¹⁹

A grande maioria dos homens enviados nos dois navios havia sido presa na sequência das revoltas revirialhistas contra a instauração da ditadura militar, embora o grupo embarcado a bordo do navio Gil Eanes incluísse também presos por delito comum.²⁰ Segundo o deportado José Grácio Ribeiro, o grupo chegado em 1931, que ficou conhecido como o grupo dos deportados políticos, era constituído por três espécies: “uma minoria do povo, gente honesta e bem comportada, uma maioria de cadastrados e um núcleo de dirigentes”, muitos deles, os próprios organizadores do movimento revolucionário de 26 de Agosto de 1931.²¹

Chegando a Timor em finais de Outubro, os ocupantes destes dois navios foram imediatamente reencaminhados para dois campos de concentração, inaugurados pelo Governador António Baptista Justo (1930-1933) para o efeito, no enclave Oecussi e na ilha do Ataúro. Alguns terão conseguido fugir²², mas a grande maioria aí permaneceu durante várias semanas, sendo que as condições destes campos foram largamente criticadas pelos seus ocupantes. As descrições feitas foram as seguintes: a ilha do Ataúro “dada a pequenez da sua superfície e a carência de meios de comunicação, é um campo de concentração natural. O mar substitui o arame farpado e espingarda vigilante

¹⁶ LOUREIRO, C. *A história de um navio: o "Gil Eanes"*, publicação No33. Lisboa, Gabinete de estudos das pescas, subsídios para a História dos navios portugueses, 1956, pp.171-175.

¹⁷ Diário de Lisboa, 25 de Maio de 1983.

¹⁸ CORREIA, M. (2001), *Memórias de um resistente às Ditaduras*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 254-268.

¹⁹ Fundação Mário Soares, Documentos Resistência Timorense, Espaço por Timor, *Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa*, 28 de Fevereiro de 1932.

²⁰ Ob. Cit., *Memórias de um resistente às Ditaduras*, 254-268.

²¹ RIBEIRO, J. (1934), *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia*, Lisboa, Imprensa Baroeth.

²² Ob. Cit., *Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa* e Ob. Cit. *Memórias de um resistente às Ditaduras*, p. 254-268.

das sentinelas”. “No Oecussi existia um verdadeiro campo de concentração, com profundos e largos fossos cheios de água e, em volta, os postes de arame farpado. Metralhadoras em posição vigiavam o campo de um alto próximo. Um comandante, à frente de uma força indígena e empunhando um chicote, dava ordens”²³. Tinha dois barracões de madeira cobertos com folhas de palmeiras, ambos situados nas imediações de um arrozal, terreno húmido e povoado de milhões de mosquitos. Não havendo nem quinino nem mosquiteiros à disposição, segundo as memórias de Manuel António Correia, muitos terão sucumbido ao paludismo.²⁴

O principal responsável pelo fim dos campos em Fevereiro de 1932 terá sido o também deportado ex-coronel de infantaria António Augusto Dias Antunes. Funcionou como uma espécie de porta-voz dos restantes deportados e conseguiu fazer chegar à Liga dos Combatentes da Grande Guerra vários documentos comprometedores para o Governo da Colónia, que revelavam as duras condições a que os deportados estavam expostos nos presídios e nos campos de concentração. Num dos documentos enviados, um deportado queixava-se que grande parte dos seus companheiros estavam doentes e sem acesso a tratamento médico. Um outro documento enviado, foi um relatório de um médico retratando as precárias condições do campo do Ocuessi: alimentação insuficiente, vestuário que não protegia quer de mosquitos, quer de doenças, etc... No mesmo relatório, o médico acrescentava que vários deportados já haviam chegado fortemente debilitados pela longa e dura viagem e que nestas condições, em vez de recuperarem, muitos poderiam mesmo morrer. A alimentação que lhes era distribuída, milho cozido e vegetais, era insuficiente do ponto de vista nutritivo. A má nutrição e as más condições em que os deportados viviam quer nos campos de concentração, quer nas prisões foram apontadas como causas diretas de morte de alguns deportados²⁵. Só após alguns meses, tendo conseguido fazer chegar diversas queixas e documentos comprovativos destas condições à Liga dos Combatentes, esta entidade apresentou queixa formal no Ministério das Colónias denunciando as condições em que os

²³ Ob. Cit., *Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa*.

²⁴ Ob. Cit., *Memórias de um resistente às Ditaduras*, p. 254-268

²⁵ Ob. Cit., *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, pp.707-713.

deportados viviam em Timor e o Governo central que acabou por lhes dar ordem de soltura, embora sem permissão para sair da Colónia de Timor.²⁶

De um momento para o outro, quase 500 europeus chegaram a Díli. Nos primeiros tempos a capital encheu-se de movimento de europeus. Sem estruturas para tal, “o comércio não tinha mãos a medir e os alfaiates faziam fatos em série”. Segundo Grácio Ribeiro, no geral, as diferentes categorias de deportados dividiram-se da seguinte forma: os primeiros partiram para as montanhas procurando trabalho e vida sóbria. Os segundos ficavam-se pela cidade, “local onde os pequenos delitos originados pelo álcool e falta de valores morais eram muitos comuns”. Finalmente, da terceira facção, na qual estavam integrados diversos ex-militares, a maioria ficou também pela cidade, esperando que uma reviravolta política a seu favor os fizesse regressar à metrópole, pois não tinham previsões de ficar em Timor.²⁷

A 5 de Dezembro de 1932, pelo decreto Nº21.943 foi concedida uma amnistia geral a todos os deportados políticos espalhados nos diferentes territórios ultramarinos. Assim, a grande maioria dos deportados que estava em Timor embarcou a 27 de Abril de 1933 no paquete Moçambique, com o intuito de regressar à Metrópole. De fora desta amnistia ficou uma lista dos “50 mais perigosos” e todos os deportados sociais: todos aqueles que não tinham sido presos por razões que o Governo considerou políticas, mas por delitos comuns, os chegados em 1927 incluídos.²⁸ O Governo central não assumiu os atos destes últimos, que pretendiam reivindicar melhores condições de vida e de trabalho protagonizados pelas juventudes sindicalistas, comunistas, socialistas e anarquistas como atos de oposição política, mas sim como simples atentados terroristas. Assim sendo, não tiveram direito à amnistia política.

No ano de 1927, a população europeia de Timor era de 11 ocidentais estrangeiros e 378 portugueses, grande parte funcionários estatais e 155 naturais originários de outras províncias ultramarinas.²⁹ Assim, é de crer que a passagem de cerca de 600 deportados

²⁶ Idem, pp. P.710.

²⁷ Ob. Cit., *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia.*

²⁸ MADEIRA, Madeira; FARINHA, Luís; PIMENTEL Irene Flunser, (2007), *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros, p.200.

²⁹ Ob. Cit. *Timor, antecâmara do Inferno*, p.122. A documentação não refere mês, pelo que não podemos concluir se este número já incluem os deportados chegados neste mesmo ano.

por Timor ao longo dos anos 1931 e 1933, terá deixado marcas na História. A certa altura o número de deportados quase dobrava o da população civil europeia ali residente.

Infelizmente, ao tentar traçar a História da permanência deste grupo de cerca de 500 deportados por Timor ao longo de um ano e meio, deparamo-nos com o problema anteriormente já referido em relação aos degredados chegados a Timor ao longo dos séculos XIX e XX, a falta de documentação. Não nos é possível compreender ao certo como reconstruíram as suas vidas, como se adaptaram às condicionantes da Colónia, se casaram, tiveram filhos, como se relacionaram com os timorenses, etc... Após a amnistia, ficam em Timor cerca de 110 deportados: quase todos os que haviam sido enviados em 1927 e, dos que chegaram em 1931, os que haviam sido presos por delitos comuns, isto significa que cerca de 1/3 da população europeia a residir em Timor eram deportados. Considerando que os deportados estavam interditos de sair da Colónia, que foram enviados para diferentes pontos do território, onde passaram a ter residência fixa e obrigação de se apresentar todas as semanas, e sendo que nestes locais a presença europeia era muito ténue³⁰, poderemos pensar na possibilidade de a presença deste grupo de deportados ter contribuído mais para a colonização e para o intercâmbio cultural entre portugueses e timorenses, que a simbólica presença portuguesa dos três séculos anteriores. É precisamente esta a problemática da investigação que me proponho: procuro desenvolver as histórias de vida deste conjunto de deportados e, a partir delas, investigar os deportados como um grupo de mediação no espaço de interações entre as sociedades timorenses e a administração colonial portuguesa. Porquê e como se estabeleceram em Timor? Porque permaneceram, por que regressaram? Que relações mantiveram com o governo colonial, com os/as timorenses e com as suas instituições? Qual a reação dos timorenses a estas ligações e qual o seu significado local? Sendo que é ainda uma investigação em fase inicial, não conseguimos adiantar para já grandes conclusões. Apresentaremos no entanto algumas histórias de vida que já consegui traçar.

³⁰ Ob. Cit., *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, p.712.

A vida dos Deportados em Timor

Quando o Governador Teófilo Duarte (1926-1929) chegou a Timor deparou-se com um orçamento largamente deficitário, o que aos seus olhos não tinha razão de ser. Segundo o Governador, Timor tinha solos férteis e mão-de-obra, mas não tinha, como já referido, colonos para se encarregarem dessa tarefa e a população timorense não tinha capacidade financeira nem instrução para o fazer. O Governador precisava de pessoas com capacidade para gerir plantações e indústrias em larga escala e com capacidade de criar empresas de exportação. Neste sentido lançou uma série de diplomas legislativos, com o objectivo de incentivar a fixação de funcionários aposentados no território. Concedeu-lhes facilidades para que criassem novas indústrias, desenvolvessem certas produções agrícolas e fizessem criação de animais.³¹

Em 1927, à chegada dos deportados, sem instruções superiores do Governo Central sobre o destino a dar aos presos recém-chegados e perante a perspectiva de ter de os alimentar caso os mantivesse na prisão, o Governador decidiu dar-lhes liberdade e meios de subsistência para os primeiros dias. Foi feita uma lista de profissões com o objectivo de empregar cada um na sua área de aptidões e competências, com direito a salário mensal. Surgiram artífices de diversas áreas que passaram a exercer uma atividade útil para a Colónia e a trabalhar para receber o seu sustento. Segundo Teófilo Duarte, de entre os que não conseguiram arranjar uma ocupação relacionada com as suas competências, alguns terão sido admitidos como funcionários públicos do Governo e outros como fiscais dos 20 000 indígenas que trabalhavam, quer nas plantações do Estado quer nas obras públicas.³² Com efeito, Teófilo Duarte foi responsável pela construção de uma série de obras públicas, entre elas, uma vasta rede viária dispersa por toda a ilha.³³

Por fim, na esperança que aí se estabelecessem como colonos, o Governador alargou as regalias já concedidas aos funcionários, a qualquer português que desembarcasse na

³¹ DUARTE, T. (1944), *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, Editora Educação Nacional, Porto, pp. 118-131.

³² *Idem*, p.135.

³³ *Ob. Cit. Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, p.584.

Colónia, passando a incluir o recém chegado grupo de deportados. Assim, dava-se-lhes a perspectiva de que em Timor seria possível reconstruírem a sua vida enquanto colonos, em vez de viverem sob severa vigilância e repressão. Segundo Teófilo Duarte, pretendia-se aproveitar os poucos colonos europeus que se poderiam fixar em Timor.³⁴

Contudo, estas regalias haviam sido feitas à margem dos orçamentos estipulados pelo governo central. Assim, ao longo dos anos seguintes, com um controlo cada vez maior de contas por parte do governo da Metrópole, os Governadores seguintes, Cesário Augusto de Almeida Viana (1929-1930) e António Baptista Justo (1930-1933) optaram por não dar continuidade às medidas de Teófilo Duarte. Anos mais tarde, na sua obra intitulada de “Ocupação e Colonização Branca de Timor”, Teófilo Duarte critica esta posição dos seus sucessores e afirma que terá sido a suspensão de regalias que provocou que muitos dos deportados chegados em 1931, ou mesmo aqueles que não conseguiram organizar as suas vidas antes da mesma, sem meios para singrar, se entregassem à vida da desordem e da inércia. O Governador acrescenta, “uma vez que viviam somente de um magro subsídio de alimentação, em vez de contribuir para o desenvolvimento da colónia, pelo contrário, iam contribuindo para a queda dos valores morais e para o nascimento de inúmeras crianças mestiças sem grandes previsões de um bom futuro”.³⁵

Com efeito, ao longo dos anos 30 verificam-se algumas situações que explicam a razão destas afirmações por parte de Teófilo Duarte: alguns deportados conseguiram fugir do território,³⁶ outros o tentaram embora sem sucesso,³⁷ houve um incêndio no Palácio do Governador, alegadamente uma tentativa de assassínio ao Governador,³⁸ a criação de um movimento clandestino revolucionário, a Aliança Libertária de Timor que chegou mesmo a ter o seu próprio periódico,³⁹ vários deportados passaram algumas temporadas desterrados em Ataúro,⁴⁰ e alguns permaneceram presos, tendo havido pelo menos um caso de morte pelos maus tratos sofridos dentro da prisão.⁴¹ O que Teófilo Duarte não

³⁴ Ob. Cit., *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, pp.139-140.

³⁵ Idem, pp.139-140.

³⁶ Ob. Cit., *Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa*.

³⁷ Por exemplo, o deportado José da Silva Gordinho.

³⁸ Ob. Cit., *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichtag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia*.

³⁹ Mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=grupo&cid=17&Itemid=46, consultado a 10 de Setembro de 2013

⁴⁰ Ob. Cit. *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, p.915.

⁴¹ Veja-se o caso do deportado Joaquim Pereira, mais conhecido por Bela-Kun que com a ajuda dos

incluí na equação é que estes atos foram consequência direta das más relações entre o Governo e os deportados, já que estes últimos continuavam a reivindicar direitos a um Governo que os deixou à margem.

No que concerne às relações profissionais dos deportados, sabemos que houve alguns entraves ao imediato e próspero desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais iniciados por deportados. A grande maioria do comércio em Timor estava nas mãos dos chineses e, segundo José Simões Martinho, estes não tinham quaisquer problemas em sentar-se como iguais ao lado de um indígena, fosse para negociar ou para socializar. Pelo contrário, os deportados impunham uma relação de hierarquia, exigindo o respeito da sua “superioridade”, o que fazia com que o timorense tivesse pouca vontade de comerciar com o branco.⁴² Para além disso, a característica de deportado destes novos comerciantes (mal conotada também na sociedade timorense) também dificultou a aderência da população às novas lojas. Foi o caso de dois deportados (Teófilo Duarte não refere os nomes) que abriram uma padaria e uma barbearia em Díli. No início, ambas as lojas passaram por grandes dificuldades porque a população tinha medo que o padeiro envenenasse o pão ou que o barbeiro ferisse algum pescoço com a navalha de barbear. Foi preciso ser o Governador a dar o primeiro passo e frequentar tais lojas. Só ao fim de algumas semanas e vendo que o Governador continuava vivo e em forma, é que as populações acederam a frequentá-las também.⁴³

Através dos testemunhos de dois deportados políticos, Paulo Braga e José Grácio Ribeiro, podemos tirar algumas conclusões de como seria o dia-a-dia dos deportados em Timor. Segundo Grácio Ribeiro, referindo-se aos deportados chegados em 1927: “em 1931, ainda havia 60 desses moços e a maioria deles teve filhos de indígenas timorenses e vivia em casas modestas, trabalhando dignamente nos serviços ou comércio”, “no geral, haviam deixado de ser jovens irrequietos para passarem a ser chefes de família. Residiam quase todos nos arrabaldes, em casas de palapa e ali passavam os seus dias

benefícios concedidos por Teófilo Duarte, havia conseguido comprar uma camioneta vivendo dos fretes que fazia com a mesma mas que acaba por morrer de má nutrição na prisão de Batugadé. AHU, Gabinete do ministro, sala 2, est. XVII, prat.11, nº 2871, processo de inquérito da morte de um deportado em timor, “bela-Kun”, vols nº 2 e 3, 1935.

⁴² MARTINHO, Cap. José S., *Problemas administrativos e de Colonização da Província de Timor*, Livraria Progredior, Porto, pp.162-165.

⁴³ Ob. Cit. *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, p.136.

com as suas famílias. Os que não tinham ocupações, não tinham meios de subsistência, pelo que viviam dispersos pelo território e aí procuravam forma de ganhar umas patacas”. “É notável e digno de registo o esforço despendido pelos deportados sociais em benefício da colónia. Nada ali existe de trabalhos públicos, feitos nos últimos anos que não tenha contado com a sua colaboração”.⁴⁴ Também o Capitão José Simões Martinho o afirma: “os sociais,⁴⁵ salvo raras exceções eram trabalhadores: marceneiros, pintores, estucadores, serralheiros, mecânicos, etc... Aqueles que não tinham profissão procuraram trabalhar nas empresas agrícolas”.⁴⁶

Sabemos que Paulo Braga esteve em Timor durante cerca de um ano e meio e já depois de regressar à metrópole escreveu cinco ensaios sobre Timor. Nestes, o autor faz a descrição do dia-a-dia e dos costumes da população timorense: os bazares, as lutas de galos, o papel das mulheres na sociedade timorense, os rituais sagrados e a vida dos indígenas nas suas mais variadas dimensões, etc... Ao longo destas descrições, o autor faz algumas referências aos restantes colonos e à vida que levavam, sempre em tom depreciativo, criticando severamente a atitude de superioridade que estes tinham perante os timorenses.⁴⁷

Ambos os autores referem as idas ao mercado como o acontecimento social da semana. O mercado era um lugar essencial na sociabilidade timorense e também para os europeus que com eles queriam contactar. Para Timor, só foram deportados homens. Mulheres europeias seriam muito provavelmente somente as senhoras que acompanharam os maridos que para ali foram destacados como militares ou administrativos. Sabemos também, que os deportados tinham uma série de obrigações dada a sua condição. Uma delas, era a proibição de se relacionarem socialmente com qualquer outro europeu. Assim sendo, estes deportados, todos homens, estavam restritos a relacionarem-se somente entre eles ou com a população timorense. Tendo isto em conta, o mercado era o local onde os deportados, para além das compras para a semana, procuravam conhecer mulheres timorenses. Muitas famílias se criaram nesta altura,

⁴⁴ Ob. Cit., *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia.*

⁴⁵ Aquando da chegada do novo grupo de deportados em 1931, o grupo antigo ficou oficialmente batizado de deportados sociais e o novo grupo de deportados políticos.

⁴⁶ Ob. Cit., *Problemas administrativos e de Colonização da Província de Timor*, pp.162-165.

⁴⁷ BRAGA, Paulo, (2005), *País de sonho e encantamento, Timor*, editora Crocodilo Azul.

dando origem a numerosos filhos mestiços.⁴⁸ Fica a questão de como terão sido as relações entre os deportados e as mulheres timorenses. Será que casaram segundo os costumes timorenses, pela Igreja, ambos ou nenhum? Ligações informais?

O casamento tradicional timorense, o *Barlaque*, é algo a que, no geral, a sociedade timorense dá grande importância. É uma união que não envolve somente o casal, mas toda a família. Isto tendo em conta que, em Timor, o indivíduo não existe só por si individualmente, mas antes como membro de uma família e de uma comunidade. O *Barlaque* não é uma tradição imutável ou estanque e é extremamente complexa. Cada *Barlaque* depende do que é acordado entre as partes envolvidas: o dote a pagar à família da noiva, o local para onde o casal vai morar, a quem “pertencem” os filhos, etc... A partir do momento em que se dá o *barlaque*, as duas famílias passam a estar ligadas e obrigadas necessariamente a tomar conta uma da outra.⁴⁹ Conforme referido no início deste artigo, o *Barlaque* era umas das formas de consolidação de alianças entre os diferentes reinos, confirmando esta grande importância que as redes familiares e os laços de parentesco tinham e têm para a sociedade timorense e tendo por isso uma dimensão muito política e muito importante para as ligações diplomáticas entre os reinos.⁵⁰ De tal forma, que durante as campanhas de pacificação dos finais do século XIX as tropas portuguesas o utilizavam como estratégia de guerra. Conhecendo os *barlaques* existentes saberiam à partida que reinos tomariam o lado de quem, nas diferentes rebeliões contra a administração portuguesa. No fundo, o *barlaque* era uma ligação extremamente importante na definição de estatutos sociais, económicos, militares e políticos de cada reino e de todos os reinos.⁵¹ Ora, assim sendo, também o casamento destes homens portugueses com mulheres timorenses poderia ter algo de político.

Será que este grupo de portugueses se preocupou em cumprir esta tradição timorense? Esta cerimónia envolvia um ritual com várias cedências de parte a parte, uma delas os filhos. No caso destes deportados, a ter havido um contrato entre a família da noiva e o

⁴⁸ Ob. Cit. *Ocupação e Colonização Branca de Timor*,

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ DUARTE, J., (1979), *BARLAQUE: CASAMENTO GENTÍLICO TIMORENSE*, Sep. Arq. Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.

⁵¹ ROQUE, R. (2010), *Marriage traps: colonial interactions with indigenous marriage ties in East Timor*, online version available at <http://colonialmimesis.wordpress.com/> (downloaded on May 2013)

deportado, como foi feito este acordo? Os filhos “pertenciam” a quem? Enquanto cumpriam a pena de deportação, alguns deportados enviaram para Portugal os filhos. Qual terá sido o papel da mãe neste aspecto? Tentando responder a estas questões darei o exemplo de alguns casos particulares já investigados.

Por exemplo, Manuel Simões de Miranda chegado a Timor em 1927, envolveu-se numa relação informal com Laura Sequeira Ximenes, proveniente de Baucau e filha de uma timorense e de um funcionário português que não assumira a paternidade. Laura tinha já um primeiro filho de outro português. Com esta timorense, este deportado teve 3 filhos: Alice (1929), José (1931) e João (1933). Em Dezembro de 1932, na sequência da amnistia concedida e na esperança de ser mandado regressar também, Miranda envia Alice e José ainda pequenos para casa dos avós paternos em Aveiro. Segundo a família, foi por esta razão que Laura decidiu abandonar Simões de Miranda, deixando-o com o filho mais novo, João nas mãos. Tendo em conta as já referidas condições do casamento timorense, terá havido um acordo de casamento entre os dois, o qual não terá sido cumprido por Simões de Miranda, dando a legitimidade a Laura para o abandonar?⁵²

Também o deportado José da Silva Gordinho, na esperança de se conseguir evadir da Colónia, em inícios de 1932 enviou os dois filhos para Portugal ficando os mesmo ao cuidado da avó em Almada. Neste caso, não conhecemos a reação da mãe perante o envio dos filhos. Sabemos apenas que morreu meses mais tarde.⁵³ É de assinalar que em ambos os casos, estes deportados voltam a reunir-se numa união informal com as irmãs da primeira mulher, costume timorense.⁵⁴

Uma situação interessante é a de *Barlaque* propriamente dito entre um deportado ou um seu descendente e uma rapariga oriunda de uma família real. No romance *Caiúru*, escrito pelo deportado Grácio Ribeiro, o autor descreve-nos uma situação em que o mesmo se encontra num mercado e que vê uma linda timorense, ficando a observá-la. Dando mostras de pretender aproximar-se, numa atitude defensiva, imediatamente a família a rodeia e a leva. Mais tarde, um camarada, que deduzimos ser Manuel Viegas Carrascalão, explica-lhe tratar-se da herdeira Reino de Maubara e que Grácio Ribeiro

⁵² Entrevista à Família Simões de Miranda, Aveiro, Maio 2013.

⁵³ Ob. Cit., *José da Silva Gordinho 1899-1948, Memorial de um anarquista Almadense*.

⁵⁴ Entrevista à Família Simões de Miranda, Aveiro, Maio 2013 e Idem.

nunca terá dinheiro ou argumentos para a conseguir barlaquear. Esta situação encontra-se descrita num romance, pelo que apenas podemos imaginar que esta cena tenha de facto sucedido. Não deixa no entanto de levantar algumas questões.⁵⁵ Alguns capítulos adiante, é nos descrita uma cena em que um timorense explica ao autor que um deportado nunca terá dinheiro ou estatuto para casar e pagar dote de uma rapariga oriunda de uma família real. Ainda que ao longo desta mesma obra bibliográfica, possamos constatar que o “ser português” era um estatuto considerado pela comunidade timorense: convidavam-nos para as festas e celebrações, sentavam-se à mesma mesa para tomar as refeições, tinham direito a dirigir as caçadas em pé de igualdade de membros das famílias reais, mas, por serem deportados, a ideia de casar com um elemento da família real, parecia ser algo impensável. De resto, desta geração, não foram encontrados registos de um *barlaque* entre um elemento da família real direto e um deportado.⁵⁶

No livro *Timor Leste, Amanhã em Díli*, o Sr. Presidente Ramos-Horta, neto e filho de deportados, refere ter um meio irmão chamado António que ficou responsável pela extração de petróleo nos poços de Pualaca, na região de Manatuto. Vivendo ali, acabou por se entranhar na vida da comunidade e casar segundos os costumes locais, *barlaque* e também pelo registo católico com uma das filhas do *Liurai* de Barique, D. Tito dos Reis e Cunha. Uma rapariga chamada Alzira que havia estudado no Colégio da Missão Católica de Soibada.

Segundo cultura tradicional timorense, António, sendo *malai*, não tinha estatuto na hierarquia social tradicional por isso, antes de casar, fez-se uma cerimónia ritual na qual António Horta foi incorporado como membro da família do *Liurai* de Samoro. Assim, já se encontrava numa posição social digna de casar com a filha do *Liurai* de Barique.⁵⁷ Por esta razão foi a família real de Samoro quem representou António nas negociações do *Barlaque*.⁵⁸ Segundo José Ramos-Horta, “o noivo e os seus pais deviam doar determinados valores aos pais da noiva, búfalos, joias, etc... A importância do *Barlaque* subia com a importância social da noiva. Os meus pais devem ter ido para a bancarrota

⁵⁵ RIBEIRO, J. (1939), *Caiúru*, Lisboa, Imprensa Artística, p.73.

⁵⁶ Ob. Cit. *Caiúru*, p.115.

⁵⁷ Entrevista ao Sr. Lainain Eugénio Sarmiento a 11 de Abril de 2014.

⁵⁸ Entrevista a Dulce Horta Lemos, Díli a 30 de Abril de 2014.

com tal casamento, dado o estatuto social da noiva”. Ramos-Horta descreve uma cerimónia de grande aparato, três dias e três noites, muita comida, jogatana e até luta de galos.⁵⁹

O casal António e Alzira teve oito filhos e sempre viveu em Natarbora. Os mais velhos ainda educados no colégio de Soibada. Os mais novos já estudaram na escola indonésia. De resto, a família sempre viveu em Timor e só foram refugiados para a Austrália em 1999.⁶⁰

A primeira situação referida relacionada com o *Barlaque* aconteceu nos anos 30, a segunda terá acontecido provavelmente já nos anos 60 ou 70. Estas duas situações são interessantes uma vez que retratam os frutos da vivência intercultural entre os portugueses e os timorenses, como o tempo e a imersão na tradição local, permitem a aceitação de acontecimentos que anteriormente não seriam aceites.

Outra questão que importa tentar compreender é a relação de grupo de deportados com os ritos fúnebres timorenses. São cerimónias complexas que envolvem uma série de características próprias. O povo timorense é atualmente maioritariamente católico, mas tem as suas crenças e ritos animistas que coexistem em perfeita harmonia com a religião e as tradições católicas. Os ritos fúnebres são um bom exemplo desta hibridez de traços culturais que coexistem pacificamente. Sendo que este conjunto de deportados, no seu total já terá morrido, como terão decorrido os seus funerais?

Um caso extremamente curioso é o de Manuel Viegas Carrascalão e o de sua mulher Marcelina Guterres, com quem teve doze filhos. O comentário supracitado de Manuel Viegas Carrascalão a Grácio Ribeiro é muito interessante já que, segundo a família, este deportado terá raptado a sua mulher, também ela oriunda da família real de Reino de Venilale. Este facto teve graves consequências para a família já que aquando da cerimónia fúnebre de Marcelina Guterres, segundo a tradição timorense, esta senhora ainda não estava casada com o deportado Carrascalão pois ele não havia pago o dote à família. Por esta razão, quando os filhos do casal quiseram transladar o corpo da mãe para perto do pai, a família Guterres não o terá autorizado. Para o fazer, os filhos

⁵⁹ José Ramos-Horta, 1994, *Timor Leste, Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 47.

⁶⁰ Entrevista a Dulce Horta Lemos, Díli a 30 de Abril de 2014.

primeiro tiveram de negociar o *Barlaque* da mãe e do pai e, só depois obtiveram autorização para juntar o casal fundador da família Carrascalão no mesmo local.⁶¹

Ainda relacionado com esta questão de oficialização do casamento surgiram várias questões algo complexas e de difícil resolução, especialmente durante e após a 2ª Guerra Mundial. Não sendo casados pela Igreja e não estando previsto o casamento civil ou a união de facto pela lei portuguesa nesta altura, os filhos oriundos destas ligações luso-timorenses informais foram considerados ilegítimos, não lhes sendo reconhecidos quaisquer direitos por parte do Governo português. Tendo em conta as difíceis circunstâncias que a Colónia estava a viver, em 1944, o Governador Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho (1940-1945) fez publicar um diploma legislativo garantindo um subsídio aos deportados que previa o número de filhos mesmo que ilegítimos e adoptados⁶², contudo, aquando do fim da guerra, várias famílias partiram para a metrópole, sendo que em conversa com as mesmas, referem as dificuldades que tiveram em regularizar as suas situações perante o Governo Português.⁶³

Ao longo da invasão japonesa de Timor (1942-1945) muitos deportados conseguiram refugiar-se na Austrália com as suas famílias. No final da 2ª Guerra Mundial foi finalmente levantada a nota de deportação a todos os deportados a residir em Timor.⁶⁴

Nos dias de hoje são inúmeras as famílias originadas por este grupo de deportados. Das que consegui contactar, todas têm uma forte ligação com Timor, Portugal e Austrália. Interessa agora continuar a investigação em curso e perceber como é que, concretamente, estas famílias incorporam ou não a sua ascendência e como se identificam com os contextos sociais e culturais das diferentes localidades por onde passaram.

⁶¹ Entrevista com a Sra. Embaixadora, Natália Carrascalão, Lisboa, Junho 2013.

⁶² Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, 2003, *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, Edições Cosmos, p.558.

⁶³ Entrevista à Família Simões de Miranda, Aveiro, Maio 2013.

⁶⁴ Entrevista à Família Simões de Miranda, Aveiro, Maio 2013 e entrevista com a Sra. Embaixadora, Natália Carrascalão, Lisboa Junho 2013.

Bibliografia

- BRAGA, P., (2005), *País de sonho e encantamento, Timor*, editora Crocodilo Azul.
- BRANDÃO, C., (1946), *Funo: Guerra em Timor*, Porto, Edições A.O.U..
- CARDOSO, A., (2007), *Timor na 2a Guerra, O Diário do Tenente Pires*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa.
- CARVALHO, J. (s.d), *Vida e Morte em Timor durante a 2a Guerra Mundial*, Livraria Portugal, Lisboa.
- CARVALHO, M. (2003), *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, Edições Cosmos.
- CHAMBERLEIN, E. (s.d), *Forgotten men-Timorese in special operations during II world war*.
- CARVALHO, M. (2003), *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*, Edições Cosmos, p.558.
- CORREIA, M., (2001), *Memórias de um resistente às Ditaduras*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa.
- CORREIA, A. (1934), *Gentio de Timor*, Lucas & Ca, Lisboa.
- DUARTE, J., (1979), *BARLAQUE: CASAMENTO GENTÍLICO TIMORENSE*, Sep. Arq. Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.
- DUARTE, T. (1944), *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, Porto, Editora Educação Nacional.
- _____ (1930), *Timor: antecâmara do inferno*, Famalicão, Tip. Minerva.
- FARINHA, L. (1998), *O revirvalho, revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Estampa.
- FIGUEIREDO, F. (2004), *Timor, a presença portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto.
- HORTA, J. (1994), *Timor Leste, Amanhã em Díli*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- JÚNIOR, C. (1964), *História Breve do Movimento Operário Português*, Editorial Verbo, Lisboa.
- LIBERATO, A. (s.d.), *O Caso de Timor*, Portugália, Lisboa.
- LOUREIRO, C. (1956), *A história de um navio: o "Gil Eanes"*, publicação No33. Lisboa, Gabinete de estudos das pescas, subsídios para a História dos navios portugueses.
- MADEIRA, J., FARINHA, L., PIMENTEL, I. (2007), *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- MATOS, A. (1974), *Timor Português 1515-1769*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MARQUES, A. (1975), *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926-1931*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- MARTINHO, J. (1945), *Problemas administrativos e de colonização da província de*

Timor, Progredior, Porto.

_____ (1943), *Quatro séculos de colonização portuguesa*, Editora Livraria Progredior, Porto.

MÓNICA, M., 1985, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Nac.-Casa da Moeda, Inst. Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

MORNA, Álvaro de Freitas, 1931, *Transporte de Guerra Pêro de Alenquer, Relatório da viagem ao extremo Oriente 1927-1928*, Lisboa, Imprensa da Armada.

POLICARPO, António M. Neves, 2003, *José da Silva Gordinho 1899-1948, Memorial de um anarquista Almadense*, Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

RIBEIRO, J., (1939), *Caiúru*, Lisboa, Imprensa Artística.

_____ (1972), *Deportados*, s.e., s.l.

_____ (1934), *Quem foram os incendiários? História de um crime político em Timor, em que, de maneira idêntica à do caso Reichstag, foi lançado fogo ao Palácio do Governo daquela Colónia*, Imprensa Baroeth, Lisboa.

ROGRIGUES, E., 1982, *Oposição Libertária em Portugal*, Editora Sementeira, Lisboa. 80

ROSAS, F., ROLLO, F. (2011), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta da China, Lisboa.

Publicações:

PEREIRA, J., *Contribuição para a história do Partido comunista Português na I República (1921-26)*, *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981-3.º4.º, 695-713.

ROQUE, R. (2010), *Marriage traps: colonial interactions with indigenous marriage ties in East Timor*, online version available at <http://colonialmimesis.wordpress.com/> (downloaded on May 2013).

Periódicos:

Diário de Lisboa, 25 de Maio de 1983.

PEREIRA, A., MIRANDA, A., *Timor, o desterro do padeiro Miranda*, in *Público*, 13 de Janeiro de 2013.

Arquivos:

Arquivo Histórico Ultramarino: AHU, Gabinete do ministro, sala 2, est, XVII, prat.11, no 2871, processo de inquérito da morte de um deportado em timor, “bela-Kun”, vols no 2 e 3, 1935.

Fundação Mário Soares: Fundação Mário Soares, Documentos Resistência

Deportação, colonialismo e interações culturais em Timor

Timorense, Espaço por Timor, *Manifesto de um grupo de deportados de Timor à Nação Portuguesa*, 28 de Fevereiro de 1932

Projeto MOSCA – Universidade de Évora:

Moscaservidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_dicionario&view=grupo&cid=17 &Itemid =46, consultado a 10 de Setembro de 2013.

Entrevistas:

Entrevista à Família Simões de Miranda, Aveiro, Maio 2013.

Entrevista com a Sra. Embaixadora, Natália Carrascalão, Lisboa Junho 2013.

Reynaldo dos Santos e a Embaixada Cultural a Goa, em 1954: Estratégias de Cooperação Cultural Portuguesa

Sara Cristina Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Reynaldo dos Santos (1880-1970) foi uma das figuras cimeiras da Cultura Portuguesa, sendo uma personalidade estruturante na História da Medicina Portuguesa e na Historiografia de Arte. O seu trabalho na Medicina foi além da pedagogia, sendo no campo da cirurgia experimental que conseguiu importantes avanços nas áreas de Arteriografia e Angiografia. Paralelamente a estas conquistas científicas, no âmbito da cirurgia, desenvolve investigações notáveis sobre o património artístico português, promovendo publicações e exposições e também participando em missões culturais.

A sua viúva, Irene Quilhó dos Santos, possibilitou a perpetuação da “memória” de Reynaldo dos Santos e do contexto das suas relações pessoais e profissionais fazendo a doação do espólio do marido à Câmara municipal de Cascais (Portugal). Desta forma, será possível um novo enfoque biográfico, mais abrangente, tocando também a história social e cultural de uma época: o “Estado Novo” português. Pelo estudo do arquivo documental será possível captar as existências menos inteligíveis, nomeadamente as suas descobertas científicas e seu impacto nacional e internacional, o seu trabalho como cirurgião, a sua empenhada vontade em reformar o ensino em Portugal, de modo a formar as “elites” intelectuais portuguesas e a sua grande paixão sobre a História de Arte. A par destas atividades, o seu prestígio nacional e internacional permitiu-lhe integrar missões culturais de relevante interesse político no Brasil e Goa.

Biografia

O pai médico, Clemente dos Santos e o seu avô, o Barão de S. Clemente (Director Geral da aula de Taquigrafia, escreveu nove volumes sobre a *História das Cortes Gerais* que lhe valeu o título de Baronato pelo rei D. Luís I, por decreto de 16/07/1887) foram determinantes na formação da sua educação. A biblioteca da família, fomentou o

interesse de Reynaldo na literatura de Eça de Queiroz¹, Ramalho Ortigão², nos clássicos ingleses, franceses e italianos. No liceu, Reynaldo revelava apetência para a matemática. Refere, nas suas memórias, que teve livre escolha de profissão por parte de seus pais, o que denota a independência espírito do pai quando este afirmou que a “profissão médica tinha para ele a vantagem de não vestir uma farda”³. Das amigadas da Escola Médica, a mais marcante foi a de Jorge Cid (acabaria, por casar com a sua irmã Susana Cid, a 18 de Agosto de 1906), que teve grande influência na formação do gosto artístico e do seu carácter. O seu “instinto de viajar”, leva-o à Exposição Universal de Paris de 1900, com Jorge e Pedro Cid. Reynaldo dos Santos tinha apenas 19 anos. Outra das viagens marcantes da sua vida foi aos Estados Unidos da América, em 1905.

Terminado o seu curso de Medicina, em Portugal, no ano de 1903, o seu espírito investigador e de cientista leva-o a França onde complementa a sua formação cirúrgica, em “Urologia, no Hospital Necker com Guyon e Albarran, Obstetrícia com Pinard, na Maternidade Baudelocque. Colaborou com Théodore Tuffier e fez cirurgia experimental com Cathelin”⁴. Na sua viagem aos Estados Unidos, em 1905, conhece o francês Alexis Carrel (1873-1944), sendo a influência de Reynaldo preponderante na carreira de Carrel. Sendo uma pessoa profundamente altruísta, interessava-se pela carreira dos seus colegas de investigação não ficando indiferente à capacidade crítica de quem o rodeava. O Prof. Reynaldo apresentou-lhe o neurocirurgião Harvey Cushing e ambos persuadiram o Director do *Rockefeller Institute for Medical Research* a aceitar Carrel num dos seus laboratórios que permitiram o desenvolvimento das suas pesquisas que culminaram no prémio Nobel (1912). Reynaldo teve relevância mundial na investigação sobre arteriografia, aortografia (1929), sendo que “o seu método de aortografia veio esclarecer numerosos problemas de circulação de órgãos abdominais e criar condições cirúrgicas eficazes em muitas afecções.”⁵ Foi o inventor do uro-rhythmographo (1908) e autor de trabalhos científicos que contabilizam 252 publicações sobre Medicina e 148 sobre História de Arte. Esta figura de vulto para a intelectualidade portuguesa, destacou-se

¹ QUEIRÓZ, E. (1934), *As Farpas*. Rio de Janeiro: ed. Dois Mundos.

² ORTIGÃO, R. (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa.

³ SANTOS, R. Fundo Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó, Casa de Memórias de Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó, Câmara Municipal de Cascais, 8 de Fevereiro de 1959 (inédito), sem página.

⁴ LOURENÇO, F, “Casa de Memórias do Prof. Reynaldo dos Santos”, *Notícias Médicas. Jornal de Medicina Portuguesa*, nº 2997. Lisboa: José Reis Jr. (dir.), 2 de Julho de 2008, p. 2.

⁵ SOCIEDADE PORTUGUESA de RADIOLOGIA e MEDICINA (1965), *Pioneiros do Método Angiográfico. I Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia*, Lisboa: S.P.R.M.

como continuador das descobertas de Egas Moniz (Nobel, 1949) e um dos principais fundadores da Escola Portuguesa de Angiografia. Reynaldo ganhou inúmeros prêmios e condecorações internacionais, em Medicina e Arte. Este médico português teve a perfeita noção que privou com os mestres da medicina americanos, ainda pouco conhecidos na Europa, e que também ele fez parte da elite científica da época. Foi encarregado da regência de Propedêutica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Lisboa no Hospital de Sta. Marta (Lisboa) de 1911 a 1914. Nos dois anos seguintes teve a seu cargo o Curso de Técnica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Lisboa, sendo Vice-Presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, em 1916. Participou nas Missões do Governo (gratuitas) junto do exército francês, inglês e belga, em campanha (1916). Foi Membro do Comité Inter-Aliado para o estudo de cirurgia de Guerra (1916). Esteve em França na Grande Guerra de 1914-18, durante dois anos e meio (1916-18) como cirurgião nos Hospitais Ingleses do Norte da França, *26 General Hospital*; depois no *Hospital Wimereux*. Por fim, foi consultor de cirurgia do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.). De capitão foi promovido a major. Por deliberação do Conselho de Governo foi nomeado professor livre e encarregado da regência do curso de Propedêutica Cirúrgica, em 1927. No ano seguinte, tiveram início os trabalhos originais de arteriografia e aortografia no Hospital de Arroios (Lisboa). A sua obra capital como cientista, em que trabalhou durante mais de vinte anos, foi a arteriografia, e sobretudo, a descoberta da aortografia - ou visualização radiográfica da circulação abdominal, ao vivo. Além disso, apresentou os seus estudos sobre a via arterial na terapêutica, em muitas comunicações e demonstrações no estrangeiro. Recebeu a Medalha de ouro da *Société Internationale d'Urologie* conferida em Viena de Áustria, em Setembro de 1936. Até então, foi o único europeu a receber a Medalha de Ouro (Violet Hart Fund), prémio de cirurgia vascular de Rudolph Matas sob os auspícios da Tulane University of Louisiana, conferida em New Orleans, em 29.11.1937. Exerceu cargos de Professor Catedrático de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1948 e foi Membro de Honra do *American College of Surgeons* (1950), bem como da *Royal Society of Medicine*, de Londres (1951). Sob a invocação do seu nome fundou-se no Hospital de Santa Maria (Lisboa), o Centro de Investigação Angeiológica «Reynaldo dos Santos» (1959). Foi Presidente da Academia das Ciências de Lisboa de 1959 como

sucessor de Júlio Dantas. A seu pedido, renuncia do cargo em 1961, para se dedicar exclusivamente à Academia Nacional de Belas Artes.

No campo da História de Arte, foi responsável pelo plano e orientação do Inventário Artístico de Portugal e prefácios dos respectivos volumes publicados a cargo da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa, (1940). Foi Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa, como sucessor do Dr. José de Figueiredo (1937-1967).

Quanto à sua dupla dedicação: Medicina e Arte, Reynaldo justifica essa relação tão próxima, no seu texto: “O culto simultâneo da medicina e da arte”⁶, nomeadamente as suas relações, que podem ser de origem geral e de ordem individual, que explica detalhadamente. No seu entender, e num plano geral, a cultura médica, com as suas ligações e interesses por psicologia e outras ciências afins, de biologia explicam o âmbito cultural do médico. Neste plano, as relações profissionais de amizade com artistas, homens de letras, músicos, explicam a curiosidade que estas relações por vezes geram. Chega mesmo a afirmar que existem problemas de história e crítica de arte que têm afinidades com os de medicina e aproximações, nomeadamente, no diagnóstico das doenças e identificação de obras de arte. Este motivo, para si, explica o diletantismo dos médicos e o seu gosto pela arte e amplitude dos interesses culturais dos médicos pelas artes plásticas e pela música. Quanto ao plano das relações individuais, o médico ou o homem da ciência educado num meio artístico familiar, revela que os seus dons instintivamente o levam a interessar-se fora da sua profissão, pelas artes. Deste modo, tanto a Ciência como a Arte, a par das afinidades, opõem duas facetas do espírito: “a ciência é sobretudo obra da inteligência e da razão, experiência e da lógica. A arte tem as suas raízes na sensibilidade, à qual a inteligência é por vezes estranha obra essencialmente de imaginação e instinto” como afirmou. A evolução da ciência faz-se por etapas sucessivas, cada uma das quais se funda na anterior, para continuar ou para se lhe opor. Contrapõe, defendendo que “a arte ao contrário é uma expressão de personalidade, de uma visão própria e original da natureza e da vida, que nada tem com a que a antecedeu. Por isso na arte não há progresso mas expressões diferentes,

⁶ SANTOS, R., *O culto simultâneo da Medicina e da Arte*, Fundo Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó, Casa de Memórias de Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó, Câmara Municipal de Cascais, (inédito), sem página.

sensibilidades originais. Não se pode dizer que a arte de um escultor hoje seja superior à de Phidias e que represente um real progresso sobre a do grande escultor do século de Péricles. Nem a pintura de hoje representa um progresso sobre o de Rubens ou Rembrandt ou Velásquez.” Refere, ainda neste texto que é “inútil insistir sobre o que a ciência de hoje de autêntico progresso sobre a dos séculos anteriores”. Como afirmou, sempre foi “diletante” em relação à História de Arte referindo-se, provavelmente, à falta de formação académica neste campo embora isso nunca fosse impeditivo de se tornar num dos mais importantes historiadores de arte do seu tempo.

A defesa da “Índia Portuguesa e das Artes Decorativas”

Através do Ministério do Ultramar (Direção Geral do Ensino coordenado por Dr. Braga Paixão, Diretor Geral do Ministério do Ultramar), foi programada uma homenagem ao médico Reynaldo dos Santos, pela sua notável carreira internacional, na Escola Médica de Goa. Esta viagem seria organizada também com o pretexto do estudo das Artes Decorativas da “Índia Portuguesa”, numa tentativa da Metrópole reforçar os laços culturais, na sua vertente patrimonial, neste território ameaçado pela União Indiana.

Deste modo, e através do Secretariado Nacional de Informação organizou-se esta Embaixada Cultural, a Goa com o propósito de homenagear Reynaldo dos Santos pela sua carreira médica, sendo que a primordial questão (não debatida abertamente) seria encontrar na elite goesa forte apoio ao Estado Português da Índia.

Esta viagem teria início a 26 Fevereiro, com saída de Lisboa, com escala de um dia em Roma seguindo para Bombaim, onde chega dia 28, com saída dia 4 de março de Bombaim com destino a Goa, e de Mormugão a Bombaim, via marítima e novamente de Bombaim para Roma (a pedido de Reynaldo), dia 17 de março, e chegada a 18 de março, a Lisboa. O custo aproximado da viagem (segundo estimativas dos orçamentos) ficaria em cerca de 25 000\$00 (só transportes, excluindo despesas de alojamento).

A homenagem foi realizada pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa na Sala dos Vice-Reis do Palácio do Hidalcão, contou com a presença de várias personalidades como o Patriarca das Índias, D. José da Costa Nunes, o Governador-geral Bénard Guedes, e o

Heraldo, 17 de março 1954, p.1. *Imprensa*, Arquivo da Casa de Memórias Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó, Câmara Municipal de Cascais.

As estratégias de cooperação cultural portuguesa passariam pelo estudo da Arte Goesa: no campo artístico, as visitas a igrejas da velha cidade de Goa, Margão, Vernã, Mapuçá, Santana e coleções de ourivesaria como custódias, coroas de prata dourada, cofres, cruzes, banquetas, lâmpadas e lanternas, âmbulas, e outros objetos como paramentes litúrgicos e colchas. Reynaldo dos Santos destaca o “rico património artístico” chegando a defender a existência de uma “Arte indo-portuguesa”. Por exemplo, na ourivesaria, o cruzamento de conhecimento entre ourives portugueses e de Goa permitiu criar uma “arte híbrida” “cujas formas se inspiravam nas da Metrópole, mas cuja decoração e técnica eram goesas”. Goa tinha tradição na arte de trabalhar a prata, e embora o espírito decorativo fosse essencialmente goense, a ourivesaria incorporaria temas e formas portuguesas. Um dos expoentes máximos desta arte seria o túmulo de S. Francisco Xavier, na igreja do Bom Jesus, em Goa, que é uma das peças mais notáveis da ourivesaria indo – portuguesa. O povo português dotado de “um sentido cultural transcendente” foi o primeiro, segundo Reynaldo dos Santos, a revelar à Europa as artes decorativas do Oriente, que tiveram uma “repercussão no gosto e sensibilidade europeus”⁸, neste contexto, destaca que os marfins da “Índia Portuguesa adquiriram uma “finura de execução” em Ceilão⁹.

Este modelo de “Embaixada Cultural” já tinha sido realizado em agosto de 1941, no Rio de Janeiro, por ocasião da visita da Embaixada Especial de Portugal, ao Brasil. Neste caso, o pretexto era o agradecimento da participação do Brasil nas Comemorações dos Centenários (1940), com um pavilhão. Esta embaixada foi uma estratégia política de reforço dos laços culturais entre os dois países de língua portuguesa, e consequentemente, de cooperação política contribuindo, mais tarde, no Tratado de Amizade e Consulta, de 1953.

⁸ SANTOS, R. (1962), “A Índia Portuguesa e as Artes Decorativas”, *Colóquio n.º 17*, FCG, Lisboa, Fev. p.2.

⁹ Todas estas considerações seriam devidamente explanadas e documentadas com fotografias em dois importantes artigos escritos por Reynaldo dos Santos, no artigo anteriormente referido (1962, pp. 1-9) e em “A Índia Portuguesa e as Artes Decorativas”, *Belas- Artes*, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, 2ª série, n.º 7, Lisboa, pp.3-16.

Por este motivo, não é de estranhar que Portugal volte a usar este modelo de “cooperação cultural” em março de 1954, quando o Estado Português da Índia, se encontrava à beira do colapso através de uma fundamentação artística da arte goesa pelo estudo da arquitetura, ourivesaria e mobiliário. Estes estudos permitiram dar corpo à defesa da existência da arte indo-portuguesa, teoria essencial para a afirmação da Arte Portuguesa no Mundo. Neste âmbito, não podemos deixar de referenciar também a proposta de uma campanha de restauro de monumentos da “Velha Goa”, em 1961, que não chegou a ser executada. Como afirma Vera Felix Mariz: “...tanto o programa elaborado por Vassalo e Silva à margem do Ministério do Ultramar, como a tentativa de controlo e centralização da questão através do envio de Luís Benavente, implicaram um ponto de união entre estas ações: o entendimento dos monumentos como testemunhos legitimadores da administração portuguesa num período de forte contestação anticolonial.”¹⁰

As estratégias de afirmação do Estado Português na Índia, passavam pela recuperação do património, como base de legitimação portuguesa bem como na divulgação dos progressos científicos, médicos e cirúrgicos portugueses, centrados na figura carismática de Reynaldo dos Santos, aliciando a elite goesa a ficar do lado da Metrópole em detrimento da União Indiana.

Esta questão remete-nos para outra: a procura de elites como elementos de cooperação e coesão social. Este aspeto pautou a filosofia educativa de Reynaldo dos Santos. As elites consideradas elementos de transformação social desempenham um papel relevante nas sociedades, segundo Reynaldo dos Santos, como explicaremos em seguida.

O desafio de uma vida: “A Formação de Elites”

O seu texto “A Formação de Elites”¹¹ é, sem dúvida, uma das melhores sínteses do pensamento de Reynaldo dos Santos, que abarca todas as suas preocupações sociais e culturais, incluindo várias críticas à política cultural portuguesa, de então.

¹⁰ MARIZ, V. (2013), “A missão do arquiteto Luis Benavente/1961”, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, nº 1, IHA/ Caleidoscópio, Maio, p. 155.

¹¹ Este texto resultou da publicação da sua última lição do Curso de Clínica Cirúrgica, em 1950.

Primariamente, destaca o seu papel como médico e a inerente responsabilidade social da sua classe: “há, porém, um ponto que não posso esquecer neste momento o é o do papel que a Medicina Portuguesa tem representado fora da missão profissional no prestígio da cultura geral e em especial nos vários ramos da Literatura e das Artes. Basta lembrar os nomes recentes de Leite de Vasconcelos, Sousa Viterbo, Júlio Dinis, Fialho de Almeida, Marcelino Mesquita, Ricardo Jorge e tantos outros, para se reconhecer a sua acção primacial na Arqueologia, na Investigação e na História, na Literatura, na Crítica e no Teatro. E não esqueçamos que se Portugal recebeu pela primeira vez um Prémio Nobel foi a um médico, Egas Moniz, que o ficou devendo. Por isso a classe médica, pelo prestígio que tem dado à cultura merece especial deferência e gratidão”¹². A sua formação como médico, conferiu-lhe disciplina científica, e o método positivista, em voga nos finais do século XIX, foram fundamentais ao desenvolvimento de um espírito crítico, baseado em sucessivos avanços e descobertas: “o espírito formado na disciplina da Ciência sabe que as suas verdades são efémeras, por isso discutíveis, estando sempre pronto a abandonar as certezas da véspera perante os factos e as descobertas que as renovam. O homem de ciência, pelos hábitos mentais da livre crítica, está por isso sempre à beira do «não conformismo»¹³. Para Reynaldo dos Santos, o problema fulcral de Portugal, era a ausência de uma formação adequada das classes dirigentes, que deviam ser necessariamente intelectuais, este era o único modo de Portugal conseguir a sua afirmação no panorama mundial:

“o problema da formação das elites é um problema fundamental para todas as nações e é sobretudo um problema essencial das pequenas nações. Se não podem competir com as grandes em poder militar e financeiro, na indústria, no comércio ou na riqueza de matérias-primas, podem, porém, competir sempre no prestígio espiritual. O homem duma pequena nação pode, pela sua cultura, originalidade de pensamento e imaginação criadora, competir com o das outras nações, no campo da Literatura, da Ciência e das Artes, elevando-se ao mesmo nível de não importa que país. E precisamente sob este ponto de vista que os homens, como as nações, se não medem aos palmos, e a História está cheia de exemplos da supremacia do espírito sobre o número e sobre a força. Foi essa a glória dos pequenos Estados ela

¹²SANTOS, R.(1950), “A Formação de Elites”, Separata do nº 66 da *Revista de Medicina*. Lisboa: STPL, p.1.

¹³ Idem, *ibidem*, p.2

Renascença italiana, como a Toscana, o Veneto ou Roma; as Flandres do século XV; a Holanda do século XVII; Portugal nos séculos XV e XVI”¹⁴.

Reynaldo dos Santos estava consciente da “Crise de Espírito” que Portugal enfrentava durante o Estado Novo:

“(...) o Estado tem de aproveitar os homens das elites e é preferível que os explore e esgote a que os despreze ou persiga. Sobretudo escolhe-los pela competência e não por circunstâncias de ordem pessoal ou política. Mas não basta educar os homens, abrir-lhes o espírito à renovação do pensamento e a profissão, actualização das técnicas. (...) O Estado não faz elites; esse papel cabe ao ensino, mas pode desfazê-las. Compete-lhe aproveitar as competências tão custosamente alcançadas, proporcionando-lhes laboratórios, clínicas, institutos de investigação científica, (...). Se as Ciências e as Artes se ressentem menos da intervenção da censura já as possibilidades de educação complementar das elites, e sobretudo de investigação científica ou criação artística dependem, em grande parte, do Estado e dos meios e oportunidades que este lhes ofereça para realizarem a obra para que o Destino as fadou e a educação preparou. (...) O problema apresenta-se, pois, como preparação e possibilidades de realização em condições diversas para Ciências, a Literatura e as Artes. Mas o que é essencial é que o País tenha a consciência da crise espiritual que atravessa e do esforço renovador que ela exige, para uma futura preparação das elites, base da cultura e do prestígio espiritual da Nação. E de novo o repito, para as pequenas nações essa renovação é um problema de vida ou de morte, porque dela depende a sua posição na hierarquia da criação científica, artística ou literária do mundo, as únicas que garantem prestígio duradouro na História.(...)”¹⁵.

Este esforço de renovação intelectual, especialmente no âmbito das artes foi encetado, em grande parte, durante a sua presidência da Academia Nacional de Belas Artes, pelo período de 30 anos (1937-1967). Reynaldo dos Santos deixou a sua marca na Historiografia portuguesa sendo o autor de uma das mais relevantes sínteses de Arte

¹⁴Idem, *ibidem*, p.2.

¹⁵Idem, *ibidem*, pp.5-6.

Portuguesa¹⁶. Organizou várias exposições das quais de destacam: *Os Primitivos Portugueses* (1450-1550): Exposição integrada nas Comemorações Nacionais de 1940, em Lisboa e *Portuguese Art. 800-1800*. Exposição em Londres, na *Royal Academy of Arts*. 1955-56.

A influência dos ideais da “Geração de 70”

Os ideais da chamada “Geração de 70” do século XIX (intelectuais portugueses) foram preponderantes nas preocupações culturais de Reynaldo, podendo mesmo estabelecer-se uma analogia directa. Para Reynaldo, «o período mais brilhante da moderna literatura portuguesa e da sua acção renovadora na Língua, na Poesia e no Romance, na História e na Crítica, foi certamente a segunda metade do século XIX só comparável, pela riqueza e multiplicidade dos aspectos, à segunda metade do século XVI. Mas se a obra de Antero de Quental e Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, Junqueiro e João de Deus, Camilo e Fialho de Almeida, para só citar alguns dos maiores, se pôde realizar e constituir um ciclo de raro prestígio da literatura nacional, foi porque encontrou a tolerância e o respeito pela independência de espírito, sem os quais a criação artística se estiola e a análise crítica dos problemas da época se transforma em lisonja e ficção. «*The rest is silence ...*».¹⁷

A mesma consciência tinham os vários elementos da “Geração de 70”, usando a literatura como meio de luta¹⁸. Segundo João Medina, estes intelectuais portugueses da segunda metade do século XIX, “(...) ilustram de modo impressionante o *superavit* cultural desta geração que, apesar de ter *falhado* quase todos os seus vistosos propósitos

¹⁶SANTOS, R. (1966-1970), *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade. Com 480 págs., 608 gravuras e estampas a cor, Prémio José de Figueiredo, 3 Março 1970. Os últimos quatro fascículos são da autoria de sua mulher, D. Irene Quilhó.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.6.

¹⁸ Como afirma João Medina, “era precisamente este carreirismo literário-constitucional baseado na indignificação da Cultura ao serviço do «establishment» político, ou esta intolerável subalternização e perda de dignidade das Letras diante dos interesses rasteiros da Política oficial que os coimbrões denunciavam nos seus Panfletos intitulados *Bom Senso e Bom Gosto*, de Antero e *A dignidade das Letras e as Literaturas oficiais* (ambos de 1865, o primeiro de Novembro, o outro de Dezembro) e *As Teocracias literárias* (1866) de Teófilo”. MEDINA, J. (1999), *A Geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, CMC/ICES, p.25.

de redenção nacional, não deixou por isso de deixar à posteridade uma das mais ricas heranças artísticas de sempre”¹⁹.

Esta rica herança cultural, absorvida por Reynaldo, ele próprio também quase um “estrangeirado” na sua terra, permitiu-lhe continuar a lutar com as suas “armas” de uma maneira politicamente neutra e dissimulada, muitas vezes como aliado da política cultural portuguesa, da época. Esta era a única forma de promover o desenvolvimento intelectual português através de investigações, publicações e exposições. Contudo, apesar da sua ligação ao regime político de Oliveira Salazar ocupando os cargos de presidência das academias portuguesas de Belas Artes (1937-1967) e de Ciências (1956-1961), não se retraía da crítica social e política, justificando sempre a sua “independência de espírito”.

Espaço de Memórias Reynaldo dos Santos/ Irene Quilhó dos Santos: O legado da viúva

Irene Virote de Carvalho Quilhó (1916-2004) casou com Reynaldo dos Santos, em segundas núpcias, em 28 de Novembro de 1956. Por sua vontade de perpetuar a vida e obra do marido, doou a sua casa da Parede, bem como o espólio do marido falecido, por si herdado, à Câmara Municipal de Cascais.

A casa foi adquirida, em 1988 por Irene Virote de Carvalho Quilhó dos Santos, já viúva de Reynaldo dos Santos, tendo sido por ela habitada até à sua morte em Maio de 2004. Deste modo, a casa, o jardim e o espólio foram doados ao município de Cascais por vontade testamentária de Irene Quilhó, com a indicação expressa de os transformar em Casa-Museu Reynaldo dos Santos e Irene Virote de Carvalho Quilhó dos Santos.

Atualmente, a casa encontra-se a aguardar remodelações para servir os propósitos testamentários de Irene Quilhó. Simultaneamente, o espólio artístico e documental está a ser inventariado, e estudado por investigadores, para posterior disponibilização à consulta pública.

¹⁹Idem, *ibidem*, p.72.

Conclusão

Reynaldo dos Santos foi uma das figuras cimeiras da Cultura Portuguesa, sendo uma personalidade estruturante na História da Medicina Portuguesa e na Historiografia de Arte. O seu trabalho na Medicina foi além da pedagogia, sendo no campo da cirurgia experimental que conseguiu importantes avanços nas áreas de Arteriografia e Angiografia. Paralelamente a estas conquistas científicas, no âmbito da cirurgia, desenvolve investigações notáveis sobre o património artístico português, promovendo publicações e exposições.

As Missões oficiais de Reynaldo dos Santos, revestiram-se também de um duplo carácter (médico e artístico), contribuindo para a afirmação de Portugal, no plano europeu e mundial.

A necessidade de reforçar os laços culturais, nomeadamente, na vertente política, das possessões de Goa, Damão e Dio através da divulgação artística de Goa e do prestígio científico da Metrópole, foi o verdadeiro motivo desta “Missão Cultural”.

Bibliografia

Geral:

- AA.VV., *Artes Plásticas no Brasil*. 3 vols. Rio de Janeiro: [s.n.] 1952.
- LOURENÇO, F. (2008), “Casa de Memórias do Prof. Reynaldo dos Santos”, *Notícias Médicas. Jornal de Medicina Portuguesa*, nº 2997, José Reis Jr. (dir.), Lisboa, Julho.
- MARIZ, V. (2013), “A missão do arquiteto Luis Benavente/1961”, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, nº 1, IHA/ Caleidoscópio, Maio.
- MEDINA, J. (1999), *A Geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, CMC/ICES, Cascais.
- ORTIGÃO, R., (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa.
- QUEIRÓZ, E. (1943), *As Farpas*. Rio de Janeiro: ed. Dois Mundos.
- SANTOS, R. (1966-1970), *Oito Séculos de Arte Portuguesa.*, 3 vols. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- SANTOS, R. (1950), *Última lição do Curso de Clínica Cirúrgica*.
- _____ (1943), “Conferências de Arte”, 2.^a Série. Ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa.

_____ (1948) *Revista - Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, 2ª série, nº 1; Lisboa.

_____ (s.d.), *O culto simultâneo da Medicina e da Arte*, Fundo Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó, Casa de Memórias de Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó, Parede, Cascais, (inédito).

_____ (inédito) *Memórias*. 8 de Fevereiro de 1959, Fundo Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó, Casa de Memórias de Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó, Parede, Cascais, sem página.

_____ (1950), “A Formação de Elites”, Separata do nº 66 da *Revista de Medicina*. STPL, Lisboa:, pp.1-2,5-6.

SOCIEDADE PORTUGUESA de RADIOLOGIA e MEDICINA. (1965), *Pioneiros do Método Angiográfico. I Congresso Luso-Brasileiro de Radiologia S.P.R.M.*, Lisboa.

Imprensa:

Diário da Noite, 4/03/1954, pp.1 e 4.

Heraldo, Nova Goa, 7/03/1954, pp.1 e 2.

Heraldo, Nova Goa, 9/03/1954, pp.1 e 5.

Heraldo, Nova Goa, 10/03/1954, p.1

A Questão de Goa através da Imprensa: A Visão da Oposição (1950-1961)

Filipa Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A imprensa como fonte para o estudo

Se a consciência política possibilita avaliar a importância dos atos governamentais, o critério a que obedecem, as suas vantagens e desvantagens, é fundamental que os cidadãos esclareçam-se politicamente e promovam “tanto quanto possível o esclarecimento daqueles que por ignorância, falta de elementos ou desinteresse, se mantêm alheios à vida pública do seu País”¹. Deste modo, a restrição prévia à liberdade de informação, a censura, tornou-se num poderoso instrumento de repressão. Um dos mecanismos indispensáveis de manutenção do poder político autoritário, atingindo os meios de comunicação e os de produção cultural. Privada a população da difusão de um conjunto alargado de notícias, indispensáveis para uma análise crítica sobre a situação política e económica do país, alheando-a da vida pública, dissecando a sua consciência política, o pensamento era moldado no âmbito dos princípios doutrinários do Regime. Os meios de comunicação foram utilizados, muitas das vezes, como ato orquestrado de propaganda política, metamorfoseando a realidade de modo a que todos a aceitassem como a “verdade nacional”.

O início do regime ditatorial em Portugal conduziu à, quase imediata, instauração da censura prévia a toda a imprensa periódica, determinando a extinção de grande parte dos jornais ou das organizações de que eram porta-vozes. Um selo no qual estava inscrito “visado pela comissão de censura”, passava a fazer parte do cabeçalho de toda a imprensa legal que não podia deixar espaços em branco, após os cortes. Apesar do art.8º da Constituição de 1933 reconhecer a “liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”, o parágrafo seguinte especificava que “leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de

¹ LAMAS, M. (1950), «De povo para o povo. “A consciência política”», in *República*, n.º 6937, 1 de abril, p.1.

associação” de modo a “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos (...)”². O Decreto-Lei 22.469, de 11 de abril, dia da entrada em vigor da Constituição Política, reorganizava a censura abrangendo não só as publicações periódicas como todos os folhetos que versassem assuntos de caráter político ou social (art.2º), pois este era o meio fundamental a “uma obra de reconstrução e saneamento moral” (art.3º)³. Ao Governo estava reservado quais os critérios do que seria a verdade, a justiça e a moral. Em 1936 foi regulamentado a fundação de jornais assim como a autorização da circulação de livros⁴. Diversos organismos foram criados de modo a não pôr em causa a ideologia vigente e fomentar a consciencialização para qualquer revolta contra o regime. Criada a Direção Geral dos Serviços de Censura, dependente do Ministério do Interior, em junho de 1933, foi substituída, em 1940, pelo Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, passando Salazar a dirigir pessoalmente este serviço. Este Gabinete, em 1944, foi integrado no Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular sob a alçada do próprio Presidente do Conselho⁵.

Os jornais: República e Avante!

Pretende-se neste trabalho traçar no quadro das reações dos setores oposicionistas ao Estado Novo qual a forma de abordagem do Partido Republicano e do Partido Comunista Português (PCP) à questão de Goa, tendo por base a imprensa legal, o *República* e a imprensa clandestina o *Avante!* e o *Militante*.

Ao elaborar um estudo sobre a oposição e a questão de Goa, de 1950 a 1961, assente na imprensa legal e a clandestina é necessário estar ciente da grande desigualdade de informação transmitida pelos dois jornais em análise. Apesar de uma posição mais visível no panorama da imprensa diária portuguesa, abrangendo um maior número de leitores, a imprensa legal estava mais limitada nas notícias. Sujeita às restrições prévias à liberdade de informação, de forma a “proteger” a ideologia do regime, não era

² Diário do Governo, I série, 22 de fevereiro de 1933, Decreto- Lei n.º 22.241.

³ Diário do Governo, I série, 11 de abril de 1933, Decreto-Lei n.º 22.469.

⁴ Diário do Governo, I série, 14 de maio de 1936, Decreto-Lei n.º 26.589.

⁵ TENGARRINHA, J. (1999), “Imprensa”. António Barreto, Maria Filomena Mónica, (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento), Lisboa, Figueirinhas, p.245-247.

possível informar de tudo o que se queria e como se queria. Por seu turno, a imprensa clandestina, com tiragens limitadas e periodicidade irregular, produzida sob condições precárias, não estando coagida pelas mãos dos censores e do seu “lápiz azul”, havia maior liberdade de expressão. No entanto, um menor número de pessoas tinha acesso, não só por não se identificarem com a sua política defendida como pelo receio da repressão a que poderiam estar sujeitos.

O *República* jornal fundado, a 15 de Janeiro de 1911, por António José de Almeida⁶, distinto protagonista do ideário republicano, pela sua fidelidade aos princípios da Democracia e a sua discordância com a política geral do Governo, o jornal desempenhou um papel de destaque no campo da oposição, praticando a luta possível contra a ditadura salazarista⁷. O *Avante!*, órgão central do PCP, fundado a 15 de fevereiro de 1931, no seu primeiro número expunha a sua missão, de “protestar contra o desenvolvimento das forças policiais, organizadas tão simplesmente para assassinar os trabalhadores indefesos, que não cometem outro delito, que não seja o de pedir pão para si e para sustentar os seus” e denunciar “ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente”⁸. Ao longo da ditadura, o *Avante!* exerceu um papel fundamental na mobilização das lutas da classe operária como orientou e movimentou uma política de unidade antifascista com o fim de derrubar a ditadura e conquistar a liberdade e a democracia. Para melhor preparação política dos quadros e militantes do PCP, foi fundado o *Militante*, por volta de 1933.

⁶ António José de Almeida (1866-1929) nasceu em Vale da Vinha, concelho de Penacova. Após os acontecimentos de 5 de Outubro de 1910 a sua atividade política intensifica-se, desempenhando o cargo de ministro do Interior do Governo Provisório. Com a separação do Partido Republicano funda o Partido Evolucionista, em 24 de fevereiro de 1912. Quando da guerra de 1914-18 apoia no Congresso a participação de Portugal, presidindo ao governo da "União Sagrada", em março de 1916, acumulando com a pasta de ministro das Colónias, reconciliando-se com o Partido Democrático de Afonso Costa. É eleito Presidente da República em 6 de agosto de 1919. *Presidência da República Portuguesa*, “António José de Almeida”. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=32> (consultado a 18 de dezembro de 2012).

⁷ “Esclareçamos...”, in *República*, n.º 7285, 22 de março de 1951, p.1.

⁸ “Ao Proletariado de Portugal”, in *Avante!*, VI série, n.º1, 15 de fevereiro de 1931, p.1.

“As Índias Orientais são um colosso do qual não posso tirar qualquer proveito; prouvera aos céus que eu as pudesse abandonar duma maneira honrosa!”⁹

Com a proclamação da independência da Índia, a 15 de agosto de 1947, Salazar inquieta-se com o clima político e ideológico do mundo e receia pela soberania portuguesa, fruto da reordenação da carta da Ásia, por Goa, Macau e Timor. As palavras dos futuros dirigentes da Índia anteviam dificuldades. Nehru lamentava as condições deploráveis da Índia Portuguesa e a necessidade de se proceder à sua integração na União Indiana. A 27 de fevereiro de 1950, o Governo da União Indiana, solicitou ao Governo Português que começassem as conversações quanto ao futuro das colónias portuguesas no Indostão. Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, passados 4 meses, entregou, a resposta portuguesa, considerando que as negociações desejadas seriam apenas com o fim de definir a forma como o “Estado Português da Índia”, seria integrado na União Indiana. Por essa razão, o governo português declarou que “não pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe”¹⁰. Perante a recusa de qualquer tipo de negociação por parte de Lisboa, iniciou-se uma escalada de acontecimentos que terá a sua expressão extrema na noite de 17 para 18 de dezembro de 1961, com a invasão de Goa, Damão e Diu, pelas tropas da União Indiana.

Se, inicialmente a questão ultramarina era secundada pela lista dos grandes problemas nacionais, na década de 60 torna-se no problema central do Regime e da oposição. Com uma opinião pública controlada e manipulada, pela censura, pela PIDE e por uma forte propaganda, as vozes da oposição à política colonial do regime, têm dificuldades em ser ouvidas, os seus limites são grandes e o cântico entoado difere no seu conteúdo e na sua forma.

Nos opositoristas republicanos, o passado histórico de defesa da integridade do território nacional estava presente e, perante a ameaça de Nehru, desenvolveram um conjunto de conceções de proteção do Império. Para o jornal *República*, o Estado da Índia era encarado como um pedaço vivo deste todo e indivisível que era a Pátria

⁹ D. João IV, cit. in RIBEIRO, O. (1999) – *Goa em 1956 - Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.74.

¹⁰ “Memorial entregue pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da União Indiana em Lisboa”, em 15 de junho de 1950. In *Vinte anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, vol. I, 1967, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, p.219-221.

Portuguesa. Defendiam os republicanos que se Goa tivesse condições para viver por si, “poderia aceitar-se, poderia compreender-se que, honrando sempre a sua qualidade de portugueses, pudessem os seus habitantes desejar a independência”. Mas, para o *República*, existiam circunstâncias que não possibilitavam, pela sua limitada população e sua pequena extensão territorial, mas principalmente, pela vontade do seu povo de querer “continuar a ser terra portuguesa”¹¹. Nas páginas do *República* repetia-se a ideia de que as colónias faziam parte de Portugal, unidas pelos laços de sangue e pela solidariedade dos sentimentos afetivos, pela importância de interesses espirituais e económicos mas, alertavam os republicanos de modo a acautelar problemas políticos futuros que, se deveria estar atentos à evolução dos povos, às conquistas das ciências e da técnica, ao melhoramento da população nativa de modo a suprimir o que pudesse separar populações coloniais e colonizadas, considerando-as todas portuguesas.

A ideia de Império wue sempre ocupara um lugar central no ideário militante do republicanismo, e que já havia sido utilizada como arma do “minoritário Partido Republicano contra a Monarquia em crise desde os finais do séc. XIX e, sobretudo após o *Ultimatum* Inglês”, era agora de novo defendida¹². Os republicanos, conscientes da força do Império na formação da unidade e identidade nacional voltavam a incorporar no seu discurso a defesa da salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos¹³.

Rocha Martins, jornalista do *República*, historiador e ativo oposicionista, esclarecia que a situação do Estado Português da Índia era diferente de qualquer outro País para com as suas colónias, no sentido de que a Índia foi considerado um *Estado*. Os seus cidadãos usufruíam os mesmos direitos dos da metrópole e ilhas adjacentes, podendo desempenhar altos cargos na metrópole, o que demonstrava o “abismo entre a maneira que Portugal trata a Índia e a forma que outros países conduziram a sua política colonial

¹¹ “Lá também é Portugal”, in *República*, n.º 6902, 25 de fevereiro de 1950, p.1.

¹² TORGAL, L. (2002), “Muitas raças, uma nação ou o mito de Portugal multirracial na Europa do Estado Novo”. *Estudos do Século XX*, n.º 2, “Europa-Utopia. Europa-Realidade”, Coimbra, Quarteto – CEIS20, p.150.

¹³ PROENÇA, M. (2010), “A questão colonial - O Imperio: mito e realidade”. *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Tinta da China, p. 205.

no Oriente e em vários pontos da Terra. A bandeira que cobre o território da Índia Portuguesa é igual à que nos consagra como Estado”¹⁴.

A questão de Goa e o posicionamento do governo assumirão particular importância para o PCP que nos inícios dos anos 50, já defendia que a luta pela paz é uma das importantes frentes no combate antifascista. Nas páginas da sua imprensa clandestina, o *Avante!*, criticava a resposta de Salazar com “um desenfreado terror”, à vontade do povo dos domínios portugueses na Índia se libertarem da tutela, recordando que o envio de soldados da Metrópole, só atrairia o ódio de milhões de indianos. A posição do PCP relativamente à questão de Goa será definida em maio de 1951, sustentando “o direito do povo dos domínios portugueses na Índia escolher livremente o seu destino”¹⁵, e apoiando as reivindicações da luta do povo goês no restabelecimento das liberdades cívicas e na abolição da censura¹⁶.

Perante a inflexibilidade de princípios de Lisboa, os protestos da União Indiana sobem de tom¹⁷. Nehru considera inaceitável que, havendo a Índia obtido dos ingleses a sua liberdade, continuem a existir áreas de domínio estrangeiro. A União Indiana, a 14 de janeiro de 1953, dirige uma nova Nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros¹⁸. Lisboa mantém a posição de 1950, ou seja, recusa-se a negociar. A realidade política

¹⁴ ROCHA, M. (1950), “O Estado da Índia Portuguesa”, in *República*, n.º 6928, 23 de março, p.1-4. A Índia constituída como *Estado* em 1510, desde sempre teve uma importância singular no Império Colonial, diferindo o seu estatuto das outras colónias. Pelo *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África*, aprovado a 6 de fevereiro de 1929, pelo Decreto n.º 16.473, os habitantes de Cabo Verde, de Macau e do Estado da Índia, embora referidos como ‘indígenas’, nunca estiveram obrigados ao Estatuto do Indígenato.

¹⁵ “Terror Salazarista na Índia Portuguesa, Que os soldados voltem para casa”, in *Avante!*, VI série, n.º 170, maio de 1951, p.2.

¹⁶ “Povos de Goa, Damão e Diu, Avante na luta pela vossa liberdade”, in *Avante!*, VI série, n.º 170, agosto de 1952, p.3.

¹⁷ Salazar, consciente dos perigos que ameaçavam o império colonial português e da necessidade de um reforço teórico para uma pátria pluricontinental e multirracial, antecipa a revisão constitucional e uma nova terminologia surge, tornando as *Colónias* em *Províncias Ultramarinas*. Um novo paradigma colonial aparece assente no *luso-tropicalismo*, doutrina elaborada por Gilberto Freyre que é introduzida, após a Revisão Constitucional de 1951, no discurso oficial: um Portugal pluricontinental, uma nação una e indivisível, repartida por vários continentes e tendo efetuado uma colonização exemplar, marcada pela tolerância e pela abertura.

¹⁸ Nessa Nota Nehru reivindica a transferência direta dos territórios portugueses mas, propõe manter os direitos culturais e outros da população, acrescentando, a 1 de maio do mesmo ano, que a sua Legação em Lisboa seria encerrada, por ficar sem utilidade prática, caso o Governo português não se dispusesse a entrar na discussão. A União Indiana encerrará a sua Legação em Lisboa a 11 de junho de 1953, mas o Governo português manterá a sua em Nova Delhi.

portuguesa parecia insensível às transformações que o fim da guerra implicava, ao início do processo de descolonização por pressão das novas realidades.

Para o comandante Moreira de Campos¹⁹ não podia haver conceitos de ordem geográfica, quando as nações se formam por unidade espiritual e moral e a cada indivíduo se perguntava, por voto, a Pátria que desejava pertencer. Era preciso que todos os portugueses, inclusive os de Goa, Damão e Diu, se sentissem bem portugueses, com todos os seus direitos e privilégios garantidos pelas autoridades. Aceitando as doutrinas de Norton de Matos, no seu patriótico livro *Nação Una*, ninguém devia “temer a ameaça”, mas encarar o “futuro com grandeza de alma”²⁰.

Os discursos crispam-se e a retirada da missão diplomática da União Indiana, em Lisboa, evidencia, segundo o PCP, o falso patriotismo de Salazar, transformando Goa num centro de provocação, num foco de guerra, numa base militar americana. Através do *Avante!*, apela para “que saiam de Goa os americanos! Que regressem aos seus lares os soldados portugueses ali aquartelados”²¹ e que as relações entre Portugal e a Índia sejam restabelecidas, de modo ao Governo aceitar as negociações propostas pelo governo indiano²².

Para Norton de Matos, destacada figura da oposição, as pretensões e os atos anexionistas da União Indiana mereciam-lhe a mais viva repulsa. Desde Ponte de Lima, em vésperas da comemoração do 5 de Outubro em 1953, escreveu um longo texto, denunciando que a República em que os republicanos viviam, não era a que desejavam;

¹⁹ José Moreira de Campos, comandante da Marinha, combateu os monárquicos em 1919, sob as ordens de Prestes Salgueiro. Um dos republicanos históricos, opositor tradicional ao salazarismo, mas defensor da chamada integridade do património ultramarino. Membro do Directório Democrato-Social. Disponível em <www.iscsp.utl.pt/~cepp/portugueses/letra_c/campos,_j_moreira.doc>(consultado a 10 de dezembro de 2012).

²⁰ José Moreira de Campos, “A nossa posição”, in *República*, n.º 8147, 19 de agosto de 1953, p.1-2.

Na obra *A Nação Una*, concorrente ao prémio Abílio Lopes de Rego sobre a administração colonial, mas dele excluída, Norton de Matos defendia a defesa da unidade nacional, assente em três pilares (unidade territorial, unidade económica e unidade de ação) nos quais assentava a alternativa à ambição alheia, ao separatismo e à destruição do velho império colonial. Ver MATOS, N. (1953), *A Nação Una, Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*, Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda.

²¹ “Goa, centro de provocação e de guerra”, in *Avante!*, VI série, n.º 184, janeiro de 1954, p.6.

²² “Pela auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu”, in *Avante!*, VI série, n.º 179, agosto de 1953, p.2. O direito à autodeterminação de Goa, Damão e Diu passa a ser a linha do PCP, desde agosto de 1953. Já em 1953, os elementos do MUD Juvenil que participaram no Festival da Juventude, em Bucareste, no seu regresso difundiram um manifesto favorável à independência das colónias. ALMEIDA, P. R. (1997), “Salazar, o MUD Juvenil e a solidariedade ao povo português”, *Vértice*, II Série, n.º 76, Janeiro/Fevereiro, p.6-22.

mas, como republicanos, era importante pôr sempre acima de regimes políticos a Pátria, com a certeza de que a grande obra colonizadora à qual a proclamação da República dera impulso, concorria, para o restabelecimento do regime republicano²³.

O entendimento dentro da oposição estava longe de ser alcançado. A *Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954* reafirmava o caminho preconizado pelo partido, “no caso de Goa, só podem e devem ser os goeses a decidir e que se garanta liberdade plena ao povo goês, para ele poder expressar livremente a sua vontade”²⁴.

O debate público sobre o caso de Goa, de modo a informar e alertar a opinião portuguesa alienada do conflito luso-indiano, começa a ser reclamado pela oposição. Cunha Leal²⁵, Moreira de Campos²⁶ e Nuno Rodrigues dos Santos, numa Nota à imprensa intitulada “O caso da Índia”, são da opinião que as pretensões de Nehru causam indignação a situacionistas e anti-situacionistas, por isso era necessário que se estabelecesse uma ampla liberdade para ser debatido publicamente o problema, para que todos fornecessem ideias para a defesa da Pátria, de modo a evitar consequências desastrosas. Deveria ser, segundo os autores da Nota, “concedido aos discordantes do regime (...) ampla autorização para manifestarem contra a tentativa de Nehru, através de comícios públicos ou da Emissora Nacional, sendo importante para o momento a suspensão da censura prévia²⁷. O mesmo havia já defendido Sá Cardoso²⁸, em que a oposição sem representação, não podia coletivamente ter uma opinião sobre a Índia portuguesa mas, segundo este opositor, “podem tê-la, e têm-na todos os oposicionistas”. Estava de acordo de que no Portugal Indiano, não existia democracia mas, o mesmo se passava em Portugal Continental. Por isso, reconhecia ao povo de Goa, Damão e Diu o direito de reclamarem as liberdades fundamentais, como os oposicionistas o têm feito em Portugal quando para isso tem oportunidade²⁹. Os signatários da Nota, “O caso da Índia”, receosos que a censura impedisse a sua publicação, dão conhecimento a Salazar

²³ Norton de Matos, “A missão histórica de Portugal”, in *República*, n.º 8193, 4 de outubro de 1953, p.25-47.

²⁴ «"Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954" A Oposição colaboracionista dos falsos democratas no Caso de Goa», in *Avante!*, VI série, n.º 189, julho de 1954, p.1.

²⁵ Em 1950 ao lado de António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes participou no Directório Democrato-Social.

²⁶ Membro do Directório Democrato-Social.

²⁷ “O caso da Índia”, in *República*, n.º 8445, 21 de junho de 1954, p.1-6.

²⁸ Membro do Directório Democrato-Social.

²⁹ “Sobre a Índia”, in *República*, n.º 8361, 27 de março de 1954, p.1-2.

do seu conteúdo, com o pedido de ser permitida a sua publicação³⁰. Foram dadas instruções, aos serviços de censura, para não ser posto qualquer obstáculo à divulgação. Mas a sua publicação seria acompanhada de uma nota oficiosa, na qual o Presidente do Conselho considerava que o momento atual não era vantajoso para o país desenvolver uma campanha em comícios, pois, segundo Salazar “correríamos o risco de perder, no tumultuar de paixões incontroladas, a razão que incontestavelmente nos assiste”³¹.

Cunha Leal, mais arrojado na sua posição, encara que a resolução para o conflito luso-indiano passaria por conceder à Índia Portuguesa o Estatuto de Independência, “concertando previamente com o seu escol populacional a modalidade de associação a adoptar entre Portugal e o novo Estado”. Este seria, segundo Cunha Leal, o primeiro passo no sentido da Confederação que, “segundo os ditames da” sua “inteligência e do seu instinto é o termo fatal da nossa evolução imperial”³².

Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos de traidores serão apelidados pelo Ministro do Interior³³, Trigo de Negreiros, num momento em que os conflitos entre Portugal e a Índia agravam-se. Em defesa dos signatários, o *República* publica um artigo comparando o momento atual com o vivido no período da Grande Guerra, em que a integridade do território português estava em perigo, um momento de *União Sagrada*, devendo ser por isso de apoio de todos os portugueses sem, no entanto, perderem as suas convicções as suas ideias “sem ninguém ter de se despersonalizar” e, recordando as palavras do ministro do Interior, “despersonalizarmo-nos é enfraquecermo-nos”³⁴. Mas, para o PCP, “no caso de Goa só podem e devem ser os goeses a decidir. Tudo o que não seja isto será violência e opressão! Para que o problema de Goa se solucione por meios pacíficos e justos, impõe-se que se iniciem negociações a este respeito entre o governo de Portugal e o governo da Índia e que se

³⁰ “Carta Cunha Leal, Moreira de Campos e Nuno Rodrigues dos Santos para o Presidente do Conselho de Ministros, 14 de junho de 1954”, in Arquivo Nacional Torre do Tombo/AOS/CO/PC-2E-p.63.

³¹ “O caso da Índia”, in *República*, n.º8445, 21 de junho de 1954, p.1-6.

³² Cunha Leal voltará a expor a sua posição nos seus livros *As Minhas Razões e as dos Outros, Ecos de uma campanha eleitoral*, em 1957 e *O Colonialismo dos Anticolonialistas* (Coisas do Tempo Presente), em 1961. Segundo Cunha Leal, a situação que se vivia nas colónias era derivada da situação ditatorial do país, em que o regime não ouvia as reivindicações anticolonialistas e afastara os portugueses das grandes decisões.

³³ “Discurso do ministro do Interior aos representantes das Casas Regionais”, 1 de setembro de 1954, in ANTT/AOS/CO/IN -10A, p.5-7.

³⁴ “Estamos de acordo, mas...”, in *República*, n.º 8523, 7 de setembro de 1954, p.1-2.

garanta liberdade plena ao povo goês para ele poder expressar livremente a sua vontade”. (Declaração do Partido Comunista Português de Maio de 1954)»³⁵

Os conflitos entre Portugal e União Indiana sucedem-se com a interdição imposta pela União Indiana à chegada de alimentos, de gasolina e de outros bens de consumo a Goa, Damão e Diu, assim como a interrupção de comunicações, congelamento de depósitos em bancos indianos, suspensão de transferências de fundos e proibições na correspondência postal. O crescente número de atos de voluntários nacionalistas indianos, *satyagraha*, culmina com a ocupação dos enclaves de Dadrá, a 22 de julho de 1954 e Nagar-Aveli, dias depois.

O Governo português exige do Governo da União Indiana que faculte às Forças Armadas portuguesas o trânsito necessário para acesso aos enclaves e previne que não permitirá e reprimirá pela força qualquer tentativa de incursão sobre os territórios de Portugal. Nehru recusa a cumplicidade indiana na ocupação dos enclaves, acrescentando que se “a Índia tencionasse apoderar-se pela força das possessões portuguesas, facilmente o teria feito há muito tempo, mas nós escolhemos o caminho de uma solução pacífica tanto com a França como com Portugal, muito embora esta via seja mais longa”³⁶. As posições radicalizam-se e é expulso o cônsul da Índia em Goa, Vicente Coelho, enquanto Nova Deli expulsa os funcionários consulares portugueses de Bombaim. Entre agosto e setembro, perante a possibilidade de uma marcha *satyagraha* sobre Goa, prevista para 15 de agosto, para obrigar os portugueses a sair de Goa, Damão e Diu, o governo português envia os batalhões de caçadores “Índia” e “Vasco da Gama”. Segundo Pedro Pezarat Correia, as mobilizações para a Índia marcaram “o início da luta armada de libertação nas colónias portuguesas”³⁷. A defesa do Estado da Índia passou a ser contestada na metrópole “em unidades militares de Lisboa, Évora e Beja, foram manifestadas agitação e oposição ao embarque de soldados para Goa”³⁸. O PCP ao longo dos anos desenvolverá uma intensa campanha de modo a que não fosse nem mais um soldado para a Índia, relatando a vida destes na Índia, exigindo o regresso dos que lá

³⁵ “A Oposição colaboracionista dos falsos democratas no Caso de Goa”, in *Avante!*, VI série, n.º 189, julho de 1954, p.1.

³⁶ “A grave questão da Índia”, in *Republica*, n.º 8479, 25 julho de 1954, p.1.

³⁷ CORREIA, P.(1999), “Descolonização”. *Do Marcelismo ao fim do Império*, J. M. Brandão de Brito (coord.), Lisboa, Editorial Notícias, p. 158.

³⁸ STOCKER, M. (2005), *Xeque Mate a Goa*, Lisboa, Temas e Debates, p.120.

se encontravam. O Partido deveria olhar com mais atenção para a ajuda a dar aos jovens soldados no sentido “de os esclarecer e de os mobilizar contra a política salazarista tão prejudicial para eles”³⁹.

O *Avante!*, apoiando-se na *Declaração de Maio do PCP*, reforça a ideia de que “só um governo que seja capaz de dar autonomia aos povos coloniais, prestar-lhes auxílio fraterno e abrir-lhes o caminho para uma vida livre, poderá resolver por forma justa e definitiva o problema colonial”⁴⁰. Os discursos endurecem, o número de panfletos do PCP multiplica-se. As palavras de ordem aconselham as massas a escrever ao Governo, nos muros dos quartéis, nas estradas frases como: “QUEREMOS PAZ! NÃO QUEREMOS GUERRA! NEGOCIAÇÃO PARA O CASO DE GOA!”⁴¹. Será nesta direção que foi redigida, a 11 de agosto, a “Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu” que, enviada a vários jornais do Porto provocou a detenção dos membros da Comissão Central (CC) do movimento: Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes (a 19 de agosto), José Cardoso Morgado Júnior (20 de agosto) e mais tarde António Lobão Vital (26 de agosto). Os autores da Nota consideravam que, se o Governo do Estado Novo revelou-se impotente em resolver os problemas na metrópole, “não pode convencer ninguém de que é capaz de resolver tais problemas no Ultramar”, por isso, só um Governo democrático poderia resolver os problemas nacionais “quer na metrópole quer no ultramar”. Segundo os autores da Nota, para a negociação, único meio de evitar a guerra, seria necessário que o Presidente usasse dos poderes que a Constituição lhe conferiu para formar Governo⁴².

O *Avante!* noticia o aumento de militares e de material de guerra enviados para Índia, assim como do aumento da repressão nesses territórios e na metrópole contra portugueses que exigiam a negociação, como a prisão de Ruy Luís Gomes, Virgínia

³⁹ “Carlos”, “MAIS ATENÇÃO ao trabalho do Partido nas forças Armadas”, in *O Militante*, n.º 80, março de 1955, p.3-4.

⁴⁰ “A política provocadora e agressiva do governo no caso da Índia. Ameaça a vida pacífica do povo português”, in *Avante!*, VI série, n.º 190, agosto de 1954, p.1-2.

⁴¹ Panfleto “A direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português”, agosto de 1954, in ANTT/AOS/CO/PC – 3I.

⁴² Segundo o relatório da PIDE, a Nota “pelo seu conteúdo, da crítica odienta e anti-patriótica à atitude do Governo da Nação no caso da Índia, integra diversas infrações penais” o que pode “fornecer elementos à União Indiana para persistir quando não intensificar, a sua política de invasão e absorção dos enclaves portugueses – actos esses manifestamente prejudiciais ao Estado Português”, in ANTT/PIDE-DGS/SC-PC101/54- NP 5099, p.31.

Moura, José Morgado e Albertino Macedo e partidários da paz de vários pontos do país. As palavras do deputado Froilano de Melo, eram recordadas pelo órgão do PCP, quando na Assembleia Nacional, «denunciou a discriminação racial, a falta de direitos individuais, o profundo atraso das colónias, cuja capital não tem ainda água nem esgotos, a estagnação da agricultura que obriga numa terra fértil a importar anualmente 9 milhões de rupias de arroz! E perguntava: “de que serve, pois, a nossa representação parlamentar?»⁴³. Desde agosto de 1954 que o PCP, pelo *Avante!*, reconhecia que o problema de Goa não era possível ser resolvido pelo regime atual, acusando o governo de continuar a recusar as propostas de negociação do governo da União Indiana⁴⁴.

Com a aproximação do dia 15 de agosto, data em que a União Indiana comemorava o 7º aniversário da sua independência, a população inquieta-se, a ansiedade aumenta e no *República* são lembrados, o que se descrevem como sendo, os momentos heróicos da história do povo português. Comemora-se o “glorioso” dia 14 de agosto de 1385, em que “reivindicamos, orgulhosamente, no dia de hoje a glória de Aljubarrota. Do mesmo modo, reivindicamos os legítimos direitos de Soberania na Índia Portuguesa, onde os portugueses chegaram e trabalharam muitos séculos antes de existir a União Indiana”⁴⁵.

As relações entre os dois países agravam-se e, em agosto, a União Indiana decide encerrar a legação portuguesa em Nova Deli⁴⁶. A 6 de setembro, Nehru encerra as fronteiras de terra entre os dois países, declarando a sua oposição à entrada de tais *voluntários* na Índia Portuguesa.

O PCP termina o ano de 1955 reconhecendo que, em relação ao problema indiano, fiel aos princípios do marxismo-leninismo, definira uma orientação que em sua opinião corresponderia aos interesses do povo, mas que, no entanto, houvera deficiências na aplicação da linha do partido por parte dos militantes. Estes teriam subestimado a força do inimigo, não aproveitaram a disposição da luta de massas, não mobilizaram “os democratas e patriotas e os amplos sectores nacionais que, não seguiam nem os

⁴³ “Queremos a solução pacífica no caso de Goa, Damão e Diu”, in *Avante!*, VI série, n.º191, setembro de 1954, p.1-3.

⁴⁴ “A política provocadora e agressiva do governo no caso da Índia. Ameaça a vida pacífica do povo português, in *Avante*, VI série, n.º 190 agosto de 1954, n.º 190, p.1-2.

⁴⁵ “Aljubarrota”, in *República*, n.º 8499, 14 de agosto de 1954, p.1.

⁴⁶ Em 1956 a representação diplomática brasileira é nomeada para defender os interesses portugueses na Índia e a representação egípcia passa a cuidar dos interesses indianos em Portugal.

colaboracionistas nem o fascismo” e podiam ser chamados à ação de modo a surgirem movimentos de protesto para “aguçar a compreensão política das massas ante a gravidade da situação que a política fascista gerou”. Concluía que, para “a aplicação da linha justa do partido, em relação ao caso de Goa, era preciso reforçar a Unidade de Acção dos democratas e patriotas portugueses” na base da *Plataforma de Unidade do Partido*, com a criação de um amplo movimento de massas⁴⁷. Reforça a ideia das resoluções da Vª Reunião Ampliada em que esta tarefa não deveria ser unicamente obra do Partido, mas de todas as forças democráticas e patrióticas, mesmo aquelas que atuaram de forma errada, mas estavam dispostos à Unidade⁴⁸. Condena o sectarismo na luta pela defesa da Paz que impedia receber no movimento da Paz toda e qualquer pessoa que estivesse disposta a desenvolver ação em defesa da Paz, mesmo que fosse num só aspeto parcial e limitado⁴⁹.

Com a entrada de Portugal na ONU, em dezembro de 1955, o governo apresenta queixa no Tribunal Internacional de Justiça de Haia contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, recolocando o problema na esfera diplomática. A oposição republicana, continuando a não pôr em causa a integridade da Nação, reivindicava cada vez mais, que para a solução da questão de Goa dever-se-ia dar voz aos portugueses. Para Oliveira Braga⁵⁰, a população portuguesa estava doente da alma “assiste, abúlic[a] passiv[a], glacial, a esses espectáculos selvagens, de que a Imprensa dá conhecimentos com títulos impressionantes que, afinal, parece não comoverem nem impressionarem ninguém, como se a tragédia passasse no Polo Norte”⁵¹. No discurso de Humberto Delgado, nas eleições de 1958, a defesa da unidade territorial continuava a estar presente. Para o candidato, esta unidade teria as suas instituições alicerçada em novos moldes, de modo a dar satisfação aos problemas. “Por mais acalorados que sejam as discussões e profundos os desentendimentos, a Pátria nunca está em causa. A sua unidade, o seu

⁴⁷ “Matos”, “Luta contra a política de guerra e de opressão colonial do fascismo em Goa, Damão e Diu, é uma tarefa central do Partido”, in *O Militante*, III série, n.º 78, dezembro de 1954, p.4-5.

⁴⁸ “Abel”, “As lutas do povo português e a orientação da Vª reunião ampliada”, in *O Militante*, III série, n.º 79, fevereiro de 1955, p.4-5.

⁴⁹ “Combatamos o sectarismo que isola o Partido das Massas”, in *O Militante*, III série, n.º 81, maio de 1955, p.2-5.

⁵⁰ António de Oliveira Braga, exerceu advocacia em Braga, participou ativamente, desde 1945, nos movimentos da oposição. Nas eleições de 1961 foi candidato pelo Círculo eleitoral de Braga.

⁵¹ “O momento político – Candidato oposicionista pelo círculo de Braga o dr. Oliveira Braga expõe as razões e fundamentos da sua posição”, in *Diário de Lisboa*, n.º 12.529, 14 de outubro de 1957, p.12-13.

prestígio, a sua defesa, nem se discutem! São natural imperativo na consciência e no coração dos portugueses”⁵². Enquanto isso o PCP, no V Congresso, na clandestinidade, em 1957, realizado na «Casa dos Quatro Cedros», em Galiza, no Estoril, com a participação de cerca de cinquenta congressistas, vindos de todas as organizações do Partido, que “Freitas”, pseudónimo de Jaime Serra, apresentou a: *Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português sobre o Problema das Colónias*. Pela primeira vez era utilizada a palavra “independência” no que tocava às colónias: o documento reconhecia o “direito dos povos das colónias portuguesas”, especificando os de “África à imediata e completa independência”⁵³. Estava iniciada uma nova orientação política no Partido relativamente à sua posição face à política colonial do regime. Esta mudança, segundo o PCP, permitiria o desenvolvimento do movimento libertador dos povos coloniais refletindo-se na luta do povo português pela sua libertação, «“dado que um regime de opressão como o de Salazar não poderá sobreviver à libertação dos povos coloniais”. A causa dos povos das colónias identifica-se com a nossa própria causa. Não pode ser livre um povo que oprime outros povos!»⁵⁴. O PCP, seguindo os princípios estabelecidos neste campo pelo movimento comunista internacional, atrevia-se a usar a palavra tão evitada pela oposição – *Independência*. Com todas as restrições existentes, considerando as exíguas aberturas dos períodos eleitorais, fortemente condicionados, o reflexo desta posição não se fez sentir de imediato. Em 1957, nas eleições para a Assembleia Nacional, o MND defendeu a abstenção e, nas eleições de 1958, Arlindo Vicente, questionado acerca das relações com a Índia perante o caso de Goa, disse que se tratava de “um problema nacional, só ouvindo a Nação, através dos seus representantes, ou de um plebiscito, ele poderia ser resolvido”⁵⁵. Arlindo Vicente, contudo não define quais as opções que teriam proposta: integração na União Indiana, união com Portugal ou a Independência.

⁵² Julião Quintinha, “Pátria”, in *República*, n.º 10.052, 18 de dezembro de 1958, p. 1.

⁵³ *O XX Congresso do PCUS e o PCP* in «Estudos sobre o Comunismo», n.º 3-4 (duplo), publicado em Fevereiro de 1985. Cf. ANTT/AOS/CO/PC 4, doc. 222.

⁵⁴ Sobre este assunto ver «Os Congressos do Partido - V Congresso – “Uma realização vitoriosa”, in *Avante!*, n.º 1374, 30 de março de 2000. Disponível em <<http://www.pcp.pt/avante/1374/7403c7.html>> (Consultado a 30 de junho de 2012).

⁵⁵ “Se tivermos êxito procuraremos remediar os atropelos cometidos e elevar o nível de vida do povo – afirmou hoje o dr. Arlindo Vicente”, in *República*, n.º 9837, 14 de maio de 1958, p.5-6.

A tese de que Portugal não exercia colonialismo, que não existiam colónias portuguesas mas sim províncias portuguesas do Ultramar e que todos os habitantes gozavam dos mesmos direitos, será a posição oficial portuguesa contestada, desde logo, a nível interno e internacionalmente. Para os militantes do PCP, era verdade que a bandeira portuguesa flutuava naquelas terras desde os princípios do século XVI, mas nada provava. Consideravam que o povo goês, não partilhou com a História de Portugal vários momentos, então “Como falar (...) de história comum?”. Para estes, se História de Portugal se tocava com a deles “é porque nela há um longo capítulo que descreve a opressão que os colonialistas portugueses exerceram sobre eles”⁵⁶.

Os órgãos de comunicação publicam e denunciam a falta de patriotismo por parte de alguns portugueses e às acusações de “Traidores à Pátria”, posição da União Nacional, sempre que algum movimento se manifestasse contrário à ideologia do regime, os republicanos respondem: “Todos somos portugueses e ser português é o nosso maior título de orgulho. A ninguém pedimos licença para amar e servir a terra gloriosa e doce em que pela primeira vez balbuciamos a palavra Mãe! A única licença que pedimos e temos indeclinável direito de exigir é que nos respeite”⁵⁷. O jornal *República*, a 20 de outubro de 1960, vê mais uma vez um dos seus artigos censurados, quando ao responderem às acusações que lhe são dirigidas, por terem “ideias assentes sobre o grave problema que ameaça a unidade territorial da Pátria no Ultramar”, a censura, implacavelmente, corta-as. Reivindicavam, nesse artigo, o dever de permitir livremente e “sem intromissão da censura”, que os democratas e republicanos portugueses exponham o seu ponto de vista acerca do “gravíssimo” problema ultramarino, dentro do espírito da Pátria, que segundo estes, não é totalmente o espírito do Estado Novo. Pátria é uma coisa e Estado é outra”⁵⁸.

Mas, na realidade a grande massa da opinião pública portuguesa estava completamente desligada do problema colonial numa altura em que a situação agravava-se

⁵⁶ “Olívio”, “A tese Salazarista sobre Goa”, in *O Militante*, III série, n.º 89, dezembro de 1956, p.9-10.

⁵⁷ “A Pátria”, in *República*, n.º 10.527, 20 de abril de 1960, p.1.

⁵⁸ “República”, n.º 10.709, 22 de outubro de 1960, in CasaComum.org, Fundação Mário Soares. Disponível em <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04529.054>> (consultado em 20 de janeiro de 2013).

progressivamente. A ambiguidade da sentença de Haia⁵⁹, em abril de 1960, apesar de saudada como uma vitória moral pelo Governo português, deu forças aos opositores do regime, sem no entanto ser possível o consenso e alinhar posições relativamente à política ultramarina portuguesa.

Em janeiro de 1961, a oposição apresentava *Programa para a Democratização da República*, que só mais tarde, a 11 de Maio, foi dado a conhecer e distribuído em conferência de imprensa, assinado por intelectuais republicanos, socialistas, mas sem o acordo dos setores à sua esquerda. Manifestado o apoio ao Programa pelos candidatos oposicionistas o documento servirá de base na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional de 1961. Nesse Programa todo um capítulo foi dedicado à “Política Ultramarina”, condenando a política do Governo e criticando o facto de “então (como agora)” serem julgados anti-patriotas e traidores quantos não comungassem cegamente nas ideias e processos inerentes àquela política. “Servir a Pátria comum não pode jamais significar enfeudar-se alguém a pessoa ou sistema, por maiores que sejam as forças a sustentá-los, quando a consciência lhe diz que são contrários aos interesses nacionais os actos do poder. E este é precisamente o caso.” Consideravam necessário que “se prepare para o problema uma solução democrática com a aplicação urgente e imediata de providências destinadas à valorização material, cultural e moral das massas nativas e que venha a tomar conta a vontade livremente expressa dos povos interessados e os conduza ao grau de autonomia que livre e conscientemente desejem”⁶⁰. Apesar de ser um estudo bastante completo, em que são focados diferentes aspetos da vida nacional, relativamente à questão colonial torna-se ambíguo ao defenderem a democratização nacional e das colónias mas permanecendo a ideia de colonizar sem colonialismo. Com todos os acontecimentos internacionais e as resoluções da ONU os subscritores deste programa, continuavam a não utilizar a palavra *autodeterminação* e muito menos *independência*.

⁵⁹ A sentença do Tribunal Internacional de Justiça reconheceu a soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e o direito de trânsito através da União Indiana, mas o trânsito de tropas dependeria da autorização do Governo da Índia e não poderia ser exercido como um direito. Saudada como uma vitória moral pelo Governo português, não esmoreceu as convicções de Nehru de continuar a lutar e, a 11 de agosto de 1961, íntegra na União Indiana os dois enclaves, garantindo a cidadania indiana aos seus 5000 habitantes.

⁶⁰ “Manifesto à Nação dos candidatos republicanos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Santarém, in *República*, n.º 11.064, 25 de outubro de 1961, p.1-2-12.

Salazar, a 9 de novembro de 1961, no encerramento da campanha eleitoral, faz aos microfones da Emissora Nacional um *Apelo ao Povo*, à razão do povo português pois “os problemas básicos da política internacional e ultramarina foram versados de modo a não servir, antes a prejudicar os interesses da Nação”. Para Salazar foram cometidos graves erros e tem de ser o povo, a corrigir tal erro no ato eleitoral, “ele tem de corroborar por votações maciças uma política de salvação nacional (...). Reafirmando assim a posição do Governo de defender a frente em África ou na Índia⁶¹. Sete dias após o discurso de Salazar à Nação, Nehru encara a possibilidade de uma intervenção armada em Goa. A ansiedade aumenta. Notícias como a concentração de tropas indianas em toda a fronteira de Goa, o aumento de atividade dos nacionalistas goeses, o início da execução do plano de evacuação das mulheres e crianças, encheram as páginas dos jornais transformando a realidade portuguesa. A 17 de dezembro, lê-se nos jornais nacionais a iminência de uma ação indiana em Goa⁶². Para no dia seguinte, 18, chegar a notícia da “Hora dramática para a Pátria”⁶³.

As informações são desorganizadas e às notícias oficiais indianas, de que a luta em Goa terminou, o governo põe reservas. A 20 de dezembro, Adriano Moreira, ministro do Ultramar, anunciou dificuldades no restabelecimento de comunicações com o Estado da Índia, impedindo-o de informar corretamente o povo português e “repudia inteiramente as alegações da União Indiana no sentido de que as tropas portuguesas se entregaram sem resistência”⁶⁴. Numa altura em que as tropas portuguesas já se tinham rendido.

As manifestações de protesto contra o ato de força da União Indiana sobre os territórios portugueses, foram numerosas e aproveitadas pelo Regime para em nome de uma política de intransigência, em defesa do princípio da soberania nacional, justificar a guerra que já começara em Angola, nesse ano de 1961. “A imprensa nacional e regional tornou-se porta-voz de uma chaga aberta no coração dos Portugueses”⁶⁵ e conseguir abafar e mesmo calar as vozes que não estando com “a actual política”, mantêm o seu

⁶¹ *Apelo ao Povo, O pensamento de Salazar*. (1961), Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, p.7-8.

⁶² “Está iminente uma acção em Goa”, in *República*, n.º 11.116, 17 de dezembro de 1961, p.1.

⁶³ “Hora dramática para a Pátria – Foram suspensas as operações das tropas indianas no território de Goa”, in *República*, n.º 11.117, 18 de dezembro de 1961, p.1.

⁶⁴ “Uma declaração do sr. Ministro do Ultramar”, in *República*, n.º 11.119, 20 de dezembro de 1961, p.12. Vassalo e Silva, último Governador-geral do Estado Português da Índia, contrariando as ordens e Salazar, fruto da desigualdade de forças, passadas 36 horas, rende-se.

⁶⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. (2010) *História de Portugal*, vol. XV- XVIII, Lisboa, Verbo, p. 84.

“amor à Pátria” mas defendem a liberdade, a democracia a paz contra a guerra, querendo “para os povos o uso do sagrado direito de seguirem por si o caminho que entendam, que queiram seguir e tenham (...) a convicção de que o diálogo pode conduzir às soluções por todos desejadas”⁶⁶. E ainda, calar aquelas vozes que, responsabilizam o Governo de recusar aceitar o princípio da autodeterminação como base para a solução pacífica do problema de Goa, fechando todas as possibilidades de negociação, relembrando que “se a nação não se levantar para dizer não à política colonialista do Governo seguir-se-ão inevitavelmente outras guerras coloniais em Moçambique, na Guiné, cujo resultado final só poderá ser um desastre nacional para o povo português”⁶⁷.

Bibliografia

- ALMEIDA, P. (1997), “Salazar, o MUD Juvenil e a solidariedade ao povo português”. *Vértice*, II Série, n.º 76, Lisboa, Janeiro/Fevereiro, p. 6-22.
- ANTUNES, J. (1994), *Salazar e Caetano – Cartas secretas 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural.
- BÉGUE, S. (2007), *La fin de Goa et de l'Estado da Índia: décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K. (dir.). (2000), *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*, vol. V., Lisboa, Temas e Debates.
- CASTELO, C. (1999), *O modo português de estar no mundo o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- _____(2010), “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. *50 anos das independências africanas: desafio para a modernidade: actas*, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244> (consultado em janeiro 2012).
- CORREIA, P. (1999), “Descolonização”. *Do Marcelismo ao fim do Império*, J. M. Brandão de Brito (coord.), Lisboa, Editorial Notícias, p. 101-224.
- FARINHA, L. (2003), *Francisco Pinto Cunha Leal – Intelectual e Político – Estudo Biográfico (1888-1970)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁶ “Pátria-Mãe!”, in *República*, n.º 11.122, 23 de dezembro de 1961, p.1.

⁶⁷ “Os acontecimentos de Goa – Salazar envolve o país em mais uma guerra colonial”, in *Avante!*, VI série, n.º 311, 1º quinzena de dezembro, 1961, p. 2.

- LEAL, C. (1957), *As Minhas Razões e as dos Outros, Ecos de uma campanha eleitoral*, Lisboa, Edição do Autor.
- _____(1961), *O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente)*, Lisboa, Edição do autor.
- LEMOS, M. (2009), *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1943-1973) Um Dicionário*, Luís Reis Torgal (coord.), Lisboa, Assembleia da República.
- _____(2012), *Oposição e eleições ao Estado Novo*, Luís Reis Torgal (coord.), Lisboa, Assembleia da República.
- MADEIRA, J. (2011), *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória” (1949-1965)*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/6711> (consultado em fevereiro 2012).
- MANYA, J. (2008), *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)*. Dissertação de Doutoramento em Ciência Política, Bordeaux, Centre D'Études D'Afrique Noire da Universidade Montesquieu.
- MATOS, N. (1953), *A NAÇÃO UNA, Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*, Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda.
- MORAIS, C. (1997), *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, 2ªed. , Lisboa, Editorial Estampa.
- NOGUEIRA, F. (2000), *Salazar*, vol. IV e V, Lisboa, Civilização.
- OLIVEIRA, P. (2007), *Os despojos da Aliança a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta da China.
- PROENÇA, M. (2010), “A questão colonial - O Imperio: mito e realidade”. *História da Primeira Republica Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), Lisboa, Tinta da China, p. 205-228.
- RABY, D. (1990), *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Trad. Portuguesa, Lisboa, Salamandra.
- RIBEIRO O. (1999) – *Goa em 1956 - Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROSAS, F. (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques (dir.), Vol. XII, Lisboa, Editorial Presença.
- (1998), *Estado Novo (1926-1974)*. *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), Vol VII, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS, F. e BRITO, J. (dir.). 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Venda Nova, Bertrand Editora.
- SERRÃO, J., BARRETO, A. e MÓNICA, M. (coord.). (1999-2000), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, Porto, Figueirinhas.
- SERRÃO, J. (2010), *História de Portugal*, vol. XV- XVIII. Lisboa, Verbo.
- SILVA, A. e GARCIA, J. (1995), “Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar”. *Revista História das Ideias*, n.º 17, “Do Estado Novo ao 25 de Abril”,

- Coimbra, Instituto de História e teoria das Ideias, Faculdade de Letras Coimbra, p. 349-404.
- SILVA, D. (1995), “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974) ”. *Análise Social*, vol. XXX (130), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 5-50.
- SILVA, V. (1975), “*Dossier*” *Goa a recusa do sacrifício inútil*, Lisboa, Liber.
- SOARES, M. (1974), *Portugal Amordaçado - Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia.
- STOCKER, M. (2005), *Xeque Mate a Goa*, Lisboa, Temas e Debates.
- TENGARRINHA, J. (1999), “Imprensa”. António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII (Suplemento), Lisboa, Figueirinhas, p. 245-247.
- TORGAL, L. (2002), “Muitas raças, uma nação ou o mito de Portugal multirracial na Europa do Estado Novo”. *Estudos do Século XX*, n.º 2, “Europa-Utopia. Europa-Realidade”, Coimbra, Quarteto – CEIS20, p. 147-165.
- VENTURA, A. (1993), “Resistências ao Regime Ditatorial: Oposição ao Estado Novo”. *História de Portugal*, Vol. XIII, João Medina (dir.), Lisboa, Ediclube.
- _____ (1967). *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, Vol. I-IV, Lisboa Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Timor e o Relacionamento Portugal / Indonésia (1945-1975).

Fernando Figueiredo

CEH - Universidade Nova de Lisboa

“Timor era demasiado pequeno para valer uma nova frente”¹.

No imediato após-guerra, o relacionamento entre as autoridades portuguesas e as suas congéneres das Índias Neerlandesas retomou a normalidade e tornou-se mesmo amistoso, para o que muito contribuiu o apoio prestado às populações da outra metade de Timor e de outras ilhas próximas, com os meios que acompanharam as tropas expedicionárias portuguesas: bens de primeira necessidade e material médico-sanitário, sobretudo. Esse reconhecimento adquiriu várias formas, manifestações e contrapartidas.

Uma preocupação compreensível da parte portuguesa relacionava-se com a necessidade de assegurar a definição das fronteiras, segundo a demarcação de 1916, tendo-se verificado uma diligência entre os ministérios das Colónias e dos Negócios Estrangeiros com vista a certificar-se a existência de comprovativos do protocolo de aprovação, assinado então pelos Governos português e neerlandês².

Em 17 de Agosto de 1945, a independência da Indonésia foi declarada, unilateralmente, pela República criada após a derrota dos japoneses. Mas, a administração do território que constituía o novo país só foi formalmente transferida para os poderes ali erigidos, após a ratificação da independência pelo Tratado de Haia de 1949³.

1 Afirmação do general Parman, chefe do “Intelligence Service” indonésio, em Setembro de 1965. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), *MU/GM/GNP/071 Política Geral – Indonésia*, pt. 2, ofício n.º UL 1609, do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Ultramar, Lisboa, 21 de Dezembro de 1965.

² Cf. AHDMNE (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros), *Timor*, 2.º Piso, armário 48, maço 215, processo n.º 34.27, 1947, “Timor. Demarcação da fronteira que separa a parte portuguesa da holandesa da ilha de Timor”.

³ O processo de independência da Indonésia foi, naturalmente, acompanhado com muito interesse pela diplomacia portuguesa. Veja-se, a propósito: IANTT (Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo), *AOS/CO/NE-2E*, pt. 37 “Processo de independência da Indonésia (1948)”, Statement by Dr. D. U. Stikker, Netherlands Minister of Foreign Affairs at a press conference, 27 de Dezembro de 1948.

No entanto, os Países Baixos conseguiram manter-se, até ao princípio da década de 1960, no *West Irian* ou *Irian Barat - Netherlands Nieuw-Guinea*, ou Nova Guiné Ocidental, que também havia integrado as Índias Neerlandesas. Por sua vez, os Estados Unidos da Indonésia – República federal -, de 1949, passaram a ser a República da Indonésia (unitária), em 17 de Agosto de 1950.

A identidade do Estado indonésio foi, essencialmente, uma construção “imaginada” de forma a criar uma nova sociedade neste delineado espaço geopolítico, assente na *Pancasila*, um conjunto de princípios designados para permitir a diversidade cultural, mas promover a unidade nacional: Crença em Deus, Unidade Nacional, Humanitarismo, Soberania do Povo e Justiça Social⁴. O regime era presidencialista, com uma única câmara legislativa - o DPR (*Dewan Perwakilan Rakyat*) – Assembleia Popular dos Representantes -, composta de 550 deputados eleitos em representação proporcional. Estes elementos, conjuntamente com mais 195 membros, indirectamente escolhidos, constituíam o MPR (*Majelis Permusyawaratan Rakyat*) – Assembleia Consultiva do Povo.

Entre 1945 e 1975, a República da Indonésia foi conhecendo períodos políticos e económicos algo diferenciados: com o primeiro Presidente, Ahmed Sukarno, entre 1945 e o decreto-lei de 5 de Julho de 1959, uma Democracia Parlamentar; desde essa data até ao Manifesto do MPR, de 13 de Março de 1966, uma “Democracia Guiada”; e desde então, num modelo que retomava os princípios da *Pancasila* e os fundamentos da Constituição de 1945, revista em 1959. Mas, com a constituição do gabinete AMPERA, começou a construir-se a “Nova Ordem” do general Mohammed Suharto. Em 24 de Fevereiro de 1967, Sukarno foi destituído do cargo, passando todos os poderes para Suharto, o novo homem forte da Indonésia, que passou a Presidente, interino, e se tornaria Presidente em 1968.

Logo em 1965, a partir do golpe de Estado de 30 de Setembro, com o qual o PKI apareceu relacionado pelos sectores mais conservadores do Exército, a “Nova Ordem” de Suharto iniciou uma feroz perseguição aos adversários políticos, principalmente aos

⁴ Cf. VALENTE, A. (2005), “Indonesia Matters? Reflexões sobre a Importância Geopolítica da Indonésia”, *Daxiyangguo*, Lisboa, Publicação do Instituto do Oriente/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, n.º 7, p. 168.

membros daquele partido. A partir de 1969, tornou-se um regime autoritário, dominado pelo partido dos militares *Golkar (Golongan Karyan)*, abrangendo o resto do período em apreciação e evoluindo mais recentemente para a democracia.

Só a partir de finais de 1949, segundo Franco Nogueira, a administração americana se começou a interessar mais pelos problemas do Extremo Oriente, para o que terá contribuído a pressão do Governo britânico que desejava a definição de uma “política” asiática. E precisava depois o diplomata português:

“[...] Defender o Sudeste Asiático e o resto do Extremo Oriente em geral é a nova ideia. A política americana subordinar-se-á, portanto, a este lema: conter o comunismo dentro das fronteiras chinesas. Ao longo do sul da China há que construir, por conseguinte, uma barreira impenetrável ao bolchevismo. Essa cortina será formada pela Indochina, pelos territórios britânicos da Malásia, pela Birmânia e pela Índia.”⁵

De facto, uma eventual perda da Indochina dava particular importância estratégica aos então territórios britânicos do Sudeste Asiático (Península Malaia, Singapura, Bornéu do Norte, etc.), tendo-se delineado um acordo entre Ingleses e Americanos, assente nas seguintes bases: os problemas militares do que viria a ser a Malásia ficariam a cargo dos primeiros, enquanto os económicos seriam da responsabilidade dos segundos. Efectivamente, os Ingleses tinham-se empenhado em demonstrar que a Malásia podia ser estrategicamente defendida e os Americanos acabaram por aceitar essa orientação e empenharam-se nela⁶. Este enquadramento parece importante para se perceber como, nas décadas seguintes, a incerteza na Indochina e na Indonésia de Sukarno motivaram tão forte empenhamento dos Governos britânico, americano, australiano e neozelandês na Malásia.

Após a criação da República da Indonésia, em 1949, o Governo português ficou durante algum tempo a aguardar o posicionamento do novo Estado, baseando entretanto o seu relacionamento com ele numa “política de boa vizinhança” e deixando ao governador de Timor a maleabilidade suficiente para agir da forma que parecesse mais adequada a

⁵ BRANDÃO, F. (s.d.), Franco Nogueira, Relatórios Anuais 1942 a 1945. Elementos Biográficos, p. 316.

⁶ Cf. Idem, *ibid.*, p. 317.

cada situação. Havia, no essencial, que não ferir a susceptibilidade de um Estado recém-chegado à cena internacional e tornar claro que Portugal não abdicaria, em qualquer circunstância, da sua soberania sobre a parte leste da ilha⁷. Todavia, a indefinição que caracterizou a evolução política na região e da formação da própria Indonésia, com movimentos dissidentes em várias regiões a que teve de fazer face, levou a que os primeiros anos desta nova convivência tivessem sido eivados de incertezas e repletos de perplexidade.

Com efeito, durante muito tempo, no que se refere ao posicionamento da República Indonésia face aos territórios ainda em poder de países coloniais e com os quais confinavam as antigas Índias Neerlandesas, nomeadamente Timor Oriental, não havia uma única linha de posicionamento e quase sempre se verificavam divergências à posição oficial que se ia manifestando.

Em breve síntese, refira-se que se distinguíam, essencialmente, três posições: alguns políticos, como Muhammad Yamin, reclamavam a inserção no novo Estado de outros territórios periféricos (Bornéu setentrional britânico, Nova Guiné Ocidental holandesa e a Papua-Nova Guiné Oriental - sob mandato australiano), reiterando esta posição nas décadas seguintes. Em Fevereiro de 1960, sendo ministro sem pasta, defendia que as relações entre a Indonésia e os territórios vizinhos deviam assentar nas seguintes bases gerais: “integração de uma certa ‘irmandade constitucional’ chamada ‘Austronésia’ abrangendo a Indonésia, as Filipinas e a Federação Malaia; independência dos povos malaios de Madagascar e das ilhas do Pacífico; e eliminação dos ‘enclaves’ de Timor português e Bornéu Setentrional”⁸.

Outros, como Palar, reivindicavam apenas os territórios que tinham integrado as Índias Neerlandesas.

⁷ Cf. AHDMNE, *Timor*, 2.º Piso, armário 49, maço 44, processo 34,27, “Relações entre Timor e os Estados Unidos da Indonésia”, ofício n.º 53, confidencial, da Secretaria de Estado do Ministério das Colónias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 25 de Janeiro de 1950.

⁸ Cf. AHU, *Timor*, MU/GM/GNP/071 *Política Geral-Indonésia*, pt. 2, ofício n.º UL 1659, secreto, do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Ultramar, Lisboa, 13 de Maio de 1960, p. 1.

Um terceiro grupo, liderado por Hatta, preconizava que se apreciasse caso a caso, desde que fossem as próprias populações a propor a integração⁹.

No imediato, a Indonésia de Sukarno debatia-se com muitos problemas internos para consolidar um imenso espaço herdado do colonialismo, no qual o princípio da “unidade na diversidade” constituía a base em que o Estado assentava.

Paralelamente, a incerteza nos propósitos e alguns procedimentos concretos das autoridades locais indonésias, em Timor Ocidental, que se empenhavam ou toleravam a infiltração de agitadores, criavam instabilidade sobretudo nas áreas fronteiriças e obrigavam a administração portuguesa a estar alerta e a tomar medidas de defesa¹⁰. Genericamente, iam-no conseguindo, embora fosse difícil impedir alguns confrontos em que as próprias populações limítrofes se envolviam. Tinham a ver, principalmente, com roubo de gados, levados a efeito pelas populações de ambos os lados, com as queixas e as desforras que acarretavam de parte a parte.

Numa outra vertente desta problemática, refira-se que o cônsul de Portugal em Sidney, Armando Martins, se permitia lembrar ao Governo central que, para manter Timor, não bastava ter boas relações com a Indonésia, tornando-se indispensável promover o bem-estar dos indígenas e desenvolver o território com “visão, firmeza e continuidade”, de modo a impedir os que mais frequentemente criticavam a colonização portuguesa de utilizar o argumento do subdesenvolvimento ali registado¹¹.

Entretanto, os sinais políticos que continuavam a chegar da Indonésia, relativamente à presença portuguesa em Timor Oriental, eram positivos. Refiram-se, a propósito, as afirmações do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Mohandro Roem, ao responsável pela legação de Portugal em Jacarta, e a sua autorização expressa para que este comunicasse ao Governo português que o seu executivo não faria qualquer petição ou reclamação territorial sobre aquele território. Sugeria-lhe até que o futuro governador

⁹ Cf. AHDMNE, *Timor*, 2.º Piso, armário 49, maço 44, processo 8.1, “Legação de Portugal na Haya”, officios n.º 44/23 e 54/31, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹⁰ Tendo solicitado, em 1950, nomeadamente, a permanência das tropas africanas por mais dois anos nessa região. Idem, *ibid.*, 2.º Piso, armário 49, maço 44, processo 34.27, ofício n.º 666, confidencial, do Ministério das Colónias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, enviando cópias de documentos recebidos de Timor, Lisboa, 29 de Março de 1950.

¹¹ Idem, *ibid.*, 2.º Piso, armário 49, maço 44, processo 34.27, Anexo ao ofício n.º 21, do Consulado em Sidney, de 28 de Janeiro de 1950.

português se deslocasse em visita oficial ao seu país, manifestando também o desejo de que se iniciassem negociações comerciais entre os dois Governos¹².

Efectivamente, em 1950, quando seguia de Portugal para Timor, o governador Serpa Rosa visitou oficialmente a Indonésia. Serviu a visita, principalmente, para ambos os países reiterarem os propósitos de continuar a resolver os problemas decorrentes de uma vizinhança com um espírito de “amistosa cooperação”¹³. Era este, em termos oficiais, o sentido que norteava então as relações entre os dois países.

No mesmo ano, uma declaração de Sukarno, reivindicando a inserção da Nova Guiné Ocidental na República da Indonésia para que o Estado ficasse completo, com a totalidade dos territórios que haviam constituído as Índias Neerlandesas, estabelecia precisamente a diferença entre essa ligação histórica, e a que se tinha verificado em Timor Oriental e nos territórios sob administração britânica no Bornéu, tranquilizando os mais receosos¹⁴.

A Inglaterra mantinha ainda uma forte presença na região e isso parecia dar algum alento às autoridades portuguesas. De facto, em princípios de Novembro de 1952, o embaixador de Portugal em Londres, Rui Enes Ulrich, considerava a aliança com a Inglaterra muito depreciada, mas ainda assim “o nosso mais firme esteio na vida internacional”, podendo Portugal contar com um apoio inglês efectivo, para a sua defesa na Europa ou “eventualmente na Indonésia.”¹⁵ E havia alguns motivos para ter receios.

Em 1951, o desejo de manter uma aproximação que interessasse aos dois países levou à celebração de um tratado de comércio. O acordo abrangia todo o território indonésio e

¹² Idem, *ibid.*, 2.º Piso, armário 49, maço 44, telegrama da legação de Portugal em Jacarta para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Setembro de 1950.

¹³ Idem, *ibid.*, 2.ª Piso, armário 49, maço 44, processo 1.311, “Visita do Governador de Timor à Indonésia”, ofício n.º 155, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jacarta, 29 de Dezembro de 1950.

¹⁴ Cf. IANTT, *AOS/CO/NE-21*, pt. 60 “Declaração do Presidente Sukarno, da Indonésia, a respeito de Timor”, tradução inglesa fornecida à legação de Portugal em Jacarta pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Jacarta, 7 de Outubro de 1950. Veja-se também: NA (*National Archives* - Londres), *Portuguese Timor*, “FO371/83588: Brief for Secretary of State for discussions with Australian Minister of Foreign Affairs: visit of Portuguese Ambassador to discuss Indonesian attitude to Portuguese Timor (1945)”; “FO371/83591: Appointment of Captain César de Serpa Rosa as Governor of Portuguese Timor (1950)”; “FO 371/92399: Arrangements for a visit to Portuguese Timor by the new consular officer to be appointed to Surabaya (1951)”; e “FO371/101099: Indonesian foreign policy, including Sout-East Asian defence pact...Timor (1952)”.

¹⁵ Cf. IANTT, *AOS/CD-21 (1941-1965)*, capilha 5 (1952-1953), carta da embaixada de Londres para o Presidente do Conselho de Ministros, Londres, 5 de Novembro de 1951, pp. 2-2v.

português, incluindo neste as colónias. Foi rubricado em 11 de Agosto de 1951 e assinado em 11 de Agosto de 1953¹⁶.

Em 1954, na sequência desta aproximação, a Indonésia abriu um consulado em Díli. Mas, a falta de relações comerciais entre a Indonésia e Timor português será uma constante ao longo do período estudado, o que fará com que, frequentemente, alguns responsáveis questionem o interesse de um consulado daquele país na colónia portuguesa, cuja importância política para Jacarta era evidente, mas cuja actuação dos seus servidores foi quase sempre preocupante.

Por sua vez, no início de 1954, a difícil situação económica, política e social, vivida na Indonésia, fazia recear graves repercussões na segurança de Timor português, uma vez que a influência comunista parecia tender a impor-se. Confiava-se no apoio da Austrália, mas duvidava-se da eficácia da sua acção se a Indonésia se inclinasse claramente para a China ou a URSS¹⁷.

E porquê a Austrália? Nessa altura, os seus dirigentes políticos, numa coligação conservadora entre o *Liberal Party* e os *Country Parties*, entendiam que a segurança do seu país passava pela manutenção do *statu quo* resultante da guerra, sobretudo enquanto não conseguiram estabelecer importantes alianças com os Estados Unidos da América, a Inglaterra e alguns países da região, ao mesmo tempo que ajudavam a refrear o Japão. Da parte da Indonésia, em termos oficiais, nada havia mudado, bem pelo contrário. Por exemplo, na sua saída de Lisboa, o ministro da Indonésia, Ide Agung, ao solicitar o “agrément” para o seu substituto, revelava admiração pela colonização diferenciada de Portugal, quando comparada com a que sofrera no passado a sua Nação, reiterava o desejo de relações amistosas, e até garantia a posição de neutralidade do seu país perante o diferendo que opunha Portugal e a União Indiana acerca de Goa¹⁸.

¹⁶ Cf. AHDMNE, *Timor*, 2.º Piso, gaveta 2, armário II, maço 7, “Acordo relativo à troca de mercadorias entre Portugal e a República da Indonésia, assinado em Lisboa, a 11 de Agosto de 1951; Protocolo de aplicação e notas trocadas da mesma data”; e “Acordo relativo à troca de mercadorias entre Portugal e a República da Indonésia, assinado em Lisboa, a 11 de Agosto de 1953, e Protocolo de aplicação da mesma data”.

¹⁷ Cf. IANTT, *AOS/CO/UL-20*, pt. 19 “Situação política na Indonésia e possível repercussão na segurança de Timor (1954)”, extracto de uma carta de Díli, datada de 5 de Março de 1954, pp. 1-3.

¹⁸ Idem, *AOS/CO/NE-19*, pt. 8 “Situação em Timor (1954)”, relato de conversa do Dr. Vasco da Cunha, MNE, com o ministro da Indonésia, Dr. Ide Agung, Lisboa, 8 de Abril de 1954.

No entanto, em 1955, o espírito anticolonialista que inspirou e acompanhou a Conferência de Bandung, precisamente na Indonésia, trouxe de novo um período de incertezas, animado sobretudo por alguns grupos cívicos, cujas posições não eram coincidentes com as oficiais¹⁹. De qualquer modo, a sua actuação não foi de maneira a impor-se e a condicionar o normal relacionamento estabelecido entre as duas administrações. Apenas ia servindo de aviso, alertando as autoridades portuguesas para a necessidade de manter uma atenção especial, principalmente nas zonas fronteiriças.

De facto, em 1957, a política externa do Governo de Sukarno estava mais concentrada na questão da formação da Confederação Malaia (antiga Malásia britânica), que atribuía a uma conjura internacional contra o seu país. Por isso, ignorava praticamente Timor Oriental e reafirmava a limitação das suas pretensões territoriais às possessões que haviam integrado as Índias Orientais Holandesas. Assim, nos primeiros anos da segunda metade desta década, oficialmente, não havia motivos sérios que fizessem reexaminar a administração portuguesa acerca do seu destino em Timor. Em Maio de 1960, a visita do Presidente Sukarno a Portugal culminava mesmo este período de bom relacionamento e de boa vizinhança, enquanto reiterava a aceitação da soberania portuguesa em Timor Oriental. A nível local é que se sentia por vezes uma pressão mais imediata ou uma animosidade incontida.

Os primeiros anos da década de 1960 trouxeram novos motivos de preocupação ao Governo português, em virtude do que se ia passando à volta do distante Timor e que aconselhava acompanhamento atento e algumas diligências “tendentes a neutralizar uma eventual agressão da Indonésia”.

¹⁹ Refira-se a constituição de um pequeno grupo, denominado “Movimento anti-colonial indonésio” cuja principal finalidade era conseguir a realização de um plebiscito em Timor português para que as respectivas populações pudessem exercer o direito à autodeterminação, como passo preliminar para a independência ou para integração na Indonésia. Em resposta, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros fez uma declaração, onde referia: “[O] Governo Indonésio não tem quaisquer reivindicações territoriais senão quanto à Nova Guiné. Numa República Democrática como a Indonésia são admitidos todos os movimentos não infringindo [a] ordem pública mas isto não significa [que o] Governo tenha [a] menor intenção [de] identificar-se [com as] aspirações [de] novos movimentos.” Cf. AHDMNE, *Timor*, 2.º Piso, armário P.A.A., maço 808, processo 948.1, “Relações Políticas de Timor com a Indonésia. Movimento a Favor Plebiscito em Timor, Promovido pelo Anti-Colonialist Movement of Indonesia”, telegrama n.º 33, da legação de Portugal em Jacarta, de 12 de Outubro de 1956. Este grupo manifestava-se contra todos os colonialismos na região, salientando que Timor Oriental constituía um perigo ainda maior para a Indonésia do que a Nova Guiné, por poder vir a ser utilizado como base da NATO em caso de guerra. Idem, *ibid.*, 2.º Piso, armário P.A.A., maço 808, processo 948.1, telegrama n.º 94, de 12 de Outubro de 1956.

É o que consta num longo “Apontamento”, secreto, de 25 de Junho de 1961, do chefe de gabinete dos Negócios Políticos, João Nunes Pereira Neto²⁰.

Este apontamento, revelando uma percepção da complexa situação que rodeava a presença portuguesa em Timor, ia em várias direcções, de modo a utilizar todos os trunfos tendentes a garantir a sua continuação. Mas mais, resumidamente, concluía que: na Indonésia se estava a desenvolver uma acção, de certo modo intensa, contra a manutenção da soberania portuguesa em Timor, visando essencialmente a integração naquele país; a legitimidade da presença portuguesa, pelo menos publicamente, parecia não ser posta em causa apenas pelos militares indonésios; os agrupamentos que visavam a independência de Timor não eram bem vistos naquele país por os seus objectivos contrariarem a anexação; as forças de subversão internacional pareciam não se interessarem muito pelo território; no caso de agressão indonésia, pouco ou nenhum auxílio seria de esperar de qualquer potência tradicionalmente favorável a Portugal; e a oposição à política seguida em Angola parecia ser apenas um pretexto para desencadear uma guerra semelhante à que havia sido seguida contra a Holanda. De qualquer modo, embora em Timor Ocidental o sentimento antiportuguês tivesse aumentado com a infiltração de elementos do PKI, não se previa um ataque a curto prazo²¹.

Assim, em meados de 1961, o Governo português estava na posse dos elementos essenciais para fazer uma apreciação muito próxima da realidade que envolvia a Província Ultramarina de Timor.

Como sempre, a posição de princípio era resistir “até ao limite das possibilidades”²². Também no Norte da Austrália foram tomadas algumas medidas preventivas, relacionadas com o que pudesse vir a ocorrer sobre Timor português²³.

De facto, em meados de 1961, parecia haver “inúmeros indícios” que revelavam a “preparação agressiva indonésia”, sob o pretexto da repressão portuguesa “a qualquer

²⁰ Cf. IANTT, *AOS/CO/UL-39*, pt. 12 “Timor. Neutralização de eventual agressão da Indonésia”, Apontamento de 25 de Julho de 1961, secreto, do Chefe de Gabinete dos Negócios Políticos, João Nunes Pereira Neto, pp. 1-15.

²¹ Cf. AHDMNE, *Timor*, armário 1, gaveta 2, maço 216, processo n.º E-7, “Apontamento n.º 147, secreto, do Dr. João Pereira Neto sobre ‘A Situação na Província de Timor’”, 1961.

²² Idem, *ibid.*, pt. 3 “Mensagens sobre a situação política em Timor (1961-1963)”, mensagem n.º 7/A, secreto e urgente, para o governador de Timor da DEFNAC, Lisboa, 1961.

²³ Idem, *ibid.*, pt. 3 “Mensagens sobre a situação política em Timor (1961-1963)”, mensagem n.º 50, secreto, do governador de Timor para DEFNAC, Díli, 11 de Setembro de 1961.

sublevação ainda que inexistente” ou de recusa a exigências feitas, de modo a concretizar ambições expansionistas e a superar fracassos de política interna²⁴.

Localmente, apesar de um esforço de ambas as partes para manter alguma aproximação e até afabilidade, as actividades do cônsul indonésio em Díli continuavam a criar desconfiança e faziam supor ou eram mesmo abertamente subversivas, por exemplo, quando os indígenas da parte portuguesa eram estimulados a dar vivas à “merdeka” – independência, mas sobretudo liberdade – indonésia.

Efectivamente, as boas relações que tinham existido entre os dois países na década de 1950 alteraram-se nestes primeiros anos da seguinte, em razão da posição internacional contra o colonialismo português, mas também pela agitação na própria Indonésia, muito embora Timor português não ser uma “prioridade imediata para a agenda irredentista javanesa”. Como resultado, verificou-se uma diminuição do estatuto do chefe das representações diplomáticas nas duas capitais, de ministros plenipotenciários para encarregados de negócios²⁵. Os responsáveis nacionais e locais tinham agora fortes razões para recear pela soberania portuguesa em Timor.

Na verdade, as reiteradas posições dos dirigentes indonésios de não desejarem integrar Timor Oriental eram também confirmadas por um documento das Nações Unidas sobre Timor, adiantando que “o governo da Indonésia já declarou que mantém relações amigáveis com Portugal e não tem qualquer pretensão sobre o Timor português, o qual nunca fez parte das Índias Orientais Holandesas e portanto não tem o mesmo estatuto que o *Irian Ocidental*”²⁶ – Nova Guiné Ocidental.

Durante o mesmo período, os dirigentes da Indonésia empenharam-se em manter boas relações com Portugal e com a administração colonial, tendo havido visitas de cortesia e demonstrações públicas de boa vizinhança. Por sua vez, em Timor, predominava a linha dura, advogando o comando militar “fortes medidas repressivas em relação aos timorenses e de grande distanciamento em relação aos indonésios”. Na verdade, não

²⁴ Cf. Idem, *AOS/CO/UL-81*, pt. 5 (cont.), “Governo de Timor”, telegrama n.º 35, de 19 de Julho de 1961, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, 19 de Julho de 1961.

²⁵ Cf. Moisés Silva Fernandes, “A Política Indonésia em relação ao Timor Português, 1960-1963: Um Caso de Irredentismo Contido?”, *Daxiyangguo*, n.º. 7, 2005, p. 110.

²⁶ Documento das Nações Unidas A/AC10B/L.13, de 3 de Dezembro de 1962, parágrafo 35. Citado por John G. Taylor, *Timor - A História Oculta*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1993, p. 56.

havia confiança nas declarações públicas dos responsáveis indonésios, sabendo-se que continuavam as pressões sobre Sukarno, designadamente na DPR (Assembleia Popular dos Representantes), para que mudasse a sua atitude em relação a Portugal. Em 1962, a decisão da retirada dos Países Baixos da Nova Guiné Ocidental fazia recear que Timor fosse a “vítima” seguinte.

Localmente, funcionários do consulado indonésio, em conversas particulares, emitiam opiniões de que, ultrapassada a questão da Nova Guiné Ocidental, a Indonésia atacaria Timor, o que lhe seria fácil, a menos que Portugal recebesse ajuda externa²⁷. Perante tais boatos, sentia-se incerteza e ansiedade.

Desde 1962, também no *Foreign Office*, em Londres, se receava que, após a entrega da Nova Guiné Ocidental à Indonésia, este país se voltasse decididamente para Timor português, prevendo-se quer o pedido de ajuda militar directa por parte de Portugal quer o apoio britânico numa eventual discussão do assunto na NATO. Vários cenários foram traçados, de modo a salvaguardar o essencial com Portugal e a comprometer o menos possível com a Indonésia, dependendo muito do tipo de acções que esta empreendesse contra aquele território; mas, no imediato, tal como o Governo australiano também defendia, não deviam encorajar-se os governantes portugueses a supor que algo seria feito em seu auxílio²⁸. Na verdade, as previsões não eram animadoras para as autoridades portuguesas.

De facto, em Janeiro de 1963, em Timor, perante a vaga anticolonialista e a eventual necessidade do Governo de Sukarno o demonstrar sobre um alvo à primeira vista mais fácil, antevia-se o desenrolar de um processo de agitação, tendente a alimentar a propaganda internacional contra Portugal e que podia terminar na invasão: lançando boatos de mal-estar e dissidência na fronteira; forjando ou constituindo mesmo um ou mais “comités de libertação”, com elementos não timorenses ou naturais que não residissem no território; forçando os timorenses indonésios, com parentes do outro lado, a fazer aliciamento e propaganda; alimentando ou provocando vários tipos de incidentes

²⁷ Cf. AHU, *MU/GM/GNP/034 Timor*, pt. 1 ”Actividades do Consulado da Indonésia (1959/Set/17 - 1967/Set/19)”, ofício n.º 50, secreto, do governo de Timor para o ministro do Ultramar, Díli, 26 de Abril de 1962.

²⁸ Cf. NA, *Portuguese Timor*, “FO 371/166422: UK attitude towards Portuguese Timor (1962)”; e “DE 103162/5: Record of inter-departmental meeting on November 3”.

na fronteira, e tentando explorá-los internacionalmente e mesmo na ONU; introduzindo na parte oriental mercenários ou descontentes que se prestassem a actos terroristas, explorando-os como um movimento de insubordinação geral; e invadindo, se tudo o que se disse não resultasse²⁹. Não se tratava de meras suposições, se tivermos em atenção a associação de elementos da URT e dos “Tentaras”, com a finalidade de instabilizar e infiltrar agitadores na parte oriental. Por isso, havia um clima de grande ansiedade, sobretudo na população da capital e da região oeste.

Mas, no mês seguinte, o encarregado de negócios da Indonésia em Portugal foi recebido, a seu pedido, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, transmitindo instruções expressas do seu Governo de que, ultrapassado o problema do *West Irian* a favor da Indonésia, este país não tinha nenhuma reivindicação sobre Timor português nem o Bornéu britânico. Havia, no entanto, uma grande preocupação acerca da evolução na Malásia³⁰.

Também o chefe da missão australiana junto das Nações Unidas, em Nova York, fazia saber ao seu Governo que o representante indonésio, Narasimha, lhe tinha dito que Sukarno lhe assegurara não existirem desígnios expansionistas em relação a Timor português e, como prova disso, a Indonésia estava naquele momento em negociações com Portugal “para acabar com uma parcela respeitante a um enclave do território português pela troca por uma parcela equivalente de território indonésio.”³¹

O enclave referido só podia ser o de Oé-Cússi e, na documentação consultada, não se encontrou qualquer referência a tal negociação. Tratar-se-ia, porventura, de mais uma manobra de diversão de Sukarno para aliviar a pressão que tal problema acarretava no momento. Aliás, esse tipo de abordagem não teria boa receptividade da parte portuguesa, para cujo Governo qualquer parcela do território era inegociável.

²⁹ Cf. IANTT, *AOS/CO/UL-54*, pt. 4 “Situação em Timor (1962-1963, 1965)”, Informação, muito secreto, Díli, 17 de Janeiro de 1963, p. 5.

³⁰ Idem, *AOS/CO/NE-30B*, pt. 23 “Conversas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, A. Franco Nogueira, com o Encarregado de Negócios da Indonésia”, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1963.

³¹ NAA (*National Archives of Australia*), *Portuguese Timor*, “Portugal: Foreign Policy”, A1838, C1874207, SC 49/2/1/1 part 1, 1959-1971, telegrama n.º 1.6167, confidencial, da *Australian Mission to United Nations*, para o *Department of External Affairs* e *Ministry & Department of Defence*, Nova York, 7 de Março de 1963.

Em Maio desse ano, o próprio *Joint Intelligence Committee* (JIC) australiano considerava que, exceptuando a aquisição do aeroporto de Baucau, cuja pista era mais comprida do que a de Cupang, a integração de Timor português na Indonésia não traria vantagens militares e económicas a este país³².

Pouco tempo depois, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Hurustiati Subandrio, declarou ao jornal *Straits Times*, de Singapura, que o seu país não tinha ambições territoriais sobre Timor português, mas que o território era demasiado pequeno para ser independente³³.

Quando comparadas com o empenhamento regional da Indonésia, estas dispersões e ambiguidades já eram então questões menores.

Com efeito, em Dezembro de 1962, a revolta do Brunei (sultanato ao Norte de Bornéu - protectorado britânico), seguida da declaração de apoio pessoal do sultão à Confederação Malaia, deu o alarme de defesa às tropas anglo-australianas na região. Esta rebelião tinha a simpatia do Governo indonésio que, em Janeiro de 1963, anunciou que ia adoptar uma política de confrontação contra a Confederação Malaia e a projectada Federação da Malásia, que viria a ser constituída nesse ano, precisamente pela Malaia, Sarawak (Noroeste de Bornéu), Sabath (Bornéu Setentrional) e Singapura. O Governo da Indonésia considerava a Malaia uma criação “neocolonialista” e a Federação da Malásia uma extensão do “neocolonialismo”³⁴.

A confrontação da Indonésia contra a Malásia foi então levada à prática e adquiriu várias formas: tentativas diplomáticas para isolar a Malaia, hostilidade geral para com o conceito de Malásia; rompimento de relações comerciais com todos os quatro territórios da federação; e ameaças de acção militar e naval, implementação de esporádicas infiltrações armadas e actos de terrorismo em todos os quatro territórios, em particular nas fronteiras de Bornéu. Foi também reclamada a eliminação das bases militares britânicas, o que teve um efeito contrário, conduzindo, de facto, a uma substancial

³² Cf. Idem, *ibid.*, “Political General”, A1838, C584240, SC3038/2/1 part 2, 1961-1964, documento do *Joint Intelligence Committee* (JIC), secreto, “The Future of Timor”, Camberra, ?, Maio de 1963.

³³ Cf. Moisés Silva Fernandes, *art. cit.*, p. 145.

³⁴ Cf. Gordon Greenwood and Norman Harper (Edited), *Australia in World Affairs 1961-1965*, Melbourne-Canberra-Sydney, Australian Institute of International Affairs, s/d., pp. 286- 287.

construção defensiva britânica na Malásia³⁵. Mas, enquanto se consideravam as bases britânicas como uma ameaça à Indonésia, omitia-se a presença australiana na região³⁶. Este último aspecto tinha já um importante significado no contexto regional.

A *konfrontasi* “confrontação” indonésia contra a Malásia, com altos e baixos, prolongou-se sobretudo entre 1963 e 1965, em crescente associação com Pequim, enquanto se desenvolvia a guerra do Vietname, tendo afrouxado após o contragolpe de 1965, que levou Suharto gradualmente ao poder³⁷. Em Junho de 1966, apesar da oposição do ainda Presidente Sukarno, mas dadas as alterações políticas ocorridas em Jacarta, a Indonésia e a Malásia assinaram um tratado de paz.

Entretanto, em Janeiro de 1965, a Indonésia abandonara a ONU, como forma de pressão e para se sentir mais à vontade na sua actuação sobre os territórios que constituíam a Federação da Malásia, onde apoiava e fomentava guerrilhas.

Para agradar aos países afro-asiáticos e não-alinhados, Sukarno rompeu as relações diplomáticas com Portugal, passando estas a ser apenas formalmente consulares. A embaixada da Indonésia em Lisboa encerrou, tratando-se sobretudo de um fecho técnico, pois continuava a manter-se a embaixada de Portugal em Jacarta e o consulado da Indonésia em Díli. Em consequência, desde 9 de Julho de 1966, os interesses de Portugal junto do Governo da Indonésia passaram a ser representados pela embaixada do Brasil.

Entretanto, o cônsul australiano em Díli era esclarecido pelo seu Governo, mas apenas para sua única orientação, de que a atitude da Indonésia de cortar relações diplomáticas com Portugal não sugeria uma intenção imediata de estabelecer uma ruptura para iniciar uma confrontação com este país em Timor. De resto, as autoridades indonésias desejavam, “obviamente” manter o seu consulado em Díli³⁸.

³⁵ Idem, *ibid.*, p. 287.

³⁶ Cf. AHU, *MU/GM/GNP/034 Timor*, “Relatórios da Comissão de Defesa Civil”, pt. 2 (1964-1966), relatório respeitante ao mês de Julho de 1964, enviado com o ofício n.º 49, secreto, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, 4 de Agosto de 1965, p. 4.

³⁷ Cf. Gordon Greenwood and Norman Harper (Edited), *ob. cit.*, pp. 287-300.

³⁸ Cf. NAA, *Portuguese Timor*, “Indonesia: Relations with Portugal”, A1838, C1887610, SC3034/11/64 part 1, 1965-1985, telegrama n.º 2, secreto, do *Department of External Affairs* para o consulado australiano em Timor, Camberra, 27 de Janeiro de 1965.

Por seu lado, em Junho de 1965, o Governo federal da Malásia decidiu encerrar o consulado português em Singapura, pretendendo com esta medida evidenciar a orientação da sua política anticolonial. Alegava-se também um conluio existente com a Indonésia, que incluía o fornecimento de armas a este país por intermédio de Macau. Já no mês anterior, o primeiro-ministro, Tunku Abul Rahman, advertira o Governo de Portugal no Conselho de Segurança da ONU para que prestasse mais atenção aos protestos contra a sua política colonial e às lições da história recente sobre o desmantelamento de outros impérios³⁹. Contudo, também não mandou suspender o comércio com Portugal. Fê-lo apenas com a África do Sul em resposta à manutenção do Apartheid.

Por sua vez, em 9 de Agosto de 1965, Singapura, sob a direcção do primeiro-ministro, Lee Kuan-Yew, separou-se da federação e tornou-se um estado independente.

No auge da nova orientação de Jacarta para com Portugal, a 17 de Agosto de 1965, por altura do 17.º aniversário da independência da Indonésia, o Presidente Sukarno, mais do que reiterar apoio à independência das colónias portuguesas africanas, exortou à “libertação do Timor português”, contradizendo toda a sua política anterior de aceitação da soberania portuguesa naquela província, seguindo, aliás, o mesmo critério para todos os territórios que não haviam integrado as antigas Índias Neerlandesas.

A referência pela primeira vez a Timor nestes termos, mesmo que para apaziguar pressões internas, punha as autoridades portuguesas de sobreaviso e, por isso, iam acompanhando outras reacções.

Todavia, em Setembro seguinte, o general Parman, chefe do “Intelligence Service” indonésio, ao regressar de uma visita de inspecção às ilhas próximas de Timor, quando questionado por um diplomata estrangeiro sobre se essa deslocação significava que a Indonésia decidira abrir uma segunda frente no Timor português, teria respondido que “Timor era demasiado pequeno para valer uma nova frente”⁴⁰.

³⁹ Cf. AHU, *MU/GM/GNP/034 Timor*, “Relatórios da Comissão de Defesa Civil”, cx. 2 (1964-1966), relatório respeitante ao mês de Junho de 1965, enviado com o ofício n.º 43, secreto, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, 4 de Julho de 1965, p. 5.

⁴⁰ AHU, *MU/GM/GNP/071 Política Geral - Indonésia*, pt. 2, ofício n.º UL 1609, do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Ultramar, Lisboa, 21 de Dezembro de 1965.

Nos finais de 1965, o embaixador da Indonésia na Tunísia, em conversa com um colega, referia-se a Timor dizendo que este território não tinha qualquer interesse para a Indonésia, mas que o futuro, dada a continuidade geográfica, provocaria a sua integração, e que, contrariamente ao que havia acontecido na Índia, não seria usada a força armada para a conseguir⁴¹.

Mas, efectivamente, parecia que o golpe de 30 de Setembro de 1965, a situação confusa e a luta que ocorria na Indonésia, teriam a vantagem de parar ou atenuar a campanha que vinha acontecendo contra aquele território, quer a nível do mais recente discurso presidencial, de 17 de Agosto de 1965, de apoio aos movimentos subversivos contra o colonialismo português; quer da campanha dos jornais de Jacarta, com artigos da agência ANTARA, que denegriam a presença portuguesa; quer ainda das interferências do cônsul da Indonésia em Díli junto de alguns naturais evoluídos, ou dos boatos de acções junto à fronteira para princípios de Outubro, por elementos que invadiriam o território sob administração portuguesa⁴². Em suma, a derrota do PKI e das forças que lhe estavam associadas, impedindo-os de dominar a cena política indonésia, e a vitória da facção do Exército mais conservadora, pareciam vantajosas para a posição portuguesa, receando-se apenas que, no futuro, a sua tendência expansionista o levasse a querer “libertar” todos os territórios colonizados⁴³.

Na verdade, com o afastamento de Sukarno e a ascensão de Suharto, desenrolou-se uma luta interna entre nacionalistas, militares, comunistas e elites islâmicas. Durante anos, esta turbulência fez desaparecer da agenda da política externa questões secundárias como a de Timor Oriental, uma vez que o próprio Exército se empenhou na reconstrução política e na consolidação do regime. Além do mais, Timor não constituía uma ameaça militar para Jacarta, podendo até proporcionar uma maior aproximação cultural e económica com o Ocidente, na base de uma “presença amiga” e de “boa vizinhança”.

⁴¹ Cf. Idem, *MU/GM/GNP/034 TIMOR*, pt. 1 “Actividades do Consulado da Indonésia (1959/Set/17 - 1967/Set/19)”, informação n.º 1528, secreto, do Ministério do Ultramar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 3 de Dezembro de 1965.

⁴² Idem, *ibid.*, “Relatórios da Comissão de Defesa Civil”, pt. 2 (1964-1966), relatório respeitante ao mês de Outubro de 1963, enviado com o ofício n.º 49, secreto, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, ? de Novembro de 1963, pp. 11-12.

⁴³ Idem, *ibid.*, “Relatórios da Comissão de Defesa Civil”, pt. 3 (1965-1967), relatório respeitante ao mês de Dezembro de 1965, enviado com o ofício n.º 1, secreto, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, 18 de Janeiro de 1966, p. 12.

Efectivamente, em contraste com o regime de Sukarno, que havia privilegiado uma orientação de conflito com o Ocidente, em geral, e com os Países Baixos e a Malásia, em termos regionais, mantendo "alinhamentos ambíguos" com o "Terceiro Mundo" e os "Não-Alinhados"; Suharto aproximou-se do Ocidente, terminou com os conflitos regionais e distanciou-se do ideário e da solidariedade para com os movimentos afro-asiáticos e não-alinhados. Em 28 de Setembro de 1966, a Indonésia voltou à ONU, o que mostra bem a inversão da trajectória seguida por Sukarno.

Como sinal de afirmação na região e da nova orientação política do regime, em 1967, com sede em Jacarta, a Indonésia, juntamente com as Filipinas, Singapura, Malásia e Tailândia, instituiu a ASEAN – *Association of Southeast Asian Nations* –, que visava a cooperação técnica, económica, comercial e política, com uma feição fortemente militar, que mais tarde viria a integrar outros países vizinhos: Birmânia (agora Myanmar), Brunei, Cambodja, Laos e Vietname.

Apesar de tudo, a mudança de regime em Jacarta criou nos dirigentes portugueses, nacionais e locais, uma grande ansiedade, conscientes como estavam de que Timor era militarmente "indefensável".

No princípio de Janeiro de 1967, deslocara-se a Díli uma missão económica de Timor indonésio, constituída por dois funcionários do Departamento de Economia e dois comerciantes, a fim de abordarem a possibilidade de um entendimento de carácter económico, já iniciado em Junho de 1966 por outra missão. Pretendiam vender, em especial, gado bovino e sândalo, e comprar medicamentos, pneus e panos e, ainda, utilizar o porto de Díli para trânsito de mercadorias de e para Timor indonésio. Por se considerar que os assuntos propostos tinham interesse económico para a província, pois podiam atenuar a falta de gado para consumo, movimentar o comércio local e aumentar as receitas portuárias e alfandegárias, a missão reuniu com os departamentos económicos e comerciais interessados, considerando-se boas as condições apresentadas por ambas as partes.

Em Março seguinte, o cônsul da Indonésia, em representação do seu Governo, entabulou conversações com o governador de Timor, no sentido de reforçar os laços económicos entre Díli e Cupang, vistas do lado português com vantagens mútuas para

os dois países e em especial para o porto de Díli; de estudar a possibilidade de estabelecer ligações aéreas turísticas entre Baucau e Bali, pela companhia de aviação indonésia GARUDA; e de retomar os trabalhos de delimitação da fronteira⁴⁴. Mas, poucos meses depois, o próprio cônsul foi substituído.

O novo governador de *Nusa Tenggara Timur*, coronel El Tari, após o acto de posse, comunicou aos jornalistas que não havia problemas de fronteira com Portugal, tendo sido ultrapassadas as dificuldades anteriormente surgidas, e mostrava-se interessado numa vizinhança pacífica e no reforço do intercâmbio comercial. Entretanto, o major Iskandar, comandante do “KODIM 1611” (Atambua) foi afastado, o mesmo acontecendo com o inspector Sita, chefe da polícia em Kafemenano, ambos relacionados com os incidentes de fronteira de 1966 e, por isso, contrários à aproximação luso-indonésia⁴⁵.

Do lado português, a ausência de incidentes na fronteira e o cuidado com que as autoridades indonésias estavam a seleccionar os elementos que iam prestar serviço para as localidades próximas da mesma, substituindo os que não lhes eram afectos, constituíam o prenúncio de um futuro imediato em que predominariam as boas relações e completavam o efeito colhido com a visita da embaixada artística e desportiva de Cupang a Díli.

Mas, em Setembro seguinte, o relatório da subdelegação da PIDE lembrava:

“Ficámos sem duas faixas de terreno que agora se encontram efectivamente ocupadas pelos indonésios, embora a esse terreno alguém chame ‘terra de ninguém’, parecendo que essa ocupação se consolidará com o tempo pois não se prevê nem já se ouve falar das apregoadas comissões arbitrais para a rectificação do Acordo de 1915 quanto ás fronteiras com o Timor Indonésio.”

[...].

Os terrenos ocupados pelos indonésios são permanentemente reclamados pelos nossos nativos, que dizem pertencer-lhes, o que já tem dado motivos a outros

⁴⁴ Idem, *ibid.*, pt. 1 “Actividades do Consulado da Indonésia (1959/Set/17 - 1967/Set/19)”, officio n.º 140, confidencial, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Lisboa, 1 de Abril de 1967.

⁴⁵ Idem, *ibid.*, “Relatórios da Comissão de Defesa Civil”, pt. 3 (1965-1967), relatório respeitante ao mês de Abril de 1967, enviado com o officio n.º 40, secreto, do governador de Timor para o Ministério do Ultramar, Díli, 15 de Maio de 1967, pp. 2-6.

pequenos incidentes em que nós nos confessamos sempre responsáveis, para gáudio dos indonésios.”⁴⁶

De facto, a questão fronteiriça do enclave, continuava no impasse do acto consumado.

Com o governador El Tari, incentivou-se a troca de “embaixadas culturais” entre as duas partes da ilha de Timor. Este intercâmbio cultural e desportivo, da parte portuguesa, era assegurado, essencialmente, pelo Conselho de Desportos.

Nos finais desse ano, do lado indonésio, apostava-se em intensificar os contactos já estabelecidos e prosseguir as relações amigáveis com os portugueses, ignorando a questão pendente da demarcação das fronteiras.

Nesta altura, no que respeitava ao relacionamento entre os dois territórios, o sentimento das autoridades do Timor português era o de que havia dois níveis distintos: as relações entre as autoridades cimeiras, nas quais se notava “esforço e sinceridade no bom sentido”; e as que se verificavam entre as populações e as autoridades de escalão inferior, onde, sobretudo da parte indonésia, não aparecia a mesma compreensão, uma vez que havia a impedi-lo interesses menores e lucros com as fugas à lei⁴⁷.

Entretanto, um dos indicadores do tipo de relações existentes entre os dois países e, principalmente, do ambiente reinante nas fronteiras entre Timor Ocidental e Timor Oriental, eram os bazares que se efectuavam, semanalmente, aos domingos, em alguns pontos da fronteira oeste: Batugadé, Maliana, Balibó, Cová, Meno, Funibiti, Lolotoi, Fatu-Mean, Fatululi, etc.; e em Oé-Cússi: Pante Macassar, Nitibe, Oé-Silo e Passabe.

Em princípios de 1971, a delegação da DGS em Timor fazia a seguinte apreciação ao intercâmbio existente entre os dois lados da fronteira:

“O estabelecimento duma zona franca de comércio ao longo dos dois lados da fronteira continuou a ser um mito: enquanto aos nossos bazares acorria quase um

⁴⁶ IANTT, *PIDE/DGS/SC, Timor*, “Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas: Timor”, pasta n.º 8975, relatório n.º 14/67 – G.U., confidencial, da subdelegação da PIDE em Timor para a direcção-geral da PIDE em Lisboa, Díli, 9 de Outubro de 1967, pp. 1 e 3.

⁴⁷ Idem, *ibid.*, “Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas: Timor”, pasta 8978, relatório n.º 8/72 – G.U., confidencial, da delegação da DGS em Timor para a sede da DGS em Lisboa, Díli, 31 de Agosto de 1972, pp. 3-5.

milhar de indonésios semanalmente, fomos sempre pondo certos entraves à ida dos portugueses aos bazares do outro lado, pelo que não havia reciprocidade de tratamento. É verdade que os indonésios, dispondo de mais produtos de exportação e não tendo para eles outros mercados, beneficiavam das nossas facilidades e aqui realizavam dinheiro para acudir às suas necessidades mais urgentes; mas também não é menos certo que esse dinheiro ficava todo nos nossos estabelecimentos comerciais e causava um surto de progresso entre os que o recebiam, o que estava bem patente nas boas casas de construção definitiva que os comerciantes locais foram obrigados a construir.

Essa zona de comércio, unilateral, deixou de ser franca desde o dia, no ano passado, em que as nossas autoridades administrativas, como representantes aduaneiras, receberam instruções para passarem a cobrar imposto sobre as mercadorias entradas e saídas, comercializadas nos bazares das suas áreas. As autoridades indonésias, começando pelo Cônsul acreditado em Timor, viram nessa disposição um acto de inimizade para com o seu povo e começaram a pôr restrições na vinda das pessoas e dos géneros que alguma falta lhes faziam para as necessidades internas, até que acabaram por suspender, definitivamente, o acesso dos indonésios aos nossos bazares, com recomendações especiais de vigilância nas zonas por onde se costumava passar.

Como resultado dessas medidas, caminham para a falência certa cerca de uma dúzia de casas comerciais portuguesas situadas nos locais habitualmente frequentados pelos indonésios⁴⁸.

Segundo o mesmo relatório, ao que parecia por falta de empenhamento, a ida dos barcos portugueses a Cupang, para a troca de mercadorias, originárias de Portugal Continental e Ultramarino, tinha sido um fracasso até então⁴⁹.

Entretanto, à ilha de Ataúro, em busca de assistência sanitária, afluíam frequentemente indonésios idos da ilha vizinha de Lirang.

⁴⁸ Idem, *ibid.*, “Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas: Timor”, pasta 8978, relatório n.º 3/71 – G.U., confidencial, da delegação da DGS em Timor para a sede da DGS em Lisboa, Díli, 31 de Março de 1971, p. 8.

⁴⁹ Cf. Idem, *ibid.*, “Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas: Timor”, pasta 8978, relatório n.º 3/71 – G.U., confidencial, da delegação da DGS em Timor para a sede da DGS em Lisboa, Díli, 31 de Março de 1971, p. 9.

Os bazares de um e de outro lado da fronteira serviam à polícia dos dois países, designadamente à PIDE, para montar redes de informadores, que alimentavam a espionagem acerca de aspectos e movimentações de forças militares e de guerrilha. Forneciam também informações acerca do estado de espírito das populações, que podia ser explorado, ou servir de indicador para tomar ou não determinado tipo de acções.

A partir de 1966, começou também a ser frequente indonésios das ilhas vizinhas frequentarem o bazar de Lautem e outros, na ponta leste. Deslocavam-se em pequenas embarcações, procurando as suas tripulações fazer permutas com as populações locais.

Nos finais de Fevereiro de 1974, o ainda governador de Timor Ocidental, coronel El Tari, visitou Díli à frente de uma importante delegação, composta por mais cinco elementos, que procurava estreitar os laços de amizade entre os dois povos e “fomentar mútuas relações comerciais, culturais, e de interesse técnico”, que pudessem contribuir para o mais rápido desenvolvimento dos povos de ambas as partes. Pelo lado parte português, que integrava, além do governador, Fernando Alves Aldeia, mais 11 altos funcionários, foram consideradas áreas de interesse a visitar: a Central Telefónica Automática, a Estação de Rádio Marconi, o apetrechamento dos Serviços Geográficos e Cadastrais, as instalações da Empresa Moniz da Maia (da empreitada das estradas) e a Manutenção Militar.

Em 1 de Março de 1974, na reunião conjunta entre os membros das comitativas, foram seleccionados onze temas a debater:

- 1) Aquisição de gado no Timor indonésio
- 2) Cooperação no sector meteorológico
- 3) Comunicações pela rádio
- 4) Comunicações terrestres
- 5) Venda de produtos indonésios e portugueses, através da fronteira
- 6) Bazares na fronteira
- 7) Cooperação técnica
- 8) Promoção dos transportes aéreos

- 9) Utilização do Porto de Díli, como porto de trânsito dos comerciantes de *Nusa Tenggara Timur*, uma vez que estes mantinham ligações comerciais directas com Singapura e Hong Kong.
- 10) Relações bancárias entre Cupang e Díli
- 11) Relações culturais.

Os discursos dos dois governadores, proferidos nessa ocasião, salientaram sobretudo os motivos que presidiam a um encontro desta natureza. Enquanto Alves Aldeia elegia “o mesmo ideal de civilização”, a amizade, a “política de promoção social e económica das populações”, a união na “luta contra o comunismo” e a “sociedade mista” existente em Timor e, naturalmente, o “intercâmbio em todos os sectores, com relevância para o comercial, o folclórico, e cultural, o científico, o desportivo e o das comunicações”; El Tari destacava a “aproximação e entendimento mútuo, visando manter as relações de boa vizinhança e amizade”, ao mesmo tempo que dizia acreditar na intenção da parte portuguesa para “impulsionar uma cooperação em prol do crescimento, promoção e desenvolvimento”, de que eram um bom exemplo o “intercâmbio desportivo e cultural”, devendo ser intensificadas e atingir “maior regularidade e incluindo até digressões turísticas”, mencionando ainda as comunicações aéreas e terrestres como factor de aproximação, assim como os auxílios técnicos e económicos seriam “elementos essenciais e indispensáveis para o bem estar do povo” que cada um representava⁵⁰.

Durante a visita do governador de Timor Ocidental, foi feita a distribuição de alguns panfletos pró-indonésios pela cidade de Díli. Mas, segundo o meteorologista Costa Alves, esta acção não foi o suficiente para ensombrar a iniciativa nem comprometer o previsto relacionamento futuro.

Refira-se que, a esta distância, parece que, ao fim de mais de quatro séculos de convivência entre estes povos, muito do que poderia interessar-lhes tinha ficado para o fim. Na verdade, nem isso viria a concretizar-se, uma vez que, menos de dois meses depois, ocorreria o “25 de Abril” em Portugal, comprometendo qualquer envolvimento.

⁵⁰ Idem, *ibid.*, “Pastas Organizadas por Províncias Ultramarinas: Timor”, pasta 8979, relatório n.º 2/74 – G.U., confidencial, da delegação da DGS em Timor para a sede DGS em Lisboa, Díli, 2 de Março de 1974, pp. 3-6; e Anexos.

Ainda que o relacionamento se tenha mantido mais ou menos estável na era Suharto até à mudança de regime em Portugal, a partir de 1969, no interior dos escalões militares mais elevados da Indonésia, foi retomada a questão do Timor português numa perspectiva integracionista. Decorria esta posição de estudos efectuados por unidades especiais das suas forças armadas, que faziam recear pela segurança do Leste da Indonésia, caso a administração portuguesa se tornasse instável ou inviável⁵¹. Assim, a incorporação na República revelava-se a melhor solução, colocando-se apenas a dúvida no *modus faciendi*. Contudo, a posição oficial continuava a ser a de “não ingerência”.

Já perto do final da presença portuguesa, o executivo de Lisboa desenvolveu uma iniciativa que visava a constituição de uma comissão mista para pôr fim a problemas fronteiriços e criar uma zona neutra com mercados destinados às populações dos dois lados, desenvolvendo deste modo as relações de boa vizinhança e de cooperação regional⁵². A concretizar-se, tal realização constituiria o reconhecimento formal das fronteiras entre as duas partes da ilha de Timor. Mas os governantes indonésios não conseguiram resistir às pressões do Exército para que isso não acontecesse. Com efeito, a notícia de uma insurreição em Timor Oriental, forjada pela imprensa controlada pelo Governo, inviabilizou a tempo o acordo, apesar do desmentido oficial português de que não se passara nada de importante.

Efectivamente, desde a constituição do Estado indonésio até à invasão de Timor por este país, houve, entre as posições oficiais de não ingerência e outras não oficiais mas frequentes, uma pressão, mais ou menos forte e constante, que visava a anexação de Timor Oriental na República Indonésia.

Quando, em 17 de Novembro de 1975, já havia tropas indonésias em Timor Oriental, a Representação Permanente da República da Indonésia nas Nações Unidas apontava a posição básica do seu país acerca de Timor português, assente nos seguintes pontos: a defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor português; a condução do processo de descolonização de Timor português cabia a Portugal como potência

⁵¹ Veja-se: James Dunn, *A People Betrayed*, Milton Qld, The Jacaranda Press, 1983, p. 106. Citado por John G. Taylor, *ob. cit.*, p. 61.

⁵² Cf. AHDMNE, *Timor*, 2.º Piso, armário P. A. A., maço 808, processo 948.1, telegrama n.º 34, do consulado de Portugal de Jacarta para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jacarta, 23 de Maio de 1972.

administrante; este processo devia ser conduzido através da implementação do direito de autodeterminação, numa atmosfera de paz e ordem; e a Indonésia respeitaria o resultado do exercício desse direito, conseguido através dos pontos anteriores, designadamente a opção pela integração⁵³.

Com a invasão de Timor, a partir de 8 de Dezembro de 1975, Portugal cortou todo o tipo de relações diplomáticas com a Indonésia, em sinal de repúdio claro pelo atropelo da lei internacional, e dos acordos a que o difícil e complexo processo de descolonização, apesar de todas as dificuldades sentidas, levava a estabelecer entre os dois Países.

Só lenta e tardiamente também a ONU cumpriria a sua parte, apesar das diligências feitas por Portugal. Com efeito, logo em 24 de Dezembro de 1975, este país oferecia todo o seu apoio ao seu secretário-geral, Kurt Waldheim, para que fosse implementada a resolução 384 (1975), do Conselho de Segurança, na qual, entre outras coisas, se apelava para que o Governo português, como potência administrante, cooperasse com as Nações Unidas, de modo a tornar possível ao povo de Timor exercer livremente o seu direito à autodeterminação; e ao secretário-geral que enviasse urgentemente a Timor-Leste um representante especial com o propósito de estabelecer contacto com todas as partes no território e com os Estados vizinhos, de modo a facilitar essa mesma implementação⁵⁴.

Para os Timorenses, com a invasão indonésia iniciou-se um período difícil e penoso, durante o qual terão morrido entre 150.000 e 200.000 pessoas e quase todos os quadros dirigentes da primeira fase da luta pela independência, incluindo os estudantes que, em Setembro de 1974, saíram de Lisboa para se envolverem no processo político que a sua terra atravessava. Dos poucos que sobreviveram, alguns são hoje dirigentes de primeiro plano e principais responsáveis pelo que o futuro deste país venha a ser.

⁵³ Cf. NA, *Portuguese Timor-East Timor*, “FCO15/1706: Political Situation in East Timor; including death of journalists at Balibo (1975)”, ofício n.º 1866/0429, de *Permanent Mission of the Republic of Indonesia to the United Nations* para o *Foreign Office*, Nova York, 17 de Novembro de 1975.

⁵⁴ Idem, *ibid.*, “FCO15/1707: Political Situation in East Timor; including death of journalists at Balibo (1975)”, ofício n.º 149, da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas para o secretário-geral das Nações Unidas, Nova York, 24 de Dezembro de 1975.

Timor e o Relacionamento Portugal / Indonésia (1945-1975)

Por sua vez, o processo de democratização da Indonésia possibilitou a criação de um pequeno Estado entre este imenso país e o seu igualmente enorme vizinho do Sul - a Austrália -, o que representa para os três um novo desafio de convivência.

Idealismo y Nación en Salazar

José J. Sanmartín

Universidad de Alicante

Introducción

En este trabajo se aborda un aspecto vertebrador en la ejecutoria de Oliveira Salazar desde finales de los años cincuenta hasta su retirada involuntaria del poder: el idealismo salazarista conceptualizado en la nación portuguesa. Lo uno necesitaba de lo otro; ambas dimensiones de la realidad política –así como de la teoría causante y resultante- se alimentaban mutuamente. Un concepto de nación que predominaba sobre la idea de país; consecuentemente, su noción de pueblo estaba más desarrollada que la de sociedad. Empero, su concepción de lo nacional, a pesar de algunas conexiones imbricadoras, tenía distinto fuste a la formulación de Renan. Salazar tentó una reconstrucción de la identidad nacional en base a la nueva realidad pluri-étnica que era el Estado que gobernaba. Si bien constituye un hecho que el pensamiento de Salazar se mantuvo en unas coordenadas de continuidad -hasta de inmovilismo- en varios ámbitos, también es cierto que el Chefe intentó actualizar y vivificar la concepción nacional de un Portugal multicontinental. Salazar comprendió perfectamente la necesidad de aportar una respuesta orgánica e integral frente a la imparable tendencia que, en el escenario internacional, reputaba como “anacrónica” la presencia lusa en África y Asia. El presente artículo aborda el diseño intelectual que Salazar realizó para salvar las provincias africanas, así como el Portugal asiático. En esta vertiente, Salazar mostró una fértil capacidad generadora de ideas, así como una clara percepción de la política internacional. Por ello mismo, el dictador aceptó un número estimable de entrevistas con medios de comunicación influyentes en Occidente, donde expresaba su posición, combatiendo los “errores” de información que sufrían países amigos como Estados Unidos.

La guerra colonial era para Salazar una defensa del territorio nacional contra el terrorismo aplicado por los separatistas. A su modo de ver, resultaba inconcebible para

la moral negociar con quienes habían cometido crímenes espantosos¹. En alguna tentativa de diálogo entre Gobierno y líderes nacionalistas africanos, Salazar llegó a ordenar la paralización incluso una vez comenzados los contactos preliminares. Su axioma de no negociar con terroristas le condujo a un callejón sin salida, ya que Salazar no supo ni quiso deslindar entre “políticos” y “militares”, entre moderados y radicales, dentro de los movimientos nacionalistas (incluyendo las organizaciones armadas). Quien propendiese a favorecer o promover la ruptura de la patria común era su adversario. En la defensa de la unidad nacional, Salazar fue irreductible.

La brutalidad de la violencia empleada contra familias de portugueses blancos y negros en Angola dejó en Salazar una enorme amargura. En realidad, Salazar nunca llegó a perdonar las violaciones contra mujeres y niñas portuguesas, los asesinatos de hijos delante de sus padres, y otras atrocidades. Su error residió en la condena genérica de todos los nacionalistas africanos que, sucesivamente, se levantaron contra Portugal. Salazar vinculaba separatismo a terrorismo de manera prácticamente automática. Esto restó interlocución a su Gobierno a la hora de buscar acuerdos con facciones moderadas (autonomistas o nacionalistas contrarios a la violencia, por ejemplo) de los movimientos *liberadores*. Para Salazar se trataba principalmente de un problema de orden público: quienes cometían crímenes debían ser tratados como criminales. En varias entrevistas y declaraciones de los años sesenta manifestó la voluntad de permanencia de su Gobierno en el Portugal africano, al tiempo que, hábilmente, dejaba abierta la puerta hacia una evolución de los acontecimientos a futuro. Un porvenir que para Salazar debía ser claramente portugués.

La imprevisibilidad de la Historia

El Chefe asumió el envite de los movimientos separatistas africanos que desafiaban el carácter portugués de Angola, Mozambique o Guinea. Salazar tuvo claro que su

¹ Un temprano y documentado alegato respecto de las atrocidades practicadas por los rebeldes aparece en António TELO, J. (1962), *Angola, terra nossa*, Lisboa, Depot. Tip. Lisbonense. En su relevante discurso “Determinação de ficar”, Salazar condensó ideas y proyectó objetivos. “Territórios que, depois de haverem sido colónias, se transformaram em províncias ultramarinas do mesmo agregado nacional. Elogiava o exemplo da sociedade multirracial que os Portugueses haviam criado na terra do Brasil. Mas uma coisa era conceder a liberdade que um território reclamava na pessoa de um principio português e outra, bem diferente, a de impedir o terrorismo que destrói a alma das nações”. SERRAO, J. (2010), *História de Portugal. Volume XVIII. A governação de Salazar: grandeza e declínio (1960-1968)*, Lisboa, Verbo, p. 217.

Gobierno eludiría los errores políticos cometidos por los franceses en Argelia. Era preciso desplegar la idea del Portugal multicontinental y pluriétnico como ejemplo de convivencia, contrarrestando la ofensiva “anti-colonialista”. El esfuerzo militar y policial se apoyó en la colaboración con la población local; Portugal se presentaba como la fuente garante de la seguridad para todos y del progreso gradual, pero la alternativa política que ofreció –pilotada desde Lisboa- a sus provincias ultramarinas tuvo siempre menor entidad. El dirigismo que emanaban las disposiciones vigentes en la materia, así como la falta de voluntad o de capacidad para realizar una eficiente política de comunicación, estuvieron entre los lastres que debió arrostrar el Estado Novo en defensa de su idealismo nacional.

He aquí una falla en el discurso oficial que, salvando las excepciones de Adriano Moreira y otros, fue incapaz de habilitar propuestas autonomistas generadoras de un debate constructivo –e integrador- para la unidad nacional. La falta de énfasis sobre este aspecto, la asombrosa “perdida de tiempo” dilapidada en etapas donde un impulso político habría erosionado decisivamente a las posiciones nacionalistas africanas, requiere una contextualización. Debe tenerse presente que la denominada *guerra colonial* tuvo varios momentos en los que Portugal pudo vencer militarmente. La falta de “prisa” por parte de las autoridades portuguesas a la hora de mejorar el estatus político y jurídico de Angola o Mozambique obedecía a varias razones, entre las cuales figuraba la prioridad concedida al esfuerzo de guerra y la perspectiva de una victoria sobre los rebeldes. La presentación de la Historia oficializada suele ampararse en un planteamiento ineluctable, donde la independencia de las provincias africanas aparece como un hecho inevitable tras la prevista derrota portuguesa. Ya Isaiah Berlin advirtió contra las tesis de la inevitabilidad de la Historia.

Sin embargo, los hechos militares manifiestan un escenario distinto. A la altura de 1973, por ejemplo, el agotamiento de los rebeldes era mayor incluso que el del Ejército portugués. Plantear desde el determinismo el recorrido de las sucesivas rebeliones en Angola, Mozambique o Guinea como un camino trazado por leyes ineluctables, masivamente seguido por la población local, hacia la independencia, constituye una distorsión (ora deliberada, ora heredada) de la realidad histórica. Semejante recorrido lineal no tuvo lugar. El período antecedente a 1974 exhibe numerosos altibajos, curvas y

quebradas, evoluciones e involuciones, en un camino trufado de sinuosos senderos. En este contexto, resulta imposible aplicar una interpretación historiográfica monocroma, dado que se trata de un acontecimiento pleno de matices con tonalidades de diversa intensidad y color.

Un prejuicio largamente asentado en el imaginario maniqueo suscitado por la guerra civil en el Portugal africano reside en la representación genérica de los portugueses como partes individuales de un todo colectivo llamado Estado Novo; el fascismo terminal al servicio de un poder colonial frente a movimientos revolucionarios populares que buscaban la liberación de sus pueblos. Si el Estado Novo era autoritario – y lo era-, resulta necesario señalar el carácter totalitario de varios movimientos de “liberación nacional” que luchaban contra una dictadura para instalar otra. Habían pocos fascistas entre los militares portugueses y, menos aún, entre los colonos residentes en África, tanto entre los nacidos allí como los provenientes del continente europeo. Personas y familias completamente normales que procuraban sacar adelante a sus seres queridos, cumplir las leyes, evitar los problemas, mejorar las condiciones de vida, alcanzar cierto bienestar y, también, disfrutar de tranquilidad. La mayor parte de portugueses en las provincias africanas eludieron enrolarse bajo formas de activismo ideológico a favor del régimen. Cosa distinta era la bienvenida agradecida dispensada a autoridades que afirmaban la unidad nacional en las provincias sometidas a hostigamiento armado de los separatistas². La demonización ejecutada contra los portugueses leales a la unidad nacional en África, así como las torturas, los crímenes y demás brutalidades que sufrieron hasta después incluso de acabada la guerra, constituye una de las mayores injusticias morales cometidas en la política y la Historia del siglo XX.

² La *acusación* de que, aún así, un número importante de colonos tampoco militaron en partidos de oposición, es tan cierta como lógica: aquellos se sentían desamparados completamente por parte de la generalidad de fuerzas de oposición que, salvo excepciones, ya manifestaban su voluntad “descolonizadora”. Esos portugueses, que sufrían la violencia rebelde en sus familias y propiedades, viviendo atemorizados las más de las veces, no podían apoyar a partidos que, de gobernar, les convertirían de facto en extranjeros en su propia patria. Cuerpos extraños en su tierra natal e irremisiblemente destinados al exilio. Ante semejante perspectiva, los portugueses africanos pidieron el amparo de las autoridades civiles y militares, pero mantuvieron en la mayor parte de casos su vocación apolítica. La gratitud de los portugueses africanos hacia los políticos que les proveían de seguridad y apoyo, aparece nítidamente contextualizada al colegirse la polémica gestión realizada por António Alva Rosa Coutinho en su breve etapa como Presidente de la Junta Governativa y luego Alto-Comissário en Angola; véase AZEVEDO, L. (1978), *A hierarquia militar e o Estado democrático: caso Rosa Coutinho: Peças de um processo*, Coimbra, Centelha.

Los datos son concluyentes a la hora de probar que la situación militar en ese año 1973 era ostensiblemente mejor para Portugal que en etapas anteriores, así como la reducción del apoyo popular a favor de los movimientos separatistas. Sin embargo, el elitismo autoritario aisló al régimen de la sociedad, al bloquearse la posibilidad de proceder a una democratización del Estado Novo. Éste se limitó a escasas medidas liberalizadoras que se demostraron insuficientes para generar un acuerdo entre gobernantes y gobernados. Aun fallecido, Salazar continuó marcando las pautas del poder. El retraimiento de Caetano a la hora de realizar sus previstas reformas se produjo por temor a vulnerar la fórmula magistral del salazarismo: con democracia, Portugal perdería sus provincias extra-europeas; sólo el Estado Novo podía garantizar una patria multicontinental. Justo a la inversa: un proceso gradualista, tranquilo y pacífico de apertura tras el óbito de Salazar, habría dotado al régimen de nuevo sustento. El inicio de negociaciones con dirigentes nacionalistas africanos (no sólo los abiertamente separatistas, pues suele minusvalorarse, por ejemplo, la existencia durante un largo período de una mayoría autonomista en Angola y Mozambique) fue reiteradamente solicitada por las mentes más preclaras del Gobierno de Portugal.

Un error de Salazar fue legar a sus herederos un acervo de cultura política extremadamente rígida, donde la transacción se consideraba debilidad, y los principios políticos se trocaban de facto en dogmas religiosos. Ello obedeció a otro principio salazarista: su convicción intelectual de que la política tenía una naturaleza básicamente orgánica y, por ello mismo, resultaba si no previsible, sí al menos controlable. Salazar incurrió en el defecto del cientifismo, igualmente tocado de positivismo. Ni la Historia ni la política son materias donde pueda volcarse el conocimiento para desentrañar pasado, presente y/o futuro. El Chefe se consideraba como un eximio interpretador de la Historia, y un consumado artífice de la política. Sin duda lo fue; su capacidad analítica así lo acredita. Pero su mentalidad política (idealista, sí, pero también severa y enturbiada por cierto dogmatismo) le condujeron a un callejón sin salida... trasladado a sus sucesores, que heredaron el mismo problema político mas carecían del talento de Salazar. Lo que éste pudo afrontar durante décadas (las contradicciones intrínsecas dentro de un Estado autoritario multicontinental), resultó una carga de imposible gestión para la generación posterior del régimen.

En su última etapa, Caetano se enrocó en una posición numantina: negativa a la negociación de igual a igual; el Gobierno de Portugal no podía conceder a quienes calificaba de terroristas y criminales de un reconocimiento político que hipotecaría el futuro de la nación. El mismo Estado quedaría deslegitimado, entendía Caetano, de rebajarse a lograr un acuerdo equitativo. Sólo desde la superioridad moral –y militar- de la causa nacional lusa, se podría emprender un camino de acuerdos puntuales facilitadores de la rendición y reincorporación a la vida civil de grupos de antiguos rebeldes. La realización de concesiones políticas era entendida como una claudicación del principio de legalidad en el que se amparaba el Gobierno. Además del compromiso con la población local y con la propia identidad nacional. El cálculo político de Caetano necesitaba de una victoria para sus armas o, al menos, disponer de una clara ventaja militar antes de prospectar vías alternativas que desembocasen en la conclusión de la guerra. Significativa y paradójicamente, esto exasperó más a los militares portugueses que a los rebeldes separatistas³. Instalado desde la exigencia de obtener una victoria (si no completa, al menos nítida) en África, legitimando así los derechos de soberanía para Portugal, Caetano agotó lo que, en su trayectoria de servicio público, había sido una línea de pensamiento (y acción, dada su cualitativa experiencia en la Administración luso-africana) más dúctil, más imbricadora. De nuevo, el peso histórico de Salazar dejó sin aire a sus herederos, incapaces de salir del silogismo de exclusiones planteado por el dictador⁴. Nadie quiso dar el paso ni tomar la decisión que –temían- pudiese generar la pérdida de las provincias africanas y asiáticas... El inmovilismo –no la inacción- se convirtió en la respuesta, que no en la solución.

³ En este contexto surge el alegato de SPÍNOLA, A. (1974), *Portugal e o futuro*, Lisboa, Arcádia. A pesar de la peculiar evolución a posteriori de Spínola, conviene recordar su planteamiento más flexible y posibilista en la época, resultado de su experiencia directa como Gobernador de Guinea; véase IDEM (1973), *Por uma portugalidade renovada*, Lisboa, Ag. Geral do Ultramar. De su etapa en Guinea, quedan dos importantes relatos, no siempre convergentes entre sí, pero que modularon su percepción del Portugal extra-europeo: *A batalha da paz na Guiné* (1970), Lisboa, Ag. Geral do Ultramar; y *O problema de Guiné* (1970), Lisboa, Ag. Geral do Ultramar.

⁴ Del grado de seguidismo de Caetano respecto a la figura totémica de Salazar existen abundantes pruebas. Recordemos de CAETANO, M. (1934), *A obra financeira de Salazar vista pelo Professor Marcello Caetano*, Lisboa, S.P.N. No obstante, es preciso señalar la sólida formación, la alta cultura y la probidad personal de Caetano, que tenía ideas propias y soluciones inteligentes; véase, por ejemplo, SERRÃO, J. (1985) *Marcello Caetano: confidencias no exílio*, Lisboa, Verbo. Pero finalmente, en el momento histórico determinado, no aplicó el reformismo que el país necesitaba. Su lealtad a Salazar estuvo siempre por encima de su propia percepción de la realidad portuguesa. Caetano profesó una “admiração intelectual e ideológica que nutria pelo ditador, bem como a firme determinação de nunca tomar nenhuma iniciativa que contribuísse para o afastamento de Salazar da chefia do governo”. SOARES, M. (2009), *Marcello Caetano. O homem que perdeu a fé*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 97.

La pérdida de India

La maduración del pensamiento salazarista acerca de lo que debía ser Portugal ganó matices y contenidos a lo largo del tiempo, eclosionando en un producto intelectual –y material- reelaborado tras la pérdida de los territorios portugueses en India. Pues enorme fue el impacto que en Salazar tuvo la invasión del Ejército de la Unión India contra Diu, Goa y Damão en diciembre de 1961⁵.

“Salazar nunca pensou que uma resistência vitoriosa era possível. Mas também nunca imaginou que Nehru deitasse toda a doutrina de Gandhi para o caixote do lixo da História”⁶.

No obstante, Salazar era consciente del riesgo, pues en 1954 el mismo Nerhu había ordenado la toma de los territorios portugueses Dadrá y Nagar-Haveli⁷. Damão, Diu y sobre todo Goa eran plazas de soberanía que disfrutaban de mayor relevancia política; miembros del Gobierno en Lisboa consideraban que para la Unión India resultaría disuasoria la invasión a causa del enorme desgaste que reportaría la toma violenta del Estado da India⁸. La campaña lanzada por Menon, el nacionalista Ministro de Defensa, para conquistar Goa, reintegrando el territorio a la Unión India, arrastró a Nehru, como

⁵ “Nunca houve tantos portugueses nem tao elevado sentimento português em Goa a enfrentar autoridades tiránicas, no mesmo territorio que a hipocrisia de muitos diz “libertado da opressão” portuguesa. Esta lição que o mundo agora colhe do nosso sofrimento, constituem a Nação portuguesa. Mas este nao querer temu m segredo que é sabermos bem porque nos batemos, isto é, as razoes da nossa luta nacional”. SALAZAR, A., “Discurso proferido na posse da Comissao Executiva da Uniao Nacional”, 18 de febrero de 1965.

⁶ LOPES, H. (sin fecha), “Acerca de Goa, Damão e Diu”.

⁷ La descripción de Hélio Bernardo Lopes es certera para la etapa previa a la toma por India de los territorios de Dadrá y Nagar-Haveli. Salazar “*nunca imaginou que ele pudesse delapidar, como realmente fez, toda a doutrina pacifista que vinha de Gandhi, e de que foi um apoiante com visibilidade mundial. Aliás, Nehru chegou mesmo a assegurar, em plena Assembleia-geral das Nações Unidas, que nunca recorreria à força em torno da questao dos territórios portugueses da Índia. E assim acreditou sempre Salazar, até aos momentos imediatamente anteriores à invasão.*

Qual foi, então, a razão da reviravolta política de Nehru? Muito simples: o apego ao poder, e a necessidade de jogar de um modo que nem sempre corresponde ao pensamento político próprio, que é o que muitas vezes tem de fazer-se para retirar argumentos a um potencial adversario político. Muito em especial nas democracias”, LOPES, H. “Acerca de Goa, Damão e Diu”. LOPES, H. (sin fecha), “Acerca de Goa, Damão e Diu”.

⁸ En su artículo “India, The Aggressor”, el periódico The New York Times del 19 de diciembre de 1961 se expresaba en los siguientes términos: “With his invasion of Goa Prime Minister Nerhu has done irreparable damage to India’s good name and to he principles of international morality”.

magníficamente expresara el análisis realizado por la revista *Time* en su memorable artículo “Menon’s War”⁹. Otra crítica vino de haber elegido a un gobernador portugués “*sem un ínfimo de experiência no comando de tropas*”¹⁰. Las previsiones que había realizado, sobre las que basó la estrategia portuguesa, se demostraron fallidas ante el ataque ordenado por el Gobierno de la Unión India. Este actuó impulsado por la necesidad y la oportunidad políticas. El populismo de Krishna Menon amenazaba la hegemonía de Nerhu; de tal manera, además, que el Primer Ministro decidió apoyar la invasión de los últimos territorios del Estado Português da India como solución liberatoria a sus propias dificultades.

Esa amarga experiencia le impulsó, una vez más, a reforzar nuevas fuentes de legitimidad ante los portugueses y los otros. Era preciso conservar a toda costa el Portugal africano, así como Macau. La actitud personal de Salazar también se modificó. A su proverbial desconfianza respecto a la entrada de los militares en política, Salazar desarrolló un hábito característico desde su advenimiento al poder: informarse directamente de lo que acontecía por fuentes distintas y no influidas por otras instancias del Gobierno. Salazar recibía relatos y visitas de personas que le señalaban la situación real de lo visto en África, así como los efectos de la acción gubernamental.

El Imperio fue para Salazar la verdadera revelación de lo que Portugal significaba como nación plural. Una realidad que emergía como alternativa sólida al colonialismo y al independentismo. Occidente necesitaba tiempo para comprender lo que Portugal estaba gestando. Era indispensable para Salazar lograr ese tiempo; de tal forma que la aceptación del nuevo Portugal quedase consolidada ante las potencias como interlocutor privilegiado justamente por su condición de Estado multicontinental. Más temprano que tarde, Europa y Estados Unidos asumirían la realidad, ante la evidencia de que Portugal era un país aliado occidental¹¹. Salazar fue consciente de los tiempos políticos: de

⁹ “The man most widely held responsible for India's conquest of Goa is not Jawaharlal Nehru, but Nehru's abrasive, acerbic Defense Minister, Vengalil Krishnan Krishna Menon, who apparently provided the necessary push to overcome his master's remaining scruples. With elections due in February, Nehru and Menon have been under continuous harassment from Indian leftists for not expelling the Portuguese "imperialists" and from moderates and rightists for ignoring Red China's new incursions on India's northern frontier. Acting against Goa was one way to cover up inaction against China”, *Time*, 29 de diciembre de 1961.

¹⁰ LOPES, H. (sin fecha), “Acerca de Goa, Damao e Diu”.

¹¹ SANMARTÍN, José J. (2012), “Portugal entre el mito salazarista y la europeización”, *Boletim, Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, número 39, pp. 219-255.

superar Portugal territorialmente indemne la etapa de efervescencia independentista africana, la fórmula lusa de nación multicontinental se consolidaría definitivamente ante la comunidad internacional.

Frente al oportunismo occidental, que Salazar percibía como indiferencia, cuando no hostilidad, hacia la causa civilizadora de Portugal, únicamente quedaba la opción de permanecer, de perdurar, para bien de todos. Recordemos lo expresado por Salazar al periódico “Jornal de Genève”: “Portugal como elemento de estabilidade na civilizaçao ocidental”. Se trata de una idea reiteradamente expresada, y remodelada, por el Chefe al objeto de contrarrestar la presión sobre la posición lusa. En su imaginario ideológico, Salazar afirmaba un Portugal que perseguía objetivos trascendentales, más allá incluso del entendimiento de las potencias occidentales directamente beneficiadas por la presencia portuguesa en África y Asia. Una vez asegurado un Portugal multicontinental, este modelo territorial se convertiría en una fuente de aprendizaje para los novísimos Estados nacionales africanos surgidos del colonialismo. De alguna manera, Salazar acarició el sueño de erigir a Portugal como una tercera vía que reuniese lo mejor de los sistemas convencionales.

La ejemplaridad como principio axiomático

Probablemente, una característica notable en Salazar fuere su capacidad sincrética de manipular, usufructuar a su favor diferentes ideas, tradiciones, hechos y pensamientos. Todo aquello que pudiera rentabilizar en aras de su arquitectura política, Salazar lo empleaba como herramienta de trabajo. Ese sentido utilitario de lo político era un elemento omnipresente en su trayectoria; desde el principio¹². Dacosta ha expresado tal polivalencia de manera harto expresiva al estudiar la “automitificação” del régimen con sus fastos conmemorativos.

¹² “É agora, públicamente, o ideólogo e chefe de fila do catolicismo conservador, com estreitos contactos com a hierarquia da Igreja, mas sempre numa postura que se pretendia suprapartidária, moral, ponto de encontro de algo mais do que uma simples fracção partidária”. ROSAS, Fernando (2013), Salazar e o poder. A arte de saber durar, Lisboa, Tinta da China Edições, p. 52.

“Com engenho, concebeu um evento feito de história e ficção, de passado e futuro, ao mesmo tempo popular e erudito, religioso e pagão, clássico e moderno, austero e sensual; um evento mais sugerido do que edificado, mais para a memória do que para o concreto, maneira de perdurar para lá do seu termo”¹³.

La austeridad de Salazar era no sólo un reconocido atributo personal –explotada por el dictador, el hombre *matrimoniado* con la patria-, sino también un icono políticamente socializado; idea extremadamente arraigada en su fuero interno era la ejemplaridad que debía exigirse a todo dirigente. Un líder lo es por lo que aporta, por lo que suma, por lo que hace, no por lo que promete ni por lo que resta. A su manera, Salazar buscó fomentar un carisma lento, tranquilo, que le hacía aparecer como un estadista por encima incluso de su partido y de sus correligionarios¹⁴. El único dirigente capaz de tripular –y llevar a puerto seguro- el barco que era la nación portuguesa. Asimismo, el ejercicio de la autoridad confirió a Salazar un estatus de primacía, donde la conservación del poder aparecía como mérito validante, además de fuente de legitimidad. El Chefe, desde una calculada humildad en lo personal, se arrogaba la indispensabilidad en tanto imperativo categórico para la nación. Sin él, Portugal perdería sus territorios extra-europeos. Con Salazar, la nación tendría ese porvenir único; sin Salazar, no había posibilidad para el “gran” Portugal. Este silogismo mutuamente excluyente fue operativo durante una etapa central de la dictadura, y arrojó resultados dispares. Mas, en la conciencia popular se grabó como una certidumbre incuestionable que Salazar era el mejor garante del Imperio.

“O éxito político de determinado regime está insissociavelmente ligado à eficácia da encenação carismática do homem que o chefia. Ora, como autor do primeiro traçado da sua própria representação, Salazar deu provas de bem entender este problema: habilmente fundiu elementos da sua biografia pessoal com aqueles imperiosos requisitos de autodisciplinação dos portugueses”¹⁵

¹³ DACOSTA, Fernando (2012), *Máscaras de Salazar*, Alfragide, Leya, p. 63.

¹⁴ Una sólida aproximación al estudio del carisma aparece en António COSTA PINTO (2010), "Caos e ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário”, en *Histórias da política autoritária: integralismo, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*, Recife, UFRPE, pp. 39-53.

¹⁵ Ó, J. (1990), *O Lugar de Salazar. Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, p. 114.

La noción, largamente asentada en el idealismo salazarista, de proyectar a su Chefe como mandatario intrínsecamente honrado y atento a los problemas del prójimo, generó un icono utilizado como ariete reforzador de su poder personal. El dictador imprimió su sentido moral al ejercicio personal del gobierno, donde la misma idea imperial era causa y consecuencia de ese valor de trascendencia que Portugal ostentaba en su pensamiento político. De ahí que el Chefe cultivase una imagen deliberadamente arraigada en la integridad moral y la ejemplaridad individual: la metáfora de un monje dedicado a servir a la patria, por encima de los altibajos que la política democrática habría deparado al país.

El ascetismo personal de Salazar está fuera de duda incluso para sus críticos. Y este es un hecho particularmente serio: Salazar fue un funcionario honrado. Resulta indemostrable que Salazar robase dinero, o cobrase comisiones ilegales. Su recto sentido del deber le conducía hacia cotas de alta exigencia personal. De hecho, la iconografía salazarista se sostiene todavía hoy sobre la ejecutoria de un gobernante que pagaba de su bolsillo los sellos de correos que empleaba en su correspondencia privada. Su frugalidad y su austeridad terminaron de blindar el mito que aparece tristemente reavivado a cada una de las sacudidas de corrupción y escándalo que sufre la democracia portuguesa.

El Estado Novo usufructuó ese halo de pretensiones morales que, en el día a día, separaba a Salazar de los usos corruptos e/o irregulares cometidos por otros. El personalismo de la dictadura alcanzó, así, lo que se postulaba como una nueva fuente de legitimidad: la misma honradez del Chefe. Éste exhibía su condición de humilde origen, su perfil meritocrático, su capacidad de trabajo y su rectitud como parte de una afirmación constante de su status y de su régimen. Por ello resulta indispensable examinar y diseccionar críticamente ese elemento para explicar su utilidad para el régimen, así como su agotamiento final, cuando el Estado Novo quedó desbordado por su política y la presión intestina.

“Oliveira Salazar pudiera mostrarse como una de las más relevantes figuras de la política, de gran hombre público. Pero es más: ejemplo de ética y conducta personal, de patriotismo bien entendido, de pensamiento en sazón

y cultivo constante. Por lo que Oliveira Salazar no sólo es estadista preclaro, sino uno de los directores de este tiempo”¹⁶.

El pensamiento ético de Salazar estuvo indisolublemente unido a su concepción autoritaria de la política. Ésta se desplegaba no como un fin en sí mismo, sino como una herramienta al servicio de Portugal en tanto comunidad orgánicamente idealizada y unida. La idea de nación fue poderosa en la obra salazarista. La Constitución de 1933 se fundaba en el principio germinal de la Nación creadora del Estado Novo, “cuya soberanía só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito”. La diversidad racial acreditaba para Salazar la prueba superadora de los convencionalismos frente a la sociedad occidental. La unidad de la nación era, pues, un elemento vertebrador indispensable para el Chefe; cohesión del conjunto de la nación, proyectando así un principio totalizador donde los portugueses europeos, africanos y asiáticos quedasen amparados por un mismo credo motivador.

A su vez, la práctica del “exemplo pessoal” por parte de Salazar tenía una clara vocación política, pero también de convicción íntima. El dictador buscó atraer a una parte importante de la juventud portuguesa motivándola hacia objetivos meritocráticos, donde el servicio público desempeñaba un importante papel. La libertad y la democracia eran quimeras lejanas para el salazarismo que, por el contrario, insistía en lograr metas próximas (la defensa del interés general, la búsqueda del bien común, la rectitud moral) que canalizasen a la juventud hacia un desarrollo “constructivo” para la dictadura. He aquí el proceso de apropiación por parte del salazarismo de lo que habían sido valores clásicos de la cultura portuguesa: ética pública, ejemplaridad personal, excelencia profesional. Salazar no inventó nada, pero “detrajo” lo mejor de la tradición nacional para presentarlo como propio. El servicio público y la Ética ejercieron su función como iconos de poder.

Salazar se representaba a sí mismo como un faro –sobrio pero seguro- que ilumina la navegación de una embarcación llamada nación portuguesa. Sin él, la oscuridad, la incertidumbre. La dictadura salazarista vinculaba su futuro político a la perduración de ese Portugal multicontinental. La democracia acabaría destruyendo el sueño romántico de una nación portuguesa diseminada en varios continentes. Sólo el Chefe aseguraba –y

¹⁶ ABC (1957), “Un elogio de la monarquía”, (Edición de Andalucía), 13 de julio de 1957, p. 16.

hacía viable en el tiempo- el tránsito de Imperio colonial a nación multicontinental. A tal objeto, era indispensable la reformulación de la mistificación patriótica, de la cual se nutría también el “mito imperial”, como lo denomina el profesor Fernando Rosas.

“Assim se compreende que deste mito imperial se deduza, como dogma indiscutível, a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, uma, indivisível e inalienável. E teríamos, assim, nesta sistematização, uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação”¹⁷

Un camino sin retorno

La facción salazarista gobernante no supo y/o no quiso dar el siguiente paso tras 1968. Para ellos, continuando el silogismo del dictador, la democratización implicaría la destrucción de la unidad nacional, dado que los territorios portugueses en África se convertirían en Estados independientes. Sólo un régimen autoritario podía garantizar la cohesión de la patria en los tres continentes. Al vincularse la unidad nacional a la misma idea de dictadura, se redujeron drásticamente opciones de alcanzar un término medio en la acepción aristotélica; una solución de equilibrio que, por ejemplo, hubiese comportado mayor autonomía para las provincias africanas manteniendo la unidad de la nación.

Entre los conceptos morales de Salazar figuraba la “política do espírito”, consistente en la “defesa dos valores espirituais contra a vaga crescente do materialismo”. El cuerpo doctrinal salazarista se nutría de elementos intangibles, dedicados a la consecución de la excelencia moral del pueblo. Imbuido de misticismo católico, Salazar se inspiró en un quijotismo de raigambre utópica que situaba al país en el epicentro de la renovación espiritual de Occidente. Portugal como hipostasiado guerrero solitario por la verdad y la justicia de raigambre cristiana. La prosecución de la autenticidad como encarnación misma de una obra civilizadora más allá de lo material, más allá de lo tangible. La unificación del pueblo a través de la moralidad portuguesa. La salud de la nación

¹⁷ ROSAS, F. (2013), *Op. cit.*, p. 324.

dependía del mantenimiento de esa pureza reñida con el materialismo y el lujo. El idealismo espiritual; el sueño imperial¹⁸.

La “*reserva de sentimentos*” estaba referida al sentido cualitativo manifestado a través de una elite que asume el deber de perpetuar para las siguientes generaciones esos valores morales. El mito de la llama sagrada, la búsqueda de lo genuino, entorchados por un Don Quijote que, escarnecido, desengañado, persevera en su esfuerzo de proteger a los desvalidos. Portugal también debe afrontar su destino, afirma la metáfora heroica de Salazar, en defensa de la noble causa que era su misma esencia como nación. Una comunidad que debe luchar por lo que es suyo, por lo que han logrado generaciones sucesivas de compatriotas, pero que ahora queda consolidada por el Estado Novo. El líder subrayaba la naturaleza única de la empresa civilizadora en tres continentes de soberanía. Portugal, custodio de la razón moral y del derecho legal pues atesora los argumentos ético-jurídicos. La desconfianza de Salazar hacia la izquierda procedía no sólo de su patológica aversión al “progressismo” (una especie de “epidemia” para Salazar, como criticó en alguna entrevista de sus últimos años), sino especialmente a su convencimiento de que los partidos comunista y socialista destruirían la unidad nacional. Salazar interpretaba su rechazo a esa izquierda también como un reforzamiento de la soberanía portuguesa¹⁹.

“A elite que detem esses sentimentos diminuirá cada vez mais na loucura do nosso tempo, em que a sede dos prazeres materiais e a dissolução dos

¹⁸ Aunque Salazar fue un consumado defensor de la buena administración en las finanzas y del valor intrínseco que el ahorro aportaba a un país, también es cierto que detestaba todo aquello que se vinculase a despilfarro y lujo. Lo suntuario no tenía cabida en una sociedad, en una familia, que se preciase de ser moralmente sana. De ahí sus apelaciones al “prato de lentilhas” que empleó en significadas ocasiones, como al afirmar que “pensamos que as nações estão a desperdiçar o seu património moral e a trocar por “um prato de lentilhas” a grande herança espiritual que os séculos lhes legaram”.

¹⁹ “Dr. Frey: Dará à oposição comunista no vosso País uma “chance” de chegar ao Poder?”

Prof. Salazar: Não. Para os comunistas só haverá aqui uma “chance” se perdermos Angola e Moçambique. Nesse caso, virá a revolução.

Dr. Frey: Virá Vossa Excelência, com o tempo, a ter êxito na política respeitante às Províncias Ultramarinas?

Prof. Salazar: Realizarei essa política com toda a firmeza”, “Traição à Europa. Entrevista da “National Zeitung” com o Presidente de Conselho português Salazar. Culpas e fracasso das Nações Unidas”, copia facsímil.

costumes corromperam a riqueza e as suas fontes, o trabalho e as suas aplicações, a família e o seu valor social”²⁰.

Estar mejor o ser mejor

La disyuntiva planteada por Salazar: estar mejor o ser mejor. A sus ojos, lo segundo; siempre. El materialismo fue repudiado por Salazar como elemento extraño a las virtudes portuguesas. Bien entendido que, en modo alguno, ello significaba un rechazo al bienestar material, pero sí a las formas “degeneradas” como la frivolidad existencial, el relativismo moral o el consumismo desaforado. Salazar consideraba que el pueblo portugués sólo podría mantenerse como una gran nación de socializar la espiritualidad, la honradez y la laboriosidad, entre otras virtudes, como parte de su identidad nacional. En este sentido, y de manera sui generis, Salazar intentó establecer un camino transitable entre pragmatismo e idealismo. Este último –insuflado a su país- buscaba fuentes de legitimidad que reforzasen la tradición popular de honradez y laboriosidad, ahorro y buena administración, vida familiar, humanismo, etc. Salazar expropió esos valores intrínsecos a la sociedad, prescindiendo expresamente de la democracia en su reelaboración antiliberal de lo que debía ser Portugal. La misma praxis de libertad quedó circunscrita –y relegada- a una función subordinada al ideario salazarista. “Cada nação tem a liberdade que pode usufruir”²¹. Al mismo tiempo, el Chefe arbitró un empirismo tangencial que hiciera factible la ejecución de una parte al menos del ideal. Como expresara a Bernardo Neustadt en una entrevista:

“En política lo que valen son los resultados. El dirigente tiene que calcular la cantidad de ideal que soporta lo real y la dosis de libertad compatible con la salvaguardia de la autoridad y el mantenimiento del orden”²².

²⁰ SALAZAR, A. (2007), *Como se reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do Caos Libros, p. 43.

²¹ SALAZAR, A. “Entrevista a Il Tempo, de Roma”, en António OLIVEIRA SALAZAR (1967), *Op. cit.*, p. 104.

²² NEUSTADT, B. “Entrevista a Oliveira Salazar”. Fuente: http://www.bernardoneustadt.org/contenido_131.htm Fecha de consulta: 9 de septiembre de 2013. Publicado en REVISTA EXTRA, año IV, número 35, junio de 1968.

Ese empirismo de la acción política se manifestó en aspectos tales como su minuciosidad a la hora de examinar, casi entomológicamente, cada uno de los temas principales que llegaban a su despacho. La búsqueda de información procedente de fuentes distintas, así como el estudio de todos los parámetros y datos hasta alcanzar una propuesta de solución. De hecho, ya entre sus primeras declaraciones a los periodistas, Salazar esbozó su estilo retórico y su voluntad pragmática: “Nao tenho ideias à priori sobre aquilo que vou fazer. Só depois de colher os elementos que necessito é que posso satisfazer a sua curiosidade”²³. Las mejoras materiales son importantes pero no decisivas. De acuerdo al planteamiento de Salazar, aquellas son positivas en la medida que representen un progreso moral para la sociedad portuguesa. Esas son las ideas más queridas, las que para él encarnan la esencia misma de la Revolución.

“A dignificação da vida da nação portuguesa; a reintegração de Portugal no sentido universalista e espiritual da sua história; saber e poder reivindicar os seus direitos e determinar –se conforme os seus sentimentos e interesses; o estreitamento dos laços que prendem a família portuguesa aqui e em todas as partes do Mundo; a preciosa liberdade de crer em Deus, educar os filhos, viver na caridade do próximo; numa palavra, o reaportuguesamento de Portugal –nada disso poderia conceber- se no estado de desagregação a que chegáramos sem que se impusesse à própria consciencia do País um princípio de unidade e aos governantes uma norma de responsabilidade moral. Por menos que hoje em política se acredite na força dos princípios e nas regras morais, tem de concluir –se que tudo o que está feito se deve no fundo à possibilidade revolucionariamente criada de reconstituir um ideal pátrio e obedecer a uma moral. Ai de nós se nao soubéssemos as fontes donde brotam a nossa inspiração e a razão de ser da nossa vitória!”²⁴

²³ “Salazar no Governo: a sua primeira entrevista”. Fuente: <http://www.oliveirasalazar.org/> Fecha de consulta: 24 de agosto de 2013.

²⁴ SALAZAR, A. (2010) *Pensamento e doutrina política. Textos antológicos*, Lisboa, Babel, p. 211.

La idea de progreso en Salazar fue relevante, en tanto se remitía a un concepto hipostasiado desde la realidad: progreso no sólo material sino también moral, espiritual. De tal manera que la nación portuguesa se reencontrase a sí misma, en su diversidad, a la vez que se erigía en fuente de legitimidad para justificar la razón histórica del salazarismo. Así, respecto de su propia autoridad, Salazar hilvanó una teoría casi accidentalista, donde el espíritu de servicio público quedaba esculpido en su frontispicio.

“Nao me parece corresponder à verdade a expressão “ditador involuntário”. Nao se pode dizer que há ditadura quando o país se rege por uma Constituição plebiscitada e várias vezes revista pela Assembleia Nacional e quando essa Constituição nao dá ao chefe do Governo nenhuma faculdade excepcionais. A competência do Presidente do Conselho em Portugal nao pode meno comparar-se com os poderes legais da maior parte dos presidentes das repúblicas presidencialistas da América. Mas, tirante esta restrição, e no que respeita à involuntariedade do exercício das funções de governo, o que se diz é exacto, isto é, nunca ambicionei ser Ministro nem Chefe de um Governo nem para tanto me preparei através do exercício de uma actividade política. E, contrariamente ao que muita gente possa julgar, nao só nao o desejava mas continuo a nao o desejar, que é o mais, porque o poder continua a nao me seduzir nem dele tiro ou espero qualquer compensação material ou moral. Sirvo, eis tudo”²⁵.

Salazar creía en dos fuerzas motrices que dotan de vida a su pensamiento: los hechos y los principios. La coordinación de ambos le debía otorgar esa primacía que necesitaba como estadista. Y es que Salazar no creía en la política convencional. Los partidos le parecían una manifestación execrable de egoísmo que, por definición, no atendían al interés general ni al bien común. De alguna manera, Salazar recuperó para sí la nítida distinción que Almeida Garrett estableciera entre espíritu público y espíritu de partido. Mientras el primero es “a parte mais ou menos activa que a classe ilustrada da nação toma no sistema geral do seu governo, e nos actos particulares da sua administração. Porque bem se vê que ele nada pode ter de comum com a estupidez da massa ignorante,

²⁵ SALAZAR, António: “Entrevista a Il Tempo, de Roma”, en António OLIVEIRA SALAZAR (1967), *Entrevistas 1960-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, p. 102.

que é tao incapaz de julgar de um princípio, como de lhe seguir as consequências”. De tal forma, además, de que el correcto seguimiento del espíritu público genera un “abandono patriótico que favorece com todas as suas forças os intuitos da autoridade”. Por el contrario, el espíritu de partido refleja “em seus desvarios” la más “violenta e melindrosa de todas as paixões”²⁶.

El patrón salazarista de Buen Gobierno se regía por el criterio supremo de “serviço público”. Los jóvenes portugueses eran atraídos al Estado Novo desde la cautivadora apelación a prestar un servicio de interés general a la sociedad. La inteligencia práctica de Salazar, en sus años de madurez política, le permitía incentivar los argumentos éticos sobre los políticos. El servicio público, la honradez personal, la entrega a Portugal, la ejemplaridad como funcionario de carrera, la rectitud en el desempeño profesional, entre otros, eran activos de profundo arraigo en la sociedad, que el régimen usufructuó a su favor. Quienes se presentaban a puestos de la Administración Pública lusa en la década de 1960, por ejemplo, lo hacían prioritariamente impulsados por esos ideales patrióticos y de servicio público, quedando relegada a una situación periférica la identificación ideológica con el Gobierno. Éste exigía lealtad institucional, pero aplicó la flexibilidad suficiente para captar a promociones de funcionarios y empleados públicos que cumplieron satisfactoriamente sus tareas técnicas, sin necesaria adscripción política formal. Sin embargo, también actuaba conforme a un cálculo de “*factos i de ideias*”; del equilibrio entre ambos, he aquí la tarea del Buen Gobierno. De hecho, la situación que Salazar asumió tras su advenimiento al Ejecutivo, recuerda la situación espléndidamente descrita por Raul Proença en su artículo “A dictadura militar” publicado el 10 de junio de 1926 en *Seara Nova*:

“A bota que vi foi enorme –enorme e contundente. Tem dado pontapés em barda –nos políticos, nos militares e na lógica. Por ora temos a reconhecer que ninguém ganhou. Nem os planos do novo governo, nem a capacidade dos seus homens, nem os seus primeiros actos, nem a unidade e rapidez da sua acção sao de molde a inspirar-nos confiança ou simpatia.

A acção governativa, efetivamente, é como uma bússola doida. Tem oscilado constantemente em procura dum ponto de equilíbrio, que nao chega

²⁶ GARRETT, A. (1990), *Doutrinação Liberal*, Lisboa, Publicações Alfa, p. 156.

a encontrar. Debatem-se e entrechocam-se a cada momento, e por vezes dentro do mesmo crânio, concepções antagónicas. Nao há afirmação de um dia que nao seja contraditada pela do dia seguinte”²⁷.

La clave residía en la combinación de una solvente organización del poder junto al establecimiento de lo que Salazar denominaba “direitos dos cidadãos”. La clásica estratagema del “divide y vencerás” era coronada por Salazar con una normativa legal que aseguraba la adhesión de amplios sectores de la sociedad: orden, estabilidad, paz social, libertad de empresa, políticas públicas básicas, entre otros dividendos, así como la apropiación de aquellos valores reciamente asentados en la sociedad lusa conferían a su Gobierno de capacidad de cooptación.

La regeneración nacional

El patriotismo salazarista estaba intrínsecamente arraigado en la valorización de un nuevo e integral concepto de nación. Portugal era una patria indisoluble y única para todos sus ciudadanos, residentes en cualquier parte del Estado Novo. La política era un mero instrumento auxiliar para coadyuvar a la grandeza de la patria. Ésta exigía la entrega del Estado a favor de sus ciudadanos, y la lealtad de éstos hacia las autoridades. El pacto hobessiano en realidad sólo precariamente lo era: el moralismo salazarista implementó una lectura católica de lo que debía ser el Leviatán. Los efectos potencialmente radicales de poder absoluto fueron teóricamente limados y atenuados mediante mecanismos (tangencialmente colegiados, pero siempre en el marco del elitismo característico del régimen) que explican la posibilidad de desafecciones internas cuestionadoras del liderazgo de Salazar, inimaginables en la España de Franco. El nacionalismo oficial se traducía en el diferente trato dispensado a la oposición al Estado Novo o a los críticos, incluso desde el “establishment”, contra la figura de Salazar.

El saneamiento completo del país, empezando por sus finanzas, constituyó la base del lanzamiento salazarista a la conquista de las voluntades en Portugal. No gastar más de

²⁷ PROENÇA, R. (1989), *Estudo e antología*, Lisboa, Publicações Alfa, p. 144.

lo que se ingresa, destinar a los puestos públicos a los profesionales adecuados tras superar pruebas meritocráticas, servir al Estado como honor social, entre otros, eran elementos para la cohesión nacional y la socialización en la fidelidad al Estado Novo. En puridad, Salazar no inventó nada en el firmamento ideológico de Portugal. Sus ideas políticas y religiosas le acercan a un catolicismo político vocacionalmente conservador, además de un nacionalismo autoritario. Sin embargo, Salazar se sirvió de todo aquello que le podía aportar réditos. Su habilidad —en verdad, aquí sí, extraordinaria— consistió en saber administrar los cambios, las modulaciones, que los diversos componentes de su teoría política requerían en cada momento histórico.

“É necessário ter em conta que subjacente á Revolução Nacional e á ideia de regeneração política do país, na época dos fascismos, o projecto do Estado Novo era apresentado como um modelo político novo de cariz corporativo e autoritário. Prometia-se uma revolução na ordem e uma nova constituição condizente. Nesse sentido, o modelo constitucional deveria consagrar um modelo corporativo autoritário, o que nao acontece, construindo-se antes um sistema híbrido, de características corporativas e liberais que correspondera às necessidades de equilíbrio entre as diversas famílias políticas constituintes do novo regime”²⁸.

Respecto de la nación misma, eje central del pensamiento salazarista, la influencia spengleriana fue moderada, a diferencia de otros líderes autoritarios de la época. Puede resultar un problema, y no una solución, el hecho de que la nación de cuño salazarista precisaba de una elite para ser dirigida. Se trata de una comunidad de creyentes en permanente transformación, donde lo correcto, lo instituido por el régimen, debe hacerse.

“Na vida dos homens como na das nações muito pouco há de definitivo, se é que a alguma coisa se pode atribuir tal característica. Uma comunidade humana, um agregado político tem sempre problemas, de desenvolvimento,

²⁸ SANTOS, J. (2011), *Salazar e as eleições. Um estudo sobre as eleições gerais de 1941*, Lisboa, Assembleia da República, p. 257.

de evolução e por vezes até de sobrevivência. Na actualidade não sei de país que os não tenha, e graves. É uma utopia pretender alcançar um estágio político e social em que hajam desaparecido os problemas. Por isso não posso responder afirmativamente à sua pergunta, a não ser que a restrinja às dificuldades africanas do momento que estou seguro de vencermos dentro dos nossos princípios e ideais. É evidente que a Nação portuguesa terá sempre que enfrentar e solucionar dificuldades, mas eu creio na capacidade de o fazer, e até na de evoluir no necessário de forma a adaptar-se sem perder a sua individualidade e a sua configuração multirracial e pluricultural”²⁹.

En su contra-argumentario frente a los escépticos del Imperio, Salazar desplegó recursos incluso para afirmar la guerra colonial como fuente de unidad nacional³⁰. Por otra parte, en una entrevista a la revista *Life*, el periodista le inquirió acerca de la concesión de la autonomía a Angola y Mozambique como posible solución al problema africano. Salazar recordo a su interlocutor que ambas provincias ya tenían una creciente capacidad de auto-gobierno.

“Há certamente competências legalmente atribuídas ou reservadas ao poder central, porque, nao se conhecendo um cânon único de autonomia, a prudência aconselha que, por um lado, essa autonomia se vá conformando com a capacidade das províncias para gerirem os seus negócios, e por outro se respeite a unidade da Nação portuguesa que elas próprias nao desejaram quebrar. À medida que os territórios se desenvolvem e a instrução se difunde, as elites locais tornam-se mais numerosas e capazes e as suas

²⁹ SALAZAR, A., “Entrevista a LE FIGARO”, en OLIVEIRA SALAZAR (1967), *Op. cit.*, pp. 227-228.

³⁰ “Os adversários por seu lado tentam trabalhar ao mesmo tempo nos dois planos: desmembrar os territórios ultramarinos como meio de destruir o regime em Lisboa; atentar contra o regime em Lisboa como forma mais expedita de conseguir os seus objectivos em África. Mas estes ataques alternados ou simultâneos fazem passar para lugar secundário no plano interno as divergências ou reivindicações de ordem política, pelo que só a Nação se encontra em causa e em face desta os elementos de obediência estrangeira”, António OLIVEIRA SALAZAR, “Entrevista a Il Tempo, de Roma”, en OLIVEIRA SALAZAR (1967), *Op. cit.*, p. 109.

tarefas podem ser acrescidas sem risco, antes com vantagem, para a comunidade nacional. É esta a orientação do nosso trabalho”³¹.

Ante preguntas formuladas desde la animosidad, Salazar tenía una solución tangencial: plantear de nuevo la pregunta, centrándola, limándola, eludiendo así las aristas de agresividad que hubiese planteado el periodista. Esto sucede en su entrevista a la revista *Life*, donde la pregunta (en realidad, la sucesión de preguntas) del interpelante, obliga a Salazar a poner en práctica su técnica. La clave reposaba en no dejarse provocar, manteniendo la sangre fría. El Chefe aprovechó para defender el avance del proceso de africanización entre los cuadros medios y directivos de las provincias de ultramar.

“PERGUNTA:

Existe actualmente um quadro administrativo de angolanos africanos capaz de executar as tarefas necessárias para dirigir uma sociedade, i.e., manter a ordem, vender estampilhas de correio? No caso negativo, será possível criar tal quadro? Quanto tempo levaria? Dez anos? Vinte anos?

RESPOSTA:

Creio poder resumir em duas as suas três perguntas: existe um quadro administrativo angolano? E, se existe, é ele suficiente?”.

Conclusiones

La falta de acuerdo respecto a la tipología de dictadura ejercida por Oliveira Salazar ha sido reflejo acerca de la complejidad de su régimen y de su figura. La mística moralizante, el idealismo patriótico, la austeridad ejemplar, propaladas por Salazar confirió a su teoría política, a su figura histórica, de una dimensión netamente diferencial a otros dictadores. De ahí las dificultades para clasificarle de manera unívoca; y es que su régimen no constituyó un fenómeno linpal, sino pleno de matices, sensibilidades diversas, incluso de algunas contradicciones. José Hermano Saraiva ha definido al régimen salazarista como religioso, conservador y ruralista, negando

³¹ SALAZAR, A. “Entrevista concedida à revista *Life*, de Nova Iorque”, en OLIVEIRA SALAZAR (1967), *Op. cit.*, p. 89.

explícitamente un posible componente fascista³². En su caso, Maurice Duverger clasificó al salazarista como régimen paternalista, transformado en un sistema aparentemente parlamentarista; la decisión de abandonar el semi-presidencialismo anterior a 1959, se hizo al objeto de “impedir la expresión de la oposición”³³. Ésta, aún sin haber logrado organizarse, presentó candidatura presidencial con el General Delgado que, en 1956, consiguió más del 20% de voto popular en el conjunto de Portugal. Para Duverger este hecho marcó el tránsito de la apariencia semipresidencial a la parlamentaria, pues el Estado Novo podía controlar mejor a la oposición desde las cámaras, los ayuntamientos y demás instituciones. Por su parte, el propio Salazar enhebró una acepción del anticomunismo como “defesa do progresso dos povos africanos através da presença europeia”³⁴. Ser contrario al sistema soviético era, para Salazar, una necesidad categórica que manifiesta la influencia schmittiana. En el surco del pensador alemán, Salazar también distribuyó –y segregó– entre categorías morales lo que no dejaban de ser actividades habituales. La división amigo/enemigo, tan schmittiana, ganó en Salazar a un reflexivo calculador. A favor o en contra del Estado Novo.

La dimensión espiritual, por ejemplo, era recurrente en la cosmovisión salazarista, donde el idealismo buscaba desempeñar una función vertebradora. El idealismo salazarista en esta materia se agostó porque no logró permear al conjunto de la sociedad. El desarrollo de un Portugal multicontinental en pie de igualdad careció de dos requisitos cruciales: democracia y socialización. La ausencia de libertad fue una losa insuperable para el Estado Novo. La falta de penetración del ideal multicontinental obedeció a la gradual –y lenta– maduración del mismo, así como a la naturaleza elitista y jerárquica del régimen. Incluso Eliade constató la limitación del mensaje salazarista.

³² JORNAL O DIABO (2004), “Entrevista ao Prof. José Hermano Saraiva”, 8 de junio de 2004. Un tratamiento riguroso de la cuestión aparece en el magnífico “working paper” de António COSTA PINTO (1991), *The Salazar “New State” and European Fascism*, Florencia, European University Institute.

³³ DUVERGER, M. (1970), *Instituciones políticas y Derecho Constitucional*, Barcelona, Ediciones Ariel, p. 532.

³⁴ SALAZAR, A. “Entrevista a Il Tempo, de Roma”, en OLIVEIRA SALAZAR, António (1967), *Op. cit.*, p. 108.

“A sua transformação moral, a sua adesão íntima ao espírito da revolução nacional, ainda nao ocorrera. Apenas uma elite vivia deveras a mensagem revolucionária de Salazar”³⁵.

La dictadura salazarista, por su misma estructura mental autoritaria, se demostró incapaz de asimilar la rica diversidad que requería la gobernación de un Estado tan diseminado territorialmente. Lo que perjudicó gravemente la difusión y expansión del idealismo salazarista fue su misma naturaleza elitista. La pretensión de impulsar un Portugal multicontinental y pluriétnico fue un objetivo viable, pero la exclusión de la democracia y la práctica de una política de minorías perjudicaron seriamente la socialización de la idea. El régimen y su Chefe partieron del principio cualitativo –para ellos- de la nobleza de su causa. El salazarismo se presentó como la única fuerza política capaz –y convencida de la tarea- de mantener la unidad nacional multicontinental. Las demás ideologías, del liberalismo al comunismo, incluyendo a las distintas modalidades socialistas y socialdemócratas, eran presentadas por el salazarismo como indefectibles “traiciones a la patria”; el internacionalismo de la izquierda, por ejemplo, era demonizado de “antiportugués”, pues, entendían los salazaristas, se primaba la solidaridad política en perjuicio de la unidad nacional. En esta dicotomía mutuamente excluyente quedaron encerrados numerosos portugueses que, sin ser salazaristas –incluso simpatizando abiertamente con la apertura democrática y posiciones ideológicas modernas- querían para su país estabilidad y desarrollo, manteniéndose alguna forma de unión política y/o partenariado económico entre los distintos territorios. Resulta vano ahora lamentar que el régimen salazarista apenas hubiese concedido una opción a los moderados de la metrópolis, de Angola, de Mozambique, de Guinea y otros territorios portugueses: la rigidez del sector dominante dentro del régimen hacía inviable esa solución intermedia. Algunos acólitos y líderes fueron más salazaristas que el propio Salazar. El pueblo estaba preparado desde antes de 1974 para construir una democracia plena que abarcase al conjunto del Estado. La conflictiva etapa 1974-1975 demuestra que entre la oposición al salazarismo, junto a los demócratas, habían también relevantes segmentos de vocación dictatorial³⁶. Un

³⁵ ELIADE, M. (2011), *Salazar e a revolução em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, p. 232.

³⁶ Recordemos que Chilcote definió como “autoritario y progresista” al régimen nacido inmediatamente después del golpe de Estado del 25 de abril de 1974. Un régimen, además, que se regía por “bloques de

desencuentro en el heterogéneo campo de la oposición residió, justamente, sobre el mismo principio de libertad política. La revolución democrática como paso previo a la revolución socialista fue un propósito deliberadamente buscado por una parte de las fuerzas comunistas³⁷. Al mismo tiempo, otro alineamiento de choque se había concitado entre el salazarismo y la oposición respecto de su interpretación –y práctica- de la unidad nacional. Semejante identificación excluyente entre Estado Novo y un Portugal multi-continental, de un lado, y democracia política, de otro, gravitó negativamente tanto dentro del régimen como entre las oposiciones (democráticas y autoritarias). Al mismo tiempo, persistía la impronta elitista que el dictador confirió a su política, manteniendo el retraimiento de sus posiciones ideológicas ante el conjunto de la sociedad; lo cual limitó de manera decisiva la capacidad socializadora del discurso sobre una enriquecida identidad nacional. Los Gobiernos salazaristas asumieron su condición instrumental de una idea hipostasiada de nación. “Em parte alguma um governo pode aspirar a ter consigo toda, absolutamente toda a nação; e aqui o mesmo se verifica”³⁸. La segregación entre Estado Novo y democracia política hizo el resto.

poder competitivos”; véase CHILCOTE, R. (abril-junio de 1981), “Sociedad y política en Portugal”, *Cuadernos políticos*, México, número 28, pp. 74-87.

³⁷ En este contexto, la polémica acerca de si la democratización realizada a partir del 25 de abril comportaba igualmente el inicio del camino hacia el Estado socialista, fue rechazada por Poulantzas frente a la posición, entonces, de Cunhal y tantos otros. Véase POULANTZAS, N. (1976), *La crisis de las dictaduras*, México, Siglo XXI.

³⁸ SALAZAR, A.: “Entrevista a Il Tempo, de Roma”, en OLIVEIRA SALAZAR, António de (1967), *Op. cit.*, p. 108.

ANEXOS



Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa

Perspectivas Coloniais dos séculos XIX e XX

23 e 24 de Maio de 2013, Lisboa.

Instituto de História Contemporânea.
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Nova de Lisboa.

Programa:

Quinta Feira, 23 de Maio.

14:00 Conferência de Abertura.

John MacKenzie (Professor Emérito da Lancaster University) - *Orientalism Revisited: Arts and Crafts, the Modern and the Anti-Modern, the Lessons from the Orient.*

15:30 Mesa Redonda: *Gentes de cá, gentes de lá.* Moderador: **Pedro Aires Oliveira**

- **Cristina Nogueira da Silva** (FD-UNL) – *Uma nação espalhada por «várias regiões do mundo». Portugueses naturais da Índia no Parlamento oitocentista.*
- **Ricardo Roque** (ICS-UL) – *O Governo da «selvajaria» em Timor colonial.*
- **Filipa Lowndes Vicente** (ICS-UL) - *Imagem e Império: Fotografar a Índia (1890-1950).*

18:00 Comunicações.

Moderador: **Ana Paula Pires**

Programa

- **Célia Reis** (IHC-FCSH/UNL) – *As Colónias Portuguesas do Oriente na Literatura Colonial – do Ultimatum ao fim da República.*
- **Rogério Miguel Puga** (CETAPS, FCSH/UNL): *A Imaginação de um Ocidental”. Rumo à Alteridade: Representações do(s) Espaço(s) de Macau em O Caminho do Oriente (1932), de Jaime do Inso.*
- **Sara Cristina Silva** (FL-UL) - *Reynaldo dos Santos e a Embaixada Cultural a Goa, em 1954: estratégias de cooperação cultural portuguesa.*

Sexta Feira, 24 de Maio.

9:00 Mesa Redonda. *Viver o império, conviver com os impérios.*

Moderador: **Célia Reis**

- **Sandra Ataíde Lobo** (CHC-FCSH/UNL) – *A política das línguas e as línguas da política: a cidadania colonial e a esfera pública goesa.*
- **Alice Santiago Faria** (CHAM-FCSH; UAC; CUUHCT, UNL e UL) – “...quasi que se deixa á conta da Índia...”. *Obras públicas e o Oriente português na transição dos séculos XIX-XX.*
- **Alfredo Gomes Dias** (ESEL) – *Diversidade das origens asiáticas da diáspora macaense (1850 e 1952).*

11:30 Comunicações.

Moderador: **Teresa Nunes**

- **David Manzano** (EEHAS-CSIC) – *España y la cuestión de Borneo: el influjo de las potencias internacionales decimonónicas en el diseño de las fronteras del suroeste filipino.*
- **José Jesús Sanmartín Pardo** (Universidad de Alicante) - *El uso de la idea de regeneración por el primer salazarismo. Imperio colonial y servicio público*
- **Mario Ivani** (IHC/FCSH) - *Os projectos do colonialismo italiano em Ásia entre a época liberal e o ventennio fascista.*
- **Madalena Salvação Barreto** (FCSH, UNL): *Os deportados do Reviralhismo e a sua importância nas relações entre a potência colonizadora e os timorenses.*

15:00 Mesa redonda – *À beira do fim: o Oriente na nova relação dos povos.*

Moderador: **Adolfo Cueto**

- **Fernando Figueiredo** (CHE-UNL) – *Timor e o relacionamento Portugal/Indonésia (1945-1975).*
- **Filipa Sousa Lopes** (FL-UP) - *A questão de Goa através da imprensa: a visão da oposição (1950-1961).*

17:00 Acto de encerramento

Programa



Comissão Organizadora:

- Maria Fernanda Rollo (IHC)
- Célia Reis (IHC)
- Adolfo Cueto (IHC - UNED)

Foi em busca de «cristãos e especiarias», gente e comércio, que os portugueses se voltaram para o Oriente no século XV. E abertas as portas marítimas das Índias Orientais, a afluência europeia em força foi apenas uma questão de tempo.

Foi, porém, ao longo do século XIX que a presença colonial europeia atingiu uma extensão e uma intensidade desconhecidas anteriormente. Ainda antes da mais conhecida «Corrida a África» na segunda metade do século XIX, já se iniciara uma «Corrida à Ásia». Lançada pelos ingleses, foi seguida por outros países, com repercussões sobre a geografia política, humana e económica local, mas também sobre outras velhas potências ali presentes, como Portugal, que teve de reconsiderar a sua posição.

O desenvolvimento desta colonização na Ásia durante os séculos XIX e XX adotou formas diversificadas de acordo com as estruturas de cada Potência. Levou, no entanto, a uma reação local também realizada de formas diferenciadas (da resistência passiva à luta revolucionária), que, mais cedo do que em África, conduziu à descolonização.

Pretendeu-se, neste Encontro, suscitar a reflexão sobre as colónias situadas na Ásia no contexto da exploração colonial que os europeus desenvolveram nos séculos XIX e XX, compreendendo elementos diversos, como questões humanas e sociais, a economia, a política, as relações externas, etc. Da mesma forma, considerou-se desejável o contributo para um melhor conhecimento da articulação entre estes espaços e o contexto colonial mais geral, de cada país ou das ligações a outros Estados.

